



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS**  
**CÂMPUS UNIVERSITÁRIO DE PALMAS**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GESTÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS**

**ADRIANO FRAGA RODRIGUES VITAL**

**POR UMA UFT CIBERDEMOCRÁTICA:**

Uma proposta de implantação de sistema de votação online para pesquisa eleitoral  
de Reitor e Vice-Reitor.

**GURUPI/TO**  
**NOVEMBRO DE 2018**

**ADRIANO FRAGA RODRIGUES VITAL**

**POR UMA UFT CIBERDEMOCRÁTICA:**

Uma proposta de implantação de sistema de votação online para pesquisa eleitoral  
de Reitor e Vice-Reitor

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Gestão de Políticas Públicas como requisito parcial à obtenção do grau de Mestre em Gestão de Políticas Públicas.

Linha Pesquisa: Educação, Ciência e Tecnologia e Desenvolvimento Territorial.

Orientador: Dr. Marcelo de Souza Cleto.

GURUPI/TO  
NOVEMBRO DE 2018

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)  
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Tocantins**

---

V836p Vital, Adriano Fraga Rodrigues.  
POR UMA UFT CIBERDEMOCRÁTICA: Uma proposta de  
implantação de sistema de votação online para pesquisa eleitoral de  
Reitor e Vice-Reitor. / Adriano Fraga Rodrigues Vital. – Palmas, TO,  
2018.  
277 f.  
Dissertação (Mestrado Profissional) - Universidade Federal do  
Tocantins – Câmpus Universitário de Palmas - Curso de Pós-  
Graduação (Mestrado) Profissional em Gestão de Políticas Públicas,  
2018.  
Orientador: Marcelo de Souza Cleto  
1. Ciberdemocracia. 2. Participação. 3. Universidade Federal do  
Tocantins. 4. Pesquisa Eleitoral para Reitoria. I. Título

**CDD 350**

---

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS – A reprodução total ou parcial, de  
qualquer forma ou por qualquer meio deste documento é autorizado desde que  
citada a fonte. A violação dos direitos do autor (Lei nº 9.610/98) é crime  
estabelecido pelo artigo 184 do Código Penal.

**Elaborado pelo sistema de geração automática de ficha catalográfica da  
UFT com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).**

ADRIANO FRAGA RODRIGUES VITAL

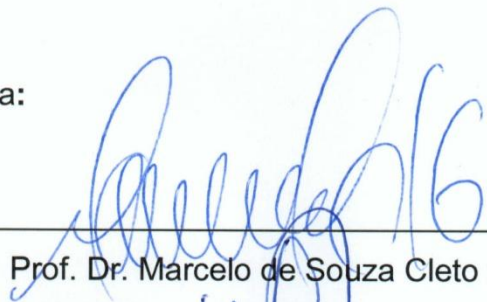
POR UMA UFT CIBERDEMOCRÁTICA:

Uma proposta de implantação de sistema de votação online para pesquisa eleitoral  
de Reitor e Vice-Reitor

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Gestão de Políticas Públicas foi avaliada para obtenção do título de Mestre em Gestão de Políticas Públicas, e aprovada em sua forma final pelo Orientador e pela Banca Examinadora.

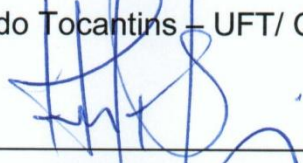
Data de Aprovação: 07/11/2018

Banca examinadora:



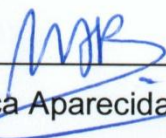
Prof. Dr. Marcelo de Souza Cleto (Orientador)

Universidade Federal do Tocantins – UFT/ Câmpus de Porto Nacional



Prof. Dr. Alex Pizzio da Silva

Universidade Federal do Tocantins – UFT/ Câmpus de Palmas



Prof.ª Dr.ª Mônica Aparecida da Rocha Silva

Universidade Federal do Tocantins – UFT/ Câmpus de Palmas

Dedico este trabalho àqueles que amo...  
amo muitos.

## **AGRADECIMENTOS**

À UFT por ofertar pela primeira vez este programa de Mestrado na cidade de minha morada: Gurupi. Este fator foi fundamental para eu obter o título de Mestre.

Ao meu Orientador, Marcelo de Souza Cleto, que confiou em mim quanto à realização deste trabalho.

Ao professor Alex Pizzio, presente em minhas bancas de seleção, qualificação e defesa, por todas as contribuições dadas neste período.

Aos especialistas participantes desta pesquisa que não podem aqui ser identificados e que suportaram cordialmente minha insistência.

Aos meus amigos de trabalho de turma: Adaías e Rebeca pelos intensos debates e atos de companheirismo que fortaleceram este grupo, além da responsabilidade nos vários trabalhos realizados durante o curso.

Aos amigos Alex e Célio, ambos sempre solícitos durante o período de seleção para o ingresso neste programa de Mestrado.

Ao Leandro pelas inúmeras contribuições para a realização deste trabalho elucidando algumas de minhas dúvidas por diversas vezes.

Ao Fernando pelo tempo gasto me ensinando trabalhar gráficos no Excel.

Ao amigo Alexandre pela dedicação na correção ortográfica deste trabalho.

Aos meus pais pelos incontáveis esforços para que eu chegasse até a entrega deste trabalho.

Aos meus irmãos: André e Isabella, sendo sempre presentes nos momentos em que realmente precisei.

À minha esposa Eunice, a quem palavras não explicam o quanto lhe sou grato pelo companheirismo, paciência, amor, enfim... por tudo.

E principalmente aos meus filhos Rodrigo, Fernanda e Guilherme, simplesmente, por existirem.

A Democracia deve ser despida em praça pública, tocada por todos.

*Marcelo de Souza Cleto*

## RESUMO

Num período marcado pelas mudanças promovidas pelos avanços no meio técnico-científico-informacional, a Universidade atual também pode ser pensada como um local com potencial privilegiado para o debate, busca da inovação, uso da criatividade e construção de mecanismos em favor da democracia. E foi justamente neste período atual de crise na democracia, que a consulta eleitoral informal para Reitor da UFT, mandato 2017-2021, demonstrou o menor percentual de participação da história da instituição. Diante deste cenário, surgiu a questão posta neste trabalho: Um sistema de votação online seria capaz de favorecer a participação das pessoas (professores, alunos e técnicos administrativos) na pesquisa eleitoral para Reitor e Vice-Reitor da UFT? Nessa perspectiva este estudo descritivo objetivou conhecer a disposição da comunidade universitária em diferenciar suas práticas participativas num possível sistema de votação online para pesquisa eleitoral de Reitor e Vice-Reitor na Universidade Federal do Tocantins – UFT. Este objetivo foi buscado debatendo as relações sociais cibermediadas e as novas alternativas de deliberações que abram o caminho a novas possibilidades democráticas; historicizando as pesquisas eleitorais de Reitor e Vice-Reitor ocorridos na UFT; investigando a opinião de membros representantes e atuantes das categorias sobre a mudança da forma de participação num possível de sistema de votação online; analisando algumas experiências e sistemas de votação online já ocorridas no âmbito universitário no país; averiguando a viabilidade de construção de um sistema de votação online próprio da UFT sob o ponto de vista dos profissionais de TI; e identificando se a comunidade universitária participaria e confiaria no resultado de uma eleição realizada pela internet. A metodologia utilizada nesta pesquisa foi análise quali-quantitativa, por meio da análise documental, técnica Delphi e pesquisa de opinião. A pesquisa chegou à conclusão que de fato um sistema de votação online seria capaz de favorecer a participação dos membros da comunidade universitária da instituição. Entretanto, seria ingênuo pensar que apenas a implantação de um sistema online irá proporcionar um grande aumento da participação desses membros da comunidade universitária. Muitos outros fatores de mobilização, diálogo e representatividade estão envolvidos neste processo.

**Palavras-Chave:** Ciberdemocracia. Participação. Universidade Federal do Tocantins. Pesquisa Eleitoral para Reitoria. Internet.



## ABSTRACT

Period marked by changes promoted by advances in the technical-scientific-informational ambience, the present University can be thought of as a site with privileged potential for discussion, research for innovation, use of creativity and construction of mechanisms for democracy. In this current period of crisis at democracy, the informal electoral consultation for Rector of UFT mandate (2017-2021), showed the lowest participation percentage in the institution's history. In view of this scenario, the question putted in this paper: Would online voting system be able to favor the participation teachers, students and administrative technicians in the electoral research for Rector and Vice-Rector of UFT? In this perspective, this descriptive study had objective to know the disposition of the university community in to differentiate their participatory practices in a possible online voting system for electoral research by Rector and Vice Rector at the Universidade Federal do Tocantins - UFT. This objective was-to debate cybermedia social relations and new alternatives of deliberations that open the way to new democratic possibilities; historicizing the electoral surveys of Rector and Vice Rector of UFT; investigating the opinion of representative members and agents of the categories on the change of the form of participation in a possible online voting system; analyzing some experiences and systems of online voting already ocured in the university ambit in the country; ascertaining the viability to construct a online voting system based from the point of view of IT professionals of UFT; and identifying if university community would participate and trust in the result of an internet election. The methodology used in this research was qualitative-quantitative analysis, through documentary analysis, Delphi technique and opinion research. The research concluded that an online voting system would be able to favor the participation of members of the institution university community. However, it would be naïve to think that only the deployment of an online system will greatly increase the participation of these members of the university community. Other factors of mobilization, dialogue and representativeness are involved in this process.

**Keywords:** Cyberdemocracy. Participation. Universidade Federal do Tocantins. Electoral Research for Rectory. Internet.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

<b>Figura 01</b> – E-mail convite para responder o Questionário Padronizado Fechado...	33
<b>Figura 02</b> – Sequência de Execução de uma Pesquisa Delphi pela Internet .....	37
<b>Figura 03</b> – Movimento organizado pela Avaaz em favor da Lei da Ficha limpa.....	81
<b>Figura 04</b> – Capa do Processo referente ao Projeto de Lei nº. 3.126/00 vinculado a Mensagem Presidencial nº 745/00.....	104
<b>Figura 05</b> – Ato da Reitoria da UFT 7/2003. No Grupo de Trabalho constituído por dez docentes, dois deles posteriormente virariam reitores da UFT.....	106
<b>Figura 06</b> – Decreto nomeando o professor Sérgio Paulo Moreyra para o cargo de Reitor <i>pro-tempore</i> da UFT .....	107
<b>Figura 07</b> – Portaria de nº 002/03 de 19 de agosto de 2003, designando o professor Zezuca Pereira da Silva para o cargo de coordenador do Gabinete da Reitoria da UFT .....	108
<b>Figura 08</b> – Parte da primeira página do primeiro Regimento Eleitoral para escolha do cargo de Reitor e Vice-Reitor da UFT .....	110
<b>Figura 09</b> – Mapa de apuração dos votos de técnicos administrativos do Câmpus de Arraias para Reitor e Vice-Reitor da UFT, mandato 2008-2012.....	116
<b>Figura 10</b> – Convite para docentes matriculados no DINTER-UFG/UFT/CAPES participarem na consulta para Reitor e Vice-Reitor da UFT, mandato 2008-2012 ..	119
<b>Figura 11</b> – Mapa de apuração de votos na formação da Lista Tríplice, mandato 2008-2012, ocorrido na 42ª reunião ordinária do Consuni .....	120
<b>Figura 12</b> – Mapa de apuração de votos na formação da Lista Tríplice, mandato 2008-2012, ocorrido na 14ª reunião extraordinária do Consuni .....	121
<b>Figura 13</b> – Mapa de apuração final detalhado da Pesquisa Eleitoral para Reitor e Vice-Reitor da UFT, quadriênio 2012-2016.....	125
<b>Figura 14</b> – Mapa de apuração por segmento da Pesquisa Eleitoral para Reitor e Vice-Reitor da UFT, quadriênio 2012-2016.....	126
<b>Figura 15</b> – Ata da 98ª Reunião Ordinária do Consuni que mencionou a decisão do Reitor Márcio Silveira em não concorrer à reeleição ao cargo máximo da Instituição.....	132
<b>Figura 16</b> – Apuração da Pesquisa Eleitoral para Reitor e Vice-Reitor da UFT, quadriênio 2016-2020 .....	135

<b>Figura 17</b> – Parte da primeira página do Regimento da Pesquisa Eleitoral para Reitor e Vice-Reitor da Universidade Federal do Tocantins – 2016/2020.....	143
<b>Figura 18</b> – Parte da primeira página do Regimento da Pesquisa Eleitoral para Reitor e Vice-Reitor da Universidade Federal do Tocantins – 2017/2021.....	143
<b>Figura 19</b> – Primeira lauda do Ofício da CEC solicitando infraestrutura e material para Pesquisa Eleitoral para Reitor e Vice-Reitor da Universidade Federal do Tocantins – 2017/2021.....	144
<b>Figura 20</b> – Segunda lauda do Ofício da CEC solicitando infraestrutura e material para Pesquisa Eleitoral para Reitor e Vice-Reitor da Universidade Federal do Tocantins – 2017/2021.....	145
<b>Figura 21</b> – Apuração da Pesquisa Eleitoral para Reitor e Vice-Reitor da UFT, quadriênio 2017-2021.....	147
<b>Figura 22</b> – Diagrama de inter-relacionamento de alguns sistemas que formam o SIG-UFRN.....	182
<b>Figura 23</b> – Vídeo hospedado no youtube que trata sobre o SIGEleição.....	184
<b>Figura 24</b> – Página do SIGEleição da Universidade Federal da Integração da América Latina.....	186
<b>Figura 25</b> – Página do SIGEleição da Universidade Federal de Sergipe.....	186
<b>Figura 26</b> – Documento que formalizou a disponibilização do software SAELE no Portal do SPB.....	189
<b>Figura 27</b> – Página para realizar o download do SAELE.....	189
<b>Figura 28</b> – Interface do Login para a urna de votação do SAELE.....	193
<b>Figura 29</b> – Interface da urna de votação do SAELE.....	193
<b>Figura 30</b> – Página oficial do Helios traduzida.....	194
<b>Figura 31</b> – Slide 3/12 criado pela SBC com instruções para votar no Helios em eleições de 2017.....	196
<b>Gráfico 01</b> – Participação em % da Comunidade Acadêmica na consulta para Reitor e Vice-Reitor da UFT, mandato 2008-2012.....	117
<b>Gráfico 02</b> – Participação em % por categorias da Comunidade Acadêmica na consulta para Reitor e Vice-Reitor da UFT, mandato 2008-2012.....	117
<b>Gráfico 03</b> – Participação dos docentes por Câmpus na consulta para Reitor e Vice-Reitor da UFT, mandato 2008-2012.....	118
<b>Gráfico 04</b> – Participação dos técnicos administrativos por Câmpus na consulta para Reitor e Vice-Reitor da UFT, mandato 2008-2012.....	118

<b>Gráfico 05</b> – Participação dos discentes por Câmpus na consulta para Reitor e Vice-Reitor da UFT, mandato 2008-2012.....	119
<b>Gráfico 06</b> – Participação em % da Comunidade Acadêmica na consulta para Reitor e Vice-Reitor da UFT, mandato 2012-2016.....	128
<b>Gráfico 07</b> – Participação em % por categorias da Comunidade Acadêmica na consulta para Reitor e Vice-Reitor da UFT, mandato 2012-2016.....	128
<b>Gráfico 08</b> – Participação dos docentes por Câmpus na consulta para Reitor e Vice-Reitor da UFT, mandato 2012-2016.....	129
<b>Gráfico 09</b> – Participação dos técnicos administrativos por Câmpus na consulta para Reitor e Vice-Reitor da UFT, mandato 2012-2016 .....	129
<b>Gráfico 10</b> – Participação dos discentes por Câmpus na consulta para Reitor e Vice-Reitor da UFT, mandato 2012-2016.....	130
<b>Gráfico 11</b> – Participação em % da Comunidade Acadêmica na consulta para Reitor e Vice-Reitor da UFT, mandato 2016-2020.....	137
<b>Gráfico 12</b> – Participação em % por categorias da Comunidade Acadêmica na consulta para Reitor e Vice-Reitor da UFT, mandato 2016-2020.....	137
<b>Gráfico 13</b> – Participação dos docentes por Câmpus na consulta para Reitor e Vice-Reitor da UFT, mandato 2016-2020.....	138
<b>Gráfico 14</b> – Participação dos técnicos administrativos por Câmpus na consulta para Reitor e Vice-Reitor da UFT, mandato 2016-2020 .....	138
<b>Gráfico 15</b> – Participação dos discentes por Câmpus na consulta para Reitor e Vice-Reitor da UFT, mandato 2016-2020.....	139
<b>Gráfico 16</b> – Participação em % da Comunidade Universitária da UFT em todas as consultas já realizadas para a escolha de Reitor e Vice-Reitor .....	149
<b>Gráfico 17</b> – Participação em % da Comunidade Acadêmica na consulta para Reitor e Vice-Reitor da UFT, mandato 2017-2021.....	150
<b>Gráfico 18</b> – Participação em % por categorias da Comunidade Acadêmica na consulta para Reitor e Vice-Reitor da UFT, mandato 2017-2021.....	150
<b>Gráfico 19</b> – Participação dos docentes por Câmpus na consulta para Reitor e Vice-Reitor da UFT, mandato 2017-2021.....	151
<b>Gráfico 20</b> – Participação dos técnicos administrativos por Câmpus na consulta para Reitor e Vice-Reitor da UFT, mandato 2017-2021 .....	152
<b>Gráfico 21</b> – Participação dos discentes por Câmpus na consulta para Reitor e Vice-Reitor da UFT, mandato 2017-2021.....	152

<b>Gráfico 22</b> – Faixa etária dos respondentes Reitor da UFT .....	213
<b>Gráfico 23</b> – Câmpus de vínculo dos respondentes .....	214
<b>Gráfico 24</b> – Categoria que o respondente pertencia em 09/06/2017 .....	214
<b>Gráfico 25</b> – Dados gerais sobre Interesse na Política Nacional.....	215
<b>Gráfico 26</b> – Dados por faixa etária sobre Interesse na Política Nacional.....	216
<b>Gráfico 27</b> – Dados por Câmpus sobre Interesse na Política Nacional.....	216
<b>Gráfico 28</b> – Dados por categoria sobre Interesse na Política Nacional .....	217
<b>Gráfico 29</b> – Dados gerais sobre Interesse na Política na UFT.....	218
<b>Gráfico 30</b> – Dados por faixa etária sobre Interesse na Política na UFT.....	218
<b>Gráfico 31</b> – Dados por Câmpus sobre Interesse na Política na UFT .....	219
<b>Gráfico 32</b> – Dados por categoria sobre o Interesse na Política na UFT .....	220
<b>Gráfico 33</b> – Participação dos respondentes no último pleito.....	221
<b>Gráfico 34</b> – Motivos da não participação no último pleito .....	222
<b>Gráfico 35</b> – Participação no último pleito caso fosse por meio de sistema de votação online .....	223
<b>Gráfico 36</b> – Dados gerais sobre aprovação da implantação de uma consulta eleitoral na plataforma virtual da UFT .....	224
<b>Gráfico 37</b> – Dados por faixa etária sobre aprovação da implantação de uma consulta eleitoral na plataforma virtual da UFT .....	225
<b>Gráfico 38</b> – Dados por Câmpus sobre aprovação da implantação de uma consulta eleitoral na plataforma virtual da UFT .....	225
<b>Gráfico 39</b> – Dados por categoria sobre aprovação da implantação de uma consulta eleitoral na plataforma virtual da UFT .....	226
<b>Gráfico 40</b> – Dados gerais sobre confiança no resultado de uma consulta eleitoral na plataforma virtual da UFT.....	226
<b>Gráfico 41</b> – Dados por faixa etária sobre confiança no resultado de uma consulta eleitoral na plataforma virtual da UFT .....	227
<b>Gráfico 42</b> – Dados por Câmpus sobre confiança no resultado de uma consulta eleitoral na plataforma virtual da UFT .....	228
<b>Gráfico 43</b> – Dados por categoria sobre confiança no resultado de uma consulta eleitoral na plataforma virtual da UFT .....	228
<b>Quadro 01</b> – Documentos utilizados nesta pesquisa referentes a cada período histórico dos pleitos para Reitor e Vice-Reitor da UFT.....	30
<b>Quadro 02</b> – Dimensões e Indicadores do questionário padronizado fechado .....	34

<b>Quadro 03</b> – Projetos desenvolvidos pela <i>Open Knowledge</i> Brasil.....	80
<b>Quadro 04</b> – Requisitos de Segurança e Usabilidade de um Sistema de Votação	178

## LISTA DE TABELAS

<b>Tabela 01</b> – Quantitativo de votantes e votos realizados da primeira pesquisa Eleitoral para Reitor e Vice-Reitor da UFT ocorrida em 20 de agosto de 2003.....	112
<b>Tabela 02</b> – Quantitativo de votantes e votos realizados da pesquisa Eleitoral para Reitor e Vice-Reitor da UFT, quadriênio 2008-2012. ....	113
<b>Tabela 03</b> – Quantitativo de votantes e votos realizados da pesquisa Eleitoral para Reitor e Vice-Reitor da UFT, quadriênio 2012-2016 .....	127
<b>Tabela 04</b> – Quantitativo de votantes e votos válidos da pesquisa Eleitoral para Reitor e Vice-Reitor da UFT, quadriênio 2016-2020 .....	136
<b>Tabela 05</b> – Quantitativo de votantes e votos realizados da pesquisa Eleitoral para Reitor e Vice-Reitor da UFT, quadriênio 2017-2021 .....	148
<b>Tabela 06</b> – Dados quantitativos gerados por meio do painel de especialistas I para o indicador: Interesse pela política. ....	159
<b>Tabela 07</b> – Dados quantitativos gerados por meio do painel de especialistas I para o indicador: Utilização da Internet como ferramenta política .....	161
<b>Tabela 08</b> – Dados quantitativos gerados por meio do painel de especialistas I para o indicador: Proporção das consultas .....	165
<b>Tabela 09</b> – Dados quantitativos gerados por meio do painel de especialistas I para o indicador: Poder de coerção.....	169
<b>Tabela 10</b> – Dados quantitativos gerados por meio do painel de especialistas II para o indicador: Infraestrutura da UFT.....	202
<b>Tabela 11</b> – Dados quantitativos gerados por meio do painel de especialistas II para o indicador: Previsões para 2021 .....	206
<b>Tabela 12</b> – Dados quantitativos gerados por meio do painel de especialistas II para o indicador: Utilização do Portal da UFT. ....	208
<b>Tabela 13</b> – Dados quantitativos gerados por meio do painel de especialistas II para o indicador: Utilização de Sistemas Eleitorais já existentes. ....	212

## LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

ADUFRGS	Associação de Docentes da Universidade Federal do Rio Grande do Sul
ARPA	<i>Advanced Research Projects Agency</i>
ARPANET	<i>Advanced Research Projects Agency Network</i>
ASSUFRGS	Sindicato dos Técnico-Administrativos da UFRGS, UFCSPA e IFRS
AVC	Acidente Vascular Cerebral
CA	Centro Acadêmico
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CEC	Comissão Eleitoral Central
Cespe	Centro de Seleção e de Promoção de Eventos
CF88	Constituição Federal de 1988
CGLNES	Coordenação-Geral de Legislação e Normas da Educação Superior
CNE	Conselho Nacional de Educação
CONDIR	Conselho Diretor
CONSAD	Conselho Superior de Administração
CONSEPE	Conselho Superior de Ensino, Pesquisa e Extensão
CONSUN	Conselho Universitário
CONSUNI	Conselho Universitário
CPD	Centro de Processamento de Dados
CTIC	Coordenadoria de Tecnologia da Informação e Comunicação
CUICA	Centro Universitário Integrado de Cultura e Arte
DA	Diretório Acadêmico
DCE	Diretório Central dos Estudantes
DICOM	Diretoria de Comunicação
DINTER	Doutorado Interinstitucional
DRE	Direct Recording Eletronic
EaD	Educação à Distância
ECAD	Escritório Central de Arrecadação de Direitos Autorais
Fapto	Fundação de Apoio Científico e Tecnológico do Tocantins



FGV	Fundação Getúlio Vargas
FHC	Fernando Henrique Cardoso
FSM	Fórum Social Mundial
G7	Grupo dos Sete
GESPÚBLICA	Programa Nacional de Gestão Pública
HCPA	Hospital de Clínicas de Porto Alegre
IFRS	Instituto Federal do Rio Grande do Sul
IFSC	Instituto Federal de Santa Catarina
LDB	Lei de Diretrizes e Bases
MCCE	Movimento de Combate à Corrupção Eleitoral
MEC	Ministério da Educação
MPC	Computação Segura entre Múltiplos Participantes
MST	Movimento dos Trabalhadores Sem Terra
OGP	<i>Open Government Partnership</i>
OKBR	<i>Open Knowledge Brasil</i>
OMC	Organização Mundial do Comércio
ONG	Organização Não-Governamental
OSC	Organização da Sociedade Civil
PL	Projeto de Lei
PPI	Projeto Pedagógico-Institucional
PROGEDEP	Pró-Reitoria de Gestão e Desenvolvimento de Pessoas
SAELE	Sistema Aberto de Eleições Eletrônicas
SBC	Sociedade Brasileira de Computação
Sesduft	Seção Sindical dos Docentes da Universidade Federal do Tocantins
SESu	Secretaria da Educação Superior
SIE	Sistema de Informações para o Ensino
SIG	Sistemas Institucionais Integrados de Gestão
SIGEleição	Sistema Integrado de Gestão de Eleições
SINDIIFES	Sindicato dos Trabalhadores das Instituições Federais de Ensino Superior no Estado do Pará
SINDSEMP/MA	Sindicato dos Servidores do Ministério Público do Estado do Maranhão.

SINFO	Superintendência de Informática
Sintad	Sindicato dos Técnicos Administrativos em Educação das Instituições Federais de Ensino Superior do Estado do Tocantins
SISP	Sistema de Administração dos Recursos de Tecnologia da Informação
SLTI	Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação
SPB	Software Público Brasileiro
STI	Superintendência de Tecnologia da Informação
TI	Tecnologia da Informação
TIC	Tecnologia da Informação e Comunicação
TRE	Tribunal Regional Eleitoral
TSE	Tribunal Superior Eleitoral
UCL	<i>Université catholique de Louvain</i>
UFABC	Universidade Federal do ABC
UFCSPA	Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre
UFG	Universidade Federal de Goiás
UFPA	Universidade Federal do Pará
UFRGS	Universidade Federal do Rio Grande do Sul
UFRN	Universidade Federal do Rio Grande do Norte
UFRR	Universidade Federal de Roraima
UFS	Universidade Federal de Sergipe
UFSB	Universidade Federal do Sul da Bahia
UFT	Universidade Federal do Tocantins
UnB	Universidade de Brasília
UNIFEI	Universidade Federal de Itajubá
UNIFESSPA	Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará
UNILA	Universidade Federal da Integração Latino-Americana
UNIMED	Confederação Nacional das Cooperativas Médicas
Unitins	Universidade Estadual do Tocantins
USP	Universidade de São Paulo

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO .....</b>	<b>20</b>
<b>2 METODOLOGIA .....</b>	<b>26</b>
2.1 Abordagem quali-quantí .....	26
2.2 Pesquisa Descritiva por meio da pesquisa de opinião.....	28
2.3 A análise dos documentos .....	30
2.4 O questionário .....	32
2.5 Técnica Delphi.....	34
2.6 A amostragem .....	39
2.7 Análise dos dados .....	40
<b>3 A DEMOCRACIA E O CIBER.....</b>	<b>42</b>
3.1 Democracia e Cidadania Deliberativas.....	42
3.2 Sociedade em rede e a formação de uma cibercultura no lugar .....	55
3.3 Rumo a Ciberdemocracia.....	65
3.4 Globalização contra hegemônica e ciberativismo .....	74
3.5 O futuro da Internet e a fuga dos processos políticos usuais .....	84
<b>4 PESQUISAS ELEITORAIS PARA REITOR E VICE-REITOR NO ÂMBITO DA UFT</b> <b>.....</b>	<b>90</b>
<b>4.1 Autonomia Universitária: a eleição de Reitor e Vice-Reitor .....</b>	<b>90</b>
<b>4.2 Antes das urnas eletrônicas .....</b>	<b>98</b>
4.2.1 Antes da primeira escolha.....	100
4.2.2 Dois mil e quatro .....	109
4.2.3 Dois mil e oito.....	114
<b>4.3 Com as urnas eletrônicas.....</b>	<b>123</b>
4.3.1 Dois mil e doze.....	124
4.3.2 Dois mil e dezesseis.....	132
4.3.3 Dois mil e dezessete .....	141
<b>4.4 Painel de Especialistas I: Especialistas Políticos e Representantes das</b> <b>Categorias .....</b>	<b>155</b>
4.4.1 Interesse pela política .....	157

4.4.2 Utilização da internet como ferramenta política .....	160
4.4.3 Proporção das Consultas .....	163
4.4.4 Poder de Coerção .....	167
<b>5 O VOTO PELA INTERNET, SISTEMAS DE VOTAÇÃO ONLINE JÁ UTILIZADOS NO ÂMBITO UNIVERSITÁRIO NO PAÍS E AS POSSIBILIDADES NA UFT.....</b>	<b>170</b>
5.1 O voto pela Internet .....	170
5.2 Características de um sistema de votação seguro para Instituição de Ensino Superior .....	176
5.3 SIGEleição .....	182
5.4 Sistema Aberto de Eleições Eletrônicas - SAELE.....	188
5.5 Helios .....	194
5.6 Painel de Especialistas II: Técnicos de TI .....	200
5.6.1 Infraestrutura da UFT .....	201
5.6.2 Previsões para 2021 .....	204
5.6.3 Utilização do Portal da UFT .....	207
5.6.4 Utilização de sistemas eleitorais já existentes .....	209
<b>6 IMPLANTAÇÃO DE UM SISTEMA DE VOTAÇÃO ONLINE NA UFT: PONTO DE VISTA DA COMUNIDADE UNIVERSITÁRIA .....</b>	<b>213</b>
6.1 Perfil .....	213
6.2 Interesse .....	215
6.3 Participação.....	221
6.4 Aprovação e Confiança .....	224
<b>7 CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>229</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>234</b>
<b>APÊNDICES .....</b>	<b>247</b>

## 1 INTRODUÇÃO

A Lei Federal nº 5.540 de 28 de novembro de 1968 foi a primeira legislação no Brasil a normatizar a nomeação de Reitor e Vice-Reitor nas Universidades federais. Posteriormente esta lei foi revogada pela Lei nº 9.394, de 1996 (A Lei de Diretrizes e Bases-LDB), com exceção do artigo 16, que trata exatamente da nomeação de Reitores e Vice-Reitores de universidades, e de Diretores e Vice-Diretores de unidades universitárias, que acabou sendo alterado pela Lei nº 9.192, de 21 de dezembro de 1995.

Assim, ficou definido que o Reitor e o Vice-Reitor de Universidades federais são nomeados pelo Presidente da República e escolhidos entre professores dos dois níveis mais elevados da carreira ou que possuam título de doutor cujos nomes figurem em listas tríplexes organizadas pelo respectivo colegiado máximo ou outro colegiado que o englobe, instituído especificamente para este fim, sendo a votação uninominal, ou seja, as listas devem ser compostas com os três primeiros nomes mais votados em escrutínio único, onde cada eleitor vota em apenas um nome para cada cargo a ser preenchido.

Pouco tempo depois da publicação da LDB, mais precisamente em 23 de outubro de 2000, a lei nº 10.032 autorizou o Poder Executivo a criar a fundação que viria a ser a primeira Universidade federal do mais novo estado do país: Fundação Universidade Federal do Tocantins. Assim, surge a UFT com uma herança patrimonial e acadêmica da Unitins, mas que de fato só iniciou suas atividades em 15 de maio de 2003, com a posse dos primeiros professores efetivos.

Em seu pouco tempo de existência a UFT já passou por cinco escolhas eleitorais para o preenchimento dos cargos de Reitor e Vice-Reitor. As entidades representantes das categorias: Seção Sindical dos Docentes (Sesduft), o Diretório Central dos Estudantes (DCE/UFT) e o Sindicato dos Servidores Técnico-Administrativos (Sintad/UFT), ou os próprios membros da comunidade acadêmica (diante da vacância ou recusa de suas entidades representativas), conduziram quatro das cinco consultas que ocorreram neste período de forma paritária, ou seja, com o voto das classes - professores, alunos e técnicos -, tendo peso igual. Os resultados destas consultas são entregues ao Conselho Universitário (Consuni), órgão máximo da Universidade, que assim, elabora sua lista tríplex e encaminha ao

Ministério da Educação (MEC), tendo como etapa final a nomeação pela Presidência da República.

Nos cinco pleitos ocorridos, dois foram realizados com urnas de lona e voto em cédulas de papel (2004 e 2008), e nas outras três vezes o processo eleitoral na UFT contou com o apoio do Tribunal Regional Eleitoral (TRE-TO), que cedeu urnas eletrônicas (2012, 2016 e 2017). Atualmente a UFT conta com sete Câmpus de educação presencial e 19 polos de educação a distância. Segundo Chaves e Mello (2014), em uma instituição multicampi, o processo eleitoral tradicional para a escolha do reitor ou outro pleito de grande proporção, com cédulas em papel depositadas em urnas lacradas, torna-se mais complexo e custoso se comparado com instituições com único endereço. A distribuição das urnas, o deslocamento de pessoas da comissão eleitoral para cada um dos campi, o retorno das urnas e a apuração em si são os principais pontos de dificuldade para a realização do pleito (CHAVES e MELLO, 2014). Para os autores, apesar do uso da urna eletrônica brasileira trazer alguns benefícios, principalmente para a apuração, ainda assim haveria a problemática de deslocamento de fiscais, servidores do quadro permanente da instituição para todos os polos no dia da eleição.

Percebemos a cada dia que as transformações promovidas pelos avanços tecnológicos nas redes comunicacionais provocaram uma nova organização social do espaço e de suas relações. Assim, a tecnologia não só tornou possível o contato entre empresas de diferentes países, mas possibilitou a interação de milhões de indivíduos. Com o surgimento desta rede informacional que recobre praticamente toda a superfície do planeta e, potencialmente, todos os indivíduos que estão conectados aos dispositivos de comunicação digital que oferecem acesso simultâneo à internet, importantes questões e desafios são colocados a nós.

No contexto das novas transformações tecnológicas, as relações sociais cibermediadas avançam cotidianamente sobre novos territórios da vida e tendem a caminhar lado a lado com o exercício participativo. Assim, cresce a necessidade de buscar alternativas que abram o caminho a novas possibilidades democráticas. Diante deste cenário, surge a questão que pretendo resolver neste trabalho: Um sistema de votação online seria capaz de favorecer a participação das pessoas (professores, alunos e técnicos administrativos) na pesquisa eleitoral para Reitor e Vice-Reitor da UFT? Desta questão, vieram outras secundárias: Sob o ponto de vista dos profissionais das Tecnologias da Informação da UFT, é viável a construção

de um sistema de votação online próprio da instituição? Qual é a opinião de membros representantes e atuantes das categorias sobre a mudança da forma de participação num possível de sistema de votação online para pesquisa eleitoral de Reitor e Vice-Reitor na UFT?

Nessa perspectiva o estudo objetiva conhecer a disposição da comunidade universitária em diferenciar suas práticas participativas num possível sistema de votação online para pesquisa eleitoral de Reitor e Vice-Reitor na Universidade Federal do Tocantins – UFT. Este objetivo busca o debate das relações sociais cibermediadas e as novas alternativas de deliberações que abram o caminho a novas possibilidades democráticas; historicizando as pesquisas eleitorais de Reitor e Vice-Reitor ocorridos na UFT; investigando a opinião de membros representantes e atuantes das categorias sobre a mudança da forma de participação num possível de sistema de votação online para pesquisa eleitoral de Reitor e Vice-Reitor na UFT; analisando algumas experiências e sistemas de votação online já ocorridas no âmbito universitário no país; averiguando a viabilidade de construção de um sistema de votação online próprio da UFT sob o ponto de vista dos profissionais das Tecnologias da Informação; e identificando se a comunidade universitária participaria e confiaria no resultado de uma eleição realizada pela internet.

Após o ingresso no Mestrado Profissional em Gestão de Políticas Públicas ofertado pela Universidade Federal do Tocantins – UFT, alguns fatores foram determinantes para escolha e apresentação deste tema de pesquisa. O primeiro fator foram as aulas da disciplina Estado e Gestão Pública ministradas pelo Prof. Dr. Marcelo de Souza Cleto (por coincidência, meu orientador), e as conversas que tive com ele durante este período. Estas aulas fizeram lembrar-me o quanto gostava de discutir a influência positiva das tecnologias na vida das pessoas, gostar esse expresso em minhas monografias de graduação e especialização.

Portanto, a presente pesquisa faz parte de um conjunto de estudos que teve início com o Trabalho de Conclusão do Curso de Graduação em Geografia, intitulado: “*Lan House*’: uma análise sobre as influências sócio culturais destes pontos na cidade de Jacobina-BA enquanto locais de produção de uma Cibercultura”, realizado em 2008; e continuou com o Trabalho de Conclusão do Curso da Especialização em Educação, Cultura e Contextualidade, intitulado: “*Lan houses*’ como locais formativos do sujeito: uma análise sobre os processos formativos da educação informal, por meio do acesso à rede nas ‘*lan houses*’ de

Jacobina-BA”.

Outro fator determinante para escolha e apresentação deste tema de pesquisa foi pensar em uma proposta voltada para a Instituição em que atualmente trabalho, que é a UFT. Faço parte do quadro de mais de 800 técnicos administrativos que colaboram com esta Instituição de Ensino Superior, sendo lotado no Câmpus de Gurupi. Por fim, outro fator também considerado decisivo para a escolha desta temática foi ter feito parte da Comissão Setorial do processo de Pesquisa Eleitoral para Reitor e Vice-Reitor da UFT, para a gestão 2016/2020, enquanto representante dos técnicos administrativos do Câmpus de Gurupi, tendo experienciado muitas questões que envolvem a realização de um pleito dentro da Universidade.

Uma das linhas de pesquisa deste Programa do Mestrado é “Educação, Ciência e Tecnologia e Desenvolvimento Territorial”. Nesta linha de pesquisa existe uma expectativa de que o aprimoramento das instituições educacionais de ciência e tecnologia implique positivamente sobre as múltiplas escalas de desenvolvimento territorial. Assim, a existência de dinâmicas intrínsecas aos processos de inovação tecnológica necessita ser compreendida para que possam obter maiores retornos para a sociedade. A proposta de um sistema de votação online para pesquisa eleitoral de Reitor e Vice-Reitor na Universidade Federal do Tocantins – UFT segue a tendência das novas alternativas de práticas políticas cibermediadas.

Neste sentido, fomento estudos sobre experiências vivenciadas no âmbito da UFT e em outras instituições de ensino superior, principalmente aquelas relacionadas com seus desenhos institucionais e práticas de gestão conforme sugestão desta linha de pesquisa. Assim, também é almejado o desenvolvimento desta pesquisa na busca de alternativas de sociabilidade que abram o caminho a novas possibilidades democráticas, por instrumentos que aperfeiçoem este processo.

Desde o fim da Ditadura, a democracia no Brasil é exercida através do voto. Quando se trata de um pleito eleitoral dentro de uma Universidade federal no país, esta ação é realizada pelos três segmentos: Docentes, discentes e técnicos administrativos; e como este pleito é realizado, depende do estatuto interno ou regimento eleitoral de cada instituição, e principalmente da atuação política e representatividade destas categorias.



O Reitor é o cargo mais alto de instituição federal de ensino superior. Segundo o Regimento Interno da UFT, o Reitor é o representante legal da mesma em todos os atos e feitos judiciais e extrajudiciais, cabendo-lhe administrá-la, supervisionar e coordenar as atividades universitárias na forma prevista no Estatuto, no Regimento Geral e no Regimento da Reitoria. Seu mandato é de quatro anos, sendo permitida uma única recondução ao mesmo cargo.

No último pleito, realizado no dia 09 de junho de 2017, alguns números chamaram a atenção. Dos 841 técnicos administrativos da UFT, apenas 567 compareceram às urnas, representando um universo de 67,42% da categoria. Do quadro docente, entre 1050 professores efetivos, a porcentagem de votos contabilizados foi ainda menor, comparecendo às urnas 606 votantes, ou seja, 57,71%. Entretanto, os números mais preocupantes referem-se à participação do corpo discente nesse processo eleitoral. Dos 18.642 discentes de graduação e pós-graduação matriculados na UFT aptos a votar, apenas 2.778 compareceram às urnas, representando um universo de 14,9% dos estudantes<sup>1</sup>.

A não participação de mais de dezesseis mil membros da comunidade universitária é um fato a ser questionado. O que não deu certo nesse pleito? Promover um processo eleitoral numa universidade com mais de 20 mil pessoas aptas ao voto, distribuídas em sete câmpus de educação presencial e 19 polos EaD situados nas mais diversas microrregiões e pontos extremos em um estado com uma extensão de 277 620,914 km<sup>2</sup>, faz-nos pensar em toda a logística envolvida neste processo.

O deslocamento de pessoas da comissão eleitoral para cada um dos câmpus, a entrega e o retorno das urnas, custos com combustível e diárias, treinamentos dos integrantes das comissões setoriais no TRE, mobilização de um número enorme de mesários, é um processo complexo e custoso, mas que neste pleito contou com a participação apenas de 19,24% da comunidade universitária.

Segundo Mendonça e Pereira (2011) processos deliberativos devem incluir todos os sujeitos potencialmente afetados por uma decisão, além de libertar os argumentos de formas de coerção internas e externas. Para estes autores, a efetiva inclusão requer que o maior número possível de perspectivas sejam consideradas e que elas sejam postas com base nas razões que expressam. Diante deste cenário,

---

<sup>1</sup> Esses dados quantitativos estão disponíveis no Relatório Final dos trabalhos da Comissão Eleitoral Central na Realização da pesquisa Eleitoral para Reitor e Vice-Reitor da UFT 2017-2021.

alternativas de deliberação com a utilização das tecnologias digitais, mais precisamente à internet, surgem para o revigoramento da democracia dentro das Universidades. O resultado desta pesquisa contribuirá decisivamente para entender possibilidades para a emergência de novas práticas e ações políticas, a fim de criar uma maior participação da comunidade acadêmica nos processos eleitorais ocorridos dentro da UFT.

Além da introdução, este trabalho foi estruturado em mais seis capítulos. No segundo capítulo é tratada a metodologia desta pesquisa descritiva que se utilizou da análise quali-quantitativa baseada em três etapas: análise documental, técnica Delphi e pesquisa de opinião. No terceiro capítulo é discutida uma discussão teórica sobre modelos de democracia, o ambiente virtual como ferramenta de participação e correntes contra hegemônicas. No capítulo seguinte o foco é voltado para a história dos pleitos da UFT e a opinião de especialistas sobre a política na instituição. No quinto capítulo o foco é o voto pela internet, principalmente nas instituições de ensino, e as possibilidades na UFT. No sexto capítulo é interpretada graficamente a disposição da comunidade universitária quanto à participação na política institucional, para enfim chegarmos às considerações finais.

## **2 METODOLOGIA**

Certamente o que diferencia uma pesquisa científica da não-científica é a utilização de uma metodologia. Esta, segundo Laville e Dionne (1999), indica regras, propondo um procedimento que orienta a pesquisa e auxilia a realizá-la com eficácia. Assim, torna-se de fundamental importância uma metodologia que possa dialogar com os objetivos da pesquisa e levar à compreensão e análise do tema em questão. Segue abaixo os procedimentos metodológicos que o pesquisador utilizou para a execução deste trabalho.

### **2.1 Abordagem quali-quantitativa**

O pesquisador das Ciências Humanas e Sociais costuma considerar que há uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito, isto é, um vínculo indissociável entre o mundo objetivo e a subjetividade do sujeito, por meio da relação existente entre pessoas, fatos e locais que constituem o objeto de estudo. Muitas vezes este vínculo não pode ser traduzido em números, entretanto, os números podem favorecer uma compreensão aprofundada deste objeto a ser estudado.

Logo, se o pesquisador supõe que o mundo deriva da compreensão que as pessoas constroem no contato com a realidade nas diferentes interações humanas e sociais, conseqüentemente será necessário encontrar fundamentos para uma análise e para a interpretação do fato que revele o significado atribuído a esses fatos pelas pessoas que partilham dele. Tais pesquisas serão definidas como qualitativas. Este termo é empregado para designar pesquisas que, utilizando ou não, quantificações, pretendem interpretar o sentido do evento a partir do sentido que as pessoas atribuem ao que falam e fazem (CHIZZOTTI, 2006).

Prodanov e Freitas (2013) afirmam que é comum autores não diferenciarem abordagem quantitativa da qualitativa, pois consideram que a pesquisa quantitativa é também qualitativa. Eles entendem que a maneira pela qual se pretende analisar o problema ou fenômeno, além do enfoque adotado, é o que determina uma metodologia quantitativa ou qualitativa. Assim, para os autores, o tipo de abordagem utilizada na pesquisa dependerá dos interesses do pesquisador e do tipo de estudo que ele desenvolverá. Acrescentam também que essas duas abordagens estão

interligadas e complementam-se. Pensamento que também já havia sido compartilhado por Laville e Dionne (1999):

A partir do momento em que a pesquisa centra-se em um problema específico, é em virtude desse problema específico que o pesquisador escolherá o procedimento mais apto, segundo ele, para chegar à compreensão visada. Poderá ser um procedimento quantitativo, qualitativo, ou uma mistura de ambos. O essencial permanecerá: que a escolha da abordagem esteja a serviço do objeto de pesquisa, e não o contrário, com o objetivo de daí tirar, o melhor possível, os saberes desejados (LAVILLE e DIONNE, 1999, p. 43).

Portanto, para Laville e Dionne (1999), não há oposição entre as perspectivas quantitativas e qualitativas e elas podem até parecer complementares, cada uma ajudando a sua maneira o pesquisador a cumprir o seu objetivo.

É importante notar que esses tipos de abordagem de acordo com as diversas classificações são abertos e podem ser usados de forma concomitante, isto é, uma mesma pesquisa pode adotar característica de mais de um tipo, no entanto, um deles será predominante (PRODANOV e FREITAS, 2013). Triviños (1987, pág. 118) resume esta discussão afirmando que “toda pesquisa pode ser, ao mesmo tempo, quantitativa e qualitativa”.

Goldenberg (2004) destaca que a integração da pesquisa quantitativa e qualitativa é que permite o pesquisador fazer um cruzamento de suas conclusões de modo a “ter maior confiança que seus dados não são produto de um procedimento específico ou de alguma situação particular” (GOLDENBERG, 2004, pág. 62). Assim, para a autora, o pesquisador não se limita ao que pode ser coletado, por exemplo, em uma entrevista. Ele pode entrevistar repetidamente, pode aplicar questionários, pode investigar diferentes questões em diferentes ocasiões, pode utilizar fontes documentais e dados estatísticos.

Partindo desta premissa, o presente trabalho trata-se de uma pesquisa quali-quantitativa, descritiva, sustentada por interpretações de teorias e procedimentos metodológicos qualitativos: pesquisa bibliográfica e pesquisa documental; apoiada em dados quantitativos disponibilizados pelos questionários e também encontrados nos documentos. Neste trabalho também foi utilizado a técnica Delphi. Esta técnica pode ser utilizada para obter dados tanto qualitativos como quantitativos, produzidos por especialistas, conforme será discutido.

## 2.2 Pesquisa Descritiva por meio da pesquisa de opinião

O objetivo geral desta pesquisa é conhecer a disposição da comunidade universitária em diferenciar suas práticas participativas num possível sistema de votação online para pesquisa eleitoral de Reitor e Vice-Reitor na Universidade Federal do Tocantins – UFT. Partindo do pressuposto que nem sempre existe metodologia perfeita, mas metodologias que são mais adequadas, que possam dialogar com os objetivos da pesquisa e levar às respostas dos problemas formulados, o modelo de pesquisa descritiva foi o que o pesquisador definiu como o mais adequado para a execução deste trabalho.

Se pegarmos um dicionário e pesquisarmos o verbete “descrever”, certamente haverá muitos sinônimos para esta palavra, como: relatar, recontar, narrar, contar, retratar. A intenção da pesquisa descritiva é justamente registrar, analisar e correlacionar os fatos ou fenômenos.

Segundo Cervo, Bervian e da Silva (2007), a pesquisa descritiva busca conhecer as diversas situações e relações que ocorrem na vida social, política, econômica e demais aspectos do comportamento humano, tanto do indivíduo tomado isoladamente como de grupos e comunidades mais complexas. Estes autores também afirmam que a pesquisa descritiva desenvolve-se, principalmente, nas ciências humanas e sociais, abordando aqueles dados e problemas que merecem ser estudados, mas cujo registro não consta de documentos. “Os dados, por ocorrerem em seu habitat natural, precisam ser coletados e registrados ordenadamente para seu estudo propriamente dito” (CERVO, BERVIAN e DA SILVA, 2007, pág. 62).

Esta modalidade de pesquisa pode assumir diversas formas, entre as quais se destacam: Estudos descritivos; pesquisa de opinião; pesquisa de motivação; estudo de caso; pesquisa documental; entre outros. No caso da pesquisa de opinião, Cervo, Bervian e da Silva (2007) afirmam:

Pesquisa de Opinião: Procura saber atitudes, pontos de vista e **preferências das pessoas a respeito de algum assunto**, com o objetivo de tomar decisões. A pesquisa de opinião abrange uma faixa muito grande de investigações que visam a identificar falhas ou erros, **descrever procedimentos, descobrir tendências, reconhecer interesses e outros comportamentos** (CERVO, BERVIAN e DA SILVA, 2007, p. 62, grifo nosso).

Para Laville e Dionne (1999), uma pesquisa de opinião é precisa quando fornece uma imagem fiel do conjunto da população que forma o universo do estudo. Os grifos realizados nesta citação de Cervo, Bervian e da Silva (2007) condizem com os instrumentos de coleta de dados considerados adequados à resolução do problema principal desta pesquisa que vale ser ressaltado: Um sistema de votação online seria capaz de favorecer a participação das pessoas (professores, alunos e técnicos administrativos) na pesquisa eleitoral para Reitor e Vice-Reitor da UFT? Desta questão, vieram outras secundárias: Sob o ponto de vista dos profissionais das Tecnologias da Informação da UFT, é viável a construção de um sistema de votação online próprio da instituição? Qual é a opinião de membros representantes e atuantes das categorias sobre a mudança da forma de participação num possível de sistema de votação online para pesquisa eleitoral de Reitor e Vice-Reitor na UFT?

Triviños (1987) afirma que os estudos descritivos exigem do investigador, para que a pesquisa tenha certo grau de validade científica, uma rigorosa delimitação de técnicas, métodos, modelos e teorias que orientarão a coleta e interpretação dos dados. Portanto, a construção de um trabalho científico implica a escolha de um método e de uma metodologia que criem condições para pesquisa a ser realizada.

Nas pesquisas descritivas, a preocupação do pesquisador é a de descrever com precisão características, utilizando instrumentos padronizados de coleta de dados. Cervo, Bervian e da Silva (2007) destacam que a coleta de dados aparece como uma das principais tarefas da pesquisa descritiva. Entretanto, os autores ressaltam que a coleta e o registro de dados, mesmo com toda a sua significação, não constituem por si sós uma pesquisa, mas sim técnicas específicas para a consecução dos objetivos da pesquisa. Assim, seja qual for seu tipo, a pesquisa resulta da execução de inúmeras tarefas, desde a escolha do assunto até o produto final, o que também implica a adoção simultânea e consecutiva de variadas técnicas em uma mesma pesquisa.

Para viabilizar essa importante operação da coleta de dados, foram utilizados, como principais instrumentos: a análise documental, o questionário fechado aplicado à comunidade universitária e rodadas de questionários abertos aplicados a dois grupos distintos de especialistas através da técnica Delphi. A seguir serão descritos cada um dos instrumentos de coleta de dados, técnicas, indicadores e amostragem;

e detalhado como eles levarão às respostas das questões formuladas, além da execução também dos objetivos específicos desta pesquisa.

### 2.3 A análise dos documentos

A pesquisa documental é importante à medida que por meio de tais fontes podemos obter relevantes informações, possibilitando seu uso nas mais variadas áreas das ciências humanas e sociais, tanto nas pesquisas quantitativas como nas pesquisas qualitativas.

Portanto, para historicizar as pesquisas eleitorais de Reitor e Vice-Reitor ocorridos na UFT, neste trabalho realizou-se uma análise de documentos oficiais produzidos pelas casas legislativas, comissões centrais eleitorais destes pleitos e pelo Conselho Universitário (Consuni), notícias da época em jornais virtuais, além de relatórios produzidos pela UFT. Para tanto se buscou um rigor metodológico neste processo com o intuito de manter a fidelidade frente aos documentos.

A busca dos documentos oficiais acerca dos cinco pleitos já realizados para a escolha do Reitor e Vice-Reitor da UFT mostrou a possibilidade em conhecer o quantitativo de participação da comunidade universitária neste processo democrático da instituição e a dinâmica ao longo de sua história.

Ao se buscar dados quantitativos nos documentos oficiais referente ao índice de participação nos atos democráticos desta natureza ocorridos ao longo da história desta instituição, significa dizer que o principal foco da coleta de dados nesta pesquisa serão os registros estatísticos. Entretanto, não foram deixadas de lado todas as informações qualitativas encontradas principalmente nas Atas do Consuni, Resoluções e Regimentos. Segue abaixo o quadro dos principais documentos localizados e utilizados neste trabalho:

**Quadro 01** – Documentos utilizados nesta pesquisa referentes a cada período histórico dos pleitos para Reitor e Vice-Reitor da UFT.

Período de referência	Documentos utilizados
Antes da primeira escolha	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Decreto estadual nº 252, de 21 de fevereiro de 1990.</li> <li>• Decreto estadual nº 2021, de 27 de dezembro de 1990.</li> <li>• Lei estadual 136, de 21 de fevereiro de 1990.</li> <li>• Lei estadual 326, de 24 de outubro de 1991.</li> <li>• Lei estadual nº 872, de 13 de novembro de 1996.</li> </ul>

	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Lei estadual nº 873, de 25 de novembro de 1996.</li> <li>• Lei estadual nº 874, de 06 de dezembro de 1996.</li> <li>• Lei estadual 1.126, de 1 de fevereiro de 2000.</li> <li>• Lei estadual 1.160, de 19 de junho de 2000.</li> <li>• Mensagem Presidencial nº 745, de 26 de maio de 2000.</li> <li>• Projeto de Lei federal nº 3.126, de 29 de maio de 2000.</li> <li>• Lei federal nº 10.032, de 23 de outubro de 2000.</li> <li>• Ato da Reitoria 7/2003, de 09 de junho de 2003.</li> <li>• Portaria UFT/CUP/GAB./Nº 002/2003, de 19 de agosto de 2003.</li> <li>• Cartilha: Memória UFT 10 anos.</li> <li>• Projeto pedagógico-institucional (PPI) da Universidade Federal do Tocantins.</li> </ul>
Dois mil e quatro	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Regimento Eleitoral para escolha do cargo de Reitor e Vice-Reitor da Fundação Universidade Federal do Tocantins.</li> <li>• Ata de apuração da eleição de Reitor da Universidade Federal do Tocantins.</li> <li>• Ata da Reunião de Instalação do Conselho Universitário – CONSUNI da Universidade Federal do Tocantins, realizada no dia 14 de abril de 2004.</li> <li>• Resolução do Conselho Universitário Nº 01/2004.</li> <li>• Ata da Reunião do Colégio Eleitoral constituído para realizar a indicação das listas tríplices para escolha do Reitor e do Vice-Reitor da Universidade Federal do Tocantins, mandato 2004-2008, realizada no dia 20 de abril de 2004.</li> </ul>
Dois mil e oito	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Ata da 40ª Reunião Ordinária, realizada no dia 17 de março de 2008.</li> <li>• Resolução do Conselho Universitário (CONSUNI) Nº 01/2008.</li> <li>• Mapa de apuração de votos de cada campus.</li> <li>• Mapa de apuração de votos na formação da Lista Tríplice.</li> <li>• Ata da 42ª Reunião Ordinária, realizada no dia 12 de maio de 2008.</li> <li>• Ata da 14ª Reunião Extraordinária, realizada no dia 04 de junho de 2008.</li> <li>• Ata da 70ª Reunião Ordinária, realizada no dia 26 de outubro de 2011.</li> </ul>
Dois mil e doze	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Resolução do Conselho Universitário (CONSUNI) Nº 15/2011.</li> <li>• Ata da 70ª Reunião Ordinária, realizada no dia 26 de outubro de 2011.</li> <li>• Regimento Eleitoral: Pesquisa Eleitoral para Reitor e Vice-Reitor da UFT – 2012/2016.</li> <li>• Relatório Final da Comissão Eleitoral.</li> <li>• Ata da 75ª Reunião Ordinária, realizada no dia 17 de abril de 2012.</li> </ul>
Dois mil e dezesseis	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Resolução nº 02, de 03 de fevereiro de 2016.</li> <li>• Ata da 98ª Reunião Ordinária, realizada no dia 03 de fevereiro de 2016.</li> <li>• Regimento da Pesquisa Eleitoral para Reitor e Vice-Reitor da Universidade Federal do Tocantins – 2016/2020.</li> <li>• Mapa de Urnas da Pesquisa Eleitoral para Reitor e Vice-Reitor da Universidade Federal do Tocantins – 2016/2020.</li> <li>• Comunicado CEC nº 003 de 24 de fevereiro de 2016.</li> </ul>



	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Apuração Final da Pesquisa Eleitoral para Reitor e Vice-Reitor da Universidade Federal do Tocantins – 2016/2020.</li> <li>• Ata da 39ª Reunião Extraordinária, realizada no dia 05 de abril de 2016.</li> </ul>
Dois mil e dezessete	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Resolução nº 15, de 09 de maio de 2017.</li> <li>• Ata da 42ª Reunião Extraordinária, realizada no dia 09 de maio de 2017.</li> <li>• Regimento da Pesquisa Eleitoral para Reitor e Vice-Reitor da Universidade Federal do Tocantins – 2017/2021.</li> <li>• Mapa de urnas - Pesquisa Eleitoral Reitor e Vice-Reitor UFT – 2017-2021.</li> <li>• Ofício CEC nº 001/2017.</li> <li>• Comunicado CEC nº 007 de 23 de maio de 2017.</li> <li>• Apuração da Pesquisa Eleitoral para Reitor e Vice-Reitor da UFT 2017-2021.</li> <li>• Relatório Final dos Trabalhos da Comissão Eleitoral Central na Realização da Pesquisa Eleitoral para Reitor e Vice-Reitor da UFT 2017-2021.</li> <li>• Ata da 43ª Reunião Extraordinária, realizada no dia 28 de junho de 2017.</li> </ul>

**Fonte:** Elaboração própria com base na pesquisa documental

## 2.4 O questionário

Quando se deseja descobrir a opinião de uma determinada população sobre algum assunto é necessário interrogá-la. Evidentemente realizar esse procedimento com todos os envolvidos é, muitas vezes, impossível. Para realizar tal consulta, o instrumento mais adequado passa a ser o questionário.

Laville e Dionne (1999) chamam a atenção que um problema importante para ser observado no recurso aos questionários surge da baixa taxa de retorno, não se dando as pessoas o trabalho de respondê-los. Os autores aconselham para aumentar a taxa de respostas, os seguintes procedimentos: um questionário curto, atraente em sua apresentação com questões simples e claras (o que não exclui obrigar o respondente a refletir), um modo de resposta fácil de compreender e usar; além de uma boa apresentação que, não deixe dúvida sobre o anonimato do interrogado e explique as vantagens esperadas desta pesquisa.

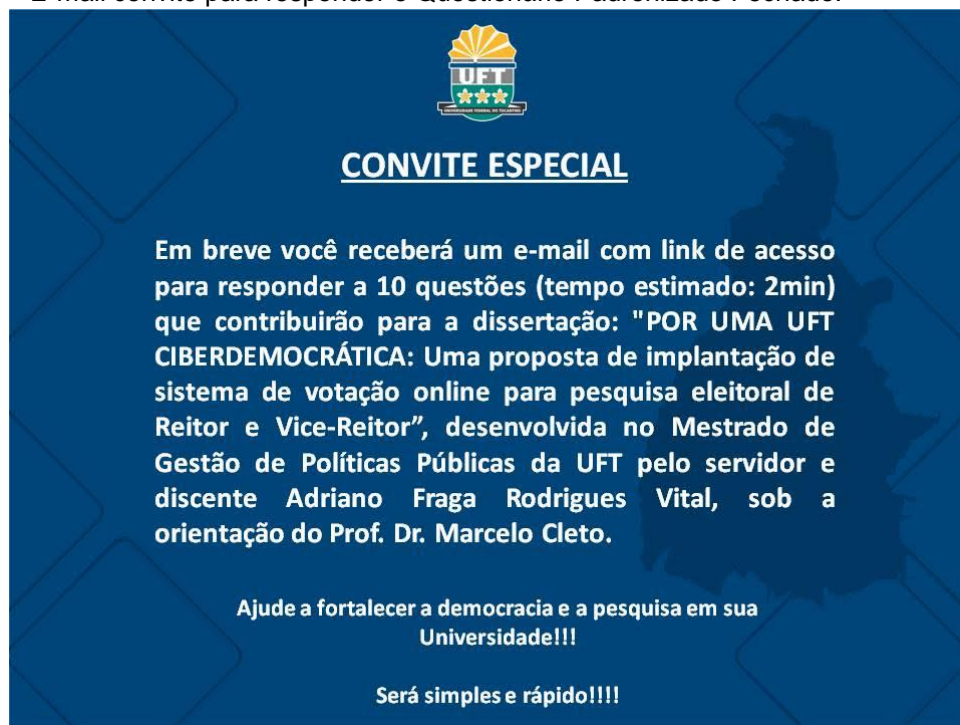
Atualmente, os pesquisadores costumam utilizar os benefícios proporcionados pela rede para facilitar, agilizar e reduzir os custos operacionais da pesquisa. O questionário deste trabalho foi produzido por meio do Google Formulários, um serviço do site do Google para criação de formulários na WEB.

O link gerado com o questionário foi encaminhado para o e-mail de todos os membros da comunidade universitária da UFT no dia 13 de agosto de 2018, por

meio da Diretoria de Comunicação (DICOM), seguindo a estratégia da pesquisa de opinião citada por Laville e Dionne (1999), uma amostra suficientemente grande, constituída com os cuidados requeridos para assegurar sua representatividade, que será discutida mais à frente.

Antes do envio do questionário, no dia 08 de agosto houve o envio de um e-mail convite à participação nesta pesquisa também por meio da DICOM. O motivo do envio deste convite foi avisar sobre a importância da pesquisa e preparar os membros da comunidade universitária para o recebimento do questionário, contribuindo para que o e-mail não fosse descartado tão facilmente pelas pessoas.

**Figura 01** – E-mail convite para responder o Questionário Padronizado Fechado.



**Fonte:** Elaboração nossa.

Com base nestes pressupostos, os questionários padronizados fechados desta pesquisa foram produzidos eletronicamente, com poucas perguntas (10), mas que consistisse basicamente em responder uma das questões secundárias deste trabalho: A comunidade universitária participaria e confiaria no resultado de uma eleição utilizando a própria plataforma da UFT?

As informações obtidas por meio do questionário permitiram observar tendências e interesses desta comunidade. Segue abaixo o quadro com os

indicadores que foram analisados a partir dos dados coletados com estes questionários:

**Quadro 02** – Dimensões e Indicadores do questionário padronizado fechado.

Dimensão	Indicador
Perfil	Idade
	Câmpus
	Categoria
Interesse	Interesse na Política Nacional
	Interesse na Política na UFT
Participação	Participação no último pleito
	Não participação no último pleito
	Participação pela Internet
Aprovação e Confiança	Aprovação no voto pela Internet
	Confiança no voto pela Internet

**Fonte:** Elaboração nossa.

## 2.5 Técnica Delphi

O Delphi consiste em uma técnica mediada pelo pesquisador, que utiliza uma série de questionários com perguntas abertas e fechadas para que respondentes capacitados cheguem a um consenso sobre algum assunto. Esta técnica também é conhecida como: painel de especialistas. Assim, trata-se de uma coleta sistemática da opinião de especialistas sobre determinado tema (OLIVEIRA et al., 2008). De acordo com Rozados (2015), muitos autores tratam, de forma indistinta, o Delphi tanto como técnica quanto como método. Neste trabalho optou-se por utilizá-lo como mais uma das técnicas desta pesquisa, apesar de algumas vezes citá-lo como método:

O método Delphi, de um modo geral, é definido como uma atividade interativa desenhada para combinar opiniões de um grupo de especialistas para obtenção de consenso. Baseia-se em um processo de comunicação grupal de maneira a permitir que indivíduos, como um todo, possam lidar e explorar um problema complexo (OLIVEIRA et al., 2008, p. 5).

Além de buscar uma opinião em comum acordo, o Delphi tradicional também pretende alcançar uma previsão de futuro, com base em um método qualitativo/quantitativo de coleta de opiniões/dados fundamentados no conhecimento

dessas pessoas consideradas especialistas (OLIVEIRA et al., 2008). Giovinazzo (2001) e Rozados (2015) afirmam que a técnica Delphi é utilizada principalmente em situações de carência de dados históricos, necessidade de abordagem interdisciplinar, perspectivas de mudanças estruturais, ou quando há rupturas tecnológicas, econômicas, sociais ou políticas.

Nesta técnica, é aplicado um questionário que circula algumas vezes de forma interativa, até que seja adquirida uma convergência das respostas, ou seja, um satisfatório consenso que representa uma consolidação do julgamento intuitivo do grupo de especialistas. Para que isto ocorra, todos devem ter acesso às respostas produzidas pelos outros especialistas.

A cada nova rodada, as perguntas do questionário inicial são repetidas, contendo informações e dados estatísticos coletados nas respostas do questionário anterior. Quando são solicitadas novas respostas com justificativas, os participantes devem reavaliar suas respostas à luz das respostas numéricas e das justificativas dadas pelos demais respondentes da rodada anterior. Este procedimento é repetido até que a divergência de opinião entre os especialistas reduza-se a um nível considerado satisfatório, sendo que a resposta da última rodada é encarada como o consenso do grupo (ROZADOS, 2015, p. 69).

De acordo com Oliveira et al. (2008), esta técnica é aplicável a diferentes áreas do conhecimento, desde as ciências exatas, da saúde e engenharias até as ciências humanas e sociais. Entretanto, para que de fato a técnica Delphi seja aplicada corretamente, ela deve seguir quatro pilares de sustentação: o anonimato, o uso de especialistas, a aplicação de rodadas interativas com “feedback”, e a busca por consenso (SÁFADI, 2001).

Para Giovinazzo (2001) e Wright e Giovinazzo (2000), o anonimato nas respostas e o fato de não haver uma reunião física elimina a influência de fatores psicológicos como o "status" acadêmico ou profissional do respondente, ou sua capacidade de oratória na consideração da validade de seus argumentos, que podem inibir a opinião de outros participantes da pesquisa. Com relação ao uso de especialistas, Wright e Giovinazzo (2000, p. 54) destacam que “o julgamento coletivo, ao ser bem organizado, é melhor do que a opinião de um indivíduo só”. Além, de serem formados conceitos, julgamentos, apreciações e opiniões mais confiáveis a respeito do assunto (OLIVEIRA et al., 2008).

Rozados (2015, p. 68) define rodada como “cada um dos sucessivos questionários apresentados ao grupo”. Na técnica Delphi, as rodadas acontecem até

que seja atingido um grau satisfatório de consenso. Wright e Giovinazzo (2000) acreditam que, no mínimo, duas rodadas são necessárias para caracterizar esta técnica, sendo raros os exemplos de estudos com mais de 3 rodadas. “A cada nova rodada as perguntas são repetidas e os participantes devem reavaliar suas respostas à luz das respostas numéricas e das justificativas dadas pelos demais respondentes na rodada anterior” (GIOVINAZZO, 2001, p. 1). Assim, Giovinazzo (2001) cita o exemplo da segunda rodada do questionário Delphi, em que deve ser apresentando obrigatoriamente os resultados da primeira rodada, repetir as perguntas do questionário inicial e, ocasionalmente, adicionar novas questões que objetivem a convergências de resultados de acordo com o ponto de vista dos painelistas.

Com relação ao “feedback”, trata-se dos especialistas participantes da pesquisa receberem informações consolidadas sobre as respostas dos outros respondentes e também seus comentários e informações relevantes (SÁFADI, 2001), ou seja resumos das discussões de todas as rodadas. Quando o consenso for atingido, o pesquisador deve levar em consideração o seu resultado final e divulgar aos especialistas que participaram deste estudo.

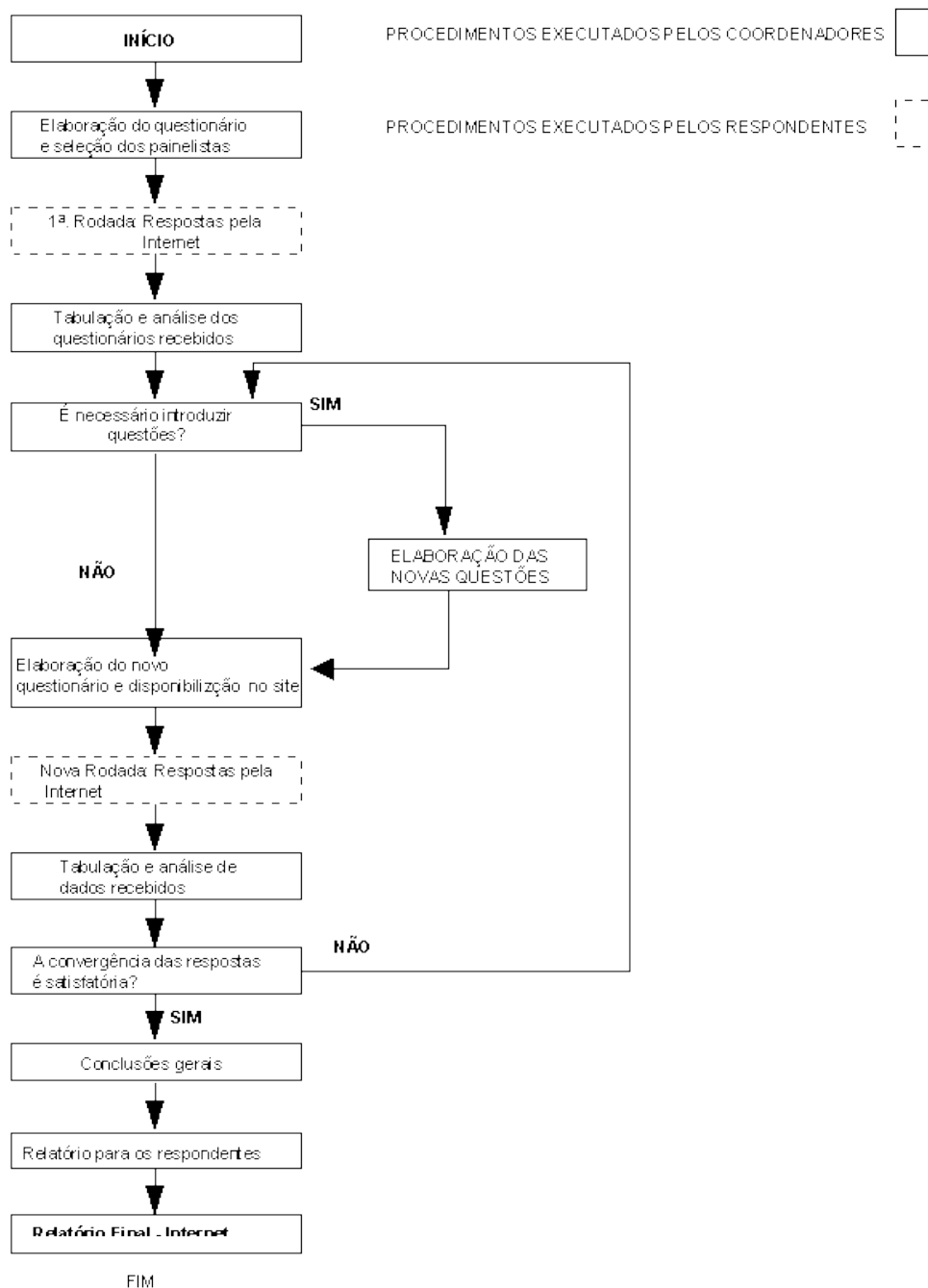
Segundo Rozados (2015, p. 69) o Delphi tradicional, geralmente utilizado em estudos de tendências e eventos futuros, teve, recentemente, seu conceito ampliado. Com o intuito de “incorporar a busca de ideias e estratégias para a proposição de políticas organizacionais mais gerais”, deixou de ser caracterizada unicamente como um instrumento de previsão, tornando-se também uma técnica de apoio à decisão e à definição de políticas. Eis que surge o Delphi de Política:

*O Delphi de Política, outro formato que a técnica Delphi assume atualmente, é uma ferramenta de análise de políticas alternativas e não um mecanismo de tomada de decisões. Seu objetivo é assegurar que todas as possíveis opções de um problema tenham sido expostas e consideradas de modo a estimar o impacto e as consequências de qualquer opção em particular, a analisar e a estimular a aceitabilidade de uma determinada opção. O formato usual de um Delphi de Políticas é o de solicitar ao participante que vote em uma questão política adequadamente formulada, oferecendo sua opinião sobre esta questão, através do uso de uma escala de avaliação tipo Likert (ROZADOS, 2015, p. 70).*

Com a evolução dos meios de comunicação proporcionado principalmente pelo surgimento da Internet, o método Delphi se beneficiou visto que o envio dos questionários e a coleta de dados pela rede permite que o pesquisador tenha um

acesso mais rápido a essas informações e conseqüentemente, a análise e o “feedback” para os respondentes será mais ágil (OLIVEIRA et al., 2008). Oliveira et al. (2008) acredita que ao se diminuir o espera de tempo entre as diferentes rodadas, evita-se a desmotivação e a dispersão dos participantes do painel. Segue abaixo uma representação esquemática do Delphi aplicado pela Internet:

**Figura 02** – Sequência de Execução de uma Pesquisa Delphi pela Internet.



Fonte: Giovinazzo (2001).

Com base nestas premissas, neste trabalho houve a formação de dois painéis de especialistas para aplicação do Delphi de política, e os questionários foram enviados pela internet. O primeiro painel foi formado por representantes das três categorias que conduzem a pesquisa eleitoral para Reitor e Vice-Reitor da UFT. Estes representantes foram escolhidos diante de seu histórico de participação tanto nos pleitos na instituição, como nos órgãos representativos de sua classe: Seção Sindical dos Docentes (Sesduft); Diretório Central dos Estudantes (DCE/UFT); e Sindicato dos Servidores Técnico-Administrativos (Sintad/UFT). Segue abaixo os indicadores que foram analisados a partir dos dados coletados com o Painel 1 entre maio e agosto de 2018:

- 1 - Interesse pela Política;
- 2 - Utilização da Internet como ferramenta política;
- 3 - Proporção das Consultas;
- 4 - Poder de Coerção.

O segundo painel foi composto por técnicos de TI que conhecem tanto linguagem de programação, como a plataforma virtual e infraestrutura informacional da UFT. Outro detalhe é este painel foi formado tanto por profissionais que possuem atualmente vínculo com instituição como por um profissional que já teve vínculo recente, mas que já deixou à UFT para assumir a função de Analista de Tecnologia da Informação em outra Universidade Federal do país. Numa pesquisa descritiva que se utiliza do Delphi para também descrever procedimentos, esta técnica se mostra útil, uma vez que possibilita conhecer a situação pesquisada pela ótica de quem entende a linguagem de programação, e conhece a infraestrutura de hardware e software da UFT. Segue abaixo os indicadores que foram analisados a partir dos dados coletados com o Painel 2 entre maio e agosto de 2018:

- 1 - Infraestrutura da UFT;
- 2 - Previsões para 2021;
- 3 - Utilização do Portal da UFT;
- 4 - Utilização de Sistemas Eleitorais já existentes.

## 2.6 A amostragem

Após a escolha das técnicas e dos instrumentos de coleta de dados, faz-se necessário definir a população-alvo que queremos abranger na pesquisa. O pesquisador pode decidir-se ou pelo estudo de todo o universo da pesquisa ou apenas sobre uma amostra, desde que ela seja suficientemente representativa para atingir os objetivos da pesquisa.

Marconi e Lakatos (2003) afirmam que a amostra é uma parcela convenientemente selecionada do universo (população), ou seja, é um subconjunto do universo. Ela só ocorre quando a pesquisa não é censitária, isto é, não abrange a totalidade dos componentes do universo, surgindo à necessidade de investigar apenas uma parte dessa população.

Em relação aos dois painéis de especialistas, a escolha das pessoas para coleta desses dados trata-se de uma amostra não-probabilista típica. Com relação a este tipo de amostragem, Laville e Dionne (1999) afirmam que, a partir das necessidades de seu estudo, o pesquisador seleciona casos julgados exemplares ou típicos da população-alvo ou de uma parte desta.

Geralmente utiliza-se como critério para criação do painel de especialistas a experiência e a formação individual na área de estudo, como também a disposição e boa vontade para participar. De acordo com Wright e Giovinazzo (2000), a seleção e convite aos respondentes, a elaboração de questionários e a análise das respostas são etapas em que o conhecimento da metodologia, e a imparcialidade do pesquisador têm que ser aplicadas.

Assim, como citado anteriormente, foram escolhidos para o primeiro painel seis representantes das categorias selecionados diante de seu histórico de participação tanto nos pleitos na instituição como nos órgãos representativos de sua classe: dois docentes, dois técnicos administrativos e dois discentes. Para a formação do segundo painel de especialistas também foram escolhidos seis profissionais de TI que conhecem tanto linguagem de programação, como a infraestrutura de hardware e software da UFT.

Os doze participantes desta etapa da pesquisa receberam um e-mail convite, esclarecimentos quanto à técnica Delphi, instruções de como preencher os questionários via correio eletrônico, além do Termo de Consentimento Livre e



Esclarecido. A construção destes e-mails foi norteada pelos trabalhos de Marques (2014) e Rozados (2004).

No que tange ao questionário, a intenção 'utópica' do pesquisador era a realização de uma pesquisa censitária, ou seja, o universo completo. Assim, foi enviado o questionário para o e-mail de todas as pessoas vinculadas a UFT em 13 de agosto de 2018. Em 23 de agosto foram contabilizados 1.177 questionários respondidos.

Logo, a amostra deste instrumento de coleta de dados nesta pesquisa pode ser considerada como aleatória simples. Segundo Barbetta (2012), para selecionar uma amostra aleatória simples, é necessário ter uma lista completa dos elementos da população. Assim, este tipo de amostragem tem como propriedade qualquer subconjunto da população ter a mesma probabilidade de fazer parte da amostra.

Ao utilizar uma calculadora amostral para um cálculo baseado na população total dos 22.532<sup>2</sup> membros da comunidade universitária (quantidade de membros no mês de aplicação do questionário, agosto de 2018), com um erro amostral de 3% e nível de confiança de 95%, chega-se à amostra necessária de aplicação de 1019 questionários. Portanto, 1.177 questionários respondidos pelas três categorias nos sete câmpus da UFT demonstra uma maior confiabilidade das conclusões obtidas.

## **2.7 Análise dos dados**

Ao final da pesquisa empírica, os procedimentos metodológicos adotados produziram uma enormidade de informações qualitativas e quantitativas, pouco sistematizadas e de difícil mensuração. Para cada técnica de coleta de dados utilizada, houve um tratamento adequado à sua natureza.

A pesquisa documental, enquanto instrumento metodológico complementar, foi necessário para análise dos relatórios, resoluções, regimentos e atas que envolveram os cinco pleitos já realizados para a escolha do Reitor e Vice-Reitor da UFT; e também para se buscar dados quantitativos nos documentos oficiais referentes ao índice de participação.

---

<sup>2</sup> A comunidade universitária da UFT em agosto de 2018 era formada por 1069 docentes, 848 técnicos administrativos e 20.615 discentes. Dados dos servidores fornecidos pela Pró-Reitoria de Gestão e Desenvolvimento de Pessoas – PROGEDEP, e os dados dos discentes fornecidos pela Secretaria Acadêmica do Câmpus de Gurupi.

Em relação à análise dos dados qualitativos proporcionados por estes documentos, foi utilizada uma adequação à proposta de análise histórica proposta por Laville e Dionne (1999), que consiste em elaborar um roteiro sobre a evolução do fenômeno ou da situação em estudo.

No que se refere aos dados quantitativos, Gil (2002) afirma que nas pesquisas documentais com estes tipos de dados, sobretudo naquelas que utilizam processamento eletrônico, a ordenação lógica do trabalho fica facilitada e pode-se partir facilmente para a redação do relatório.

Segundo Prodanov e Freitas (2013), nessa etapa de análise de dados, podemos aproveitar os recursos computacionais para organizar os dados obtidos na pesquisa de campo. “Atualmente, com o advento da informática, é natural que escolhamos os recursos computacionais para dar suporte à elaboração de índices e cálculos estatísticos, tabelas, quadros e gráficos” (PRODANOV e FREITAS, 2013, p. 112). Assim, nesta pesquisa não foi diferente o trato com os dados quantitativos gerados pelos questionários e pelo painel de especialistas.

Marconi e Lakatos (2013) destacam o gráfico e a tabela como importantes ferramentas de análise de dados quantitativos. Para eles, a tabela é um bom auxiliar na apresentação dos dados, uma vez que facilita, ao leitor, a compreensão e interpretação rápida da massa de dados. Já os gráficos, utilizados com habilidade, podem evidenciar aspectos visuais dos dados, de forma clara e de fácil compreensão. Assim, os dados quantitativos coletados nos documentos, questionários e painel de especialistas, foram dispostos em tabelas e gráficos, dessa forma servindo para facilitar sua compreensão e interpretação.

Por fim, os dados qualitativos gerados pelos painéis de especialistas, para facilitar a leitura e a compreensão destes dados, decidiu-se formatá-los de maneira a reunir os principais elementos em cada questão de acordo com os indicadores que foram analisados. Assim, foram destacados todos comentários da segunda rodada respondidos pelos dois grupos de especialistas, suas justificativas e opiniões sobre as escolhas feitas, relacionando-os com os dados quantitativos obtidos.

### 3 A DEMOCRACIA E O CIBER

#### 3.1 Democracia e Cidadania Deliberativas

O termo **democracia** surgiu na Grécia Antiga para nomear a forma de governo que caracterizava a administração política dos interesses coletivos. Assim os gregos foram o primeiro povo a pensar formalmente a democracia como um regime político, rompendo os privilégios do modelo oligárquico até então predominante.

Esta nova forma de governo que emergia significou a chance das pessoas se entenderem num espaço público e resolverem suas diferenças em prol de interesses coletivos através de assembleias nas quais as decisões eram tomadas após uma série de debates e questionamentos. Ao invés de violência e privilégios, a palavra passou a representar um instrumento poderoso para os cidadãos chegarem a um consenso sobre o que era melhor para o coletivo. Embora tenha sido o berço da democracia, o que se desdobra é uma experiência ainda restritiva uma vez que nem todos podiam participar das assembleias. Eram vetados nestes debates mulheres, escravos e estrangeiros, pois não eram considerados cidadãos.

Historicamente, o termo **cidadania** remete aos direitos e deveres dos membros de um Estado Nação. Refere-se à celebração e ao surgimento do indivíduo como unidade política. Sua origem está ligada à Declaração de Independência dos Estados Unidos (1776) e à Declaração Francesa de Direitos do Homem (1789) e “corresponde a uma ruptura paradigmática com a até então dominante teoria liberal burguesa” (CARRION, 2014, p. 35). Assim, a promulgação destas duas declarações foram marcos. O homem passou a ter direitos naturais anteriores à formação da sociedade que o Estado deve reconhecer e garantir como direitos do cidadão (BOBBIO, MATTEUCI e PASQUINO, 1998).

Silva (2012, p. 70) pontua que cidadania está relacionada: “à relação das pessoas com o Estado e com a Nação na medida em que se sentem parte, em que lealdade se vincula à participação política e identidade nacional”. Entretanto, a autora chama a atenção que lealdade, pertencimento e identidade nacional recentemente não caminham tão juntos. Ser cidadão seria apenas ter o status de homem livre, pertencente a uma comunidade política com todo o direito e também com todo o dever de nela participar.

As mudanças recentes nas estruturas políticas, econômicas e sociais na sociedade incidiram, igualmente, na evolução do conceito e da prática da democracia e da cidadania, moldando-os de acordo com as necessidades de cada época. O adjetivo **deliberativa** qualificando os substantivos democracia e cidadania pressupõem novas formas de decisão coletiva sobre o exercício do poder e de pertencimento e participação na sociedade.

A proposta deste subcapítulo é realizar uma discussão bibliográfica sobre essas novas tendências de rompimento com as práticas de participação política existentes. Assim, nas últimas décadas as pessoas perceberam que a democracia e cidadania praticada na maioria das sociedades atuais de fato não dá o poder de decisão aos cidadãos (sendo excluídas principalmente as minorias), e que deve ser criado e fortalecido espaços privilegiados, com poder consultivo e deliberativo, onde todos os interessados têm o direito à participação, sem nenhum tipo de coação.

A democracia deveria pressupor a participação dos indivíduos no processo decisório, atribuindo poder político e legitimidade para ser exercido pelos agentes que são delegados pelo princípio da vontade da maioria (FARIA, 2000), criando portanto uma espécie de contrato entre sociedade e Estado, baseado na legitimidade de governança, bem-estar econômico social, segurança e identidade cultural nacional, visando o bem comum.

A antinomia gerada entre os interesses sociais e a força do capitalismo têm restringido e enfraquecido a participação popular, criando um vácuo entre representante e representado, talvez pelos falidos modelos, como na democracia representativa em que a figura do povo serve apenas como aparência de soberania, mas que no fundo trata-se de um modelo fechado o qual jamais permite a emancipação social, ficando a sociedade subordinada ao arbítrio do Executivo, às omissões do Judiciário e à falência do Legislativo. Na verdade, este modelo é o confisco da vontade popular, distanciando o povo das instituições de governo (BONAVIDES, 2001).

O princípio básico do funcionamento da democracia representativa (conhecida também por democracia convencional) é o direito dos cidadãos de participarem dos assuntos de interesse coletivo a partir do voto. Entretanto, atualmente este modelo de democracia encontra-se em crise, decorrente, dentre outros fatores, da ação de grupos de pressão na influência sobre o poder político para obtenção de determinadas medidas do Estado que lhes favoreçam os

interesses; e principalmente decorrente do descompasso entre as ações dos representantes com a vontade dos representados, marca das sociedades complexas e plurais, como no caso do Brasil, onde podemos citar as recentes votações no congresso da reforma trabalhista e a Lei nº 13.429, de 31 de março de 2017, que trata da terceirização trabalhista no país. Evidentes retrocessos para a classe trabalhadora brasileira, mas que foram aprovadas pelos representantes eleitos, pois dispõem de poderes que lhes foram delegados pelos cidadãos para cuidar dos assuntos políticos do país.

Bonavides (2001) discute a crise da atual democracia representativa brasileira. Para ele, tal sistema tem implicado uma ruptura entre Estado e sociedade, entre o cidadão e seu representante, entre os governantes e os governados. “Os hipócritas da classe dominante ocultaram nas vestes representativas da vontade popular, falseada durante séculos, sua sagrada aliança com o capitalismo” (BONAVIDES, 2001, pág. 14). Esta ruptura opera na medida em que os processos eleitorais têm se mostrado viciados, caracterizados pela propaganda enganosa em veículos de comunicação, e em que as casas que deveriam representar o povo vêm adotando medidas em nítido contraste com os desígnios populares:

A queda de legitimidade dos órgãos legislativos e executivos se faz patente, profunda, irreparável nos moldes vigentes. Urge introduzir pois o mais cedo possível a nova legitimidade, cuja base recomposta e, novamente, a cidadania, mas a cidadania redimida, sem os percalços que lhe inibem a ação soberana, sem a perversão representativa, sem o falseamento de vontade, sem as imperfeições conducentes as infidelidades do mandato e aos abusos da representação (BONAVIDES, 2001, p. 18).

O voto deveria significar a vontade da população em decidir o que ela julga ser melhor para sua comunidade, sua cidade, seu país. Entretanto, esse mesmo voto que deveria representar a vontade popular, muitas vezes esbarra em um sistema que ao invés de conceber a vontade da maioria, por muitas vezes concentra-se nos interesses de coligações partidárias, grupos de investimento, especuladores imobiliários, grandes construtoras, latifundiários, corporações industriais, e os grupos detentores dos meios de comunicação de massa.

Bonavides (2001) não poupa críticas a esse modelo de democracia que vigora, a que ele se refere como “simulacro de governo popular”. Na realidade, os vícios eleitorais, a propaganda dirigida, a manipulação da consciência pública e

opinativa do cidadão pelos poderes e veículos de informação, a serviço da classe dominante, seria um quadro que se reveste cada vez mais de um teor usurpatório, de confisco da vontade popular, onde o baixíssimo grau de legitimidade participativa certifica a farsa do sistema, assinalando o máximo divórcio entre o povo e as suas instituições de Governo.

Dissimulando o seu poder em vestes constitucionais nos países que o totalitarismo do capital governa, os ditadores da Carta Magna, de mãos dadas com os globalizadores - seus patrões internacionais - privatizam, desnacionalizam, desfederalizam e, ao mesmo tempo, oprimem o povo, esfacelam a unidade espiritual dos universos éticos e sociais, submetem os territórios recolonizados a servidão das finanças externas, anulam o pouco que ainda sobrerresta de esperança política e jurídica de sobrevivência e embargam e sabotam e bloqueiam até mesmo a reinserção plena da Sociedade e do Estado na antiga e clássica democracia representativa, onde o povo dos países em desenvolvimento conserva a forma e não a substância do poder democrático e republicano (BONAVIDES, 2001, p. 26-27).

O Contratualismo corresponde a todas as teorias políticas que enxergam a origem da sociedade e o fundamento do poder político num contrato, isto é, num acordo implícito ou expresso entre a maioria dos indivíduos. Este acordo assinalaria o fim do estado natural e o início do estado social e político (BOBBIO, MATTEUCI e PASQUINO, 1998).

Ao discutir a crise do contrato social na modernidade, Santos, B. de S. (2006) aponta que os sinais de crise mostram uma nova contratualização que tem pouco a ver com a que foi fundada na ideia moderna e ocidental na medida em que é liberal individualista; não tem qualquer estabilidade; e não reconhece o conflito e a luta como elementos estruturais de combate, substituindo-os pelo assentimento passivo e condições supostamente universais consideradas incontornáveis. Assim, a nova contratualização social é um falso contrato, que apresenta-se como um conjunto de condições inflexíveis de aceitação acrítica sob pena de implacável exclusão (SANTOS, B. de S., 2006, p. 327).

Para Santos, B. de S. (2006), a crise da contratualização moderna aponta para uma predominância estrutural dos processos de exclusão sobre os processos de inclusão, assumindo duas formas: o pós-contratualismo e pré-contratualismo. Assim, o pós-contratualismo é o processo pelo qual grupos e interesses sociais até agora incluídos no contrato social são excluídos sem qualquer perspectiva de regresso; e o pré-contratualismo consiste no bloqueio do acesso à cidadania dos

grupos sociais que anteriormente se consideravam candidatos e tinham expectativa de ascensão à ela.

Essas formas são confundidas no discurso político dominante cujo discurso muitas vezes passa do pré-contratualismo ao pós-contratualismo sem nunca se ter passado pelo contratualismo. Assim, o crescimento estrutural da exclusão social e a consequente ampliação de estados de natureza configuram aspectos de uma crise paradigmática, sendo que o aumento do nível de desigualdade entre Norte global e Sul global é o indicador mais perturbador do aumento da exclusão global (SANTOS, B. de S., 2006, p. 333). Ao sugerir a experimentação de um estado democrático, Santos, B. de S. (2006) afirma que:

Esta nova forma de um possível Estado democrático deve assentar em dois princípios de experimentação política. O primeiro é que o Estado só é genuinamente experimental na medida em que às diferentes soluções institucionais multiculturais são dadas iguais condições para se desenvolverem segundo a sua lógica própria. Ou seja, o Estado experimental é democrático na medida em que confere igualdade de oportunidades às diferentes propostas de institucionalidade democrática. [...] Trata-se de um risco sério, tanto mais que na nova organização política de que o estado faz parte é ainda ao Estado democrático que compete estabilizar minimamente as expectativas dos cidadãos e criar padrões mínimos de segurança e de inclusão que reduzam ansiedade até ao patamar em que ela deixa de ser um fator de bloqueamento ao exercício de cidadania ativa (SANTOS, B. de S., 2006, p. 375).

Nessas circunstâncias, esse Estado experimental proposto por Santos, B. de S. (2006), deve não só garantir a igualdade de oportunidades aos diferentes projetos de institucionalidade democrática como também garantir padrões mínimos de inclusão que tornem possível a cidadania ativa necessária a monitorar, acompanhar e avaliar o desempenho dos projetos alternativos. Logo, estes padrões mínimos de inclusão se tornariam indispensáveis para a transformação da instabilidade institucional em campo de deliberação democrática.

Há pois que se buscar alternativas de sociabilidade que neutralizem ou previnam esses riscos de exclusão e abram o caminho a novas possibilidades democráticas (SANTOS, B. de S., 2006). Para Gomes (2005a, p. 216), há pelo menos três modelos de democracia que disputam neste momento o lugar de alternativas à democracia representativa no seio da discussão sobre internet e participação política civil: o modelo liberal-individualista, que é importante para a ideologia-internet na forma do ciber-libertarianismo; o modelo comunitarista, que há

bem pouco tempo disputava com o modelo liberal clássico o predomínio no ambiente anglo-saxão e o modelo deliberacionista, de origem habermasiana, um dos modelos que serão discutidos ao longo deste capítulo.

Ao defender o modelo de democracia participativa, Bonavides (2001), afirma que desta forma o povo passaria a ter um papel mais ativo nas decisões, sendo legitimado o exercício do poder e os deveres sociais, tornando-se soberano. Entretanto, atualmente, é visível que todas as vias de acesso à democracia participativa estão sendo interceptadas e bloqueadas. Contudo, este bloqueio pode ser superado em razão dos incomensuráveis progressos tecnológicos alcançados na idade da informática, criando espaços virtuais para o exercício pleno da soberania popular.

A crise na democracia representativa reativa nas ciências sociais a busca de um caminho a novas possibilidades democráticas com maior participação. Algumas experiências estão sendo colocadas em prática, como no caso dos comitês e conselhos municipais. Processos participativos que promovam a transparência nos processos deliberativos, evitem burocracias e construam uma nova cultura política, ampliando a cidadania com o foco no interesse coletivo.

Para Bonavides (2001), não se trata da democracia nos moldes daquela que se fazia presente na sociedade ateniense, mas sim de uma democracia na qual o essencial é que o povo disponha dos instrumentos de controle de sua participação política, senão tal democracia será tão ilusória como o são as democracias representativas.

Assim, emerge uma concepção de democracia que transcende sua forma usual e incorpora a participação da sociedade civil nas decisões da vida coletiva por meio da deliberação política, onde as decisões são tomadas com igualdade de oportunidades, valendo-se do discurso dos atores, para que sejam debatidas e tornarem-se aceitas.

Enquanto as democracias representativas parlamentaristas clássicas veem no voto e na negociação entre os interesses particulares o processo político por excelência, a democracia deliberativa atribui a preponderância à deliberação pública, bem como ao engajamento dos cidadãos (AUDARD, 2006).

Jürgen Habermas, nascido em 1929, é um filósofo e sociólogo alemão, membro da Escola de Frankfurt; e Joshuan Cohen, nascido em 1951, é um filósofo estadunidense, especializado em filosofia política. Estes pensadores



contemporâneos, juntamente com James Bohman e Jonh Rawls, são os principais responsáveis por trazerem de volta aos nossos tempos a discussão referente à democracia deliberativa, sendo Habermas o principal expoente.

Ao elaborar o conceito de democracia deliberativa, Habermas estava preocupado com o modo que os cidadãos fundamentam racionalmente as regras do jogo democrático. Para a teoria democrática convencional, a fundamentação do governo democrático se dá por meio do voto. Como apresentado anteriormente, esse instrumento não é mais suficiente para legitimar a democracia, assim, propõe-se procedimentos para deliberação e tomada de decisão que avançaria, segundo esse autor, em termos da fundamentação e legitimação das regras democráticas (FARIA, 2000). Cohen elabora sua concepção de democracia deliberativa da seguinte forma:

A democracia deliberativa está ligada ao ideal intuitivo de uma associação democrática, na qual a justificação dos termos e condições da associação procedem através dos argumentos públicos e do raciocínio entre cidadãos iguais. Cidadãos que compartilham um compromisso para a solução dos problemas da escolha coletiva através do raciocínio público e consideram suas instituições fundamentais como legítimas, na medida em que eles estabelecem a moldura para a deliberação pública livre (Cohen, 1989, p. 21, apud FARIA, 2000, p. 50).

Para a democracia deliberativa é muito importante o debate público esclarecido. Habermas (1997), ao discutir as ideias de Cohen, cita os procedimentos democráticos através de sete postulados, pressupondo com isso que a ideia de decisões coletivas sobre o exercício do poder é possível nas sociedades complexas e mais, necessária para a legitimidade dos governos democráticos. Trata-se de um modelo procedimental em que se apontam condições para o debate deliberativo.

O primeiro postulado é que as deliberações realizam-se de forma argumentativa, ou seja, através do intercâmbio regulado de informações e de argumentos entre as partes, que recolhem e, criticamente, examinam propostas. Entende-se que a capacidade do grupo em compartilhar os processos de discussão facilita o envolvimento e o entendimento dos envolvidos na discussão política.

O segundo postulado refere-se às deliberações inclusivas e públicas. Ninguém pode a princípio ser excluído, pois todos aqueles que são possíveis interessados nas decisões têm chances iguais de acesso e delas tomarem parte; ou

seja, significa a inserção e oportunidade de atores historicamente excluídos de participarem de processos decisórios.

No terceiro e quarto postulados são colocados que as deliberações estão livres de coerções externas e internas. Portanto, os participantes são soberanos na medida em estão submetidos somente aos pressupostos da comunicação e às regras procedimentais de argumentação e as deliberações estão livres de qualquer coerção ou tipo de pressão para forçar a uma conduta ou uma mudança na sua vontade capaz de afetar a igualdade dos participantes. Cada um deles devem ter as mesmas chances de serem ouvidos, de introduzir tópicos, de fazer contribuições, de sugerir e criticar propostas. A tomada de posição sim/não é motivada somente pela força não coativa do melhor argumento.

O quinto postulado faz alusão às deliberações que geralmente objetivam um acordo racionalmente motivado e podem ser, em princípio, desenvolvidas sem restrições ou retomadas a qualquer momento. As deliberações políticas, entretanto, devem ser concluídas levando em conta a decisão da maioria. Decisões legítimas são construídas quando baseadas na vontade da maioria e não de todos. Este acordo pode ser revogado a qualquer momento desde que a minoria convença a maioria do contrário.

No sexto postulado, as deliberações políticas abrangem todos os assuntos passíveis de regulação tendo em vista o interesse igual de todos. Isto não implica que certos temas e objetos, tradicionalmente considerados "privados", não possam ser submetidos à discussão. Em particular, aquelas questões que são publicamente relevantes, pois dizem respeito à distribuição desigual de recursos dos quais depende, de fato, o exercício dos direitos de comunicação e participação.

Por fim, o sétimo postulado é que as deliberações políticas se estendem, também, a interpretações de necessidades e a transformações de atitudes e preferências pré-políticas. Aqui, a força consensual dos argumentos não se apoia apenas em um acordo sobre valores previamente desenvolvidos nas tradições e formas de vida comuns (HABERMAS, 1997, p. 29-30).

Deste modo, na democracia deliberativa a legitimidade das decisões políticas deriva de processos de discussão, orientados por alguns princípios, que vão desde a inclusão e transparência até a igualdade de participação, estendendo-se para além da mera participação no processo eleitoral.

Uma democracia deliberativa é fundamentada na ideia de que direitos do homem só existem dentro da autonomia política. A teoria deste modelo de democracia afirma que o processo de decisão do governo deve ser sustentado por meio da deliberação dos indivíduos racionais em fóruns amplos de debate e negociação. Essa deliberação não resulta de um processo agregativo das preferências fixas e individuais, mas de um processo de comunicação em um espaço público (FARIA, 2000), um espaço privilegiado onde todos têm direito à fala.

Deste modo, as decisões referentes às políticas públicas para gozarem de legitimidade, devem refletir a vontade coletiva organizada por meio da participação política em espaços públicos de debate. Assim, a esfera pública surge como este espaço intersubjetivo, onde as inquietações que afetam o conjunto da sociedade são absorvidas, discutidas e tematizadas. Habermas conceitua a esfera pública da seguinte forma:

A esfera pública pode ser descrita como uma rede adequada para a comunicação de conteúdos, tomadas de posição e opinião; nela os fluxos comunicativos são filtrados e sintetizados a pontos de condensarem opiniões públicas enfeixadas em temas específicos. Do mesmo modo que o mundo da vida tomado globalmente, a esfera pública se reproduz através do agir comunicativo implicando apenas o domínio de uma linguagem natural (HABERMAS, 1997, p. 92).

Portanto, para Faria (2000), os procedimentos democráticos nas esferas públicas, citados por Habermas irão estruturar os processos de formação da vontade e da opinião com a finalidade de solucionar de forma cooperativa as questões práticas, incluindo a negociação de compromissos justos. “Neste local, continua Habermas, a capacidade para resolver os problemas é limitada. Mas esta capacidade deve ser empregada para supervisionar o tratamento posterior desses problemas que tem lugar no interior do sistema político” (FARIA, 2000, p. 53).

Segundo Audard (2006), o ideal de democracia deliberativa procura justamente esta adaptação às instituições políticas, eleitorais em particular, às sociedades complexas, descentralizadas, como diz Habermas, pluralistas, multiculturais, que as formas tradicionais de representação política tendem a trair.

A democracia deliberativa proposta por Habermas utiliza uma estratégia onde se apresentam fóruns de discussão que se apoiam nos sujeitos da sociedade civil organizada, bem como em outros atores políticos tais como os sindicatos, os partidos e os grupos de interesses, transmitindo as questões ali tematizadas de

forma ampla para a esfera pública. Depois de publicizadas, essas questões devem ser tratadas pelo sistema político administrativo.

O seu núcleo institucional é formado por associações e organizações livres, não estatais e não econômicas, as quais ancoram as estruturas de comunicação da esfera pública nos componentes sociais do mundo da vida. A sociedade civil compõe-se de movimentos, organizações e associações, os quais captam os ecos dos problemas sociais que ressoam nas esferas privadas, condensam-nos e os transmitem, a seguir, para a esfera política (HABERMAS, 1997, p. 99).

A esfera pública precisa contar com o apoio de uma base social na qual os direitos iguais de cidadania tenham alcançado efetividade social (HABERMAS, 1997, p. 33). De fato, a deliberação pública, corre sempre o risco de cair no domínio da retórica e de simplesmente alimentar o conflito político, a luta pela vitória e a dominação. Por isso, é necessário completar as condições de bom funcionamento da deliberação com uma concepção da cidadania e de sua relação com a individualidade moral (AUDARD, 2006, p. 64).

Ribeiro, Temer e Tuzzo (2013) chamam a atenção que Habermas não é conclusivo quanto ao termo cidadania, não dando um significado ou conceito fechado, mas trabalha com ele em toda sua obra. Assim, para as autoras, a cidadania está presente no desenvolver da teoria da ação comunicativa, na mudança estrutural da esfera pública e naquilo que ela se transformou, chegando aos dias de hoje, e principalmente em sua ideia de democracia deliberativa.

Diante deste contexto, a temática Gestão Social tem crescido muito nos últimos anos, principalmente na discussão referente à implementação de políticas públicas em um determinado local, e gestão de organizações do terceiro setor. Uma corrente de pensadores no país vem fazendo crescer esta discussão, destacando-se França Filho, Guilherme Tenório, Paula Schommer, Ailton Cançado, Rosinha Carrion, Tânia Ficher e Ladislau Dowbor.

Assim, a gestão social surge como uma alternativa teórica e prática à gestão estratégica, comumente praticada pelas organizações que atuam no espaço do chamado mercado e que possuem como principais objetivos o lucro e o acúmulo de capital. Deste modo, a gestão social se opõe à gestão estratégica “à medida que tenta substituir a gestão “tecnoburocrática”, monológica, por um gerenciamento mais participativo, dialógico, no qual o processo decisório é exercido por meio de diferentes sujeitos sociais” (TENÓRIO, 2005, p. 120) sendo, portanto, “[...] uma

forma de gestão organizacional que do ponto de vista da sua racionalidade pretende subordinar as lógicas instrumentais a outras lógicas mais sociais, políticas, culturais ou ecológicas” (FRANÇA FILHO, 2008, p. 30).

Segundo Tenório (1998), a gestão social é o processo intersubjetivo que preside a ação da cidadania. Assim, a concepção de cidadania possui relação com a gestão social “[...] na medida em que ela é entendida como uma ação política deliberativa, na qual o indivíduo deve participar de um procedimento democrático, decidindo, nas diferentes instâncias de uma sociedade e em diferentes papéis, seu destino social como pessoa, quer como eleitor, quer como trabalhador ou como consumidor [...]” (TENÓRIO, 1998, p. 19). Deste modo, a gestão das demandas e necessidades do social pode se dar via a própria sociedade, ou seja, da sociedade para a sociedade através da participação.

Uma vez que neste tipo de gestão há a preocupação com o envolvimento de todos no processo de tomada de decisão, Cançado, Tenório e Pereira (2011) apresentam a gestão social como uma: “tomada de decisão coletiva, sem coerção, baseada na inteligibilidade da linguagem, na dialogicidade e no entendimento esclarecido como processo, na transparência como pressuposto e na emancipação enquanto fim último” (CANÇADO, TENÓRIO e PEREIRA, 2011, p. 697). Apesar desta aproximação de um conceito da gestão social, os autores deixam claro que esta síntese apresentada não tem como intenção a prescrição. A gestão social é uma área do conhecimento ainda em construção de um paradigma.

Tenório (2008), como vários autores que discutem esta temática, tem como principal preocupação a construção de um pensamento de um paradigma próprio da gestão social, que se fundamente na noção de esfera pública e que possa ser aplicado a qualquer tipo de organização e em qualquer contexto. Para tanto, o autor recorre ao arcabouço teórico habermasiano para a construção do conceito de cidadania deliberativa: “A cidadania deliberativa de orientação habermasiana significa, em linhas gerais, que a legitimidade das decisões políticas deve ter origem em processos de discussão orientados pelos princípios da inclusão, do pluralismo, da igualdade participativa, da autonomia e do bem comum” (TENÓRIO, 2008, p. 3).

Os processos de desenvolvimento local unem esforços articulados tanto dos atores do Estado como da sociedade, dispostos a levar adiante projetos que surjam do debate, da negociação de interesses, inclusive divergentes e em conflito. Assim, para Tenório (2008) as ações locais de desenvolvimento não podem ocorrer como

monopólio do poder público. Este deve funcionar como um articulador e facilitador de ações, que só terão eficácia quando representativas de um projeto de desenvolvimento apropriado pela sociedade, no qual o poder público seja apenas um dos agentes envolvidos. As instituições públicas devem criar suas próprias esferas públicas com o objetivo de operacionalizar a deliberação.

A participação efetiva da população nos assuntos públicos pressupõe pessoas engajadas e preocupadas que colocam questões de ordem coletiva acima das vontades particulares (SILVEIRA, CANÇADO E PINHEIRO, 2014). Logo, a cidadania deliberativa uniria os cidadãos em torno de um auto entendimento ético. A essência da cidadania deliberativa consiste precisamente numa rede de debates e de negociações, a qual deve permitir a solução racional de questões pragmáticas, éticas e morais (TENÓRIO, 2008, p. 5).

Deste modo, cabe aos cidadãos se reapropriarem dessa responsabilidade e se tornarem ativos, não simplesmente no sentido banal da participação eleitoral, mas nesse sentido forte de responsáveis por seus julgamentos morais políticos no fórum público. O que transforma completamente a natureza do vínculo dos cidadãos com a democracia: de passivo e sujeito, ele se torna ativo e construtor (AUDARD, 2006, p. 152). Entretanto, Silveira, Cançado e Pinheiro (2014) chamam a atenção que: “[...] num país como o Brasil, a efetiva participação é limitada pela desigualdade social, econômica e educacional. Ainda assim, formas de ‘participação periférica legítima’ podem funcionar como processo de aprendizagem na prática e como promotoras da cidadania e da democracia” (SILVEIRA, CANÇADO E PINHEIRO, 2014, p. 48).

Percebemos que os termos democracia deliberativa e cidadania deliberativa são termos com conceitos que se confundem, visto que o segundo é derivado do primeiro, mas que em ambos, isto sentido através das palavras de seus defensores, a deliberação pública será a fonte tanto da legitimidade democrática quanto da eficácia das decisões políticas em termos de bem público e de satisfação das necessidades pessoais, pois a ambição mais conhecida do modelo deliberativo é que a deliberação pública seja também uma fonte de transformação dos próprios cidadãos. Somente assim, o direito de voto retomaria sua dignidade, sendo exercido no âmbito de uma ética da discussão, com as instituições correspondentes.

Entretanto, levando em consideração os avanços tecnológicos ocorridos nas últimas décadas do século XX e início do século XXI é impossível se falar em uma

reformulação estrutural da participação e da efetivação de uma democracia deliberativa e uma maior busca da cidadania sem falar da internet (RIBEIRO, TEMER e TUZZO, 2013). Atualmente, a maior crítica em cima do trabalho de Habermas consiste na sua omissão em emitir um juízo mais preciso sobre o papel democrático dos meios de comunicação, principalmente após o surgimento da internet, ou de como eles poderiam criar condições para o exercício da discussão e da crítica na esfera pública política (RIBEIRO, TEMER e TUZZO, 2013; BURKE, 2002; KELLNER, 2000).

Vários autores defendem uma deliberação ampliada em toda a sociedade através das redes, portanto a internet se tornando um recurso valioso para a participação política (GOMES, 2005a; DUSSEL, 2007; BONAVIDES, 2001; LEVY, 2003). E isso é o que discutiremos ao decorrer da pesquisa.

### 3.2 Sociedade em rede e a formação de uma cibercultura no lugar

Alguma coisa se perdeu. Os hábitos, as habilidades, os modos de subjetivação dos grupos e das pessoas adaptadas ao mundo antigo não são mais adequados. A mudança técnica gera, portanto, quase necessariamente um sofrimento. Enrijecer-se contra esse sofrimento, negá-lo, desconhecê-lo, observar apenas seus aspectos negativos só irá aumentar a parte inevitável da tristeza. Como limitar o sofrimento? Acompanhado lucidamente a transformação ou, melhor, participando do movimento, envolvendo-se em um processo de aprendizagem, aproveitando as oportunidades de crescimento e desenvolvimentos humanos (LEVY, 1999, p. 223).

As transformações promovidas pelos avanços tecnológicos nas redes comunicacionais provocaram uma nova organização social do espaço. Assim, a tecnologia não só tornou possível o contato entre empresas de diferentes países, mas possibilitou a interação de milhões de indivíduos.

A aceleração dos processos globais fez-se sentir que o mundo é menor e as distâncias mais curtas, que os eventos em um determinado lugar têm um impacto imediato sobre pessoas e lugares situados a uma grande distância. A relação tempo-espaço que existia nos primórdios da comunicação quando a circulação das redes de informação andava conjuntamente com a rede de circulação de pessoas e mercadorias foram praticamente abolidas, a partir do momento que temos acesso às informações e notícias do outro lado do planeta em tempo real.

Nesses tempos de mudança e reestruturação, em uma época marcada pelo avanço da microeletrônica e pelas transformações tecnológicas na área da comunicação e da informação, importantes questões e desafios são colocados a nós diante do surgimento de uma “malha” informacional que recobre, como nunca antes na história da humanidade, praticamente toda a superfície do planeta e, potencialmente, todos os indivíduos que estão conectados aos dispositivos móveis de comunicação digital que oferecem acesso simultâneo à internet (PARRA, 2012).

O caminhar dessa lógica globalizadora nos permite olhar de um novo modo para os lugares e perceber as disparidades geradas por uma evolução desigual. Neste mesmo contexto, é observado novos espaços de relações construídos pelo advento das novas tecnologias com a finalidade de intensificar o fluxo de informações, para a maior dinamização deste novo processo que hoje assume a própria extensão do lugar.



As marcas deixadas por este processo manifestaram-se nos mais variados modos, como são os casos das infinitas possibilidades de aplicativos de celular, ampliação do e-commerce, expansão do uso de drones, surgimento dos *bitcoins* (uma espécie de moeda virtual), a criação de inúmeras redes sociais virtuais, cada uma com sua finalidade; e tantas outras tecnologias. Estamos num ritmo tão intenso de progresso tecnológico, que podemos observar até as dificuldades que a sociedade encontra em acompanhar tais avanços.

A técnica da informação alcança a totalidade de cada país, direta ou indiretamente. Cada lugar tem acesso ao acontecer dos outros. Assim a revolução tecnológica centralizou-se no computador, na informação, na comunicação e nas tecnologias multimídias. Para Santos, M. (2006), essas técnicas oferecem respostas à vontade de evolução dos homens e, definidas pelas possibilidades que criam, são as marcas de cada período da história. Conectadas pelos celulares atuais, considerados computadores portáteis, e seus mais variados aplicativos, as pessoas comunicam-se umas com as outras independentes dos locais onde se encontram.

Assim, estamos vivendo a abertura de um novo espaço de comunicação, uma teia de relações que se tece continuamente, que é dinâmica e possibilita configurações de vários tipos e segundo Lévy (1999, p.10) cabe apenas a nós explorar as potencialidades mais positivas deste espaço nos planos econômico, político, cultural e humano.

Esse desenvolvimento da técnica vem implicando em profundas transformações na sociedade como um todo, mudanças principalmente nos meios de comunicação ligando os espaços em redes de fluxos cada vez mais densas, ultrapassando fronteiras, pois ela não se limita apenas a Internet:

Se a Internet constitui o grande oceano do novo planeta informacional, é preciso não esquecer dos muitos rios que a alimentam: redes independentes de empresas, de associações, de universidades, sem esquecer as mídias clássicas (bibliotecas, museus, jornais, televisão etc.). É exatamente o conjunto dessa “rede hidrográfica”, que constitui o ciberespaço, e não somente a Internet (LEVY, 1999, p. 126).

Assim, o fluxo das relações pessoais é cada vez mais ampliado com uso das tecnologias. Essas tecnologias digitais, segundo Lévy (1999), surgem como a infraestrutura do ciberespaço, novo espaço de comunicação, de sociabilidade, de

organização e de transação, mas também novo mercado da informação e do conhecimento.

O ciberespaço (que também chamarei de “rede”) é o novo meio de comunicação que surge da interconexão mundial dos computadores. O termo especifica não apenas a infraestrutura material da comunicação digital, mas também o universo oceânico de informações que ela abriga, assim como os seres humanos que navegam e alimentam esse universo. Quanto ao neologismo “cibercultura”, especifica aqui o conjunto de técnicas (materiais e intelectuais), de práticas, de atitudes, de modos de pensamento e de valores que se desenvolvem juntamente como o crescimento do ciberespaço (LEVY, 1999, p. 16 e 17).

Esse fenômeno remodelou uma nova realidade social, em um novo espaço de relacionamento, reestruturando uma nova postura social, onde o fluxo das relações foi ampliado com o uso da internet, redefinindo conceitos, aliado a transformação de uma nova sociedade cada vez mais informacional.

A Internet surgiu no final da década de 50 com o governo americano em resposta a cenários de guerra nuclear devido a Guerra Fria. Assim surge a ARPA (Advanced Research Projects Agency), uma Agência de Projetos de Pesquisa Avançada que tinha como missão criar e aperfeiçoar tecnologias para as forças armadas, além de servir para interligar os principais centros militares americanos através da rede ARPANET, consolidada no final da década de 60 (CASTELLS, 2005; LEVY, 1999).

Já a internet da forma que utilizamos atualmente – através do acesso pelo World Wide Web – surgiu a partir de meados dos anos de 1990, devido às contribuições do cientista Tim Berners-Lee, que mudou definitivamente sua forma de navegação, até então uma rede fechada e com uma bastante diferente da que conhecemos hoje (LEVY, 1999).

O ciberespaço pode ser, portanto, considerado como uma virtualização da realidade, uma migração do mundo “real” para um mundo de interações virtuais e a diversidade cultural no ciberespaço será diretamente proporcional ao envolvimento ativo e à qualidade das contribuições dos diversos representantes culturais. E assim como Levy (1999, p. 247) nos pontua: “longe de ser uma subcultura dos fanáticos pela rede, a cibercultura expressa uma mutação fundamental da própria essência da cultura”, cada vez mais onipresente.

Segundo Carlos (2007), estamos vivendo numa densidade nunca vista de informações que se expandem e tomam o mundo nas redes de dados de alta

velocidade, propiciando conexões acessíveis por meio de periféricos inteligentes conectados na televisão ou mesmo em linhas telefônicas que dispensam até mesmo o computador; temos uma massa sempre crescente de capital errante que gira pelo globo em velocidades nunca vistas permitindo a captação de recursos e investimentos e aplicações nos pontos mais remotos do planeta.

A aceleração dos processos globais fez-se sentir que o mundo é menor e as distâncias mais curtas, que os eventos em um determinado lugar têm um impacto imediato sobre pessoas e lugares situados a uma grande distância. Segundo Santos, M. (2006) foi exatamente no fim do século XX e graças aos avanços da ciência, que se produziu um sistema de técnicas presidido pelas técnicas da informação, que passaram a exercer um papel de elo entre as demais, unindo-as e assegurando ao novo sistema técnico uma presença planetária. Assim, na história da humanidade é a primeira vez que tal conjunto de técnicas envolve o planeta como um todo e faz sentir, instantaneamente, sua presença.

As comunicações diminuíram as distâncias tornando o fluxo de informações contínuo e ininterrupto; com isso, cada vez mais o local se constitui na sua relação com o mundial. Nesse novo contexto o lugar se redefine pelo estabelecimento e/ou aprofundamento de suas relações numa rede de lugares. O lugar permitiria entender a produção do espaço atual uma vez que aponta a perspectiva de se pensar seu processo de mundialização (CARLOS, 2007).

Atualmente a discussão sobre lugar está inserida nas transformações da sociedade pelo processo de globalização, assim pequenas frações do espaço mundial podem ser compreendidas à luz do espaço global. Segundo Santos (1988), as consequências desse processo na sociedade são as mais diversas, as quais vale ser ressaltada a formação de um meio técnico, científico e informacional que fez emergir uma universalidade constatada em fatos:

Universalização das trocas, universalização do capital e de seu mercado, universalização da mercadoria, dos preços e do dinheiro como mercadoria-padrão, universalização do modelo de utilização dos recursos por meio de uma universalização relacional das técnicas, universalização do trabalho, isto é, do mercado de trabalho e do trabalho improdutivo, universalização do ambiente das firmas e das economias, universalização dos gostos, do consumo, da alimentação (SANTOS, 1988, pág. 5 e 6).

Para Carlos (2007), a globalização materializa-se concretamente *no lugar*, aqui se lê/percebe/entende o mundo moderno em suas múltiplas dimensões, numa perspectiva mais ampla, o que significa dizer que no lugar se vive, se realiza o cotidiano e é aí que ganha expressão o mundial. Entretanto, o mundial que existe no local, redefine seu conteúdo, mas não anulam suas particularidades.

O lugar se produz na articulação contraditória entre o mundial que se anuncia e a especificidade histórica do particular. Deste modo o lugar se apresentaria como o ponto de articulação entre a mundialidade em constituição e o local enquanto especificidade concreta, enquanto momento. É no lugar que se manifestam os desequilíbrios, as situações de conflito e as tendências da sociedade que se volta para o mundial (CARLOS, 2007, p. 22).

O lugar também deve ser entendido por intermédio de uma dimensão interna, vinculada a sua história e uma dimensão externa que se impõe, através do processo de globalização. Assim, segundo Carlos (2007), no lugar a globalização se materializa, no mundo do vivido, logo sendo onde é produzida a existência social dos seres humanos e do lugar é possível entender o mundo com suas variadas dimensões.

Deste modo, a realidade do mundo moderno reproduz-se em diferentes níveis, pois no lugar encontramos as mesmas determinações da totalidade sem com isso eliminar-se as particularidades, já que cada sociedade produz seu espaço, determina os ritmos da vida, seus projetos e desejos. Portanto, para Carlos (2007), a sociedade urbana que, hoje, se produz em parte de modo real e concreto, em parte virtual e possível, constitui-se enquanto mundialidade, apresentando tendência à homogeneização ao mesmo tempo que permite a sua diferenciação.

O Lugar também é uma síntese de um acúmulo dos tempos, sob a ação do capital dinâmico; constitui um espaço composto por um conjunto de elementos que estão ordenados atualmente aos moldes do processo de globalização, a qual lhe propiciou uma universalização concreta. Assim, como afirma Carlos (2007), o que presenciamos, hoje, é a tendência à eliminação do tempo. Logo, o que efetivamente ocorreu é que o desenvolvimento das comunicações tornou o espaço contínuo o que permitiu abolir o tempo. Na realidade, para a autora, não se trata de sua abolição total — o que seria ingênuo afirmar — mas de sua substancial diminuição, como

consequência do espantoso desenvolvimento da ciência e da tecnologia aplicados ao processo produtivo. Entretanto Santos, M. (2006) chama a atenção que:

Um outro mito é o do espaço e do tempo contraídos, graças, outra vez, aos prodígios da velocidade. Só que a velocidade apenas está ao alcance de um número limitado de pessoas, de tal forma que, segundo as possibilidades de cada um, as distancias tem significações e efeitos diversos e o uso do mesmo relógio não permite igual economia do tempo (SANTOS, M., 2006, p. 41).

Para Hall (2006), esta globalização se refere àqueles processos, atuantes numa escala global, que atravessam fronteiras nacionais, integrando e conectando comunidades e organizações em novas combinações de espaço-tempo, tornando o mundo, em realidade e em experiência, mais interconectado, reforçando cada vez mais as relações entre outros que estão “ausentes”, distantes (em termos de local), de qualquer interação face-a-face.

Por sua vez, Santos, M. (2006) coloca que, além disso, este sistema técnico dominante no mundo de hoje tem uma outra característica, isto é, a de ser invasor. Hall (2006) nos chama à atenção que a globalização, à medida que dissolve as barreiras da distância, torna o encontro entre o centro colonial e a periferia colonizada intenso e imediato:

Colocadas acima do nível da cultura nacional, as identificações “globais” começam a deslocar e, algumas vezes, a apagar, as identidades nacionais. [...] À medida em que as culturas nacionais tornam-se mais expostas a influências externas, é difícil conservar as identidades culturais intactas ou impedir que elas se tornem enfraquecidas através do bombardeamento e da infiltração cultural (HALL, 2006, p. 73 e 74).

Hall (2006), analisando esses fatores que podem caracterizar uma crise das identidades no processo de globalização, coloca que esta pode ser consoante com as concepções de identidade cultural formuladas em torno do papel que o sujeito social adquiriu nas transformações históricas recentes da humanidade. Para o autor, ocorre que na globalização esta ideia de identidade unificada e estável tem sido fragmentada, apresentando-se não mais como uma única identidade, mas como uma composição de várias identidades, algumas vezes contraditórias ou não resolvidas e constantemente temporárias, produzindo assim o chamado **sujeito pós-moderno**, “conceptualizado assim como não tendo uma identidade fixa,

essencial ou permanente (HALL, 2006, p. 12)” não se tornando um produto pronto e acabado, mas uma produção constante e aberta para o futuro.

Quanto mais a vida social se torna mediada pelo mercado global de estilos, lugares e imagens, pelas viagens internacionais, pelas imagens da mídia e pelos sistemas de comunicação globalmente interligados, mais as identidades se tornam desvinculadas – desalojadas – de tempos, lugares, histórias e tradições específicos e parecem “flutuar livremente” (HALL, 2006). Assim, vivemos em uma sociedade pós-industrial e interconectada pela rede que demanda novas habilidades para o posto de trabalho, participação em novos territórios político-sociais e interação com novas formas de cultura e de vida cotidiana, onde nossa educação está sendo transformada para servir às necessidades da economia global.

Segundo Castells (2005), o que caracteriza o novo sistema de comunicação, baseado na integração em rede digitalizada de múltiplos modos de comunicação, é a sua capacidade de inclusão e abrangência de todas as expressões culturais, porém: “o preço a ser pago pela inclusão no sistema é a adaptação a sua lógica, sua linguagem, a seus pontos de entrada, a sua codificação e decodificação” (CASTELLS, 2005, p. 461).

É um fato decisivo que desde o fim do século passado a cultura do virtual esteja proliferando e transformando toda dimensão da vida desde o trabalho até a educação. Segundo Castells (2005), o novo sistema de comunicação transforma radicalmente o espaço e o tempo, as dimensões fundamentais da vida humana. Portanto, para Martin-Barbero (1999), ao propor a existência de uma geração nova, ele coloca que os sujeitos não se constituem mais a partir de identificações com figuras, estilos e práticas de tradições alheias, que até hoje definem o que é cultura, mas sim a partir da conexão/desconexão (do jogo de interface) com as tecnologias. Logo essas práticas seriam as novas formas de continuidade cultural.

Novas tecnologias exigem novas habilidades, competências, formas e práticas de escrita e leitura. E isso podemos também perceber de forma intensa na linguagem, onde a língua inglesa predomina nas mais variadas novas formas de tecnologia:

O inglês é hoje, na prática, a língua-padrão da rede. Além disso, as instituições e empresas americanas constituem a maioria dos produtores de informações na Internet. O medo de um domínio cultural dos Estados

Unidos não é, portanto sem fundamentos. [...] É inegável uma desvantagem para os que não sejam falantes nativos dessa língua (LEVY, 1999, p. 243).

Apesar de não englobar a totalidade, segundo Martin-Barbero (1999), estamos vivenciando a formação de uma geração que aprendeu a falar inglês diante da imagem de televisão captada por uma antena parabólica (e não na escola), e que tem forte simpatia pela linguagem das novas tecnologias, sentindo-se mais à vontade escrevendo no computador do que numa folha de papel. Para este autor, é um fato que as massas latino-americanas estão se incorporando à modernidade não através do livro, mas a partir dos discursos e das narrativas, dos conhecimentos e da linguagem, da indústria e da experiência do audiovisual.

E se as massas estão se apropriando da modernidade sem deixar sua cultura oral, é porque essa cultura incorporou a “oralidade secundária” tecida e organizada pelas gramáticas técnico-perceptivas do rádio e do cinema, num primeiro momento, e hoje está incorporando a visualidade eletrônica da televisão, do vídeo e do computador (MARTIN-BARBERO, 1999, p. 19).

Não há como negar que as novas tecnologias estão alterando todos os aspectos de nossa sociedade, assim precisamos compreendê-las e utilizá-las tanto para entender quanto para transformar nossos mundos. Entender a técnica e acompanhar essas mudanças torna-se de fundamental importância para aprimorarmos a consciência de nossa situação e melhorarmos a nossa condição cidadã.

Para Castells (2005) essa é a cultura da “virtualidade real”, cultura formada por processos de comunicação digital onde o domínio está na diversidade, na captação em seu domínio da maioria das expressões culturais, na construção de um novo ambiente simbólico onde: “todas as expressões culturais, da pior à melhor, da mais elitista a mais popular, vêm juntas nesse universo digital que ligam, em um supertexto histórico gigantesco, as manifestações passadas, presentes e futuras da mente comunicativa” (CASTELLS, 2005, p. 458).

Com o surgimento da internet, novos espaços e formas de organização emergiram. Esta envolve, cada vez mais, indivíduos num espaço onde as diversas culturas se misturam, uma vez que seus participantes podem se expressar e comunicarem entre si, de locais geograficamente distintos, pois assim como afirma Castells: “culturas são formadas por processos de comunicação” (CASTELLS, 2005,

pág. 394). A partir desse contato e trânsito de seus membros por vários ambientes virtuais e principalmente de sua interação com pessoas de locais e culturas diferentes é que pode-se vislumbrar a rede digital maximizando intercâmbios, trazendo a possibilidade dos usuários se assumirem como atores comunicantes.

Se a televisão é controlada pelos magnatas da mídia e os telespectadores são observadores passivos, já na internet, ao contrário, as pessoas controlam grande parte de seu mundo. É uma coisa que elas mesmos fazem; eles são usuários e são ativos. As redes sociais trouxeram uma nova força para as mãos dos cidadãos comuns, o poder do consumidor e seu conteúdo colaborativo, o chamado Quinto Poder. Assim, com o desenvolvimento e popularização dos computadores e das redes, os processos comunicativos foram profundamente afetados e reconfigurados, criando condições para o estabelecimento de novas formas de sociabilidade.

Logo, nossa relação existente com os produtos de massa e a alta cultura foi radicalmente transformada. As diferenças foram reduzidas ou anuladas, e com as diferenças se deformaram as relações temporais antes existentes. Segundo Martin-Barbero (1999) quando se registram essas mudanças de horizonte, ninguém pode dizer que as coisas estão melhores ou piores, simplesmente mudaram, e, assim, os critérios de valor deverão também seguir parâmetros distintos. Portanto deve-se começar pelo princípio e nos perguntar o que está acontecendo.

Essas mudanças que estão ocorrendo no planeta numa incrível velocidade desde as últimas décadas do século passado trazem consigo novas formas de trabalho, novas formas de viver e de conviver e estão transformando a maneira como as sociedades se organizam, o que vem exigindo respostas mais rápidas, flexíveis e mecanismos cada vez mais interativos e participativos das pessoas. Isso faz com que mais e mais pessoas das mais diversas idades e classes sociais busquem o contato com ciberespaço, ou seja, a busca pelo conhecimento do novo, das novas tecnologias. Segundo Levy (1999), é essa interconexão em tempo real de todos com todos que se torna certamente uma condição de existência de soluções práticas para os problemas de orientação e de aprendizagem no universo do saber em fluxo.

Levy (1999) pontua que o ciberespaço não deve ser pensado como estando povoado por indivíduos isolados e perdidos entre massas de informações. A rede é



antes de tudo um instrumento de comunicação entre indivíduos, um lugar virtual no qual às comunidades ajudam seus membros a aprender o que querem saber.

Deste modo, as redes sociais, comunidades virtuais, grupos em aplicativos, também são resultados do impacto dessas novas tecnologias de comunicação na estrutura social. Logo pode ser constatado que o convívio na internet, assim como no convívio padrão de uma sociedade “real”, também tem afetividade, padrões, costumes, regras. Assim, esse fenômeno se configura também reproduzindo essas normas sociais e hábitos através da comunicação, constituindo uma cultura no sentido pleno do termo.

Para Levy (1999) de fato, essa interconexão favorece os processos de inteligência coletiva<sup>3</sup> nas comunidades virtuais, e graças a isso o indivíduo se encontra menos desfavorecido frente ao caos informacional. E são nessas novas formas de sociabilidade, agregações em torno de interesses comuns, que as pessoas se encontram e mantêm contato através da Internet, para levar adiante a discussão e os sentimentos, tendo nas tecnologias digitais um vetor de agregação social. É assim que encontra-se também a reprodução da cibercultura: “Ela se constrói e se estende por meio da interconexão das mensagens entre si, por meio de sua vinculação permanente com as comunidades virtuais em criação, que lhe dão sentidos variados em uma renovação permanente.” (LEVY, 1999, p. 15).

Não existe homogeneidade etária, econômica e cultural entre os participantes do processo de produção da cibercultura, pois as redes tornaram-se mais uma alternativa do processo que o cidadão utiliza desde seus primórdios: a comunicação. A Internet também permitiu o acesso a informação e conhecimento a baixo custo. Entretanto, os avanços ligados à Internet não podem deixar de ser relacionados com a globalização e o capitalismo, dois fenômenos sociais poderosos e que jamais serão ideologicamente neutros.

---

<sup>3</sup> Cf: LÉVY, P. A inteligência coletiva: por uma antropologia do ciberespaço. 3.ed. São Paulo: Loyola, 2000.

### 3.3 Rumo a Ciberdemocracia

O atual momento histórico constitui um período em que os objetos técnicos são intencionalmente informacionais, e os próprios lugares tendem a ser equipados com o intuito de facilitar o fluxo destas informações. Na medida em que o universo de relações sociais foi ampliado através da crescente utilização dos dispositivos conectados à rede, torna-se vital entender estas reconfigurações do espaço e seus impactos sociais, econômicos e políticos cibermediados.

A rápida evolução de certas tecnologias como a Internet não podia deixar de ter consequências políticas importantes para os atores envolvidos, principalmente os cidadãos, cujas relações entre si, com o Estado ou com diferentes grupos têm sido, nos últimos anos, profundamente alteradas por conta de todas as tecnologias, serviços e produtos que a rede pode oferecer (MORGADO e ROSAS, 2010).

Dussel (2007) afirma que a revolução eletrônica é equivalente à Revolução Industrial do século XVIII. A diferença é que a Revolução Industrial influenciou principalmente no processo da produção, enquanto que a revolução atual intervém também no processo de tomada de decisões políticas e de informação dos cidadãos. Assim, o maior processo de transformação social, político e econômico da nossa sociedade se deu com a passagem do meio industrial para meio técnico científico informacional.

Uma vasta corrente de pensadores tem apontado o potencial das tecnologias digitais no revigoração da democracia. Mendonça e Pereira (2011, p. 2) afirmam que “diante de um cenário de apatia e de forte cinismo em relação à política, tais tecnologias são vistas como possibilidades para a emergência de novas práticas e ações políticas”. Esses autores acreditam que a rede pode aproximar cidadãos e representantes políticos, contribuindo para o fortalecimento de uma cultura cívica, gerando novas modalidades de participação.

Neves (2010) destaca que com o surgimento de wikis (caso da Wikipédia, a enciclopédia on-line que todos podem editar) e das redes sociais, já existe uma colaboração e interação que parece confirmar a potencialidade cívica da Internet, uma vez que permite a partilha e a ação coletiva. Gomes (2005a) acredita que a internet oferece inúmeros meios para a expressão política que podem influenciar os agentes políticos. Por isso mesmo, tem nos seus dispositivos um repertório variado de instrumentos para que os cidadãos se tornem politicamente ativos.

No rol das vantagens políticas da internet, insiste-se com frequência nas novas possibilidades de expressão que permitem a um cidadão ou a um grupo da sociedade civil alcançar, sem maiores mediações institucionais, outros cidadãos, o que promoveria uma reestruturação, em larga escala, dos negócios públicos e conectaria governos e cidadãos (GOMES, 2005a, p. 220).

Para Lemos e Lévy (2010), o ciberespaço é político em sua essência. Assim, o futuro da Internet aponta para novas modalidades de livre expressão, de formas de compartilhamento de informação, de cooperação. O que se espera de fato são as mudanças da esfera política em direção a uma ciberdemocracia. Estes autores discutem a ciberdemocracia como um tipo de aprofundamento e de generalização das abordagens de uma livre diversidade em espaços abertos de comunicação e de cooperação. Bem antes, Lévy (2003) já havia tratado a ciberdemocracia como um esforço de pensar a dimensão política ou governamental da cibercultura.

A cada dia que passa, é perceptível na rede um crescimento gradual de intervenções individuais e coletivas de diversos grupos sociais em âmbito global. Participações potencializadas pelos avanços científicos e tecnológicos nas áreas da informação e da comunicação. Trata-se da utilização da internet e das novas tecnologias como meio de participação popular em prol das questões públicas.

Por detrás de grande parte da discussão levada a cabo, encontra-se um interesse muito concreto pelas novas práticas que emergem das infraestruturas tecnológicas proporcionadas pelos computadores em rede, associadas a um sem número de dispositivos de comunicação, organização, armazenamento e oferta de informações on-line – procurando, a partir daqui, pensar as renovadas possibilidades que se oferecem ao exercício de práticas cívicas, ao conceito de democracia e às próprias instituições políticas (FERREIRA, 2010, p. 101).

De acordo com Cleto (2018), as demandas políticas de amplos setores da sociedade estão convergindo na cobrança de uma maior participação nas decisões públicas. Assim, esses novos padrões de mudança da realidade exigem a inclusão de “mecanismos de descentralização política”. Diante da “sobreposição tecnológica na vida contemporânea”, tais ferramentais facilitam a fiscalização das atividades públicas por parte do cidadão.

Os avanços tecnológicos estão permitindo uma nova visão sobre a política e a democracia. Para Gomes (2005a), a democracia digital se apresenta como uma alternativa para a implantação de uma nova experiência democrática fundada numa

nova noção de democracia. Uma oportunidade de superação das deficiências do atual momento da democracia representativa.

[...] faz ressurgir fortemente as esperanças de modelos alternativos de democracia, que implementem uma terceira via entre a democracia representativa, que retira do povo a decisão política, e a democracia direta, que a quer inteiramente consignada ao cidadão. Estes modelos giram ao redor da ideia de democracia participativa e, nos últimos dez anos, na forma da democracia deliberativa, para a qual a internet é, decididamente, uma inspiração (GOMES, 2005a, p. 218).

Envolvidos num processo globalizante, os Estados estão pressionados pelos atores da sociedade civil no sentido de uma coordenação de ações de governação, frequentemente evidenciadas através de políticas públicas, com o objetivo da concretização das referidas soluções. Esses atores passam agora a atribuir legitimidade, tanto à ação política como aos decisores, a partir de critérios de verificação efetiva da capacidade de desempenho funcional destas soberanias. (DOS SANTOS, 2010).

Para Dussel (2007, p. 159) o problema a ser resolvido pelo Estado é a construção de uma “democracia participativa sob o controle do povo sobre o exercício do poder delegado, administrativo, legislativo, executivo ou judicial, para que se satisfaçam as reivindicações dos cidadãos, dos movimentos sociais, do povo”. A dificuldade que existe hoje para esta real fiscalização acabaria diante da criação de instituições especializadas para exercer eficazmente este monitoramento outorgadas pela participação cidadã, que devem gozar de autoridade e autonomia.

Ao tratar sobre a evolução das mídias, Lemos e Lévy (2010) as classificam por funções. Segundo esses autores existem as mídias com função massiva e as mídias com função pós-massiva. Por função massiva compreendem-se as mídias com um fluxo centralizado de informação e com o controle editorial comandado por grandes empresas em processo de competição, financiadas pela publicidade, como a TV, o rádio e o impresso. Já nas mídias de função pós-massiva se tem a interação resultante de uma conversação coletiva, fruto das novas mídias, principalmente no âmbito da Internet. Criam-se novas ferramentas de conversação e de disseminação da opinião pública.

As funções pós-massivas, por sua vez, caracterizam-se por abertura do fluxo informacional, pela liberação da emissão e pela transversalidade e personalização do consumo da informação. Elas permitem não só a produção

livre, mas também a circulação aberta e cooperativa dos produtos informacionais (sons, textos, imagens, programas). Não há necessidade de grandes recursos financeiros nem de concessão do Estado, e os instrumentos de funções pós-massivas não competem necessariamente por verbas publicitárias e não estão centrados em um território específico. O fluxo comunicacional é mais próximo da conversação (todos-todos) do que da informação (um-todos) (LEMOS e LÉVY, 2010, p. 48 e 49).

Assim, os principais meios de transmissão estão perdendo sua importância estrutural crucial na construção de uma sociedade democrática. Apesar de terem funções importantes em uma ordem social democrática, as mídias de massa estão falhando em seus desafios para promover a democracia ao longo das últimas décadas, contribuindo com a crise da democracia. (KELLNER, 2000).

Devido à forte concorrência interna entre as empresas midiáticas e o atendimento às necessidades do mercado de notícias e entretenimento, levaram a comunicação de massa a assumir características desde o sensacionalismo à simplificação, seleção e ordenação das matérias sobre questões e informações políticas de acordo com os interesses de competição em virtude de a pauta política estar orientada pelos imperativos de venda resultando num baixíssimo teor de informação política qualificada (GOMES, 2005b).

Todavia, Lemos e Lévy (2010) ressaltam que o exercício da democracia também está ligado ao desenvolvimento dos meios de comunicação de massa. Portanto, os autores enfatizam que não há democracia sem liberdade de imprensa e de livre expressão de opinião. Logo, ter mídias livres se torna uma condição básica para o exercício da democracia.

Tavares e Pereira (2011, p.6) também ressaltam que enquanto a tecnologia das mídias como a televisão e o rádio enviam informações procedentes de um emissor em direção a milhares de receptores em fluxos de forma unidirecional, “a comunicação digital apresenta-se como um processo em rede de fluxos multidirecionais e interativos”. Assim os papéis de emissor e receptor se convergem e o conteúdo comunicado é construído de forma colaborativa.

Lévy (2003) destaca que a principal vantagem da Internet, com relação aos outros meios de comunicação da democracia mediática da segunda metade do século XX, é que permite que a todos as pessoas se expressem sem terem que passar pelo poder do jornalista. O resultado é o alargamento e diversificação de uma nova esfera pública através dos processos de discussão.

Hoje em dia, graças à internet, são os próprios agentes, as pessoas, as empresas (e as de notícias como qualquer outra), as instituições, os movimentos, os partidos, as associações, os agrupamentos, as comunidades virtuais de toda a espécie que decidem o que querem publicar na rede. Conforme sugerimos mais acima, cada qual se torna, simultaneamente o seu próprio profissional de relações públicas e o seu próprio jornalista. [...] As pessoas tem muita coisa a dizer, muitas imagens e músicas a difundir. Têm injustiças a denunciar, sofrimentos a expressar, histórias a contar, opiniões a dar, perguntas a fazer, poesias a cantar, testemunhos a partilhar, fotos a mostrar, músicas a dar e ouvir. Este *soltar da palavra*, <<poder finalmente dizer>>, este <<mostrar>> e <<mostrar-se>> generalizados é uma das primeiras dimensões da revolução ciberdemocrática (LÉVY, 2003, p. 57).

De fato, nos meios de comunicação de massa da democracia moderna, quem decidia, segundo seus interesses e suas necessidades, aquilo que iria superar a barreira entre o privado e o público era o jornalista, ou aqueles que estavam por trás dele. A Internet expandiu a circulação da palavra, oferecendo ao cidadão uma ampliação da esfera pública midiática que estava limitada ao poder das grandes corporações midiáticas (LEMOS e LÉVY, 2010).

A rede acaba propondo uma liberdade de expressão muito maior do que todos os outros meios de comunicação de massa anteriores. Para Lévy (2003, p. 123 e 124), a enorme disponibilidade das informações de toda a espécie, “assim como o frequentar de fóruns de discussão civilizados e bem organizados, tornam o debate político cada vez mais transparente e preparam uma nova era do diálogo político que conduz a democracia a um estágio superior: a ‘ciberdemocracia’”.

Manifestações de democracia e cidadania no meio técnico científico informacional permitem muitos autores perspectivar uma sociedade civil organizada e ativa, em parceria com o poder público, em resposta às problemáticas comuns globais. Uma democracia digital deliberativa apoiada nos objetos técnicos intencionalmente informacionais que conectem entre si os cidadãos para lhes darem a possibilidade de intervir em decisões na esfera pública (GOMES, 2005a).

Ferreira (2010) trata o ciberespaço enquanto um espaço de partilha virtual, que permite a interação pública e a troca de informações, fornecendo a base para a revitalização da esfera pública citada por Habermas, ou seja, uma esfera pública virtual. Logo, os novos recursos e alternativas contemporâneas para a participação civil na decisão política, atendendo a aspectos relacionados como o incremento de práticas discursivas, contribuem também para o revigoreamento da democracia

deliberativa. Assim, o autor afirma que as perspectivas mais entusiastas sobre o tema colocam a internet como uma fonte de inspiração para formas de participação política protagonizadas pela esfera civil.

[...] reúne as condições necessárias para responder a todos os requisitos básicos da teoria normativa de Habermas sobre a esfera pública democrática: é um meio universal, anti-hierárquico, complexo e exigente. Porque oferece acesso universal, comunicação não coerciva, liberdade de expressão, agenda sem restrições, comunicação fora das tradicionais instituições políticas e porque gera opinião pública mediante processos de discussão, a internet parece a mais ideal situação de comunicação (FEREIRA, 2010, p. 105).

Apesar de vários autores defenderem uma deliberação ampliada em toda a sociedade através das redes, atualmente, a maior crítica em cima do trabalho de Habermas consiste na sua omissão em emitir um juízo mais preciso sobre o papel democrático dos meios de comunicação, principalmente após o surgimento da internet, ou de como eles poderiam criar condições para o exercício da discussão e da crítica na esfera pública.

Para Burke (2002), Habermas negligencia nas suas escritas, em 1962, por não considerar o papel da cultura eletrônica (televisão e rádio) e seu poder de abrangência, assim como Kellner (2000) que também acredita na falha de Habermas ao não perceber como os movimentos sociais se aproveitam dos novos meios de comunicação para se organizarem, se informarem e expandirem o campo de ação política. Além disso, Kellner (2000) pontua que outros críticos de Habermas argumentam que o pensador alemão idealiza a esfera pública, apresentando-a como um fórum de discussão e debate racional, quando na realidade certos grupos foram excluídos e a participação foi limitada, pois, embora os conceitos de esfera pública e democracia possuam uma ideia liberal e populista da diversidade, tolerância, debate e consenso, na realidade o que havia era uma esfera pública burguesa dominada por homens brancos e possuidores de propriedade, frequentadores dos Cafés e Salões.

No que concerne a dimensão que a internet e a mídias digitais possuem e como este meio técnico informacional mudaria as estruturas sociais, políticas e econômicas da sociedade atual, Moreno (2013, p. 71) cita que Habermas, mesmo em 2006, vê alguma utilidade na rede como "forma de contornar a censura em países com regimes políticos autoritários, mas não como forma de enriquecimento da esfera pública devido à fragmentação do discurso que ela induz". Habermas

considera que necessário ao funcionamento do sistema político são decisões coletivas unificadas que, segundo ele, a fragmentação da internet não permite.

Para Kellner (2000), o pensador alemão negligencia a função democrática da mídia no domínio da política e não prevê a forma como as novas mídias e as tecnologias podem levar a uma expansão e revitalização de novas e mais democráticas esferas públicas. Portanto, as mídias são tratadas por Habermas como meros mecanismos de transmissão de mensagens, não sendo parte essencial da economia ou da política em comparação com processos de debate racional. Ele deriva todo o seu modelo de comunicação e discussão via “cara-a-cara”, e não da interação mediada pela mídia ou pela tecnologia.

Contudo, no atual contexto das transformações promovidas pelo advento das novas tecnologias, a rede cada vez mais mostra características importantes para o exercício participativo a partir do momento que permite a formação múltiplas interações em tempo real e em qualquer lugar do planeta sendo notório seu potencial para a renovação da esfera pública.

Hoje é inegável a utilização do espaço virtual como espaço público semelhante ao dos cafés e salões analisados por Habermas: espaços que possibilitam a comunicação de conteúdos, tomadas de posição e opinião, ou seja, espaços de livre ação comunicativa que abrindo oportunidade de livre expressão de vários indivíduos ou grupos gera um filtro opinativo que condensa a opinião pública em temas específicos. Mais inegável ainda é a existência de uma virtualidade cidadã, que cresceu com a internet e utiliza-se dela para se articular dentro e fora da virtualidade e se reafirmar no mundo da vida enquanto movimento de mudança (RIBEIRO, TEMER e TUZZO, 2013, p. 194).

Gomes (2005b) acredita que se as pessoas tem a “impressão de que a sua intervenção política pode fazer alguma diferença para conduzir nesta ou naquela direção a decisão acerca dos negócios públicos”, então provavelmente se sentirá obrigado a produzir cada vez mais intervenções, de forma cada vez mais qualificada. Para Lemos e Lévy (2010), com a Internet, a política torna-se um negócio doméstico numa sociedade cujos atores estão cada vez mais estreitamente entrelaçados.

No Brasil, a utilização das novas tecnologias com fins políticos por parte dos cidadãos se faz cada vez mais necessário neste período de crise da democracia representativa. Vivemos em um país de dimensões continentais. Na busca pela diminuição da distância entre governantes e governados, e a prestação de contas perante a sociedade, a rede torna-se um valioso recurso de intervenção do público



na esfera da decisão política. Entretanto, Morgado e Rosas (2010) chamam à atenção que essas novas tecnologias informacionais não são as responsáveis por uma tomada de consciência do cidadão sobre a prática da participação política numa democracia participativa.

Mas do mesmo modo que o acesso à Internet pode saber a libertação para muitos povos submetidos a dominações retrógradas e paroquiais, a sua má ou impreparada utilização podem ter efeitos desmotivantes e negativos. Não basta, pois, ser-se um cidadão de uma democracia moderna para aceder e utilizar com proveito a Internet (MORGADO e ROSAS, 2010, p. 4 e 5).

Gomes (2005b) discute a internet enquanto um ambiente de comunicação que tenderia a transformar o padrão atual de baixa participação política por parte da esfera civil nas democracias contemporâneas, mas também enumera alguns argumentos da literatura, discorrendo a perspectiva dos críticos sobre um conjunto de restrições e déficits, próprios da internet, no que tange à sua contribuição às democracias modernas.

Segundo esta corrente, a internet vem fracassando no seu papel de indutor e promotor de participação política devido a: (i) Baixa qualidade de informação política para uma formação adequada da opinião pública. Assim, a maior parte da informação política tem como fonte indivíduos com interesses políticos e o próprio Estado, ocasionado dificuldades para o cidadão comum distinguir num volume absurdo de informações políticas, aquelas que sejam confiáveis; (ii) Desigualdade de acesso; (iii) Pouca cultura política. Há informação política disponível, mas há um interesse significativo do usuário da internet em informação política? (iv) Os meios de comunicação de massa continuam predominando: “A internet, nesse caso, não lhes representou uma ameaça, mas uma oportunidade, pois crescentemente a indústria da informação simplesmente se concede uma espécie de sócia digital” (p. 24); (v) O sistema político continua fechado; (vi) Se na internet existe o espaço da liberdade de expressão e de experiência democrática, ela também se transformou no ambiente dos conservadores, da ultradireita, dos racistas e dos xenófobos. Este refúgio tem-lhes sido mais seguro e próspero do que o mundo off-line. (vii) o universo digital reforçou imensamente um sistema de espionagem controlada por um centro qualquer de poder (GOMES, 2005b).

Mendonça e Pereira (2011) consideram que para haver opiniões ou soluções geradas através dos processos deliberativos, é fundamental que também haja

informação de qualidade disponível e acessível. Gomes (2005a, p. 220) destaca que a internet é um recurso valioso para a participação política não somente para quem tem acesso a um computador conectado à rede, mas principalmente para quem tem “capital cultural para empregá-lo no interior do jogo democrático”. Neves (2010, p. 166) reforça esta ideia ao afirmar que “ter acesso não significa participação”. É necessário também que se crie os mecanismos e se eduque as pessoas, “mas que igualmente se desenvolva a apetência e a vontade para os utilizar”.

Entretanto, Lemos e Lévy (2010, p. 86) ressaltam que apesar de grande parte do uso da Internet (principalmente nas redes sociais) ser para a troca de banalidades do dia-a-dia, no Brasil já é perceptível um “crescente uso e uma produção de conteúdo que tende efetivamente a elevar a qualidade dessas informações”. Assim, sobretudo em países como o nosso, devem-se aproveitar as inúmeras possibilidades que essas tecnologias oferecem para produzir conteúdo próprio, compartilhando informação e modificar o fazer político.

Mas para que as ideias produzidas se tornem parte da ciberdemocracia do futuro, atendendo aos interesses das pessoas, não basta essa iniciativa partir apenas da esfera civil. O Estado também deve assegurar e criar mecanismos para favorecer a participação do público nos processos de produção de decisão política. Dussel (2007) destaca que embora mais complexo, o sistema político que conta com grande participação aumenta sua legitimidade. Gomes (2005a) enfatiza que a questão não é apenas do debate público, mas de como tornar o sistema e a cultura política mais abertos à esfera civil a ponto de proporcionar a sua interferência na decisão política.

As informações encontradas na rede também não são garantias de segurança e confiabilidade. É necessário conhecimento, análise e reflexão sobre o uso da internet e o seu conteúdo. Na medida em que entramos num universo cada vez mais mediado pelas tecnologias compreender essa dinâmica torna-se fundamental para uma visão mais profunda do complexo processo comunicacional político contemporâneo.

### 3.4 Globalização contra hegemônica e ciberativismo

Com o movimento de democratização do acesso à rede na sociedade civil (ocorrido no Brasil somente na segunda década do século XXI), o sujeito passou a sentir a necessidade, independente de classe social ou faixa etária, de estar conectada com o ciberespaço. Uma necessidade gradativa que se espalhou rapidamente dentro da população. Este movimento de democratização se iniciou com as *Lan Houses*, e hoje é ampliado pela facilidade em adquirir um *smartphone*, e comprar pacotes de dados das operadoras ou utilizar sinais de internet sem fio em ambientes públicos.

Assim, podemos afirmar que a Internet passou a ser vista nas últimas décadas como precioso instrumento, permitindo o progresso técnico, econômico e social; tornando-se essencial enquanto ferramenta para a produção, investigação, comunicação, construção, representação, verificação, análise e divulgação do conhecimento; influenciando fortemente a dimensão tecnológica, sociocultural e política da comunicação.

Na medida em que as tecnologias digitais modificam as fronteiras anteriormente estabelecidas em diversos domínios da vida social (trabalho e não trabalho; produção e consumo; público e privado, entre outras), observamos profundas reconfigurações nas dinâmicas sociais, econômicas e políticas que exigem uma observação empírica de processos muitas vezes “invisíveis” (PARRA, 2012, p. 109).

Estas novas formas de relações sociais proporcionadas a partir da experiência da internet são vistas como oportunidades de promoção da participação política, conduzida diretamente pela esfera civil, formatando um modelo de participação popular na vida pública, de maneira mais efetiva (GOMES, 2005a). Assim, o rápido desenvolvimento da internet e seus aplicativos produziram novos modelos de tratamento da informação pública e, conseqüentemente, novas possibilidades de ações da sociedade civil. (TAVARES e PEREIRA, 2011).

De uma maneira geral, a heterogeneidade dos usuários de internet foi ampliada, passando também a incluir variadas classes sociais, minorias econômicas, religiosas, étnicas, de gênero e outros grupos historicamente excluídos e com menor visibilidade. Ribeiro, Temer e Tuzzo (2013) dividem os atuais movimentos sociais virtuais em duas chaves de funcionamento:

[...] movimentos preexistentes que migraram para o âmbito virtual, assim coexistindo com os movimentos reais, utilizando-se da virtualidade para sua sobrevivência, e os novos movimentos que começam com a discussão no espaço público da internet para se estender a realidade atuando tanto em ações virtuais como físicas (RIBEIRO, TEMER e TUZZO, 2013, p. 194).

Na visão de Cleto (2018), para que realmente ocorra mudança no cenário político hegemônico atual, deve-se existir formas políticas articuladas entre o pluralismo cultural e as complexidades sociais, atentas aos preconceitos e as ideologias em tensão na comunidade, para assim surgir um novo entendimento de maneiras em que a participação pública possa ser ampliada atendendo as necessidades das sociedades “Transmodernas”.

É nesse cenário globalizado, marcado pela interatividade, que podemos compreender as transformações promovidas pelos avanços tecnológicos, não apenas como um fenômeno restrito à utilização da Internet, distanciado dos problemas já existentes, nem dissociado de interesses políticos e econômicos, mas como produto de um novo rearranjo do capital.

Santos, B. de S. (2006) lembra que as trocas e as relações de poder desiguais se consolidam principalmente na política e no direito. Entretanto, uma corrente de insurgência contra hegemônica global desdobra-se em lutas políticas e jurídicas norteadas pela ideia de que é possível pôr em causa as estruturas e as práticas políticas jurídicas através de “princípios político-jurídicos alternativos”. Parra (2012) destaca a importância de se prevenir abusos no controle da utilização da rede. Para o autor, a disputa sobre a regulação jurídica das atividades ciberneticamente mediadas é de suma importância para impedir a emergência de um controle social tirânico, seja ele corporativo ou estatal. Sem esta regulação jurídica, os direitos cidadãos na era digital estariam ameaçados.

Esta evolução sem precedentes das novas tecnologias e da sua capacidade em alterar as relações de poder entre os cidadãos, as empresas, e o Estado, exigiu (e ainda exige) o surgimento de movimentos contra hegemônicos frente aos impactos promovidos pela globalização. Santos, B. de S. (2006) conceitua a globalização contra hegemônica da seguinte forma:

Designo por globalização contra-hegemônica o conjunto vasto de redes, iniciativas, organizações e movimentos que lutam contra as consequências econômicas, sociais, políticas e culturais da globalização hegemônica e que se opõem as concepções de desenvolvimento mundial a esta subjacentes, ao mesmo tempo que propõem concepções alternativas. A globalização

contra-hegemônica centra-se nas lutas contra a exclusão social. Atendendo a que a exclusão social é sempre produto de relações de poder desiguais, a globalização contra-hegemônica é animada por um *ethos* redistributivo no sentido mais amplo da expressão, o qual indica a redistribuição de recursos materiais, sociais, políticos, culturais e simbólicos. Neste sentido, a redistribuição baseia-se, simultaneamente, no princípio da igualdade e no princípio do reconhecimento da diferença (SANTOS, B. de S., 2006, p. 400).

O autor distingue dois processos fundamentais de globalização contra-hegemônica: a ação coletiva global, que atua pela articulação de redes transnacionais de ligações locais/nacionais/globais; e as lutas locais ou regionais/nacionais, cujo êxito leva a reprodução em outros lugares ou o funcionamento em rede com lutas paralelas em curso em outros espaços.

O que tem-se visto é o surgimento de uma forma de globalização “resultante dos movimentos sociais e das organizações da sociedade civil que, através de ligações simultaneamente de tipo local e global, vêm empreendendo uma luta global contra todas as formas de opressão geradas ou intensificadas pela globalização neoliberal” (SANTOS, B. de S., 2006, p. 414). Santos, B. de S. (2006) destaca como exemplos mais evidentes já ocorridos recentemente de movimentos contra hegemônicos globais: o levantamento de Chiapas em 1994, o protesto que ocorreu antes da reunião da Organização Mundial do Comércio (OMC) de 1999 em Seattle, e o Fórum Social Mundial.

O Fórum Social Mundial constitui uma das mais consistentes manifestações de uma sociedade civil global contra-hegemônica e subalterna em vias de surgimento. Na sua definição mais ampla, o FSM é o conjunto de iniciativas de troca transnacional entre movimentos sociais e organizações não governamentais onde se articulam lutas sociais de âmbito local, nacional ou global, travadas (de acordo com a Carta de Princípios de Porto Alegre) contra todas as formas de opressão geradas ou agravadas pela globalização neoliberal (SANTOS, B. de S., 2006, p. 415).

Cleto (2018) destaca que o rompimento do paradigma de governança moderna é o que torna o FSM agir contra hegemonicamente. Assim, este pensador pontua que o Fórum se articula enquanto novidade organizacional sem liderança centralizadora (Estado, partidos, sindicatos, ONG's, academia...), num ordenamento diferente possibilitado pela internet e dinamizado pelas redes sociais sintetizando objetivos em comum. Além do Levante de Chiapas, protestos antes das reuniões da OMC e o FSM citados por Santos, B. de S. (2006), Cleto (2018) assinala outras “respeitáveis insurgências populares” ocorridos no planeta como: O Movimento dos

Trabalhadores Sem Terra – MST, os movimentos *Occupy*, protestos em reuniões do G7 (grupo dos sete países mais ricos), e a onda revolucionária conhecida por Primavera Árabe, que será discutida um pouco mais.

A Primavera Árabe foi um movimento democrático insurgente principalmente contra as condições de vida precárias, regimes ditatoriais e a falta de direitos, que se iniciou na Tunísia em 2010 e se espalhou por 17 países do Oriente Médio e norte da África, levando milhares de pessoas às ruas. Causou a destituição de chefes de estado em 3 países (Tunísia, Egito e Líbia), outras reformas políticas na maioria dos outros Estados-nação, e levou a Síria a uma guerra civil. No caso desses movimentos apesar do embate e protestos terem ocorridos nos espaços públicos reais, entretanto, foi o uso da internet como forma de articulação que deu a esses movimentos a possibilidade de um maior alcance popular e político (RIBEIRO, TEMER e TUZZO, 2013).

Os sites de relacionamento, especialmente o *Facebook* e o *Twitter*, foram amplamente utilizados por estes movimentos politicamente motivados. Espaços virtuais que possibilitaram a participação dos cidadãos no campo político através do debate, articulação e colaboração entre os cidadãos que acreditavam na mudança daquele cenário que até então vigorava. Assim, o ciberativismo se apresentou como o meio de romper com a situação de baixa governabilidade democrática e social que imperava nestes países.

Silveira (2010, p. 31) define ciberativismo como: “um conjunto de práticas em defesa de causas políticas, socioambientais, sociotecnológicas e culturais, realizadas nas redes cibernéticas, principalmente na Internet”. Logo, as tecnologias digitais de comunicação participam das “novas práticas política, de controle e de resistência” (PARRA, 2012, p. 118) como forma de superar os processos políticos usuais que demonstram cada vez mais estarem a serviço do capital e do fascismo estatal.

Um exemplo célebre de ciberativismo em defesa de causas políticas é o da organização conhecida por *Wikileaks*, que tornou-se mundialmente famosa em 2010 graças à divulgação estratégica de um conjunto de documentos sigilosos do exército e da diplomacia norte-americana (PARRA, 2012). Até hoje essa organização atua, em sua página, na divulgação de documentos e informações confidenciais vazadas de empresas ou governos (inclusive do governo brasileiro), sobre assuntos considerados sensíveis.

No Brasil, ocorreu em junho de 2013 um movimento popular apartidário de grande proporção estourado pelo aumento das passagens de ônibus em várias cidades do país. Entretanto, o que antes era visto apenas como uma revolta por conta do aumento destas tarifas, ganhou novas dimensões aglomerando num movimento organizativo e colaborativo com outras várias frentes de revolta (corrupção, péssimos serviços públicos prestados, gastos exacerbados com a Copa). Este movimento durou dias e abrangeu várias cidades em todos os estados do país. Assim como ocorreu na Primavera Árabe, essa manifestação brasileira teve modos similares de organização no que se refere às medições online e uso intensivo das redes sociais a favor do movimento. No “facebook”, foram criadas páginas com nomes #vempruarua, #ogiganteacordou convocando as pessoas a participarem deste marco na democracia e ciberativismo no país (RODRIGUES, 2013).

As inúmeras possibilidades técnicas oferecidas pelos meios de comunicação digital reconfiguraram também o conceito de transparência pública, e sua relação com os processos de formação da opinião pública e de participação cidadã, ajudando aos cidadãos comuns, organizações civis e governos de todos os níveis a desenvolver metodologias e atitudes voltadas ao combate à corrupção. No Brasil, destacam-se nesta esfera duas organizações não-governamentais: Transparência Brasil e Transparência Hacker (TAVARES e PEREIRA, 2011).

Segundo Tavares e Pereira (2011) a Transparência Brasil foi fundada em abril de 2000 diante da falta de transparência pública, assim como a desinformação do cidadão frente aos fatores que mantêm a corrupção. Os idealizadores desta ONG organizaram diversos projetos visando publicizar na web informações sobre a biografia e ficha dos políticos, financiamentos eleitorais, processos de licitação, votação de leis, além do levantamento de dados empíricos sobre a ocorrência da corrupção no país em diferentes esferas e a criação de ferramentas na Internet que monitorem este fenômeno.

Essas informações veiculadas pela Transparência Brasil ao longo dos anos contribuíram para o volume de denúncias da imprensa em relação à políticos brasileiro e trouxe à tona novas discussões referentes à questão da representatividade na democracia brasileira. Seu surgimento contribuiu para um comportamento mais transparente das instituições, que passaram cada vez mais a publicizar seus dados através de seus sites oficiais (TAVARES e PEREIRA, 2011, p. 12).

Já a organização Transparência Hacker surgiu em outubro de 2009. De acordo com Tavares e Pereira (2011) esta rede de ciberativistas elabora suas ações no sentido do engajamento dos cidadãos. Através da divulgação de dados das administrações públicas ou de instituições financiadas com dinheiro público permitem não só o acesso, como também novos tratamentos por parte dos próprios cidadãos sobre essas informações. O seu grande potencial reside justamente nestes padrões abertos e na sua arquitetura participativa, tendo seu conteúdo construído colaborativamente.

Trata-se de uma coalizão de ciberativistas, organizados em rede e mobilizados através do ciberespaço, dedicada ao tratamento, em diversos níveis, de dados de interesse público, utilizando-se das tecnologias comunicativas digitais disponíveis e visando a apropriação e utilização social desses dados para os mais variados fins. [...] Esta rede de ciberativistas ainda promove ações para evidenciar a importância da liberalização desses dados em formato aberto, bem como pressões sobre órgãos governamentais para que adotem tais medidas (TAVARES e PEREIRA, 2011, p. 12).

Outra organização ciberativista que merece destaque é a *Open Knowledge* (Rede do Conhecimento Livre) com sede em 66 países, inclusive no Brasil desde 2013. Em seu site (<https://br.okfn.org/>) ela se declara uma Organização da Sociedade Civil (OSC) sem fins lucrativos e apartidária. Tem como missão utilizar e desenvolver ferramentas cívicas, projetos, análises de políticas públicas, jornalismo de dados e promoção do conhecimento livre nos diversos campos da sociedade. E declara ter como visão a busca por um “mundo onde o conhecimento livre esteja presente em todo nosso cotidiano, no online e no off-line”. Assim, dizem promover o “conhecimento livre por acreditar em sua capacidade de gerar grandes benefícios sociais”. Contudo, o que chama mais atenção na *Open Knowledge* Brasil são os projetos já desenvolvidos e os que estão ainda em andamento no país em tão pouco tempo de atuação. Observe no quadro abaixo:



### Quadro 03 – Projetos desenvolvidos pela *Open Knowledge Brasil*.

<b>Título do Projeto</b>	<b>Objetivos/Ações do Projeto</b>	<b>Status</b>
Índice de Dados abertos	Avalia o estado da política de dados abertos do país e das cidades oferecendo um parâmetro de referência sobre a capacidade dos governos de fornecer dados abertos sobre finanças públicas, dados socioeconômicos, legislativos e eleitorais, serviços públicos, informações geolocalizadas e indicadores ambientais. Na segunda metade de 2016 firmou parceria com a FGV.	Em andamento.
Gastos Abertos	Conecta o cidadão com o dinheiro e o orçamento público por meio de participação, acompanhamento e transparência da execução orçamentária, gestão contratual e processos licitatórios. A iniciativa oferece um passo a passo e um time de mentores para auxiliar aqueles cidadãos que desejam se tornar líderes locais.	Em andamento.
Escola de Dados	Oferece ferramentas para que organizações da sociedade civil, jornalistas e cidadãos possam ler e analisar dados da melhor forma possível.	Em andamento.
OGP	Iniciativa internacional que pretende difundir e incentivar globalmente práticas governamentais que representam um novo paradigma de governança da coisa pública.	Em andamento.
EuVoto	Ferramenta que permite aos paulistanos opinarem sobre projetos de lei em tramitação na Câmara Municipal.	Já realizado.
Dialogando	Plataforma que traz temas como direito à privacidade, transparência governamental e liberdade de expressão na internet para o debate público das eleições de 2014 no Brasil, inclusive obtendo respostas de candidatas.	Já realizado.
Vai Mudar	Projeto colaborativo que busca a transformação e participação social por meio da tecnologia. Com foco inicial na Copa do Mundo, promoveu manifestações pacíficas.	Já realizado.
Cuidando do Meu Bairro	Ferramenta que permite que a sociedade possa conhecer melhor a temática do orçamento público, exerça o controle e a fiscalização dos gastos realizados em equipamentos públicos da cidade e promova ações concretas no seu bairro.	Já realizado.
Orçamento ao seu Alcance	Portal que tem o objetivo de disponibilizar a visualização do orçamento federal de forma mais simples.	Já realizado.
Mosaico Orçamentário	Ferramenta que disponibiliza dados do orçamento federal de 2001 a 2014, oferecendo a possibilidade de filtragem por temas, por órgãos e também pela distribuição de partidos políticos.	Já realizado.
ComunicaDH	Promove o uso das ferramentas de comunicação para divulgar os direitos humanos para toda a sociedade	Já realizado.
Diagnóstico e Planejamento de Dados Abertos do Distrito Federal	Relatório com um diagnóstico para a abertura de dados governamentais no DF e um plano de ação para a implementação de uma Política Distrital de Dados Abertos, através de uma Ferramenta de Avaliação de Prontidão em Dados Abertos, formulada pelo Banco Mundial e traduzida para o português pela OKBR, que está disponível online para uso e adaptação livres.	Já realizado.
Iniciativa de Dados Abertos Latinoamericana.	É uma rede de organizações da região que busca promover a investigação, a apropriação e a utilização de dados abertos. A OKBR participa dessa rede por meio da pesquisa da professora Dr.ª Gisele Craveiro.	Já realizado.
Grupo de Trabalho em Ciência Aberta	Formado por pesquisadores brasileiros que compartilham o interesse em discutir e promover o entendimento e a prática de processos abertos na ciência.	Já realizado.
MIRA – Mapa da Educação Aberta	Projeto que identifica e mapeia iniciativas que disponibilizam recursos educacionais abertos em 24 países da América Latina.	Já realizado.
Guia de Dados Abertos	Um guia que discute os aspectos legais, sociais e técnicos dos dados abertos.	Já realizado.
Manual de Jornalismo de Dados	Resultado do esforço colaborativo de tradução do Data Journalism Handbook, publicação da O'Reilly Media e iniciativa do European Journalism Centre e da Open Knowledge Foundation. A tradução para português ficou sob responsabilidade da Abraji.	Já realizado.
Definição de Conhecimento Livre	Publicação que discute os princípios da definição de 'abertura' em relação a conteúdo e dados – isso significa qualquer tipo de material ou dados 'de sonetos a estatísticas, de genes a geodados'.	Já realizado.
Manifesto pelo Acesso Aberto	Traduções do Guerilla Open Access Manifesto, escrito por Aaron Swartz em 2008. Projeto iniciado em homenagem ao Aaron após seu falecimento. Já existem 25 traduções feitas pela rede da OKBR.	Já realizado.
HackAgenda	Agenda colaborativa de eventos hackers, de tecnologia da informação e comunicação, segurança, privacidade, dados abertos, transparência política, etc., eventos de makers/fazedores, Arduino, FabLabs, que ocorrem em todo o território brasileiro.	Já realizado.
Desarrollando América Latina 2014	Iniciativa que busca encontrar soluções de problemas sociais comuns aos países da região com a criação de aplicações cívicas inovadoras e dados abertos. No Brasil, em 2014, realizou-se hackathons em Brasília, Salvador, São Paulo e online.	Já realizado.
Desafio de Dados Abertos	Premia os melhores aplicativos criados por desenvolvedores do país para facilitar a leitura e o entendimento dos Dados Abertos organizado em parceria com a Câmara Municipal de São Paulo.	Já realizado.
The Data Hub	Catálogo dirigido pela comunidade de conjuntos úteis de dados na Internet.	Já realizado.
Queremos Saber	Site que permite a população fazer solicitações de informações públicas de interesse coletivo.	Já realizado.

Fonte: Site da *Open Knowledge Brasil*. – Janeiro/2018 – Elaboração própria.

Trata-se de novas experiências em favor da adoção da política de dados abertos pelos governos além da construção de diversas ferramentas que auxiliam desde a pesquisa até o incentivo a criação de soluções e padrões para formatos abertos, construídos colaborativamente, inclusive com o poder público, à medida em que assegura a inclusão política do cidadão engajado com a sua comunidade.

Outra mostra das possibilidades que a rede pode oferecer às pessoas que buscam renovar o cenário político do país foi a iniciativa popular do projeto de lei da Ficha Limpa que acabou sancionada em 2010. Enquanto o Movimento de Combate à Corrupção Eleitoral (MCCE) conseguiu 1.604.815 de assinaturas de forma presencial, o site da organização não-governamental Avaaz, atuando em parceria com o MCCE nesta conquista, conseguiu 2.031.407 assinaturas pela Internet. O objetivo era angariar cerca de 1.300.000 de assinaturas (1% do eleitorado nacional) para que o projeto fosse levado ao Congresso Nacional. O site desta ONG registra que um dos principais políticos na época disse a Avaaz que a lei jamais seria aprovada, já que muitos dos próprios parlamentares estavam sendo investigados por corrupção.

**Figura 03** – Movimento organizado pela Avaaz em favor da Lei da Ficha limpa.



Fonte: Site da Avaaz.

Nesta expansão de formas contemporâneas da prática política no contexto das relações cibermediadas, algumas ações têm partido do próprio governo. Como exemplo, temos as pesquisas de opiniões públicas do Congresso Nacional que

permitem às pessoas conectadas, declararem sua posição em relação a qualquer tema colocado em discussão. Parra (2012) evidencia a consulta pública na internet sobre a reforma da Lei de Direitos Autorais (9.610/1998) realizada pelo Ministério da Cultura, feita por meio de um software livre, o qual permitia que cada um dos usuários fizesse comentários aos itens do PL sobre a concordância ou não desta reforma. O resultado final mostrou que 70% das contribuições não concordavam com a mudança da Lei.

Entretanto, na pesquisa de Ortellado e Souza, citada por Parra (2012), sobre o relatório produzido pela Transparência Hacker justamente para qualificar estes 70% supracitados, percebeu-se que não havia um mecanismo de certificação para garantir a veracidade das identidades, além de que o mesmo usuário (ou a mesma máquina utilizada pela mesma pessoa ou por pessoas diferentes) poderia contribuir mais de uma vez. Todavia o que chama mais atenção foi a mobilização do ECAD (Escritório Central de Arrecadação de Direitos Autorais) para votar contra esta reforma. Das 7.863 contribuições feitas diretamente na plataforma, mais de 15% foram realizadas pela ECAD ou por grupos e associações vinculados a este Escritório, havendo uma clara articulação de um grupo de interesse contrário à reforma. Segundo Parra (2012), este relatório publicado pela Transparência Hacker demonstrou a não neutralidade dos dispositivos tecnológicos. Demonstrou também como rastreabilidade é um regulador da fronteira entre o visível e o invisível, criando ou ocultando a existência de novos sujeitos políticos.

O ciberativismo envolve também mobilizações colaborativas para o desenvolvimento e disseminação de softwares livres. Cleto (2018) sustenta que a base para o desenvolvimento de uma rede política democrática coincide com os princípios do *software* livre, que além de defender a infoinclusão, apresenta o seu teor colaborativo. Para Silveira (2010) o movimento de *software* livre defende a distribuição da propriedade como uma questão de liberdade de acesso abrindo a possibilidade, para todos que quiserem, de conhecer completamente aquilo que fazem e como suas rotinas foram escritas, aproveitando o máximo possível das potencialidades da rede através do compartilhamento do conhecimento.

A necessidade de novas definições e as dificuldades de inúmeras classificações diante do ciberativismo podem ficar mais evidentes no caso das comunidades de desenvolvimento e disseminação de softwares de código-fonte aberto que incluem o movimento de *software* livre. Alguns liberais e anarco-capitalistas mais radicais defendem o uso do *software* livre

não pela defesa da igualdade e justiça, mas pela crença na superioridade econômica do modelo de compartilhamento (SILVEIRA, 2010, p. 31).

Silveira (2010, pág. 32) afirma que muitos dos desenvolvedores, grande parte das vezes de origem neoliberal e capitalista, acabam optando por defender a abertura e liberdade de acesso e modificação de softwares por considerarem que “o modelo hegemônico de propriedade intelectual, centrado no bloqueio de acesso ao código-fonte, gerava *softwares* de qualidade inferior”. Assim, as possibilidades interativas e colaborativas na rede propiciariam muitas visões de melhoramento e reduzidos custos.

Além do movimento de *softwares* livres, Cleto (2018) defende a plataforma web Ubuntu – Linux devido suas propriedades em ser uma plataforma web livre, e em ter suas funcionalidades desenvolvidas e orientadas no compartilhamento de conteúdo e na criação de um ambiente de interação otimizado por interesses comuns, diferente do que ocorre com o Windows da Microsoft. Assim, o autor acredita que este sistema operacional se configura como artifício mediador adequado ao pluralismo próprio das sociedades democráticas do século XXI.

Há várias possibilidades de explorar o ciberespaço com a utilização de novas ferramentas tecnológicas que tornam mais rápidos e eficientes diversos processos. O ciberativismo mostra que ainda há resistência e ações contra hegemônicas incentivando a emancipação individual pelo conhecimento adquirido através da interação colaborativa. O que nasce na rede pode mobilizar as ruas e vice-versa. O uso da internet para difundir informações, organizar e mobilizar pessoas, debater, trocar experiências, renovar o pensamento político e tantas outras possibilidades, faz da rede um dos principais instrumentos de preservação da democracia.

### 3.5 O futuro da Internet e a fuga dos processos políticos usuais

Vivemos em uma época que o ser humano que indis põe de possibilidades para o acesso às novas tecnologias e conseqüentemente ao ciberespaço, está fadado à exclusão digital e, portanto, a um agravamento de sua exclusão social. Países considerados emergentes, como o Brasil, caminham rumo a uma democratização do acesso à rede. Entretanto, apenas ter acesso à rede não basta. É necessário também conhecimento, análise e reflexão sobre o uso da internet e o seu conteúdo. A exclusão digital de uma população só pode ser erradicada quando todos os seus cidadãos aprenderem que a rede é um meio de acesso à educação, ao trabalho, à troca de informações, ao pensamento crítico e ao exercício pleno de sua cidadania. Logo, num contexto mais amplo, nossas preocupações também estão inseridas em como será o futuro diante deste ritmo tão intenso dos progressos tecnológicos.

Por muitos pesquisadores, a internet é uma ferramenta vista com enorme capacidade para modificar o atual sistema político elitista (KELLNER, 2000); superar a forma e o conteúdo dos processos políticos usuais (CLETO, 2018); multiplicar espaços públicos politicamente atuantes e locais alternativos de afirmação de uma cultura política dinâmica, pluralista, não discriminatória, logo, verdadeiramente democrática (MORGADO e ROSAS, 2010); acabar com a sensação de ineficácia da ação política do cidadão comum (GOMES, 2005b); e generalizar a participação em todas as instituições (DUSSEL, 2007).

A proposta deste subcapítulo é realizar uma discussão bibliográfica da visão de futuro que alguns pensadores possuem diante de tantas possibilidades ofertadas pelo avanço das redes com relação ao rompimento com as práticas de participação política existentes, além de uma visão do Estado do futuro. Muitas das previsões já estão se cumprindo, conforme André Lemos e Pierre Lévy narraram em 2010:

Podemos prever que, em alguns anos, a interconexão e a compatibilidade entre materiais e softwares continuarão a progredir de forma mais cooperativa, livre e menos protegida em prol do desenvolvimento do conhecimento e da liberdade (LEMOS e LÉVY, 2010, p. 201).

Cabe lembrar que a Internet já é utilizada há muito tempo para angariar e mobilizar eleitores. O maior exemplo deste feito foi na corrida presidencial à Casa Branca na busca pelo primeiro mandato de Barack Obama em 2008. Segundo

Neves (2010), a internet foi utilizada como nunca antes numa campanha eleitoral, se tornando componente central de uma campanha e pós-campanha moderna e muitos analistas afirmam que o sucesso desta campanha de Obama se baseou na justamente utilização da Internet para transmitir uma mensagem social. Assim, Obama teria revitalizado o panorama político norte-americano, incentivando a larga participação dos cidadãos durante sua campanha.

Barack Obama soube alimentar uma campanha baseada neste activismo, na motivação da participação dos cidadãos. Cidadãos estes que produziram, partilharam ou distribuíram conteúdos, em blogs, sites, redes sociais, etc. e que organizaram voluntariamente eventos locais, criando as suas próprias formas de apoio e mobilização (NEVES, 2010, p. 174).

A equipe de marketing da campanha de Obama realizou uma análise profunda dos comportamentos dos cidadãos norte-americanos: motivos da abstenção dos cidadãos; porque não se recenseavam; que tipo de informação preferiam, etc. Logo, perceberam que as pessoas estavam cada vez menos tanto assistindo televisão como vendo jornais escritos, preferindo procurar a sua própria informação. Assim, “a campanha de Obama apostou num ‘grassroots movement’: um movimento em rede baseado nas comunidades e no voluntariado a partir da Internet” (p.174). A Internet também foi utilizada estrategicamente para financiamento da campanha através do recolhimento de doações. O final da contagem dos votos das eleições mostrou um considerável acréscimo no número de eleitores: 131.2 milhões em 2008, enquanto que em 2004 havia sido 122.3 milhões. Estes dados se tornam ainda mais expressivos se levarmos em conta que o voto nos Estados Unidos não é obrigatório, ou seja, parece indicar que a Internet tenha tido alguma influência neste aumento. Desde o anúncio de sua vitória, transição para a Casa Branca, e sua efetiva posse, ele continuou a apostar nas TIC’s como ferramentas de aproximação aos cidadãos norte-americanos (NEVES, 2010).

Isso foi uma demonstração que esfera política também pode comunicar-se diretamente com a esfera civil sem a necessidade do atravessador, concebida pelo campo do jornalismo. Desta forma, a informação política tem a possibilidade de chegar ao público diretamente de um fornecedor que é ao mesmo tempo um agente do campo político (GOMES, 2005b).

Lemos e Lévy (2010, p. 16) destaca que pela primeira vez na história da humanidade, “o conjunto da memória e da comunicação mundial encontra-se reunido

no mesmo ambiente técnico interconectado”. Para estes autores, o desafio para o futuro será a criação de maneiras efetivas de comunicação e sua apropriação social para o reaquecimento do espaço público, e principalmente para o fortalecimento da ciberdemocracia planetária que encontrasse em gestação.

Mais comunicação implicará mais liberdade, entendida aqui como a possibilidade sem controle estatal ou policial de produzir, consumir e distribuir informação. No século que se anuncia, não é unicamente o ciberespaço que vai crescer, mas a ciberdemocracia (LEMOS e LÉVY, 2010, p. 44).

Dussel (2007) defende a criação de uma cultura democrática de transparência em todo exercício eleitoral na esfera política. O pensador acredita que num futuro não tão distante, será possível ter em segundos a opinião da totalidade dos cidadãos sobre alguma questão de urgência, graças aos celulares e dispositivos portáteis conectados à rede. Assim, se poderia conhecer a posição de todas as camadas sociais para a tomada de decisão.

Logo, todas as formas de participação política por parte da esfera civil poderiam ser realizadas com a utilização dos novos meios informacionais, desde o contato e a pressão sobre os políticos eleitos até a formação da opinião pública, à formação de movimentos da sociedade civil ou ainda à participação em fóruns eletrônicos de deliberação e à intervenção em plebiscitos on-line (FERREIRA, 2010).

Diferente de Habermas, que exclui a mídia do domínio da democracia e da possibilidade de transformação democrática, além de não levar em consideração as esferas públicas dos movimentos sociais e grupos excluídos (KELLNER, 2000), Dussel (2007, p. 159) crê que cada vez mais os pobres se potencializarão graças aos meios eletrônicos, pois permitirá uma solidariedade ampliada, do local ao nacional e global.

A participação deve generalizar-se em todas as instituições: participação estudantil nas universidades e instituições educativas, dos operários nas fábricas; participação dos sócios ou os espectadores e jogadores nos clubes esportivos (ainda do grande espetáculo), dos comunicadores na televisão, os jornais, as rádios, etc. Uma sociedade participativa, onde seus cidadãos sejam atores, pode ser politicamente democrática e autogestora (DUSSEL, 2007, p. 161).

Kellner (2000) salienta que as batalhas políticas do futuro podem até ocorrer nas ruas, fábricas, parlamentos e outros locais de conflitos passados, mas a atual política já é mediada por mídia e as novas tecnologias, e será cada vez mais assim no futuro. Defensor das ideias de Dussel, Cleto (2018) também crê num futuro em que

haverá a totalidade de opiniões dos cidadãos de todas as camadas sociais causada pelo progresso tecnológico. Este pensador vislumbra um horizonte genuinamente democrático, com as “novas tecnologias articuladas a uma nova cultura política” potencializando uma sociedade politicamente autogestora, além de ecológica, inclusiva e com justiça social.

Há também quem enxergue no futuro um modelo de participação dos cidadãos na política em que a esfera política é dispensada e as funções de decisão são assumidas pela esfera civil. Trata-se da democracia direta.

[...] onde a esfera política profissional se extinguiria porque o público mesmo controlaria a decisão política válida e legítima no interior do Estado. Trata-se do modelo de *democracy plug'n play*, do voto eletrônico, preferencialmente on-line, da conversão do cidadão não apenas em controlador da esfera política, mas em produtor de decisão política sobre os negócios públicos. O resultado do estabelecimento de uma democracia digital de quinto grau seria, por exemplo, um Estado governado por plebiscitos on-line em que à esfera política restaria exclusivamente as funções de administração pública (GOMES, 2005a, p. 219).

Com o potencial de revigoramento da democracia proporcionado pelas novas tecnologias, Bonavides é um desses autores que já demonstraram acreditar que com a internet é possível a realização de um ideal de condução popular e direta das atividades públicas:

Na idade da tecnologia de computadores, em plena era da informática, da instantaneidade dos meios visuais e auditivos de comunicação, não é fantasia nem sonho de utopia antever o grande momento de libertação imanente com a instauração de um sistema de democracia direta. Ele consagrará a plenitude da legitimidade na expressão de nossa vontade política (BONAVIDES, 2002, p. 29).

Levy (2003) pontua que o Estado ciberdemocrático universal e transparente de fato ainda não existe. Porém, não há como negar que uma governança eletrônica torna as administrações públicas mais transparentes para os cidadãos. De acordo com o pensador francês, se as ditaduras temem tanto a Internet é, muito e simplesmente, por que esta representa uma possibilidade de transparência, liberdade e democracia que as ameaça diretamente.

Na visão de Lemos e Lévy (2010), um Estado do futuro também estimularia as grandes cidades a se dedicarem na criação de comunidades virtuais de base territorial (verdadeiras intranets de cidades diferentes das informações municipais online) e



encorajaria particularmente novas formas de democracia participativa online em escala local e virtual. Temos que pensar em um novo Estado, visto que este modelo que vigora na democracia liberal não corresponde os anseios da população, e a história mostra que ele pode ser modificado:

É tendo em mente os novos avanços da emancipação humana que devemos tentar pensar, não o fim do Estado, mas outro Estado, um que admita plenamente os seus outros, um que emerja da sociedade, embora esteja ao seu serviço, em vez de estar sobranceira a ela, como se transcendência autoritária e burocrática. Podemos apostar que, no futuro, o Estado, que já assumiu tanta forma (teocrática faraônica, império do meio, democracia ateniense, república romana, monarquia europeia, califado, Estado-nação, fascismo, soviétismo, Estado Islâmico, federalismo, Estados Unidos, União Europeia...) continuará a metamorfosear-se (LÉVY, 2003, p. 174 e 175).

Lemos e Lévy (2013) acreditam que uma das maiores esperanças para o surgimento de uma ciberdemocracia no sentido pleno está na “perspectiva de uma lei, de uma justiça e de um governo planetário capazes de regular a economia mundial, de preservar o ecossistema terrestre e de garantir a liberdade, trabalhando para reduzir as misérias e as injustiças” (p 171). Na visão (utópica) dos autores, a lei e a justiça não podem continuar fragmentadas e divididas enquanto a economia, a técnica, a ciência e a biosfera revelam, a cada dia, suas unidades fundamentais. Esta articulação planetária junto com o Estado transparente deverá garantir a diversidade cultural e deve visar à animação da inteligência coletiva da sociedade em todas as suas escalas. No fim das contas o Estado do Futuro:

Não seria, entretanto, um "Estado mínimo", mas sim um "Estado subjetivado", onde as instituições diminuiriam devido à responsabilidade cada vez mais compartilhada de todos os cidadãos ("O Estado somos todos nós!") junto à aplicação da revolução tecnológica eletrônica que diminui quase a zero o tempo e o espaço da participação cidadã quanto a solicitar a opinião da cidadania para constituir o consenso ou cumprir trâmites burocráticos. Será um Estado virtual com escritórios descentralizados, administrados por páginas eletrônicas. O Estado do futuro será tão distinto do atual que terão desaparecido muitas de suas instituições mais burocráticas, opacas, pesadas, etc. Parecerá que não há mais Estado, mas estará mais presente que nunca como responsabilidade normativa de cada cidadão pelos outros cidadãos (DUSSEL, 2007, p. 158 e 159).

Os termos “democracia eletrônica”, ciberdemocracia, “democracia digital”, “e-democracy”, fazem referência às possibilidades de extensão das oportunidades democráticas que infraestrutura tecnológica da rede mundial de computadores pode alcançar (GOMES, 2005a). Muitas vezes essas expressões foram utilizadas como

sinônimos e se misturaram com as ideias e os conceitos de “democracia deliberativa”, “democracia participativa”, “democracia cidadã”, além da “democracia direta”, modelos de democracia estes que atualmente possuem suas discussões revigoradas pelo advento das novas tecnologias e que estão fazendo surgir novos campos políticos substanciados pela participação.

Diante do fato que as democracias representativas liberais contemporâneas não representam os interesses da sociedade, discussões sobre conceitos de democracia que: transcendem sua forma usual e incorporem a participação da sociedade civil nas decisões da vida coletiva; levem em consideração as pluralidades, disparidades e complexidades sociais; e que sejam articuladas em ambientes reais e virtuais; tornam-se fundamentais para uma visão mais profunda de estratégias que promovam um projeto de democratização capaz de satisfazer aos requisitos básicos de participação.

## 4 PESQUISAS ELEITORAIS PARA REITOR E VICE-REITOR NO ÂMBITO DA UFT

### 4.1 Autonomia Universitária: a eleição de Reitor e Vice-Reitor

Desde o fim da Ditadura, a democracia no Brasil é exercida através do voto. Quando se trata de um pleito eleitoral dentro de uma Universidade federal no país, esta ação é realizada pelos três segmentos: Docentes, discentes e técnicos administrativos; e como este pleito é realizado, depende do estatuto interno ou regimento eleitoral de cada instituição, e principalmente da atuação política e representatividade destas categorias.

O Reitor é o cargo mais alto de instituição federal de ensino superior. Segundo o Regimento Interno da Universidade Federal do Tocantins - UFT, o Reitor é o representante legal da mesma em todos os atos e feitos judiciais e extrajudiciais, cabendo-lhe administrá-la, supervisionar e coordenar as atividades universitárias na forma prevista no Estatuto, no Regimento Geral e no Regimento da Reitoria; e, nas faltas e impedimentos deste, competem as mesmas funções ao Vice-Reitor.

A discussão relativa à escolha do Reitor e Vice-Reitor de uma Universidade Federal no Brasil se entrelaça com as contradições históricas que envolvem o termo: autonomia universitária. Etimologicamente, o vocábulo autonomia é formado por duas expressões: autós e nómos, sendo que autós corresponde a “si mesmo” e nómos a “lei”, “regra” ou “ordem” (CARVALHO e DA LUZ, 2016), ou seja, a capacidade de reger-se por leis próprias.

Para Ranieri (1994), autonomia significa regular com normas próprias intencionalmente não alcançadas pela lei, tendo em vista garantir e proteger certos interesses. Esta autora coloca que o conceito de autonomia no direito público é abstrato e imaterial: designa a possibilidade de direção própria consentida por ordenamento superior e manifestada por meio de normas exclusivas, ou seja, autonomia não significa independência nem soberania. “Seu exercício, embora pleno, restringe-se a esferas específicas previamente delimitadas pelo ente maior, dentro das quais e para as quais são produzidas pelo ente autônomo normas próprias e integrantes do sistema jurídico global” (RANIERI, 1994, p. 27).

A discussão deste tema se faz importante porque a história das reformas universitárias no país é ligada à interpretação do que seria o real sentido do termo autonomia utilizado na legislação. Colli (2008) lembra que antes de 1968, a

universidade era regida por professores catedráticos, senhores máximos de sua cátedra: contratavam e demitiam quando bem quisessem.

Cunha (2000) afirma que durante o regime militar, em 1966 e 1967, decretos presidenciais e pareceres do Conselho Federal de Educação foram reduzindo o poder e a legitimidade que os catedráticos haviam gozavam desde o início do século XIX. A Constituição de 1967 revogou o direito da vitaliciedade da cátedra, nas universidades federais, trocando por uma carreira docente mais aberta, com a existência de concurso de títulos e provas para os níveis inicial e final. “Assim, não foi difícil para o Congresso Nacional aprovar a proposta do Grupo de Trabalho da Reforma Universitária, inclusive o dispositivo que extinguiu o regime de cátedras, mantendo, no entanto, os titulares desses cargos no último degrau da carreira docente” (CUNHA, 2000, p. 184).

O Relatório produzido por este Grupo de Trabalho foi um dos documentos mais importantes sobre a reforma. Lira (2012) cita que o grupo teve trinta dias para apresentar seus estudos e projetos, tendo como temas: a organização didático-científica, magistério, estratégia da implantação da pós-graduação; a institucionalização do ensino superior e administração da universidade; os recursos para a educação e expansão do ensino superior; e representação estudantil, que apesar de discutido não havia estudantes participantes desta comissão.

Com a reforma universitária de 1968, expressa pela Lei Federal nº 5.540 de 28 de novembro de 1968, que fixou as normas de organização e funcionamento do ensino superior e sua articulação com a escola média, além de dar outras providências, as cátedras foram transformadas em departamentos. Apesar de ter sido a primeira legislação no Brasil a normatizar a nomeação de Reitor e Vice-Reitor nas Universidades federais, algumas considerações devem ser feitas.

Em seu artigo 3º foi estabelecida a autonomia universitária com o seguinte texto: “As universidades gozarão de autonomia didático-científica, disciplinar, administrativa e financeira, que será exercida na forma da lei e dos seus estatutos”. Entretanto, Lira (2012) chama a atenção que neste artigo não houve uma regulamentação precisa da autonomia universitária. Do §1º ao §4º houve vetos em todas as suas letras. Deste modo, apesar de anunciar a autonomia universitária, para o autor, a lei não criou as condições de sua efetivação, o que colaborou com os empecilhos relacionados ao planejamento e à gestão da estrutura universitária.

O artigo 16 desta Lei que trata da nomeação de Reitores e Vice-Reitores de universidades, e de Diretores e Vice-Diretores de unidades universitárias e de estabelecimentos isolados de ensino superior é outro que também requer análise. A data de origem de sua publicação é de 28 de novembro de 1968, entretanto o texto chegou a ser alterado duas vezes durante o regime militar pela Lei nº 6.420, de 3 de junho de 1977 e a Lei nº 7.177, de 19 de dezembro de 1983, até chegar a redação atual dada pela Lei nº 9.192, de 21 de dezembro de 1995.

A tradição autoritária estava presente no artigo 16 que não reconhecia a legitimidade das eleições diretas. A nomeação de Reitores e Vice-Reitores de universidades e Diretores e Vice-Diretores de unidades universitárias ou estabelecimentos isolados oficiais se dava a partir da indicação pelo respectivo Governo e escolhidos de listas de nomes indicados pelo Conselho Universitário ou colegiado equivalente (LIRA, 2012, p. 5 e 6).

Assim, a Lei da Reforma Universitária de 1968 apesar de mencionar a autonomia didático-científica, disciplinar, administrativa e financeira das universidades, na realidade possuía diversos trechos e dispositivos que a restringia, entre eles, a escolha dos gestores das Universidades.

Cunha (2000) afirma que no caso das universidades federais, o mecanismo para a escolha de reitores e diretores foi alterado em prejuízo da autonomia das instituições. A construção da lista de nomes de candidatos a reitor, para posterior escolha pelo presidente da República, já não seria atribuição do Conselho Universitário apenas, mas sim deste em conjunto com outros conselhos da universidade, como o de ensino, de pesquisa, de extensão, de curadores, em que prevaleciam os membros nomeados pelo próprio reitor. Também estas listas de candidatos já não teriam três nomes, mas seis, de modo a, aumentar a possibilidade de inclusão de pessoas afinadas com o regime militar (CUNHA, 2000, p. 192).

Com o término do regime militar e o avanço das conquistas democráticas na sociedade, várias universidades estabeleceram também compromissos de eleição direta dos seus dirigentes. No Brasil, somente com a Constituição Federal de 1988, a autonomia universitária é citada pela primeira vez num texto constitucional.

A Constituição Federal de 1988 estabeleceu em seu artigo 207: "As universidades gozam de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, e obedecerão ao princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão".

Segundo Carvalho e da Luz (2016), apesar deste artigo parecer contemplar ideia de autonomia universitária, elas o entendem somente como a gestão eficaz de receitas e despesas segundo os contratos de gestão que são estabelecidos entre as universidades e o governo. Assim, analisam que seu sentido institucional, sociopolítico, foi superado pelo sentido administrativo e gerencial.

Para Ranieri (1994) fica claro que através deste artigo a universidade tem autonomia apenas em razão do serviço específico que deve prestar: ensino, pesquisa e extensão; e que em função disto, o uso desta autonomia deve ser eficiente e adequado às referências socioculturais, econômicas e políticas próprias da sociedade na qual a instituição está inserida. Assim, essa autonomia universitária é relativa.

No que se refere à interpretação do artigo 207 da CF88, Morhy (2004) concorda com as supracitadas autoras ao não perceber a real existência da autonomia universitária. Entretanto ele discorda de Carvalho e da Luz (2016) no sentido da autonomia administrativa e gerencial, pois pra ele também não há. Morhy (2004) chama a atenção que as leis e regulamentos que se seguiram, bem como a prática na relação governo-universidade, na realidade são de tendência contra a autonomia, principalmente no que diz respeito às autonomias administrativa e de gestão financeira e patrimonial das universidades. “Prevalece na prática uma espécie de ‘juridicismo’ excessivo com o fim em si mesmo, mais que para os fins a que devem servir as leis, normas ou regulamentos” (MORHY, 2004, p. 53). Logo, as medidas atuais e as tendências que se apresentam no momento não apontariam para um modelo satisfatório de autonomia universitária, além do discurso.

Com o estabelecimento da democratização da gestão universitária, inspirada nos anseios de uma sociedade oprimida por vinte e um anos de ditadura militar, a prática de consultas para a elaboração das listas de candidatos a reitor deu motivo a muitas distorções, tanto do lado dos eleitores quanto do lado dos candidatos, principalmente advindos da falta de respaldo jurídico da consulta. As listas de nomes formalmente encaminhadas à Presidência da República (ou ao Ministério da Educação) nem sempre correspondiam à votação obtida pelos candidatos, mas frequentemente havia substituição total ou parcial dos indicados. (CUNHA, 2000).

A Lei Federal nº 5.540 de 28 de novembro de 1968 foi a primeira legislação no Brasil a criar normas para nomeação de Reitor e Vice-Reitor nas Universidades federais. Posteriormente, esta lei foi revogada pela Lei nº 9.394, de 20 de dezembro

de 1996 (A Lei de Diretrizes e Bases-LDB). Entretanto, o artigo 16 da Lei 5.540/68, que trata exatamente da nomeação de Reitores e Vice-Reitores de universidades, e de Diretores e Vice-Diretores de unidades universitárias, já havia sido alterado anteriormente pela Lei nº 9.192, de 21 de dezembro de 1995.

Portanto, a primeira iniciativa do governo para escolha de dirigentes de forma democrática, admitindo o procedimento das consultas à comunidade universitária, teve início em 1995 alterando o artigo 16 lei anterior por meio do seguinte texto em seus três primeiros incisos:

I - o Reitor e o Vice-Reitor de universidade federal serão nomeados pelo Presidente da República e escolhidos entre professores dos dois níveis mais elevados da carreira ou que possuam título de doutor, cujos nomes figurem em listas tríplexes organizadas pelo respectivo colegiado máximo, ou outro colegiado que o englobe, instituído especificamente para este fim, sendo a votação uninominal;

II - os colegiados a que se refere o inciso anterior, constituídos de representantes dos diversos segmentos da comunidade universitária e da sociedade, observarão o mínimo de setenta por cento de membros do corpo docente no total de sua composição;

III - em caso de consulta prévia à comunidade universitária, nos termos estabelecidos pelo colegiado máximo da instituição, prevalecerão a votação uninominal e o peso de setenta por cento para a manifestação do pessoal docente em relação à das demais categorias (BRASIL, 1995).

Diferente de um processo eleitoral comum, a consulta eleitoral que ocorre nas Universidades não garante que o vencedor será empossado como Reitor. Após a consulta, o Conselho Universitário, instância máxima de deliberação dentro da universidade, elabora uma lista com três nomes, a Lista Tríplex, e a encaminha ao Ministério da Educação (MEC), órgão subordinado à Presidência da República e incumbido de indicar o novo Reitor. Por respeito à autonomia e à democracia universitária, o MEC procura geralmente indicar o vencedor da consulta. Entretanto, ele dispõe de artifícios legais para não o fazer.

Apesar do Artigo 56 da Lei nº 9.394/96 (LDB) afirmar que: “As instituições públicas de educação superior obedecerão ao princípio da **gestão democrática**, assegurada a existência de órgãos colegiados deliberativos, de que participarão os segmentos da comunidade institucional, local e regional”. O disposto na Lei nº 9.192/95, relativo à composição dos órgãos colegiados deliberativos das consultas eleitorais, foi reafirmado no Parágrafo único deste artigo: “Em qualquer caso, os docentes ocuparão setenta por cento dos assentos em cada órgão colegiado e

comissão, inclusive nos que tratem da elaboração e modificações estatutárias e regimentais, bem como da escolha de dirigentes”.

Morhy (2004) afirma que em várias instituições, os movimentos corporativos e partidários pressionaram pelo voto paritário das categorias docente, técnico administrativo e discente (nesse modelo, cada categoria da universidade possui 33,3% do total de votos) e, em alguns casos, pelo voto universal (o voto de cada membro da comunidade universitária vale exatamente o mesmo). Este autor trata o assunto como polêmico e pontua que os processos de escolhas de dirigentes têm trazido problemas de difícil solução para as instituições universitárias.

Tanto o modelo paritário quanto o universal são contestados por uma grande parcela dos docentes, que alegam que as Leis 9.192/95 e 9.394/96 são bastante claras ao apontar que a divisão proporcional dos votos na consulta deve obedecer à proporção de 70% para os professores, e 30% divididos entre os técnicos administrativos e os discentes.

Em seu pouco tempo de existência a UFT já passou por cinco consultas eleitorais, para escolha de Reitor e Vice-Reitor, e já teve 6 pessoas diferentes assumindo o cargo máximo da instituição. Quatro dos cinco pleitos organizados foram conduzidos de forma paritária.

Atualmente, a consulta eleitoral à comunidade universitária para a escolha do Reitor e Vice-Reitor já tem sido adotada pela maioria das universidades federais, com a proporcionalidade paritária de votos entre docentes, servidores técnicos administrativos e alunos. Em 26 de setembro de 2011, o Ministério da Educação emitiu parecer favorável ao voto paritário, citando tanto as consultas informais como as consultas formais, divulgado por meio da Nota Técnica nº 437/2011 - CGLNES/GAB/SESu/MEC.

23. Importante salientar ainda que a realização por associações dos quadros que compõem a universidade ou entidade equivalente de **consultas informais à comunidade universitária com a configuração de votos de cada categoria da forma que for estabelecida, inclusive votação paritária, não contraria qualquer norma posta** (BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2011, p.5).

Entretanto a nota deixa claro que independente da forma como ocorrerá a consulta, é o Conselho Superior que elabora sua lista tríplice e encaminha ao Ministério da Educação (MEC), de acordo com a redação dada pela Lei 9.192/95.



24. Independente da realização da consulta (formal ou informal) à comunidade universitária e até mesmo do seu resultado, a elaboração da lista tríplice permanece sendo de competência exclusiva do Colegiado Máximo da Universidade ou de Colégio Eleitoral que o englobe, pois a consulta prévia não vincula juridicamente o Colegiado para a elaboração da lista (BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2011, p.5).

De acordo com o Parágrafo único, do Artigo 16 da lei 9.192/95: “No caso de instituição federal de ensino superior, será de quatro anos o mandato dos dirigentes a que se refere este artigo, sendo permitida uma única recondução ao mesmo cargo [...]”. Deste modo, muitas universidades vivem, a cada quatro anos, uma situação conflitante, que gera insegurança jurídica nas consultas eleitorais para Reitor e Vice-Reitor, principalmente em função da disputa entre os segmentos dos docentes, técnico-administrativos e discentes, pelo peso de seus votos e a força da disposição legal, mesmo após a publicação da Nota Técnica nº 437/2011 - CGLNES/GAB/SESu/MEC.

Carvalho e da Luz (2016) lembram que a luta pela autonomia das universidades brasileiras ocorre desde o surgimento destas instituições no país e que muitos são os desafios impostos a elas, pois mesmo prevista na Constituição Federal de 1988, “a autonomia das universidades brasileiras ainda é limitada e tutelada a interesses políticos, econômicos e disputas de poder que se sobrepõem ao papel social, científico e acadêmico que elas possuem” (CARVALHO e DA LUZ, 2016, p. 124).

Por ser relativa e não ter sua aplicação bem definida, a garantia do princípio constitucional da autonomia universitária não contribui para que as universidades brasileiras usufruam o direito de definir em seus estatutos a forma de escolha dos dirigentes.

Estatutos e regimentos constituem a forma através da qual a universidade estabelece suas próprias regras. Embora as entidades representantes das categorias e membros da comunidade acadêmica na UFT terem conduzido quatro pesquisas eleitorais para Reitor e Vice-Reitor de forma paritária, essa conquista jamais foi mencionada nas Resoluções que regulamentaram o processo com vistas à composição das listas tríplices para a escolha destes dirigentes, mediante ao descompasso do disposto nas Leis 9.192/95 e 9.394/96.

Se um dos papéis da Universidade, por meio do conhecimento por elas produzido é colaborar com a construção de uma sociedade mais justa, igualitária e democrática, não faz mais sentido nos dias atuais privilegiar com o peso de 70% o poder de deliberação apenas de uma classe. Apesar dos professores serem os principais responsáveis pela qualidade das Instituições de Ensino Superior, um modelo assim distanciaria discentes e técnicos administrativos da tomada de decisões e não configuraria de fato uma democracia dentro da universidade.

## 4.2 Antes das Urnas Eletrônicas

Para análise mais célere da regularidade do processo de organização da Lista Tríplice para escolha de Reitor e Vice-Reitor, a Nota Técnica nº 437/2011-CGLNES/GAB/SESu/MEC sugeriu que o processo fosse instruído com os seguintes documentos:

34. [...] (i) atos normativos internos que disciplinaram o processo (Resoluções do Conselho Universitário, previsões do Regimento Interno e Estatuto, etc.); (ii) regulamento e relatório de consulta à comunidade universitária, (**somente se formal**); (iii) ata da Reunião do Colegiado Universitário que deliberou sobre a organização da Lista Tríplice; (iv) lista de presença da reunião, com a identificação da categoria de cada um dos presentes (se docente, técnico-administrativo, discente ou representante da sociedade civil); (v) pedido de inscrição dos candidatos e declaração de que, se integrantes da lista tríplice, aceitam a nomeação para cargo de Reitor; e, (vi) comprovação de que os candidatos preenchem os requisitos do art. 1º, § 1º, do Decreto nº 1.916/96 (preferencialmente, que seja encaminhada declaração do setor de pessoal com menção da categoria do docente no plano de carreira acompanhada de currículo - *lattes*, se existente) (BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2011, p.7).

Nesta pesquisa existe o objetivo específico de historicizar as pesquisas eleitorais de Reitor e Vice-Reitor ocorridos na UFT. Com relação à descrição e análise histórica sobre o surgimento da UFT e a configuração de seus dois primeiros pleitos ocorridos com cédula de papel e urnas de lona, este objetivo foi atingido se utilizando da pesquisa em documentos institucionais citados pela Nota Técnica 437/2011, alguns disponíveis no site da UFT; revisão bibliográfica de trabalhos acadêmicos produzidos sobre a formação histórica da UFT; documentos físicos produzidos pelas Comissões Eleitorais observados *in loco* nos arquivos da SOCS; relatórios produzidos pelo Sistema de Informações para o Ensino – SIE<sup>4</sup>; notícias da época em jornais virtuais; e em documentos produzidos pelas Comissões Eleitorais, em formato digital escaneados, disponíveis também na base dados da SOCS e encaminhados ao pesquisador por e-mail.

<sup>4</sup> O Sistema de Informações para o Ensino (SIE) é um sistema de gestão integrada de muitas atividades da Universidade permitindo a gestão de informação por meio dos seguintes módulos: Acadêmico, Protocolo, Recursos Humanos, Orçamento, Compras, Almoxarifado, Biblioteca, Patrimônio, Material e Cadastro Auxiliar. Este sistema foi desenvolvido pela Universidade Federal de Santa Maria – UFSM, e adquirido pela UFT na primeira gestão de Reitor do Professor Alan Barbiero, de acordo com o Relatório GESPÚBLICA – UFT.

A seguir veremos esta descrição histórica e análises quantitativas da participação de todos os pleitos já realizados nos 15 anos de implantação da Fundação Universidade Federal do Tocantins.

#### 4.2.1 Antes da primeira escolha

Não há como falar do processo de formação da Universidade Federal do Tocantins - UFT, sem relacionar com a história da Universidade Estadual do Tocantins – Unitins. A data de emancipação do estado do Tocantins ocorreu no dia 5 de outubro de 1988. Depois de intensas lutas políticas e sociais, eis que surge o mais novo estado do país, território este desmembrado do estado de Goiás, e que até início de 1990 não possuía uma instituição pública de educação superior.

Em 21 de fevereiro de 1990, a Unitins foi criada por meio do Decreto nº. 252/90, instituída pela Lei nº. 136/90 de 21 de fevereiro de 1990 e autorizada para seu funcionamento pelo Decreto nº. 2.021/90 de 27 de dezembro de 1990 (SOUZA e SILVA, 2007). Inicialmente a Unitins foi organizada na forma de Fundação de direito público, ou seja, uma instituição pública subsidiada pelo Estado (UFT, 2007), permanecendo com esse regime jurídico até 24 de outubro de 1991, quando sofreu sua primeira reestruturação, passando à condição de uma autarquia do sistema estadual, por meio da lei nº 326/91.

Souza e Silva (2006) lembram que na corrente das reformas ocorridas no país com o governo FHC na segunda metade da década de 1990, predominou o discurso no âmbito governamental de que o Estado brasileiro estava enfrentando crises de governabilidade e administração do patrimônio público e, portanto, se fazia necessário realizar reformas na base estatal da administração pública para que a partir dela fosse também realizado as reformas necessárias em diversos setores da sociedade brasileira.

O governo do presidente Fernando Henrique Cardoso – FHC, foi considerado um período importante para realização destas reformas, pois o marco das suas práticas governamentais se processou a partir de propostas e práticas para a realização de mudanças na estrutura estatal, que eram justificadas, segundo discursos presidenciais, pela necessidade de promover ao Estado brasileiro a possibilidade dele acompanhar as novas condições exigidas pelo capitalismo e com isso oferecer-lhe capacidade para enfrentar os desafios do mundo contemporâneo (SOUZA e SILVA, 2006, p. 5659).

Ao longo da segunda metade da década de 1990, a reforma da educação superior no Brasil passou a ser direcionada a um modelo de gestão que acompanhou o modelo gerencial “subordinado à lógica empresarial e ao mercado competitivo, resultado da influência das políticas neoliberais recorrentes neste

período e que pretendiam responder às novas demandas do capital e às crises do setor público” (SOUZA e SILVA, 2007, p. 500).

Souza e Silva (2007) destacam que neste período o ensino superior no Tocantins foi alvo de embates políticos dos interesses do poder local que o controlava a seu modo e que com a educação seria possível obter lucros para o Estado, privatizando a única instituição de ensino superior.

Segundo o Projeto pedagógico-institucional (PPI) da UFT, em 13 de novembro de 1996, foi iniciada mais uma reestruturação da Unitins por meio da aprovação da Lei 872/96 que determinou o processo de extinção da forma autárquica e indicou sua posterior transformação para o regime de uma Fundação de direito privado (UFT, 2007). De acordo com Souza (2007), a intenção do governo estadual em privatizar a Unitins se baseou na alegação que não tinha como ser mantido gastos onerosos com quase 8.000 alunos da instituição. A publicação comemorativa **Memória UFT 10 anos** relata um pouco do contexto deste processo:

Numa época em que o Estado do Tocantins estava se estruturando administrativamente e ainda era carente de mão-de-obra especializada, a formação superior pública, sonho de centenas de milhares de jovens, entrava em um processo de privatização. Em 1996, a Universidade foi transformada em fundação de direito privado (Lei N° 873). Em seguida, o governo sancionara a Lei 1.126 que retirava a obrigação do estado de contribuir com a Unitins – fato que gerou a cobrança de mensalidade (UFT, 2013, p. 8).

Esta segunda reestruturação da Unitins, em 1996, ocorreu quando o governador Siqueira Campos assumiu pela segunda vez o comando da administração do estado, iniciando o processo de extinção da sua forma autárquica e retornando-a ao modelo de uma Fundação, porém, naquela ocasião, uma Fundação de direito privado (SOUZA e SILVA, 2006). Segundo Souza e Silva (2006), estas e outras medidas representavam para a sociedade tocantinense, uma adesão do governo estadual às políticas de privatização desenvolvidas pelo governo de FHC.

Souza e Silva (2007) criticam as contradições entre o discurso pretensamente inovador e a forma de gestão praticada pelo governo estadual, pois, segundo estes autores, ao mesmo tempo em que se pregavam medidas de caráter gerencialista, também se identificam fortes características patrimoniais nas relações e práticas de gestão, exemplificado pela forma de escolha dos Reitores da Unitins:

A influência política do Governador Siqueira Campos sobre a Unitins se fazia sentir, também, na própria definição do dirigente máximo da instituição, uma vez que o Reitor era escolhido por afinidade política, sem consulta à comunidade acadêmica. No período de 1990 a 2000, a Unitins teve 11 reitores, todos escolhidos diretamente pelo Governador do Estado e essa prática se reproduzia no interior da instituição, quando da escolha dos dirigentes internos (SOUZA e SILVA, 2007, p. 503).

A Lei 872/96 determinou o processo de extinção da autarquia e no mesmo ano, pela Lei 873/96 publicada em 25 de novembro, foi autorizada a criação da então Fundação Universidade do Tocantins – Unitins, como uma Fundação Pública de Direito Privado, e de acordo com a redação da lei 874/96, publicada em 06 de dezembro, esta instituição de ensino superior seria mantida por entidades públicas e particulares com apoio do Governo do Estado.

Com a sanção da Lei nº. 1.126/00, de 1º de fevereiro de 2000, no terceiro mandato do governador Siqueira Campos, a Unitins passou por novas mudanças que resultaram num processo de privatização da única universidade pública do Estado do Tocantins, como observado no art. 17: “É extinta a obrigação do Estado de comanear a UNITINS, podendo, entretanto, apoiá-la financeiramente” (TOCANTINS, 2000).

De acordo com o PPI da UFT (2007), outras medidas legais contribuíram a evidenciar os rumos e contornos que a Unitins foi assumindo. Assim, nestas novas transformações implementadas, o governo do estado começou a afastar-se de suas “obrigações como gestor, propondo a assinatura de contratos de gestão com a iniciativa privada, pública e órgãos não-governamentais e implementando o pagamento de mensalidades pelos alunos” (UFT, 2007, p. 6).

Segundo a publicação Memória UFT 10 anos, estas decisões do governo estadual foram entendidas pelos estudantes como incoerentes em relação aos objetivos iniciais da criação da Instituição. Insatisfeitos e ainda tendo que pagar mensalidade, os estudantes entraram em greve por tempo indeterminado no início do período letivo 2000. De acordo com a mesma publicação, este movimento que ficou conhecido como: SOS Unitins, e é considerado o "pai" da UFT, pois obteve forte repercussão nos meios de comunicação da época, com forte aderência da comunidade. Este movimento forçou os líderes políticos a apressarem a implantação da universidade federal sem extinguir a Unitins, visto que o movimento se espalhou por todos os campus com estudantes indo às ruas, às escolas, aos bairros,

realizando passeatas e pedágios, se fazendo presentes em eventos públicos e promovendo ações sociais (UFT, 2013), havendo também grande pressão por parte dos docentes (SOUZA, 2007), e até greve de fome de alguns estudantes (UFT, 2013).


Sem redes sociais na internet para ajudar na mobilização na época, os estudantes do Movimento SOS Unitins realizaram uma infinidade de ações de conscientização cujos recursos eram apenas a união, o boca-a-boca e panfletos, além, é claro, as ideias. A intenção era chamar a atenção não só da sociedade tocantinense, mas também do país para a privatização da educação pública do Tocantins (UFT, 2013, pág. 9).

A luta durou meses, mas depois de muitos embates político-ideológicos e até da radicalização por meio da greve de fome, o movimento foi vitorioso ao conseguir sensibilizar a sociedade tocantinense e mudar os planos do governo (UFT, 2013). Diante de uma verdadeira revolução estudantil no estado e do desgaste de sua imagem em ano eleitoral, o governo estadual decidiu suspender a cobrança de mensalidades e taxas, perdoar as dívidas dos alunos inadimplentes (SOUZA, 2007).

Ainda na tentativa de se desfazer dos gastos oriundos da manutenção da Unitins, mas sem querer degradar sua imagem perante a sociedade tocantinense, segundo Souza e Silva (2007), o governo estadual apresentou como proposta de solução a possibilidade de lutar pela criação de uma universidade federal no estado. O PPI descreve que esta proposta foi articulada com assinatura da Mensagem Presidencial nº 745/00, de 26 de maio de 2000, que encaminhava ao Congresso Nacional o texto do Projeto de Lei nº. 3.126/00, por meio do qual autorizava o Poder Executivo a instituir a Fundação Universidade Federal do Tocantins (UFT, 2007). Souza (2007) afirma que na verdade, essa possibilidade de criação da universidade já estava articulada com o governo FHC, sendo assinada esta Mensagem Presidencial durante visita do presidente à construção da Usina Hidrelétrica de Lajeado em Miracema do Tocantins.



**Figura 04** – Capa do Processo referente ao Projeto de Lei nº. 3.126/00 vinculado a Mensagem Presidencial nº 745/00.

  
**CÂMARA DOS DEPUTADOS**

APENSADOS

AUTOR: (DO PODER EXECUTIVO) Nº DE ORIGEM: MSC 745/00

EMENTA: Autoriza o Poder Executivo a instituir a Fundação Universidade Federal do Tocantins.

DESPACHO: 29/05/2000 - (AS COMISSÕES DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE; DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO (ART. 54); E DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO (ART. 54))

ENCAMINHAMENTO INICIAL: À COM. DE CONST. E JUST. E DE REDAÇÃO, EM 29/05/2000

REGIME DE TRAMITAÇÃO		PRAZO DE EMENDAS		
URGÊNCIA - ART. 64 - CF		COMISSÃO	INÍCIO	TÉRMINO
COMISSÃO	DATA/ENTRADA			
CCJR	30/5/2000			

DISTRIBUIÇÃO / REDISTRIBUIÇÃO / VISTA

A(o) Sr(a). Deputado(a): Daniel Coelho Presidente: Manoel J. Lello

Comissão de: Constituição e Justiça e de Redação Em: 02.06.2000

A(o) Sr(a). Deputado(a): \_\_\_\_\_ Presidente: \_\_\_\_\_ Em: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

Comissão de: \_\_\_\_\_ Presidente: \_\_\_\_\_ Em: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

A(o) Sr(a). Deputado(a): \_\_\_\_\_ Presidente: \_\_\_\_\_ Em: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

Comissão de: \_\_\_\_\_ Presidente: \_\_\_\_\_ Em: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

**PROJETO DE LEI Nº 3.126 DE 2000**

Fonte: Pesquisa documental no site da Câmara Federal dos Deputados.

O Projeto de Lei nº. 3.126/00 destacou a necessidade de prover o Estado do Tocantins com uma universidade federal, considerando seu crescimento populacional e econômico. O PL também reforçou em seu texto o fato do Tocantins ser a única unidade da federação onde o ensino superior federal não estava presente.

No embalo da federalização da Unitins, em 19 de junho de 2000 o governo estadual publicou a Lei Nº 1.160 reestruturando a Fundação Universidade do Tocantins, tornando-a pública e gratuita (UFT, 2013). E finalmente, no histórico dia 23 de outubro de 2000, o Congresso Nacional aprovou a Lei nº 10.032, criando a Universidade Federal do Tocantins: “ao ser homologada, a UFT incorporou todos os alunos, cursos de graduação, um mestrado, equipamentos e toda estrutura física dos câmpus já existentes e dos prédios em construção da Unitins” (UFT, 2013, p. 9).

Assim surge a UFT, com uma herança patrimonial e acadêmica da Unitins, mas com muitas ações a serem realizadas até sua implantação efetiva:

Em abril de 2001, foi nomeada a primeira Comissão Especial de Implantação da Universidade Federal do Tocantins pelo Ministro da Educação, Paulo Renato, por meio da Portaria de nº 717, de 18 de abril de 2001. Essa comissão, entre outros, teve o objetivo de elaborar o Estatuto e um projeto de estruturação com as providências necessárias para a implantação da nova universidade. Como presidente dessa comissão foi designado o professor doutor Eurípedes Vieira Falcão, ex-reitor da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Em abril de 2002, depois de dissolvida a primeira comissão designada com a finalidade de implantar a UFT, uma nova etapa foi iniciada. Para essa nova fase, foi assinado em julho de 2002, o Decreto de nº 4.279, de 21 de junho de 2002, atribuindo à Universidade de Brasília (UnB) competências para tomar as providências necessárias para a implantação da UFT. Para tanto, foi designado o professor Doutor Lauro Morhy, na época reitor da Universidade de Brasília, para o cargo de reitor *pró-tempore* da UFT (UFT, 2007, p. 6 e 7).

Portanto, o primeiro reitor da história da UFT foi o professor Doutor Lauro Morhy, que também era reitor da UnB. No dia 17 de julho de 2002, ele foi designado pelo então Ministro da Educação, Paulo Renato de Souza. Assim, os concursos públicos para contratação dos professores e o novo vestibular foram realizados sob a responsabilidade da UnB (CARVALHO, 2011), por meio do Centro de Seleção e de Promoção de Eventos (Cespe).

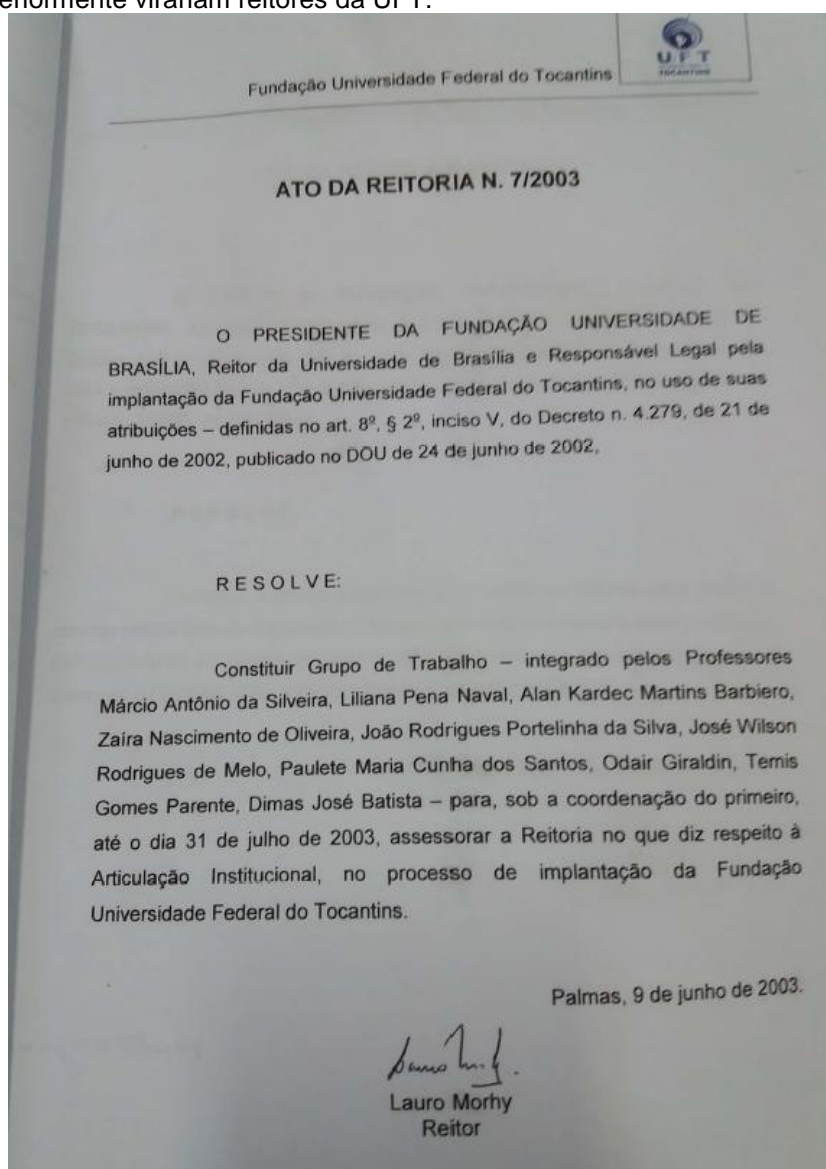
Sua gestão também ficou marcada por ter dado posse aos primeiros professores concursados da UFT em 15 de maio de 2003, fato que consolida o início das atividades desta universidade depois de quase três anos da publicação de sua lei de criação. Souza e Silva (2006) destacam que a mudança no governo federal foi um fator fundamental para o desenrolar do processo de implantação da UFT:

De fato o processo de federalização da Unitins só foi consolidado no governo do presidente Luis Inácio Lula, e com o apoio do ministro da educação, Cristóvão Buarque, a partir do ano de 2003, momento em que foi possível identificar a execução de procedimentos e ações mais rápidas e decisivas para a implantação das atividades que possibilitaram o funcionamento da instituição na sua forma federal (SOUZA e SANTOS, 2006, p. 5663-5664).

Morhy ficou por pouco tempo nesta função, mas constituiu vários Grupos de Trabalho para assessorá-lo até o final de sua gestão: Articulação Institucional; Ensino de Graduação; Pesquisa e Pós-Graduação; Patrimônio; Administração e

Finança; Informática e Internet e Recursos Humanos (MAIA, 2009). O Ato da Reitoria 7/2003 mostra a intenção que Morhy tinha em articular institucionalmente esta Universidade multicampi que herdou sete unidades da Unitins localizadas nos municípios de Arraias, Araguaína, Gurupi, Miracema, Palmas, Porto Nacional e Tocantinópolis. No Grupo de Trabalho constituído por dez docentes, dois deles posteriormente se tornariam reitores da UFT. O mandato de Morhy durou até 31 de julho de 2003.

**Figura 05** – Ato da Reitoria da UFT 7/2003. No Grupo de Trabalho constituído por dez docentes, dois deles posteriormente virariam reitores da UFT.

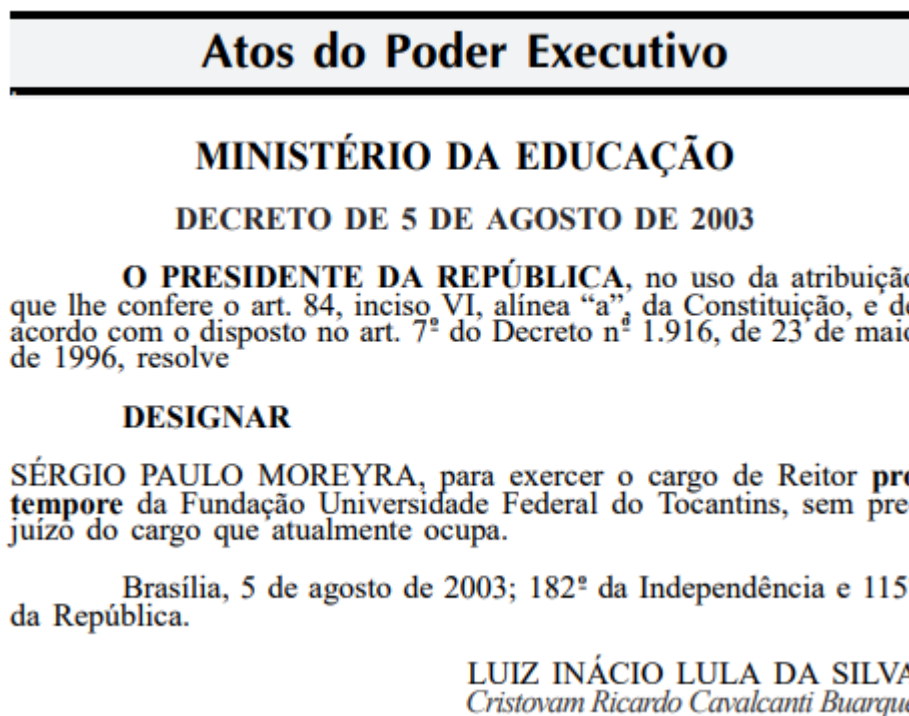


**Fonte:** Pesquisa documental no arquivo da SOCS.

Com a posse dos professores, foi desencadeado o processo de realização da primeira eleição dos diretores de câmpus da UFT. Com o término dos trabalhos da

comissão da UnB comandada por Morhy, foi indicada uma nova comissão de implantação pelo Ministro Cristóvam Buarque.

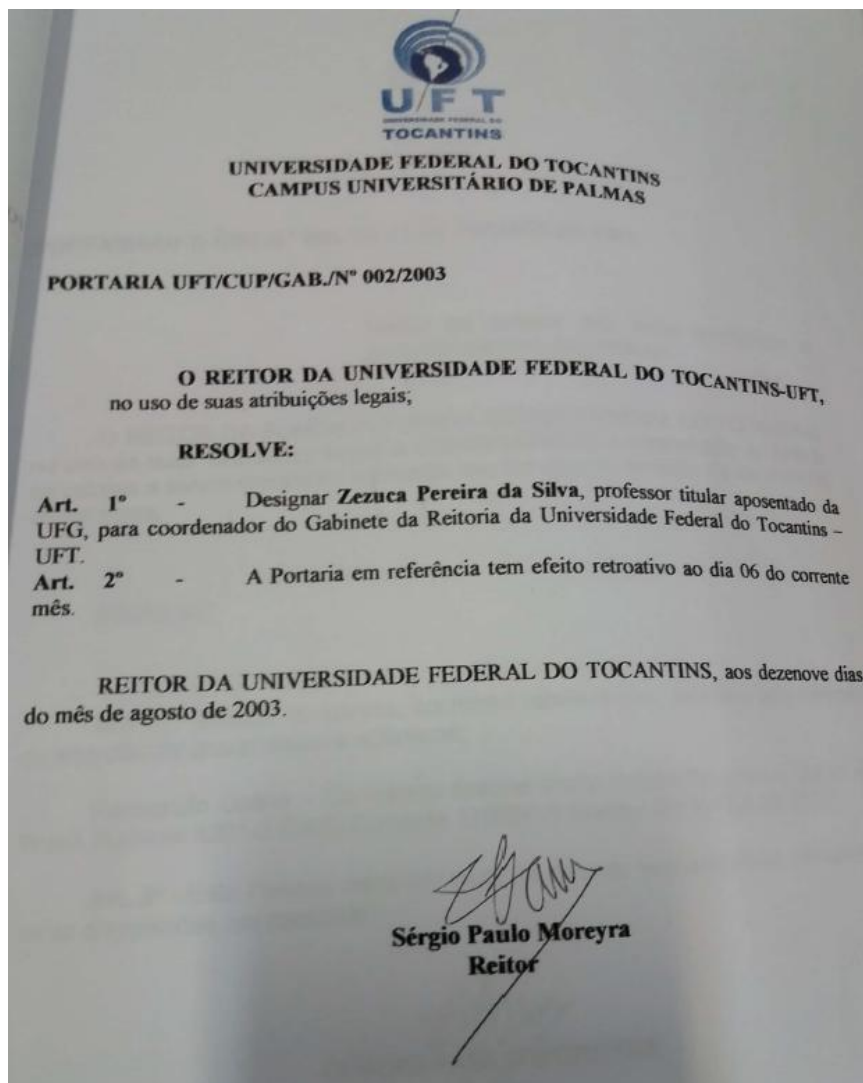
**Figura 06** – Decreto nomeando o professor Sérgio Paulo Moreyra para o cargo de Reitor *pro-tempore* da UFT.



**Fonte:** Diário Oficial da União

Nessa ocasião, foi convidado para se tornar o segundo reitor da história da UFT, também de forma *pró-tempore*, o professor Doutor Sérgio Paulo Moreyra, que era professor titular aposentado do Instituto de Ciências Humanas e Letras da Universidade Federal de Goiás – UFG e também, assessor do Ministério da Educação. Entre os membros dessa nova comissão, destaca-se a designação do professor Zezuca Pereira da Silva, também professor titular aposentado da UFG, para o cargo de coordenador do Gabinete da Reitoria da UFT, por meio da Portaria de nº 002/03 de 19 de agosto de 2003 (UFT, 2007; SOUZA, 2007; CARVALHO, 2011).

**Figura 07** – Portaria de nº 002/03 de 19 de agosto de 2003, designando o professor Zezuca Pereira da Silva para o cargo de coordenador do Gabinete da Reitoria da UFT.



**Fonte:** Pesquisa documental no arquivo da SOCS.

Souza (2007) destaca o principal motivo para a criação de uma nova comissão *pró-tempore* na gestão da UFT:

A nova comissão foi necessária, segundo Assessoria do MEC, por entender que a UFT ainda não estava organizada o suficiente para montar um conselho que pudesse eleger o reitor definitivo. Assim, tal comissão, tendo a frente o professor Sergio Paulo como reitor *pró-tempore*, também deveria conduzir o processo eleitoral para reitor, como já havia sido iniciado entre os professores e alunos (SOUZA, 2007, p. 118).

Assim, esta mesma comissão também organizou e coordenou a realização da primeira consulta eleitoral para o cargo de Reitor e Vice-Reitor da UFT, como veremos a seguir.

#### 4.2.2 Dois mil e quatro

Em 05 de agosto de 2003, o professor Sérgio Paulo Moreyra se tornou o segundo reitor *pró-tempore* da história da UFT e permaneceu na função por apenas 50 dias. Apesar de ter sido curto seu mandato, várias medidas importantes em sua gestão foram tomadas para a estruturação da UFT:

No curto mandato, as medidas tomadas pelo professor Sérgio Paulo: elaborou e organizou as minutas do Estatuto, Regimento Geral; O processo de transferência dos cursos da Universidade do Estado do Tocantins – Unitins, que foi submetido ao Ministério da Educação e ao Conselho Nacional de Educação – CNE; Criou as comissões de Graduação, de Pesquisa e Pós-graduação, de Extensão, Cultura e Assuntos Comunitários e de Administração e Finanças; Através de portaria formalizar as matrículas dos alunos da Fundação Universidade do Tocantins (Unitins) na UFT; fortaleceu a gestão acadêmica em cada Campus; Realizou contrato entre a UNB - Fundação Universidade de Brasília e UFT para a execução da gestão técnica enquanto seriam treinados os servidores para administrar os sistemas financeiros e de pessoal; Firmou contrato com a Unitins para a continuação da prestação de serviços dos funcionários técnico-administrativos, sendo que os salários seriam pagos com recursos da União; Estabeleceu regras para contratação professores substitutos e visitantes para completar o quadro de professores da Universidade (MAIA, 2009, p.8).

Outra ação significativa durante a gestão do professor Sérgio Paulo foi coordenar a realização da primeira consulta acadêmica para reitor e vice-reitor da história da UFT, etapa inicial de todos os processos eleitorais para escolha de Reitor e Vice-Reitor já ocorridas nesta instituição.

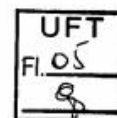
Apesar do Regimento Eleitoral ter sido publicado em 15 de março e as inscrições dos candidatos serem efetuados na Secretaria da Comissão Eleitoral nos dias de 3 e 4 de junho, datas estas anteriores a nomeação do professor Sérgio Paulo como reitor da UFT, a consulta eleitoral só ocorreu em 20 de agosto. Esta enorme distância temporal entre a publicação do regimento e a data da consulta fez com que os candidatos tivessem um período de mais de 2 meses para realização de campanha.

Duas chapas se inscreveram concorrendo aos cargos: “DEMOCRACIA NA UFT”, em que foi inscrito para o cargo de reitor o nome do professor Alan Kardec Martins Barbiero, do Câmpus de Palmas e, para vice-reitor, o nome da professora Flávia Lucila Tonani do Câmpus de Araguaína; e “DEMOCRACIA PERMANENTE”, que teve como candidato a reitor o professor José Guimarães Mello, do Câmpus de

Porto Nacional e, para vice-reitor, o professor Aroldo Magno de Oliveira do Câmpus de Tocantinópolis (SOUZA, 2007, p. 119).

Um fato curioso deste pleito é que devido ao déficit de técnicos administrativos no processo de implantação da UFT, foi firmada uma parceria com o governo do estado que permitiu a permanência de funcionários da Unitins e de outros órgãos estaduais até que fosse composto o quadro efetivo desta categoria na UFT (CARVALHO, 2011). Portanto, não houve votos de técnicos administrativos, pois só foram tomar posse os primeiros concursados em 2004. Este fato não impediu a UFT de iniciar suas pesquisas eleitorais adotando o modelo paritário. Foi atribuído o peso do voto em relação ao número de votantes de 50% tanto para docentes, como para discentes.

**Figura 08** – Parte da primeira página do primeiro Regimento Eleitoral para escolha do cargo de Reitor e Vice-Reitor da UFT.



**REGIMENTO ELEITORAL PARA ESCOLHA DO CARGO DE REITOR E VICE-REITOR DA FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS**

**CAPÍTULO I**

**DAS DISPOSIÇÕES INICIAIS**

**Art. 1º** A organização da lista para preenchimento dos cargos de Reitor e Vice-Reitor da Fundação Universidade Federal do Tocantins (UFT), será precedida de consulta à Comunidade Universitária, nos termos deste regimento eleitoral.

**Art. 2º** A consulta prévia à Comunidade Universitária será realizada no dia 20 de agosto de 2003

**Art. 3º** A Comunidade Universitária que constitui o Colégio Eleitoral participante da consulta, com direito a voto, não obrigatório, será constituída de:

I - membros do corpo docente do quadro permanente da UFT, concursado, em efetivo exercício;

II - membros do corpo discente dos cursos de graduação e pós-graduação (stricto sensu), formalmente matriculados.

**Parágrafo único.** A manifestação de cada segmento universitário, será atribuído o seguinte critério da paridade, em relação ao número de votantes, tendo igual peso o segmento docente do discente, ou seja:

I - Segmento Docente: (50%);

II - Segmento Discente: (50%);

**Fonte:** Arquivos digitais da SOCS.

Este pleito também contou com a orientação e fornecimentos de urnas de lona do TRE-TO. A complexidade deste processo envolvia impressão e distribuição de cédulas eleitorais constando em sua parte frontal os nomes de candidato a Reitor com o seu respectivo candidato a Vice-Reitor, antecidos por quadrado, que eram assinalados pelo eleitor para demonstração de sua opção de voto e, em seu verso, os locais onde eram postas as rubricas de pelo menos dois dos integrantes das mesas receptoras de votos (CEC, 2003).

Neste pleito não foi divulgado, no mapa de votação, o número de pessoas da comunidade universitária aptas ao voto. Neste caso, o pesquisador teve que recorrer a duas fontes de informação: os relatórios produzidos pelo SIE para contabilizar o número de estudantes matriculados na UFT em agosto de 2003; e informações disponíveis no banco de dados da Pró-Reitoria de Gestão e Desenvolvimento de Pessoas – PROGEDEP, enviadas ao pesquisador após solicitação por e-mail.

No final da consulta a Chapa “DEMOCRACIA NA UFT” venceu com o coeficiente total de 81,56% dos pontos obtidos da somatória dos votos, contra 18,44% da chapa “DEMOCRACIA PERMANENTE”. Registrou-se 5.197 votos, dos quais 4.997 votos foram por parte dos discentes e 200 votos por parte docentes. Na apuração dos votos dos estudantes, foi contabilizado 4.185 para o Professor Alan Barbieiro, 732 para Professor José Mello, 40 votos brancos e 40 votos nulos. Na apuração dos votos dos professores foi contabilizado 149 para o Professor Alan Barbieiro, 42 para o Professor José Mello, 7 votos brancos e 2 votos nulos (TRE-TO, 2003).

Apesar dos incessantes esforços do pesquisador em contato com SESDUFT, Reitoria e SOCS; nos documentos referentes a este pleito, fornecidos pela SOCS, não constam os resultados apurados por Câmpus, apenas o geral. A tabela abaixo foi produzida por meio do cruzamento de três documentos: i) Ata de Apuração da Eleição enviado por e-mail pela SOCS; ii) relatório do SIE dos alunos matriculados na UFT no segundo semestre de 2003; e iii) relatório produzido e enviado por e-mail pela PROGEDEP dos servidores da UFT em agosto de 2003:



**Tabela 01** – Quantitativo de votantes e votos realizados da primeira pesquisa Eleitoral para Reitor e Vice-Reitor da UFT ocorrida em 20 de agosto de 2003.

Docentes			Discentes		
Votantes aptos	Votos realizados	%	Votantes aptos	Votos realizados	%
210	200	95,2	7.148	4.997	69,9
Participação total da Comunidade Universitária em %					<b>70,6</b>

Fonte: Elaboração própria com base na pesquisa documental

Nestes dados estão contabilizados os votos aos candidatos, nulos e em branco. Esta foi a maior porcentagem de participação da história das pesquisas Eleitorais para Reitor e Vice-Reitor da UFT. O contexto de conquista da federalização de uma instituição substituta da Unitins, que sempre teve seu reitor indicado pelo governador do estado sem prévia consulta à comunidade universitária; o grande período de campanha que tiveram os candidatos; a existência apenas de cursos presenciais; o pleito ter ocorrido numa quarta-feira são fatores que contribuíram para grande adesão a este primeiro ato democrático da instituição.

Após esta pesquisa eleitoral, em 24 de setembro de 2003 o professor Alan Barbiero foi nomeado como reitor *pró-tempore* pelo vice-presidente da República, José Alencar Gomes da Silva (UFT, 2007), no mesmo dia em que o professor Sérgio Paulo foi dispensado de sua função. Apesar de Alan Barbiero ter obtido o respaldo da comunidade universitária, neste período a UFT ainda não havia criado seus órgão colegiados superiores. Este fato inviabilizou seu mandato em conformidade com as diretrizes estabelecidas pela legislação federal, que só ocorreu no ano seguinte:

No ano de 2004, por meio da Portaria nº 658, de 17 de março de 2004, o ministro da educação, Tarso Genro, homologou o Estatuto da Fundação, aprovado pelo Conselho Nacional de Educação (CNE), o que tornou possível a criação e instalação dos Órgãos Colegiados Superiores, como o Conselho Universitário (CONSUNI) e o Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CONSEPE) (UFT, 2007, p. 8).

Com a instalação desses órgãos foi possível concretizar as ações formais inerentes à escolha de Reitor e Vice-Reitor, em conformidade com as diretrizes estabelecidas pela Lei nº 9.192/95, que regulamenta o processo de escolha de dirigentes das instituições federais de ensino superior por meio da análise da lista tríplice preparada pelo Colegiado máximo da instituição (UFT, 2007; CARVALHO, 2011).

A reunião de instalação do Consuni ocorreu em 14 de abril de 2004, tornando possível realização a segunda etapa do processo eleitoral, mesmo dia em que foi publicada a Resolução do Conselho Universitário nº 01/2004 que regulamentou o processo de escolha das listas tríplexes para Reitor e Vice-reitor da Universidade Federal do Tocantins, mandato 2004 – 2008.

Em 20 de abril ocorreu, no auditório do Bloco IV do Campus de Palmas, a reunião do Colégio Eleitoral constituído para realizar a indicação das Listas tríplexes para a escolha do Reitor e do Vice-Reitor. Segundo a Ata desta reunião, para completar a Lista Tríplex se inscreveram para o cargo de Reitor, além do professor Alan Barbiero, as professoras Adriana Malvásio e Valéria Gomes Momenté; e o para o cargo de Vice-Reitor, além da professora Flávia Lucila Tonani, declararam possuir os pré-requisitos para a candidatura os professores Liliana Pena Naval e Joenes Mucci Peluzio.

Após o término da eleição no Conselho, a mesa receptora apurou os votos e verificou que, para o cargo de Reitor, o Prof. Alan Barbiero obteve 14 (quatorze) votos; a Prof.<sup>a</sup> Adriana Malvásio recebeu 01 (um) voto; e a Prof.<sup>a</sup> Valéria Gomes também recebeu 01 (um) voto; havendo ainda 01 (um) voto nulo. Para o cargo de Vice-Reitor foi apurado que o Prof.<sup>a</sup> Flávia Lucila recebeu 14 (quatorze) votos; a Prof.<sup>a</sup> Liliana Pena recebeu 01 (um) voto; e o Prof. Joenes Mucci também recebeu 01 (um) voto; havendo também 01 (um) voto nulo; totalizando 17 votos em cada votação.

Assim, os nomes do professor Alan Barbiero, para Reitor, e da professora Flávia Lucila Tonani, para Vice-Reitora, foram indicados, prevalecendo a lógica da consulta eleitoral ocorrida em 20 de agosto de 2003. Quase um ano após esta pesquisa, no dia 13 de julho de 2004, o Presidente da República, Luis Inácio Lula da Silva, nomeou o professor Alan Barbiero para o cargo de Reitor definitivo, para o mandato de 13 de julho de 2004 a 13 de julho de 2008, sendo este empossado pelo Ministro da Educação, Tarso Genro, em 03 de agosto de 2004 (UFT, 2007). Alan, graduado em Agronomia, Mestre em Desenvolvimento Agrícola, e Sociologia e Economia do Sistema Agroalimentar, e Doutor em Sociologia, se tornou o primeiro reitor da história da UFT com o respaldo da comunidade universitária.

#### 4.2.3 Dois mil e oito

Após quase 5 anos na função de Reitor da UFT, o Professor Alan Barbiero decidiu mais uma vez concorrer ao cargo. Entretanto, diferente do pleito de 2003, não houve candidatos para disputa e sua chapa foi montada tendo como Vice-Reitor o Professor do Câmpus de Araguaína: José Expedito Cavalcante da Silva. Marra e Melo (2005) ao realizar um estudo sobre a prática social de gerentes universitários em uma instituição pública, destacam que a cultura da universidade pública pode ser caracterizada por forte resistência a mudanças. A UFT no período da consulta (segundo dados da PROGEDEP) tinha 433 docentes efetivos, e apenas o atual reitor havia demonstrado aptidão, interesse e alianças políticas suficientes para sua manutenção no cargo máximo da instituição. Esta resistência a mudanças na UFT serão cada vez mais perceptíveis ao longo da história de todos os pleitos.

Nos documentos fornecidos pela SOCS, que o pesquisador teve acesso, não consta o regimento eleitoral da consulta informal. Entretanto, na Ata da 70ª Reunião Ordinária do Consuni, ocorrida em 26 de outubro de 2011, existe a informação que neste pleito (organizado pela SESDUFT, SINTAD e DCE), o peso dos votos equivalia a 50% para docentes, 25% para técnicos administrativos e 25% para discentes. Foi o único pleito da história da UFT que não seguiu o modelo paritário.

Os únicos documentos referentes a este pleito fornecidos pela SOCS são as tabelas de apuração de votos de cada câmpus. Para a construção deste capítulo também foram utilizados relatórios produzidos pelo SIE<sup>5</sup> e pela PROGEDEP; atas de reuniões do Consuni; e notícias da época em jornais virtuais.

Em 07 de maio ocorreu Pesquisa Eleitoral para Reitor e Vice-Reitor da UFT pela segunda e última vez realizada com urnas de lona cedidas pelo TRE, e cédulas de papel. Também foi a única vez em que apenas um candidato concorreu ao cargo. Ao apurar os votos, Alan e Expedito obtiveram 89,4% de aprovação das pessoas

---

<sup>5</sup> Todos os dados do quantitativo de alunos desta pesquisa obtidos por meio dos relatórios do SIE não levaram em conta se estes alunos possuíam também matrícula como técnico administrativo ou docente da Universidade. O atual sistema não permite fazer este levantamento. Assim, a listagem de votantes discentes se torna um pouco menor que este quantitativo, porque, por exemplo, um técnico administrativo pode estar matriculado em um curso da própria instituição, sendo comum a determinação de que vote apenas no segmento dos servidores técnico-administrativos, onde tem maior peso individual (DIAS, 2016). Entretanto, este detalhe pouco contribui para o aumento do índice de participação dos discentes nestes pleitos.

que participaram da consulta prévia junto à comunidade universitária, contabilizando votos direcionados aos candidatos, votos nulos e em branco. Ao se considerar apenas os votos válidos (votos aos candidatos e em branco), Alan e Expedido obtiveram 93,5%.

Os dados das tabelas e dos gráficos abaixo foram obtidos por meio do cruzamento de três documentos e foram consideradas todas as participações (votos aos candidatos, votos em branco e votos nulos): i) Tabelas de apuração de votos de cada câmpus; ii) relatório do SIE dos alunos matriculados na UFT no primeiro semestre de 2008; e iii) relatório produzido pela PROGEDEP dos servidores da UFT em maio de 2008:

**Tabela 02** – Quantitativo de votantes e votos válidos da pesquisa Eleitoral para Reitor e Vice-Reitor da UFT, quadriênio 2008-2012.

Câmpus	Docentes			Técnicos Administrativos			Discentes			% Total da Comunidade Acadêmica
	Votantes aptos	Votos realiza- dos	%	Votantes aptos	Votos realiza- dos	%	Votantes aptos	Votos realiza- dos	%	
<b>Araguaína</b>	89	67	75,2	53	49	92,4	1.755	521	29,6	<b>33,5</b>
<b>Arraias</b>	17	19	100	16	19	100	484	161	33,2	<b>38,4</b>
<b>Gurupi</b>	27	20	74,0	29	20	68,9	428	187	43,6	<b>46,9</b>
<b>Miracema</b>	17	09	52,9	14	08	57,1	352	156	44,3	<b>45,1</b>
<b>Palmas</b>	213	140	65,7	229	168	73,3	3.252	1.057	32,5	<b>36,9</b>
<b>Porto Nacional</b>	51	34	66,6	40	36	90,0	1.122	192	17,1	<b>21,5</b>
<b>Tocantinópolis</b>	19	17	89,4	19	14	73,6	358	181	50,5	<b>53,5</b>
Total	433	306	70,6	400	314	78,5	7.751	2.455	31,6	<b>35,8</b>

**Fonte:** Elaboração própria com base na pesquisa documental

Ao se analisar a tabela 02, uma incongruência de dados pode ser observada no número maior de votos realizados diante da quantidade de votantes aptos dos docentes e técnicos administrativos do Câmpus de Arraias. Podem ser várias as hipóteses que levaram a esta incoerência, como por exemplo: i) Votaram, por engano, servidores temporários; ii) Votos de servidores em trânsito; iii) A Lista de servidores efetivos, fornecida ao pesquisador pela PROGEDEP, com diferença temporal em relação a data da consulta eleitoral. Entretanto, nenhuma dessas hipóteses poderá ser conclusiva por meio da pesquisa documental.

**Figura 09** – Mapa de apuração dos votos de técnicos administrativos do Câmpus de Arraias para Reitor e Vice-Reitor da UFT, mandato 2008-2012.

MAI-07-2008 22:49 DE: P:06332188054 P.001

**PESQUISA ELEITORAL PARA REITOR E VICE-REITOR  
MANDATO (2008/20012)  
MAPA DE APURAÇÃO  
TÉCNICOS ADM.**

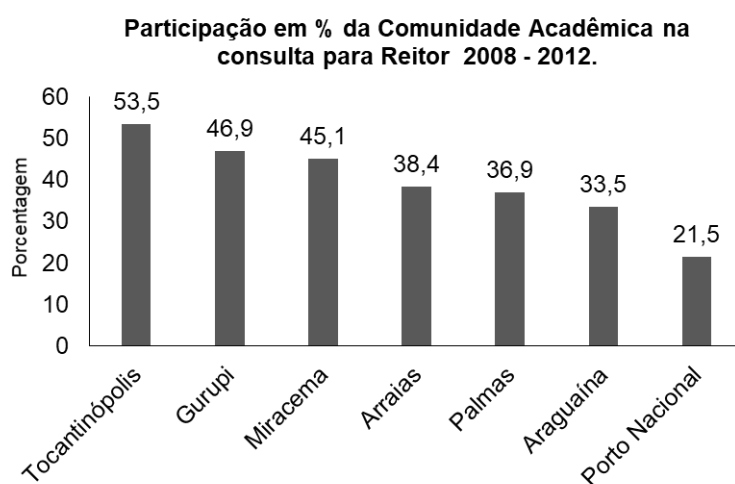
NUMERO DA SEÇÃO/CAMPUS	NUMERO DE VOTOS DA CHAPA INSCRITA	NUMERO DE VOTOS BRANCO	NUMERO DE VOTOS NULO	TOTAL DE VOTOS VÁLIDOS (VOTOS CHAPA + VOTOS BRANCO)
2º/Arraias	17	02	—	19
<b>TOTAL GERAL</b>	17	02	—	19

Assinatura da Comissão Setorial Pesquisa Eleitoral-PROFESSOR  
*Neide Maria Pereira da Silva*  
 Assinatura da Comissão Setorial Pesquisa Eleitoral-TÉCNICO ADM.  
*Primo Rodrigues Rosa*  
 Assinatura da Comissão Setorial Pesquisa Eleitoral-ALDNO  
 Assinatura Fiscal

**Fonte:** Arquivos digitais da SOCS.

Mesmo com 35,8% de participação da comunidade universitária nesta consulta eleitoral, ainda pode ser considerado expressivo este número de pessoas que foram votar, principalmente por se tratar de chapa única. Este pleito também ocorreu numa quarta-feira e detém a terceira maior porcentagem de participação da história nas consultas informais para Reitor da UFT. O Câmpus com a maior porcentagem de participação foi o de Tocantinópolis e o de menor foi Porto Nacional conforme gráfico abaixo:

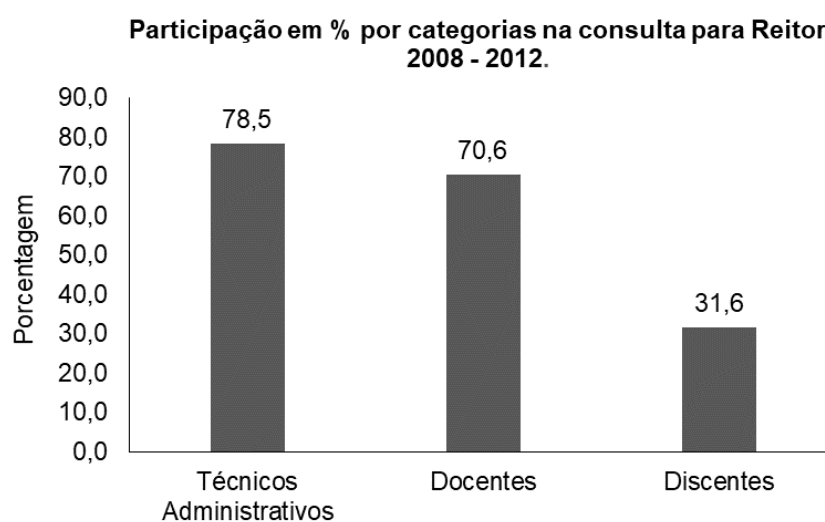
**Gráfico 01** – Participação em % da Comunidade Acadêmica na consulta para Reitor e Vice-Reitor da UFT, mandato 2008-2012.



**Fonte:** Elaboração própria com base na pesquisa documental

Na primeira consulta informal que os técnicos administrativos participaram, em porcentagem esta classe superou as outras categorias da comunidade universitária. Isto aconteceu em quatro dos sete câmpus da UFT, sem levar em consideração o caso excepcional de Arraias.

**Gráfico 02** – Participação em % por categorias da Comunidade Acadêmica na consulta para Reitor e Vice-Reitor da UFT, mandato 2008-2012.

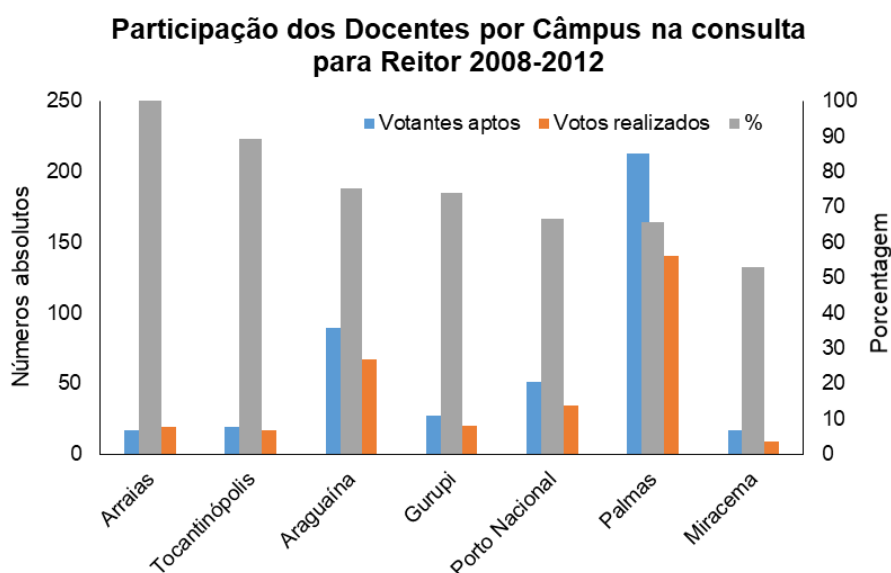


**Fonte:** Elaboração própria com base na pesquisa documental

Com relação a participação dos docentes, destacam-se os Câmpus de Arraias e Tocantinópolis. Entre os técnicos administrativos, destaque para os Câmpus de Arraias e Araguaína. Os servidores com menor participação neste pleito

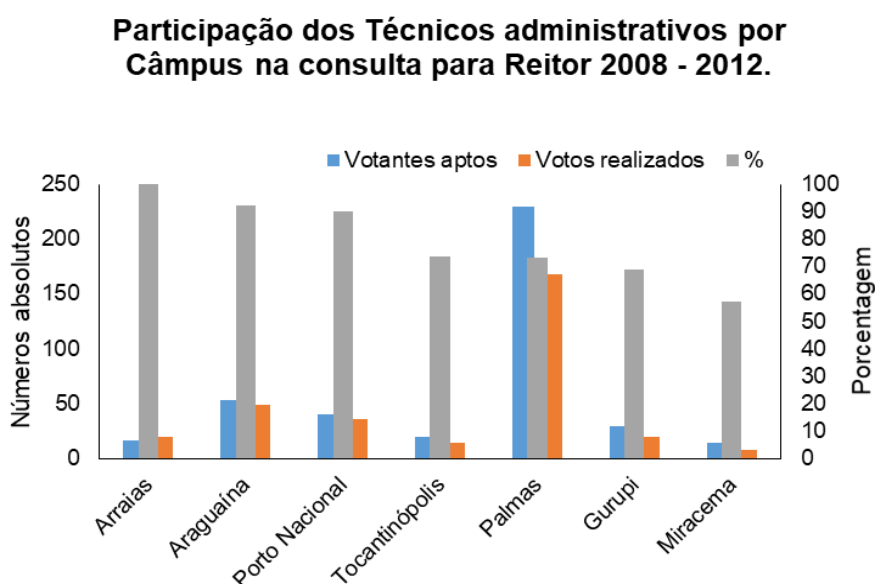
foram os lotados no Câmpus de Miracema, tanto docentes como técnicos administrativos. Com relação aos discentes, se sobressaem os Câmpus de Tocantinópolis, Miracema e Gurupi, todos com mais de 40% de participação e a menor taxa de votação ficou no Câmpus de Porto Nacional, a única com menos de 20%.

**Gráfico 03** – Participação dos docentes por Câmpus na consulta para Reitor e Vice-Reitor da UFT, mandato 2008-2012.



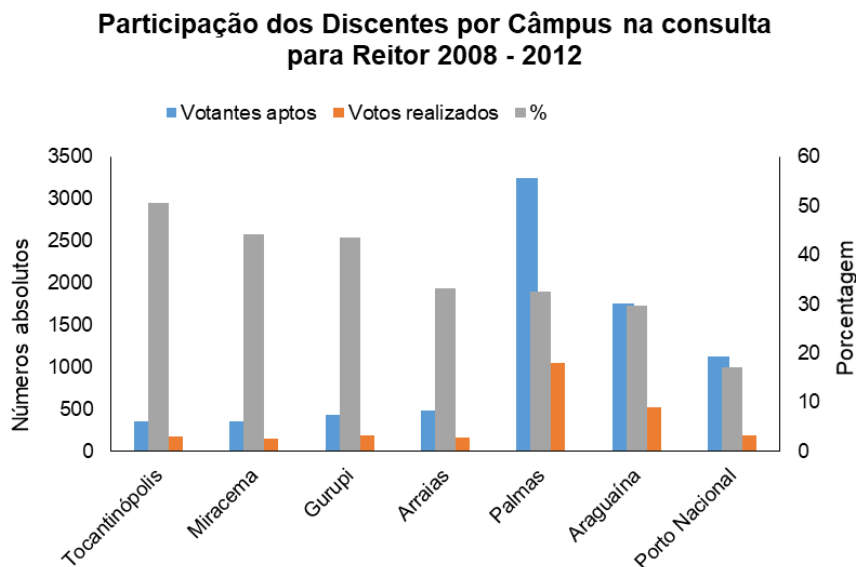
**Fonte:** Elaboração própria com base na pesquisa documental

**Gráfico 04** – Participação dos técnicos administrativos por Câmpus na consulta para Reitor e Vice-Reitor da UFT, mandato 2008-2012.



**Fonte:** Elaboração própria com base na pesquisa documental

**Gráfico 05** – Participação dos discentes por Câmpus na consulta para Reitor e Vice-Reitor da UFT, mandato 2008-2012.



**Fonte:** Elaboração própria com base na pesquisa documental

Um fato curioso desta consulta foi a abertura de uma sessão eleitoral na Universidade Federal de Goiás (UFG) para que pudessem votar 16 docentes da UFT que estavam matriculados no Programa de Pós-Graduação em Educação DINTER-UFG/UFT/CAPEs. Dos 16 docentes aptos ao voto, 7 foram votar, e neste trabalho eles foram contabilizados em seus câmpus de origem.

**Figura 10** – Convite para docentes matriculados no DINTER-UFG/UFT/CAPEs participarem na consulta para Reitor e Vice-Reitor da UFT, mandato 2008-2012.

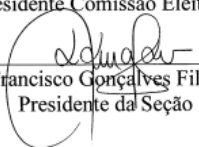
UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS - UFT  
SESDUFT – SINTAD – DCE  
07/05/2008

**PESQUISA ELEITORAL:**  
REITOR E VICE REITOR  
– MANDATO: 2008 – 2012

• DOCENTES DO DINTER EM  
EDUCAÇÃO NA UFG

PARTICIPEM: FE UFG - SALA DE  
CONVIVÊNCIA – das 8:00 às 18:00 h  
APURAÇÃO – a partir da 18:30 h

Élvio Quirino Pereira  
Presidente Comissão Eleitoral

  
Francisco Gonçalves Filho  
Presidente da Seção

**Fonte:** Arquivos digitais da SOCS.



Em 17 de março já havia sido publicada a Resolução do CONSUNI N° 01/2008 que regulamentou o processo de indicação dos nomes para comporem as listas tríplexes destinadas à escolha e nomeação de Reitor e Vice-Reitor da Universidade Federal do Tocantins, mandato 2008-2012, definida na 40ª reunião ordinária. Nesta resolução ficou definido que no dia 12 de maio ocorreria a segunda etapa do processo eleitoral, e assim ocorreu. Na 42ª reunião ordinária, compuseram a lista tríplex para a votação no CONSUNI e posterior envio ao MEC, além do professor Alan, as professoras Liliana Pena Naval e Valéria Momenté para o cargo de Reitor; e para o de Vice-Reitor, além do professor Expedito; o professor Joenes Mucci e a professora Adriana Malvásio.

**Figura 11** – Mapa de apuração de votos na formação da Lista Tríplex, mandato 2008-2012, ocorrido na 42ª reunião ordinária do Consuni.

**MAPA DE APURAÇÃO DE VOTOS**  
COMPOSIÇÃO DAS LISTAS TRÍPLEXES DESTINADAS À NOMEAÇÃO DE REITOR E VICE-REITOR DA UFT, MANDATO 2008-2012

*Orlando*  
*12/05*

**Legenda:**

**PARA REITOR**  
Alan Barbiero  
Candidato 2: VALERIA GOMES  
Candidato 3: LILIANA PENA

**PARA VICE-REITOR**  
Expedito Cavalcante  
Candidato 5: ADRIANA MALVÁSIO  
Candidato 6: JOENES MUCCI

Ordem de retirada da urna	PARA REITOR					PARA VICE-REITOR				
	Alan Barbiero	Candidato 2	Candidato 3	Branco	Nulo	Expedito Cavalcante	Candidato 5	Candidato 6	Branco	Nulo
1ª CÉDULA	X		X			X	X	X		
2ª CÉDULA	X		X			X	X	X		
3ª CÉDULA	X		X			X	X	X		
4ª CÉDULA	X		X			X	X	X		
5ª CÉDULA	X		X			X	X	X		
6ª CÉDULA	X		X			X	X	X		
7ª CÉDULA	X		X			X	X	X		
8ª CÉDULA	X		X			X	X	X		
9ª CÉDULA	X		X			X	X	X		
10ª CÉDULA	X		X			X	X	X		
11ª CÉDULA	X		X			X	X	X		
12ª CÉDULA	X		X			X	X	X		
13ª CÉDULA	X		X			X	X	X		
14ª CÉDULA	X		X			X	X	X		
15ª CÉDULA	X		X			X	X	X		
16ª CÉDULA	X		X			X	X	X		
17ª CÉDULA	X		X			X	X	X		
18ª CÉDULA	X		X			X	X	X		
<b>TOTAL</b>	<b>15</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>7</b>	<b>3</b>	<b>0</b>	<b>3</b>	<b>7</b>		

Rubrica dos membros da mesa receptora e apuradores de votos:

*[Assinaturas]*

Fonte: Arquivos digitais da SOCS.

Entretanto, este pleito no Consuni teve seu procedimento recusado pelo MEC pois, de acordo com o Ofício n° 3579/2008 deste Ministério, não foi observada a votação uninominal nas cédulas, conforme estabelece a Lei 9192/1995 e o parágrafo 2° do art. 1° do Decreto n° 1.916, de 1996. O mesmo ofício solicitou que fosse invalidado o procedimento para a constituição da lista tríplex ocorrida em 12 de maio e que fosse procedido um novo procedimento, observando a legislação citada (UFT. Consuni, 2008, p. 1).

Assim, em 04 junho ocorreu a 14ª Reunião Extraordinária do Consuni com o intuito de compor a lista tríplice de acordo com os procedimentos solicitados pelo MEC e expressos na legislação<sup>6</sup>. Mais uma vez compuseram a lista tríplice os candidatos inscritos anteriormente.

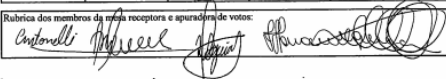
Após o término da eleição no Conselho, a mesa receptora apurou os votos e verificou que para Reitor, dos 16 (dezesesseis) conselheiros presentes, 12(doze) votaram no professor Alan Barbiero, 1 (um) na professora Liliana Pena Naval e 1 (um) na professora Valéria Gomes Momenté, 1 (um) voto em branco e 1 (um) voto nulo. Como critério de desempate entre as professoras Liliana Pena Naval e Valéria Gomes Momenté foi utilizado o critério do mais antigo de exercício no Magistério Superior, cabendo, então a Professora Liliana Pena Naval, o segundo lugar na lista tríplice e a professora Valéria Gomes Momenté, o terceiro lugar. Em votação para Vice-Reitor, dos 16 (dezesesseis) conselheiros presentes, 9 (nove) votaram no professor José Expedito Cavalcante da Silva, 3 (três) na professora Adriana Malvásio, 2 (dois) no professor Joenes Mucci Pelucio e 2 (dois) votos nulos.

**Figura 12** – Mapa de apuração de votos na formação da Lista Tríplice, mandato 2008-2012, ocorrido na 14ª reunião extraordinária do Consuni.

**MAPA DE APURAÇÃO DE VOTOS**  
COMPOSIÇÃO DAS LISTAS TRÍPLICES DESTINADAS À NOMEAÇÃO DE REITOR E VICE-REITOR DA UFT, MANDATO 2008-2012

Ordem de retrada da urna	PARA REITOR					PARA VICE-REITOR				
	Alan Barbiero	Liliana Pena Naval	Valéria Gomes Momenté	Branco	Nulo	Adriana Malvásio	Joenes Mucci Pelucio	José Expedito Cavalcante	Branco	Nulo
1ª CÉDULA	X							X		
2ª CÉDULA	X							X		
3ª CÉDULA	X							X		
4ª CÉDULA	X					X				X
5ª CÉDULA				X				X		
6ª CÉDULA	X					X				
7ª CÉDULA	X							X		
8ª CÉDULA	X							X		X
9ª CÉDULA	X					X				
10ª CÉDULA	X							X		
11ª CÉDULA					X			X		
12ª CÉDULA	X							X		
13ª CÉDULA	X							X		
14ª CÉDULA	X						X	X		
15ª CÉDULA		X					X			
16ª CÉDULA			X					X		
17ª CÉDULA										
18ª CÉDULA										
19ª CÉDULA										
TOTAL	12	1	1	1	1	3	2	9	0	2

Rubrica dos membros da mesa receptora e apuradora de votos:



Fonte: Arquivos digitais da SOCS.

<sup>6</sup> Em 2011 o MEC publicou a Nota Técnica nº 437/2011- CGLNES/GAB/SESu/MEC, que trata da organização de Lista Tríplice para nomeação de Reitor de Instituição Federal de Educação Superior pelo Presidente da República, contribuindo para sanar as dúvidas que permeiam durante este período eletivo nas Universidades e dá mais celeridade ao processo.

O reitor Alan Barbiero foi reconduzido ao cargo no dia 13 de agosto por Fernando Haddad, Ministro da Educação do segundo governo de Luís Inácio Lula da Silva. Ao assumir disse que: “Não tínhamos infraestrutura adequada, nem pessoal suficiente. Agora, pode-se dizer que a universidade está implantada; o foco é consolidar” (BRASIL. Ministério da Educação, 2008).

A nova equipe gestora ficou formada da seguinte forma: Reitor - Alan Kardec Martins Barbiero; Vice-Reitor - José Expedito Cavalcanti da Silva; Pró-Reitora de Graduação - Isabel Cristina Auler Pereira; Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-Graduação - Márcio Antônio da Silveira; Pró-Reitora de Extensão e Cultura – Marluce Evangelista Carvalho Zacariotti; Pró-Reitora de Administração e Finanças - Ana Lúcia de Medeiros; Pró-Reitor de Avaliação e Planejamento - Rafael José de Oliveira; e Pró-Reitor de Assuntos Estudantis - Pedro Alberice da Rocha (O GIRASSOL, 2008).

Desta equipe gestora, dois deles posteriormente se tornariam reitores da UFT, o que vai ao encontro do estudo de Marra e Mello (2005). De acordo com as autoras, o movimento de formação de alianças nas universidades é contínuo e tem seu ápice por ocasião da eleição do reitor e da distribuição de cargos após a sua posse. Assim, geralmente a universidade pública tem um processo de decisão que se dá mediante o mútuo ajuste entre atores pouco diferenciados (MARRA e MELLO, 2005).

### 4.3 Com as urnas eletrônicas

Diante do avanço das técnicas informacionais no meio eleitoral do país e a necessidade de uma participação cada vez mais ampla na consulta informal para Reitor e Vice-Reitor de uma instituição de ensino multicampi, em 2012 a UFT solicitou o empréstimo de urnas eletrônicas ao TRE-TO.

Desde 13 de dezembro de 2007, por meio da Resolução TSE nº 22.685/07, entidades públicas organizadas e instituições de ensino podem solicitar o empréstimos de urnas eletrônicas para realização de eleições comunitárias respeitando algumas regras, dentre elas: a solicitação com uma antecedência mínima de 60 dias; e a disputa devendo ter no mínimo dois candidatos, fato que aconteceu nos 3 últimos pleitos.

Para historicizar a participação nas pesquisas eleitorais de Reitor e Vice-Reitor ocorridos na UFT com a utilização das urnas eletrônicas, este objetivo foi atingido se utilizando da pesquisa em: documentos institucionais citados pela Nota Técnica 437/2011, alguns disponíveis no site da UFT; notícias da época em jornais virtuais; documentos físicos produzidos pelas Comissões Eleitorais observados *in loco* nos arquivos da SOCS; relatórios produzidos pelo Sistema de Informações para o Ensino – SIE; e em documentos das duas últimas consultas informais produzidos pelas Comissões Eleitorais, disponibilizados em formato digital no site institucional da UFT.

A seguir veremos os fatos históricos, análises quantitativas da participação dos pleitos após a implantação das urnas eletrônicas, e a formação das chapas candidatas por meio da articulação dos grupos políticos na UFT.

#### 4.3.1 Dois mil e doze

Uma pré-campanha pode ser mais importante do que a própria campanha eleitoral por um detalhe simples e, ao mesmo tempo, importante: o tempo. E se uma pré-campanha pode fazer a diferença na corrida ao cargo máximo de uma instituição de ensino, o Consuni validou este preceito publicando em 26 de outubro de 2011 a Resolução nº 15/2011 que regulamentou o processo com vistas à composição das listas tríplices para a escolha do Reitor e Vice-Reitor da Universidade Federal do Tocantins, quadriênio 2012-2016. Pela primeira e única vez uma resolução que regulamenta este processo quadrienal foi publicado no ano anterior ao pleito, que só ocorreu em 17 de abril de 2012.

Na 70ª Reunião Ordinária do Consuni, ocorrida no dia da publicação da supracitada Resolução, também ficou decidido que seria facultado às três entidades representativas da Universidade: SESDUFT, SINTAD e DCE, conduzirem informalmente a consulta prévia com o intuito de verificar os nomes com maior respaldo a ocupar os cargos de Reitor e Vice-reitor da instituição. Também pela primeira vez na história da UFT, a consulta foi conduzida de forma paritária envolvendo as três categorias.

Em 06 de fevereiro de 2012 foi publicado o Regimento Eleitoral da consulta informal e para este pleito se inscreveram duas chapas encabeçadas por dois professores que faziam parte da equipe gestora formada no segundo mandato de Alan Barbiero, além de uma candidata a Vice-Reitora que também fazia parte desta equipe.

Na chapa 01 intitulada: “Cuidar do que temos, crescer com qualidade”, foi apresentado para o cargo de Reitor o nome do Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-Graduação, Márcio Antônio da Silveira, docente lotado no Câmpus de Palmas com Doutorado em Agronomia; e, para Vice-Reitor, o nome da Pró-Reitora de Graduação, Isabel Cristina Auler Pereira, também lotada no Câmpus de Palmas, com Doutorado em Educação. Esta chapa contou com o apoio do Professor Alan Barbiero e pela primeira e única vez foi formada por professores lotados no mesmo Câmpus.

Na chapa 02 intitulada: “Novos tempos, mais conquistas”, foi apresentado para o cargo de Reitor o nome do até então Vice-Reitor, José Expedito Cavalcante da Silva, docente lotado no Câmpus de Araguaína com Doutorado em Química; e,

para Vice-Reitor, o nome do ex-diretor do Câmpus de Palmas, Aurélio Pessoa Picanço, com Doutorado em Hidráulica e Saneamento.

Em 10 de abril, numa terça-feira, ocorreu o processo de Pesquisa Eleitoral para Reitor e Vice-Reitor da UFT pela primeira vez realizada por meio da utilização de urnas eletrônicas cedidas pelo Tribunal Regional Eleitoral (TRE). No final da consulta a Chapa 01 venceu e estes foram os números divulgados pela CEC:

**Figura 13** – Mapa de apuração final detalhado da Pesquisa Eleitoral para Reitor e Vice-Reitor da UFT, quadriênio 2012-2016.

MAPA DE APURAÇÃO FINAL DETALHADO								
CAMPUS	SEÇÃO	SEGMENTO	CHAPA 1	CHAPA 2	NULOS	BRANCOS	VOTOS VÁLIDOS	TOTAL DE VOTOS
ARAGUAÍNA	Seção 01	EST	136	178	0	0	314	314
	Seção 02	EST	39	289	0	0	328	328
	Seção 03	EST	6	240	0	0	246	246
	Seção 04	EST	134	84	0	0	218	218
	Seção 05	EST	2	19	0	0	21	21
	Seção 06	TEC	31	20	0	0	51	51
	Seção 07	PROF	30	61	2	1	91	94
	Seção 08	EST	108	202	19	4	310	333
	Seção 09	TEC	19	11	1	1	30	32
	Seção 10	PROF	12	31			43	43
ARRAIAS	Seção 01	PROF	12	12	0	1	24	25
	Seção 02	TEC	8	9	1	3	17	21
	Seção 03	EST	180	84	8	5	264	277
GURUPI	Seção 01	PROF	33	18	0	1	51	52
	Seção 02	TEC	31	9	1	1	40	42
	Seção 03	EST	503	31	9	1	534	544
	Seção 04	EST	192	17	4	0	209	213
MIRACEMA	Seção 01	PROF	20	1	0	0	21	21
	Seção 02	TEC	8	2	6	1	10	17
	Seção 03	EST	181	27	3	1	208	212
PALMAS	Seção 01	EST	120	114	6	4	234	244
	Seção 02	EST	313	255	6	6	568	580
	Seção 03	EST	274	48	2	2	322	326
	Seção 04	EST	180	58	3	3	238	244
	Seção 05	EST	173	145	4	3	318	325
	Seção 06	EST	155	145	6	1	300	307
	Seção 07	EST	169	12	5	2	181	188
	Seção 08	EST	92	27	2	4	119	125
	Seção 09	EST	48	23	0	0	71	71
	Seção 10	PROF	146	118	8	1	264	273
	Seção 11	TEC	127	154	9	7	281	297
PORTO NACIONAL	Seção 01	PROF	26	40	1	1	66	68
	Seção 02	TEC	22	14	0	0	36	36
	Seção 03	EST	246	225	6	0	471	477
	Seção 04	EST	157	90	2	0	247	249
TOCANTINÓPOLIS	Seção 01	PROF	16	6	0	0	22	22
	Seção 02	TEC	12	4	2	1	16	19
	Seção 03	EST	146	93	1	3	239	243

Fonte: Pesquisa documental

**Figura 14** – Mapa de apuração por segmento da Pesquisa Eleitoral para Reitor e Vice-Reitor da UFT, quadriênio 2012-2016.

MAPA DE APURAÇÃO POR SEGMENTO			
<b>SEGMENTO ESTUDANTIL</b>			
	CHAPA 1	CHAPA 2	TOTAL
VOTOS	3554	2406	5960
%	59,63%	40,37%	100,00%
<b>SEGMENTO TÉCNICO</b>			
	CHAPA 1	CHAPA 2	TOTAL
VOTOS	258	223	481
%	53,64%	46,36%	100,00%
<b>SEGMENTO PROFESSOR</b>			
	CHAPA 1	CHAPA 2	TOTAL
VOTOS	295	287	582
%	50,69%	49,31%	100,00%
<b>% TOTAL</b>	<b>CHAPA 1</b> <b>54,65%</b>	<b>CHAPA 2</b> <b>45,35%</b>	<b>TOTAL</b> <b>100,00%</b>

**Fonte:** Pesquisa documental

A Chapa 01 obteve vitória nos 3 seguimentos da UFT, entretanto com diferença muito pouca de votos nos segmentos de técnicos e de professores. Na análise por Câmpus, a Chapa 01 perdeu somente no Câmpus de Araguaína, lotação de origem do candidato José Expedito.

Nos Câmpus de Gurupi, Miracema e Tocantinópolis, a Chapa 01 venceu nas três categorias. A formação acadêmica dos docentes da chapa pode ter tido influência nestes casos. A formação em Agronomia do Professor Márcio, mesma formação do professor Alan, tem grande chance de ter influenciado na escolha do votos em Gurupi, câmpus originariamente voltado para as ciências agrárias e historicamente com sua gestão articulada politicamente com o grupo de situação da Reitoria. Já os Câmpus de Miracema e Tocantinópolis oferecem o curso de Pedagogia, mesmo área de vínculo da professora Isabel.

Neste pleito mais uma vez não foi divulgado, no mapa de votação, o número de pessoas da comunidade universitária aptas ao voto. Neste caso, o pesquisador teve que recorrer a duas fontes de informação: os relatórios produzidos pelo SIE para contabilizar o número de estudantes matriculados na UFT no primeiro semestre de 2012; e informações disponíveis no banco de dados da Pró-Reitoria de Gestão e Desenvolvimento de Pessoas – PROGEDEP, disponíveis no site institucional da UFT.

Para se analisar a participação neste pleito, os dados das tabelas e dos gráficos abaixo foram obtidos por meio do cruzamento de três documentos e foram consideradas todas as participações (votos aos candidatos, votos em branco e votos nulos): i) Mapa de apuração final detalhado; ii) relatório do SIE dos alunos matriculados na UFT no primeiro semestre de 2012; e iii) relatório produzido pela PROGEDEP dos servidores da UFT em 2012:

**Tabela 03** – Quantitativo de votantes e votos realizados da pesquisa Eleitoral para Reitor e Vice-Reitor da UFT, quadriênio 2012-2016.

Câmpus	Docentes			Técnicos Administrativos			Discentes			% Total da Comunidade Acadêmica
	Votantes aptos	Votos realiza- dos	%	Votantes aptos	Votos realiza- dos	%	Votantes aptos	Votos realiza- dos	%	
<b>Araguaína</b>	159	137	86,1	97	83	85,5	3.077	1.460	47,4	<b>50,4</b>
<b>Arraias</b>	35	25	71,4	26	21	80,7	575	277	48,1	<b>50,7</b>
<b>Gurupi</b>	65	52	80,0	52	42	80,7	1.087	757	69,6	<b>70,6</b>
<b>Miracema</b>	34	21	61,7	18	17	94,4	617	212	34,3	<b>37,3</b>
<b>Palmas</b>	340	273	80,2	379	297	78,3	5.196	2.410	46,3	<b>50,3</b>
<b>Porto Nacional</b>	86	68	79,0	45	36	80,0	1.324	726	54,8	<b>57,0</b>
<b>Tocantinópolis</b>	27	22	81,4	19	19	100	621	243	39,1	<b>42,5</b>
Total	746	598	80,1	636	515	80,9	12.497	6.085	48,6	<b>51,8</b>

Fonte: Elaboração própria com base na pesquisa documental

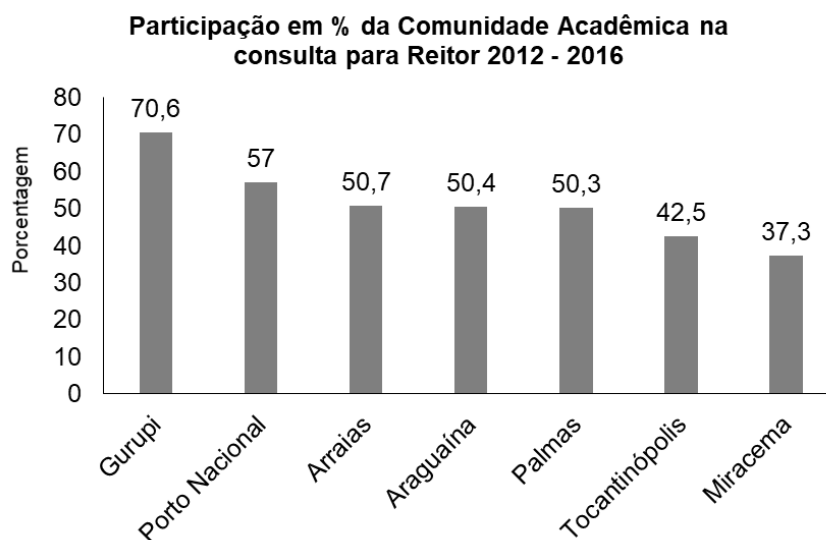
Com 51,8% de participação da comunidade universitária, este pleito teve a segunda maior porcentagem participativa das eleições informais para Reitor e Vice-Reitor da história UFT. O fato desta consulta ter ocorrido numa terça-feira atrelada a questão da divulgação de Resolução para Composição das listas tríplices há quase 6 meses atrás, havendo grande período para pré-campanha e campanha eleitoral, são fatores que contribuíram para esta adesão ao principal ato democrático da instituição.

O Câmpus com a maior porcentagem de participação foi o de Gurupi com mais de 70% da comunidade acadêmica indo às urnas, a maior porcentagem de participação de um Câmpus desde que a consulta eleitoral começou a ter participação das três categorias. Mais uma vez vale ressaltar que as formações acadêmicas do Professor Márcio e do professor Alan, além da histórica articulação política da gestão do Câmpus de Gurupi com o grupo de situação da Reitoria, também tem grandes chances ter influenciado na grande taxa de participação desta comunidade universitária. Já o Câmpus de menor participação neste pleito foi o de



Miracema, com um pouco mais da metade da porcentagem de participação do Câmpus de Gurupi.

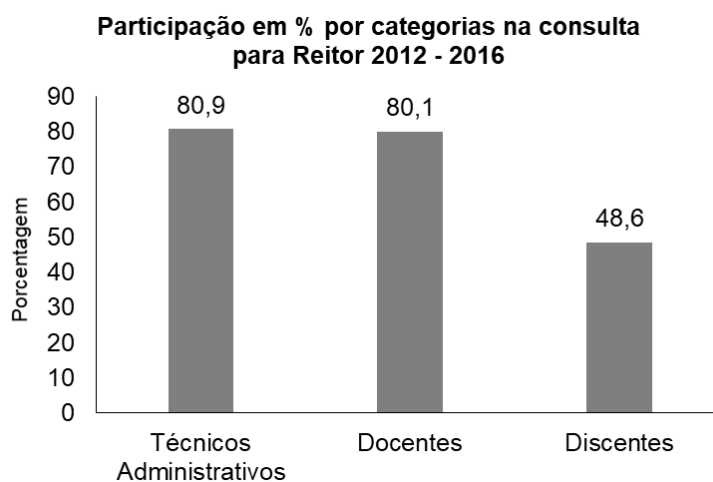
**Gráfico 06** – Participação em % da Comunidade Acadêmica na consulta para Reitor e Vice-Reitor da UFT, mandato 2012-2016.



**Fonte:** Elaboração própria com base na pesquisa documental

Na segunda consulta informal que os técnicos administrativos participaram, em porcentagem mais uma vez esta classe superou as outras categorias da comunidade universitária. Isto aconteceu em cinco dos sete câmpus da UFT:

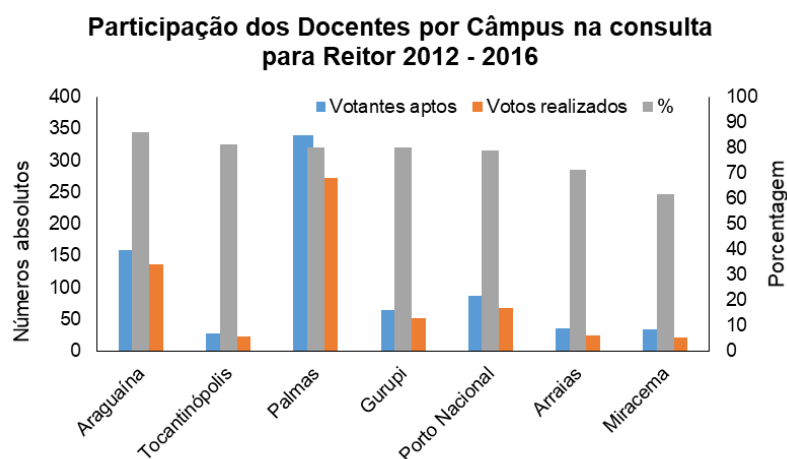
**Gráfico 07** – Participação em % por categorias da Comunidade Acadêmica na consulta para Reitor e Vice-Reitor da UFT, mandato 2012-2016.



**Fonte:** Elaboração própria com base na pesquisa documental

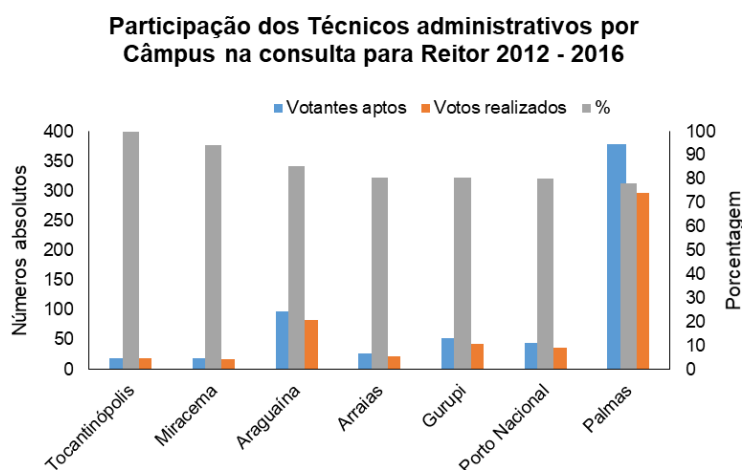
Com relação a participação dos docentes, destacam-se os Câmpus de Araguaína e Tocantinópolis com mais de 80% de participação. Os docentes com menor participação foram os de Arraias e Miracema. Entre os técnicos administrativos, destaque para os Câmpus de Tocantinópolis e Miracema com 100% e 94,4% respectivamente. Os servidores técnicos-administrativos com menor participação neste pleito foram os lotados no Câmpus de Porto Nacional e Palmas. Com relação aos discentes, se sobressai o Câmpus de Gurupi com quase 70% de participação e a menor taxa de votação ficou no Câmpus de Miracema, como menos da metade de porcentagem da participação de Gurupi.

**Gráfico 08** – Participação dos docentes por Câmpus na consulta para Reitor e Vice-Reitor da UFT, mandato 2012-2016.



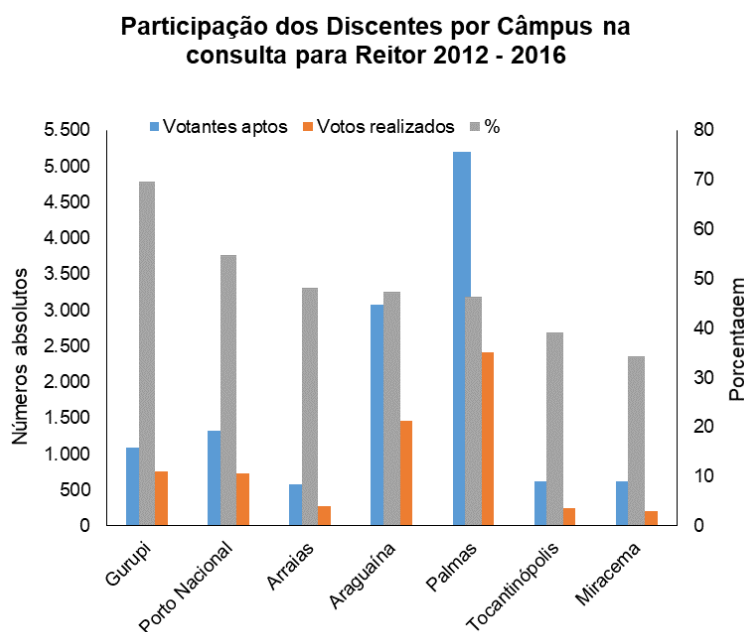
**Fonte:** Elaboração própria com base na pesquisa documental

**Gráfico 09** – Participação dos técnicos administrativos por Câmpus na consulta para Reitor e Vice-Reitor da UFT, mandato 2012-2016.



**Fonte:** Elaboração própria com base na pesquisa documental

**Gráfico 10** – Participação dos discentes por Câmpus na consulta para Reitor e Vice-Reitor da UFT, mandato 2012-2016.



**Fonte:** Elaboração própria com base na pesquisa documental

No dia 17 de abril ocorreu a segunda etapa do processo eleitoral na 75ª reunião ordinária do Consuni, tendo como pauta única a constituição das listas tríplexes em conformidade com a Lei 9.192/95 e com o Decreto nº 1.916/96. Para formação da lista tríplex para Reitor, o professor Márcio Antônio da Silveira recebeu 17 votos, seguido pelos professores José Expedito Cavalcante da Silva, que recebeu 2 votos, e George Lauro Brito com 1 voto. Compondo a Lista Tríplex para Vice-Reitor, em primeiro lugar ficou a professora Isabel Cristina Auler Pereira também com 17 votos, em segundo ficou o professor Aurélio Pessoa Picanço com 3 votos, e em terceiro o professor Abraham Damian Giraldo Zuniga não recebeu voto.

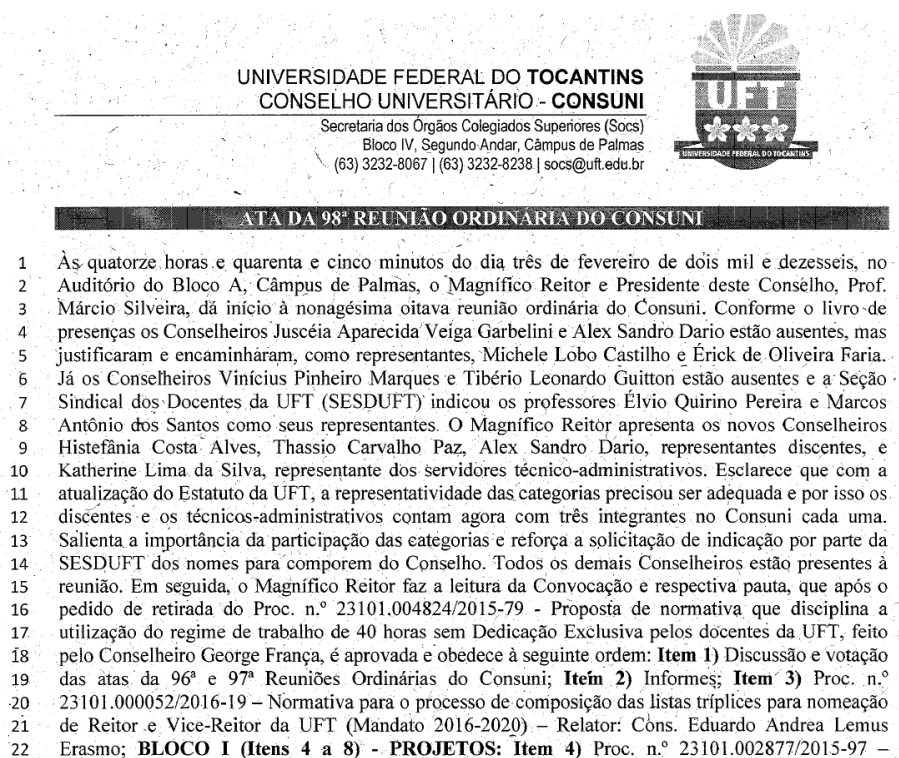
Márcio Silveira foi nomeado para o cargo de reitor da UFT por meio de documento assinado pela Presidenta da República, Dilma Rousseff, e pelo ministro da Educação, Aloizio Mercadante, no dia 05 de junho de 2012 (UFT, 2012a). A nova equipe gestora ficou formada da seguinte forma: Reitor - Márcio Silveira; Vice-Reitora - Isabel Auler; Pró-Reitor de Administração e Finanças - Guimarães Neto; Pró-Reitor de Assuntos Estudantis e Comunitários - George Brito; Pró-Reitora de Avaliação e Planejamento - Ana Lúcia Medeiros; Pró-Reitor de Extensão e Cultura - George França; Pró-Reitora de Graduação - Berenice Aires; Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-Graduação - Waldecy Rodrigues (UFT, 2012b). Desta equipe gestora, uma

professora se tornaria Reitora da UFT, e posteriormente outra professora se tornaria Vice-Reitora desta Instituição.

#### 4.3.2 Dos mil e dezesseis

Na 98ª Reunião Ordinária do CONSUNI ocorrida no dia 03 de fevereiro de 2016, o Professor Márcio Silveira informou que pensou muito, balanceou sua vida e decidiu não tentar a reeleição.

**Figura 15** – Ata da 98ª Reunião Ordinária do Consuni que mencionou a decisão do Reitor Márcio Silveira em não concorrer à reeleição ao cargo máximo da Instituição.



**Fonte:** Pesquisa documental no site da UFT.

Nesta reunião também ficou definido que a Resolução do Consuni n.º 02, de 03 de fevereiro de 2016, regulamentaria o processo com vistas à composição das listas tríplices para a escolha do Reitor e Vice-Reitor da UFT, quadriênio 2016-2020. Em 17 de fevereiro houve a publicação do Regimento elaborado pelas três categorias para a pesquisa eleitoral com a comunidade acadêmica.

Mais uma vez as três entidades representativas da Universidade: SESDUFT, SINTAD e DCE, conduziram de forma paritária a consulta prévia informal com o intuito de verificar os nomes com maior respaldo a ocupar os cargos de Reitor e Vice-reitor da instituição. De acordo com o Blog do Eduardo Azevedo (2016), os nomes dos professores Alan Barbiero e Élvio Quirino chegaram a ser cogitados para lançarem suas candidaturas, mas isto não ocorreu.

O Comunicado da Comissão Eleitoral Central (CEC) nº 003/2016 tornou pública a relação com os nomes dos candidatos inscritos para concorrer ao cargo mais alto da instituição. Houve a inscrição de duas chapas concorrentes: uma intitulada “Confiança e Participação”, em que foi apresentada para o cargo de Reitor o nome da Vice-Reitora na gestão do professor Márcio Silveira, Professora Isabel Cristina Auler Pereira, do Colegiado de Pedagogia do Câmpus de Palmas e, para Vice-Reitor, o nome do Professor Luiz Eduardo Bovolato, ex-diretor do Câmpus de Araguaína, graduado em Geologia e Doutor em Geografia.

A outra chapa: “UFT Livre”, pautada no discurso da alternância de poder, foi encabeçada por José Expedito Cavalcante da Silva, professor Doutor em Química e também ex-diretor do Câmpus de Araguaína, que tentou mais uma vez assumir o cargo máximo da instituição. Registrou candidatura como seu vice, o professor do colegiado de Pedagogia do Câmpus de Palmas (com passagem pelo Câmpus de Arraias): Eduardo José Cezari.

Após sorteio realizado, os números oficiais das chapas foram 10 e 20 respectivamente. O grupo político que comanda a UFT desde seu primeiro pleito escolheu dois professores dos Câmpus com as duas maiores comunidades universitárias para dar continuidade a manutenção de seu poder, ainda mais no caso específico de Araguaína onde foi o único Câmpus em que este grupo havia sido derrotado na consulta 2012-2016.

Cabe ressaltar que no último pleito em que concorreram, este grupo formou uma chapa com dois professores de apenas um Câmpus, o de Palmas (Professor Márcio da Silveira para Reitor e Professora Isabel Auler para Vice-Reitora), e apesar da vitória nas urnas, o resultado foi com pouquíssima diferença principalmente no segmento dos docentes e de técnicos.

Com o intuito de modificar o panorama político da gestão da UFT, a chapa 20 também apostou em dois professores das duas maiores comunidades universitárias, o discurso da necessidade de mudança, e a divisão que existia no Colegiado de Pedagogia, do qual tanto o professor Eduardo Cesari, quanto a professora Isabel eram vinculados. O Blog do Eduardo Azevedo (2016) fez uma análise das alianças políticas e fatores que poderiam envolver este pleito:

Conforme as palavras do Prof. Alan Barbieiro, que ficou por oito anos na reitoria da universidade, precedido pelo Prof. Márcio da Silveira, pode-se perceber que o mesmo grupo é quem dá as cartas por mais de 11 anos na

UFT. Mesmo sendo vice-reitora, Isabel é quem de fato está trabalhando na UFT, assumindo muitas vezes o papel de reitora. O desgaste da gestão pelo descaso em que se encontra a universidade – principalmente nas questões físicas e de segurança – de conhecimento dos alunos, técnicos e professores – será um ponto determinante nas decisões de voto.

Outro reflexo deste desgaste pelo qual sofre a gestão está presente nos colegiados, locais onde se percebe grande desmotivação dos professores, pilares centrais na Universidade.

O grupo liderado pela vice-reitora é o mesmo que vem comandando a universidade por vários anos. O desgaste ao longo deste tempo será refletido neste pleito, basta saber se o grupo conseguirá se reinventar para apresentar um Projeto de gestão extremamente inovador. Experiência e conhecimentos administrativos eles possuem.

Os apoios de Alan Barbieiro, Márcio da Silveira e a divisão do colegiado de pedagogia, do qual Isabel faz parte, também podem pesar muito na escolha do voto, tanto para sim quanto para não.

Do outro lado está a oposição, que tem como grande dificuldade o sistema universitário. Questões financeiras também podem pesar neste sentido para este grupo, já que nestes processos sempre há muito recurso envolvido. No entanto, a chapa liderada pelo prof. Expedito tem como vantagem a necessidade de mudança, que há muito já vem sendo aclamada por alunos e professores no âmbito universitário.

Também é importante destacar que os votos são igualmente proporcionais, isto é, alunos, técnicos e professores terão o mesmo direito na hora da escolha. Portanto, os mais visados nesse processo devem ser os alunos, pois são a maioria (AZEVEDO, 2016).

Em 10 de março as Comissões Setoriais de cada Câmpus encaminharam pelo menos um representante para participar de capacitação com o TRE-TO, em Palmas, sobre o funcionamento e utilização das urnas eletrônicas. Após o treinamento no TRE, cada representante multiplicou o conhecimento adquirido junto aos mesários nos Câmpus de origem. Um docente, um discente e um técnico, em um total de 75 sessões eleitorais distribuídas pelos 7 Câmpus.

Apesar da tentativa de alguns Câmpus em trazer um debate eleitoral entre os Candidatos à Reitoria, este evento só ocorreu uma única vez no auditório do CUICA em Palmas, no dia 21 de março (às vésperas da consulta), organizado pelas entidades representativas das categorias: SESDUFT, SINTAD e DCE. Em 22 de março, numa terça-feira, ocorreu o processo de Pesquisa Eleitoral para Reitor e Vice-Reitor da UFT pela segunda vez realizado por meio da utilização de urnas eletrônicas cedidas pelo TRE-TO. No final da consulta a Chapa 10 venceu e estes foram os números divulgados pela CEC:

**Figura 16** – Apuração da Pesquisa Eleitoral para Reitor e Vice-Reitor da UFT, quadriênio 2016-2020.

DOCENTES (PROFESSORES)			TÉCNICOS-ADMINISTRATIVOS			DISCENTES (ALUNOS)					
Seção	Chapa 10	Chapa 20	Seção	Chapa 10	Chapa 20	Seção	Chapa 10	Chapa 20	Seção	Chapa 10	Chapa 20
Palmas - Seção 1	186	113	Palmas - Seção 2	228	107	Palmas - Seção 5	30	10	Arag-EMVZ - Seção 35	49	66
Palmas - Seção 4	19	2	Palmas - Seção 3	2	0	Palmas - Seção 6	57	18	Arag-EMVZ - Seção 36	71	55
Arg-CIMBA - Seção 23	42	57	Arg-CIMBA - Seção 24	53	13	Palmas - Seção 7	34	11	Gurupi - Seção 41	3	2
Arg-CIMBA - Seção 26	3	1	Arg-CIMBA - Seção 25	3	0	Palmas - Seção 8	29	44	Gurupi - Seção 42	151	57
Arg-EMVZ - Seção 33	16	23	Arg-EMVZ - Seção 34	42	2	Palmas - Seção 9	82	66	Gurupi - Seção 43	101	50
Gurupi - Seção 37	29	39	Gurupi - Seção 38	27	18	Palmas - Seção 10	61	123	Gurupi - Seção 44	110	41
Gurupi - Seção 40	1	0	Gurupi - Seção 39	0	0	Palmas - Seção 11	50	67	Gurupi - Seção 45	5	83
Porto Nac. - Seção 46	39	28	Porto Nac. - Seção 47	35	8	Palmas - Seção 12	44	8	Porto Nac. - Seção 50	18	0
Porto Nac. - Seção 49	2	0	Porto Nac. - Seção 48	2	0	Palmas - Seção 13	63	77	Porto Nac. - Seção 51	63	21
Miracema - Seção 55	15	5	Miracema - Seção 56	13	7	Palmas - Seção 14	21	42	Porto Nac. - Seção 52	60	21
Miracema - Seção 58	1	2	Miracema - Seção 57	0	0	Palmas - Seção 15	44	38	Porto Nac. - Seção 53	32	39
Tocantinóp. - Seção 62	24	6	Tocantinóp. - Seção 63	14	6	Palmas - Seção 16	11	95	Porto Nac. - Seção 54	17	29
Tocantinóp. - Seção 65	1	0	Tocantinóp. - Seção 64	0	0	Palmas - Seção 17	82	28	Miracema - Seção 59	15	0
Arraias - Seção 69	27	11	Arraias - Seção 70	23	7	Palmas - Seção 18	153	5	Miracema - Seção 60	65	6
Arraias - Seção 72	0	0	Arraias - Seção 71	0	0	Palmas - Seção 19	94	10	Miracema - Seção 61	87	0
<b>Total Docente (Pi)</b>	<b>405</b>	<b>287</b>	<b>Total Técnicos (Fi)</b>	<b>442</b>	<b>168</b>	Palmas - Seção 20	10	19	Tocantinóp. - Seção 66	1	0
<b>Vts Válidos Docente ( Pt )</b>	<b>692</b>		chapa 10	3.291		Palmas - Seção 21	80	39	Tocantinóp. - Seção 67	103	30
<b>Vts Válidos Técnicos ( Ft )</b>	<b>610</b>		chapa 20	2.273		Palmas - Seção 22	0	0	Tocantinóp. - Seção 68	62	6
<b>Vts Válidos Alunos ( At )</b>	<b>4.262</b>		total de votos	5.564		Arag-CIMBA-Seção 27	3	4	Arraias - Seção 73	1	0
						Arag-CIMBA-Seção 28	15	143	Arraias - Seção 74	160	18
						Arag-CIMBA-Seção 29	72	34	Arraias - Seção 75	92	43
						Arag-CIMBA-Seção 30	23	189	<b>Total Discentes ( Ai )</b>	<b>2.444</b>	<b>1.818</b>
						Arag-CIMBA-Seção 31	57	86			
						Arag-CIMBA-Seção 32	63	95			

RESULTADO DA PESQUISA	
CHAPA 10	0,627763
CHAPA 20	0,372237

$$CHAPA_i = \left[ \left( \frac{P_i}{3 \times Pt} \right) + \left( \frac{F_i}{3 \times Ft} \right) + \left( \frac{A_i}{3 \times At} \right) \right]$$

Fonte: Pesquisa documental no site da UFT

Em um total de 5.564 votos divulgados pela CEC, a Chapa 10 angariou 3.291, enquanto a Chapa 20 conseguiu 2.273. Auler e Bovolato saíram vitoriosos em todas as categorias de votantes: docentes, técnicos administrativos e discentes. Na análise por Câmpus, a chapa 10 perdeu somente no Câmpus de Araguaína. A CEC não divulgou os votos brancos e nulos.

Para se analisar a participação neste pleito, os dados das tabelas e dos gráficos abaixo foram obtidos por meio do cruzamento de dois documentos, sendo analisadas apenas as participações consideradas válidas pela CEC (votos aos candidatos): i) Mapa de urnas - Pesquisa Eleitoral para Reitor e Vice-Reitor da UFT – 2016/2020; e ii) Apuração Final da Pesquisa Eleitoral para Reitor e Vice-Reitor da UFT – 2016/2020.



**Tabela 04** – Quantitativo de votantes e votos válidos da pesquisa Eleitoral para Reitor e Vice-Reitor da UFT, quadriênio 2016-2020.

Câmpus	Docentes			Técnicos Administrativos			Discentes			% Total da Comunidade Acadêmica
	Votantes aptos	Votos Válidos	%	Votantes aptos	Votos Válidos	%	Votantes aptos	Votos Válidos	%	
<b>Araguaína</b>	202	142	70,2	128	113	88,2	4.087	1.025	25,0	<b>28,9</b>
<b>Arraias</b>	50	38	76,0	38	30	78,9	1.292	314	24,3	<b>27,6</b>
<b>Gurupi</b>	84	69	82,1	67	45	67,1	1.897	603	31,7	<b>35,0</b>
<b>Miracema</b>	41	23	56,0	28	20	71,4	680	173	25,4	<b>28,8</b>
<b>Palmas</b>	448	320	71,4	476	337	70,7	8.622	1.645	19,0	<b>24,1</b>
<b>Porto Nacional</b>	105	69	65,7	58	45	77,5	1.848	300	16,2	<b>20,5</b>
<b>Tocantinópolis</b>	45	31	68,8	32	20	62,5	785	202	25,7	<b>29,3</b>
Total	975	692	70,9	827	610	73,7	19.211	4.262	22,1	<b>26,4</b>

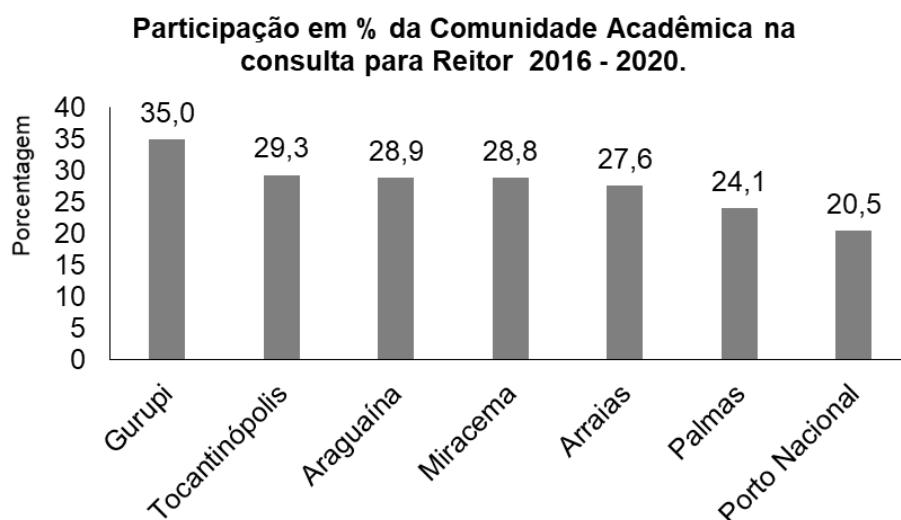
**Fonte:** Elaboração própria com base na pesquisa documental

Com 26,4% de participação da comunidade universitária, este pleito teve a segunda menor porcentagem participativa das eleições informais para Reitor e Vice-Reitor da história UFT. Chama a atenção o baixo índice de participação ao compararmos com os três pleitos anteriores, inclusive sendo menor que a participação na consulta de 2008 que só teve uma chapa candidata.

O fato desta da publicação da Resolução para Composição das listas tríplices e Regimento Eleitoral há pouco mais de 2 meses antes da consulta informal, havendo menor período para campanha eleitoral; e a não ocorrência de debates nos outros 6 Câmpus da UFT (houve apenas no Câmpus de Palmas), podem ser fatores que contribuíram para esta baixa adesão ao principal ato democrático da instituição.

O Câmpus com a maior porcentagem de participação foi pela segunda vez consecutiva o de Gurupi com mais de 35% da comunidade acadêmica indo às urnas, entretanto cerca de metade de participação do pleito anterior. Todos os outros 6 Câmpus tiveram participação abaixo de 30%. O Câmpus de menor participação neste pleito foi o de Porto Nacional, com pouco mais de 20%.

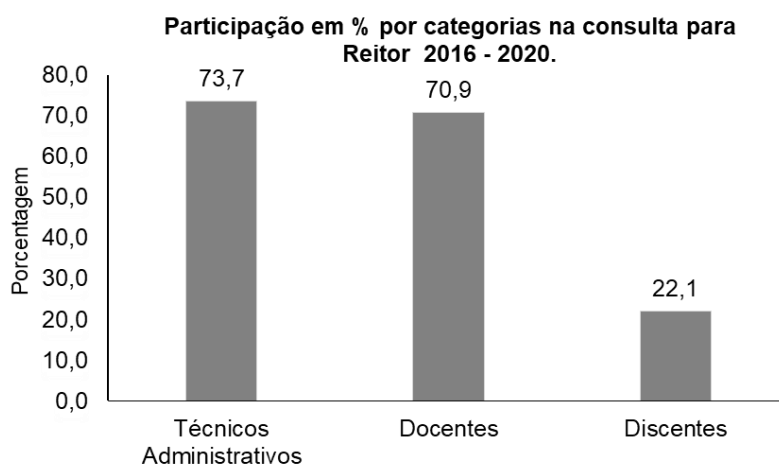
**Gráfico 11** – Participação em % da Comunidade Acadêmica na consulta para Reitor e Vice-Reitor da UFT, mandato 2016-2020.



**Fonte:** Elaboração própria com base na pesquisa documental

Na análise por categorias, em porcentagem mais uma vez os técnicos administrativos tiveram maior participação do que os docentes e discentes da comunidade universitária. Isto aconteceu em quatro dos sete câmpus da UFT. Chama também a atenção o baixo número de participação dos discentes:

**Gráfico 12** – Participação em % por categorias da Comunidade Acadêmica na consulta para Reitor e Vice-Reitor da UFT, mandato 2016-2020.

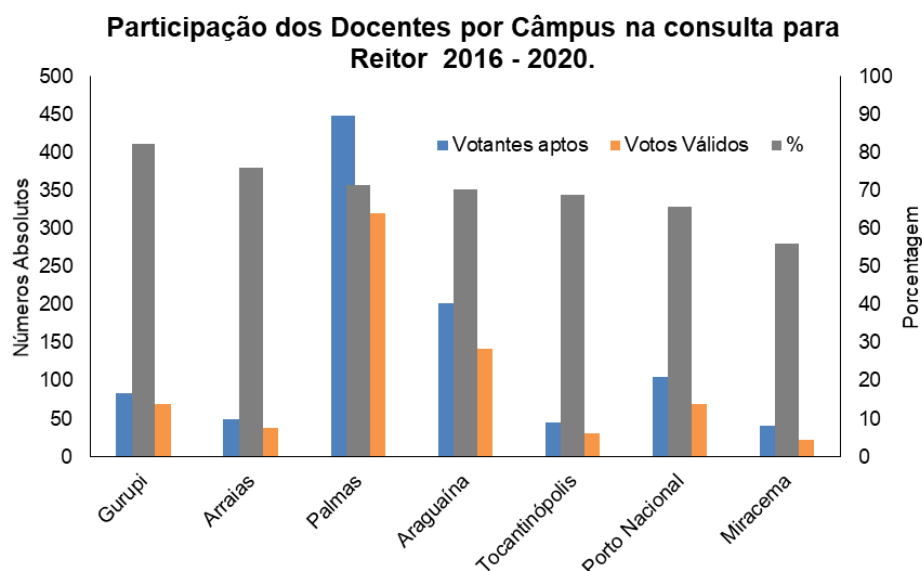


**Fonte:** Elaboração própria com base na pesquisa documental

Nos dados abaixo destaque para grande participação dos docentes e discentes do Câmpus de Gurupi; diferente do Câmpus de Porto Nacional onde foi constatado a menor participação entre os discentes e segunda menor entre os

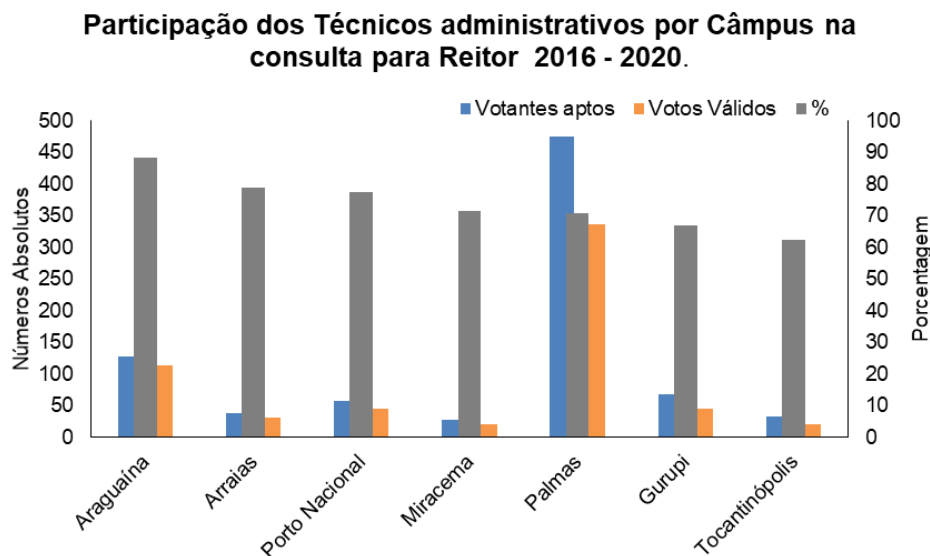
docentes. Um fator que pode ter contribuído para baixa participação dos docentes de Porto Nacional e Miracema é o fato de grande parte residir em Palmas (60 e 74 km de distância respectivamente) e comparecer no Câmpus de lotação apenas nos dias em que possuem aula para ministrar ou projetos para desenvolver. Com relação aos técnicos administrativos destaque para a grande participação do Câmpus de Araguaína e baixa participação do Câmpus de Tocantinópolis.

**Gráfico 13** – Participação dos docentes por Câmpus na consulta para Reitor e Vice-Reitor da UFT, mandato 2016-2020.



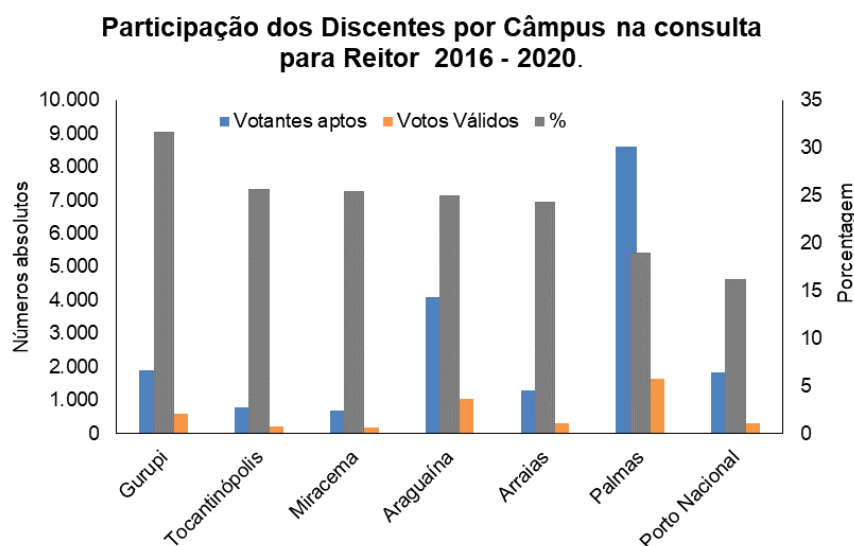
**Fonte:** Elaboração própria com base na pesquisa documental

**Gráfico 14** – Participação dos técnicos administrativos por Câmpus na consulta para Reitor e Vice-Reitor da UFT, mandato 2016-2020.



**Fonte:** Elaboração própria com base na pesquisa documental

**Gráfico 15** – Participação dos discentes por Câmpus na consulta para Reitor e Vice-Reitor da UFT, mandato 2016-2020.



**Fonte:** Elaboração própria com base na pesquisa documental

A Secretaria dos Órgãos Colegiados Superiores homologou as inscrições dos nomes de Isabel para Reitora e Luís Eduardo para Vice-reitor no Conselho Universitário para a Composição da Lista Tríplice no dia 04 de abril. No dia seguinte, ocorreu a segunda etapa do processo eleitoral na 39ª reunião extraordinária do Consuni, tendo como pauta única a constituição das listas tríplices em conformidade com a Lei 9.192/95 e com o Decreto nº 1.916/96. Segundo a Ata desta reunião, para completar a Lista Tríplice se inscreveram para o cargo de Reitor, além da professora Isabel, os professores José Damião Trindade Rocha e Idemar Vizolli; e o para o cargo de Vice-Reitor, além do professor Luís Eduardo Bovolato, declararam possuir os pré-requisitos para a candidatura os professores Paulo Fernando de Melo Martins e Raphael Sanzio Pimenta.

Após o término da eleição no Conselho, a mesa receptora apurou os votos e verificou que, para o cargo de Reitor, a Prof.<sup>a</sup> Isabel obteve 17 votos; o Prof. José Damião recebeu 01 voto e o Prof. Idemar não obteve voto. Para o cargo de Vice-Reitor foi apurado que o Prof. Luís Eduardo Bovolato recebeu 18 votos, e os professores Paulo Fernando e Raphael não obtiveram votos, havendo ainda uma abstenção.

A nova equipe gestora ficou formada da seguinte forma: Reitora – Isabel Auler; Vice-reitor - Luis Eduardo Bovolato; Pró-Reitor de Administração e Finanças - Jaasiel Lima; Pró-Reitor de Avaliação e Planejamento - Eduardo Andrea Lemus

Erasmus; Pró-Reitor de Assuntos Estudantis e Comunitários - Kherlley Caxias Batista Barbosa; Pró-Reitora de Extensão e Cultura - Maria Santana Ferreira Milhomem; Pró-Reitora de Gestão e Desenvolvimento de Pessoas - Erica Lisandra Bertolossi Dantas; Pró-Reitora de Graduação - Berenice Feitosa da Costa Aires (interina); Pró-Reitora de Graduação - Vânia Maria de Araújo Passos (em transição); Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-Graduação (Propesq): Raphael Sanzio Pimenta (UFT, 2016). Desta equipe gestora, dois docentes se candidatarão em 2017 e ocuparão a Reitoria e Vice-reitoria, mantendo este grupo político mais uma vez no poder.

A professora Isabel Auler foi Pró-Reitora de Graduação no período de 2007 a 2012 (Gestão do Reitor Alan Barbiero), e Vice-Reitora entre 2012 e 2016 (Gestão do Reitor Márcio da Silveira). Em 2016, tornou-se a primeira mulher a assumir o mais alto cargo da instituição, tomando posse em 21 de julho. Entretanto sua gestão foi interrompida devido a problemas de saúde.

Em 26 de dezembro de 2016, durante viagem de férias na Argentina, Isabel Auler sofreu um Acidente Vascular Cerebral (AVC). Após mais de 90 dias de recuperação retornou oficialmente à função de Reitora no dia 17 de abril de 2017. Entretanto, novamente passou mal e voltou a ser hospitalizada em estado grave, acabando por vir a óbito no dia 1º de maio. Este fato provocou a realização de um novo pleito menos de um ano depois de sua posse, como veremos a seguir.

### 4.3.3 Dos mil e dezessete

Durante o período em que Isabel Auler ficou afastada, coube a Eduardo Bovolato, enquanto Vice-Reitor, assumir as funções do cargo máximo da Instituição. Após o falecimento da Professora Isabel, foi convocada uma reunião da gestão em 04 de maio. Apesar deste não ter sido o foco inicial da reunião (tratava-se da visita de uma comissão de avaliação do MEC), Bovolato deixou claro que a Universidade cumpriria o disposto no artigo 6º do Decreto 1.916/96 que regulamenta o processo de escolha dos dirigentes de instituições federais de ensino superior, nos termos da Lei nº 9.192/95 (UFT, 2017a). Segundo este artigo:

Art. 6º Nos casos de vacância dos cargos de Reitor ou Vice-Reitor de universidade, de Diretor ou Vice-Diretor de estabelecimento isolado de ensino superior, de Diretor-Geral ou Vice-Diretor de centro federal de educação tecnológica e de Diretor ou Vice-Diretor de unidade universitária, as listas a que se referem o *caput* e os §§ 1º, 2º, 3º e 4º do art. 1º, serão organizadas no prazo máximo de sessenta dias após a abertura da vaga e os mandatos dos dirigentes que vierem a ser nomeados serão de quatro anos (BRASIL, 1996).

Logo, já estava caminhando o prazo de 60 dias da vacância do cargo de reitor estabelecido pela legislação para encaminhar ao Poder Executivo Federal uma nova lista tríplice de candidatos a assumir o principal posto da gestão da Instituição. Conforme registrado em ata, no dia 09 de maio ocorreu a 42ª reunião extraordinária do Consuni, tendo como pauta única a normativa para composição da lista tríplice com opiniões diferentes das três categorias.

Os representantes dos técnicos administrativos afirmaram que a categoria possuía um posicionamento claro e objetivo defendendo a realização da pesquisa eleitoral conduzida pelas entidades representativas e que não abria mão da paridade dos votos neste processo, conquista importante da classe.

Em assembleia do Sesduft, realizada poucas horas antes desta reunião do Consuni, foi produzido um ofício solicitando o adiamento da eleição para o mês de setembro de 2017, a fim de que fosse garantido o amplo debate e um processo mais tranquilo na indicação dos nomes que comporão as listas tríplexes, e, ainda pediu que fosse formalizada a solicitação junto ao Ministério da Educação (MEC), com a indicação de um Reitor Pró-Tempore, até que fosse finalizado este processo, pois

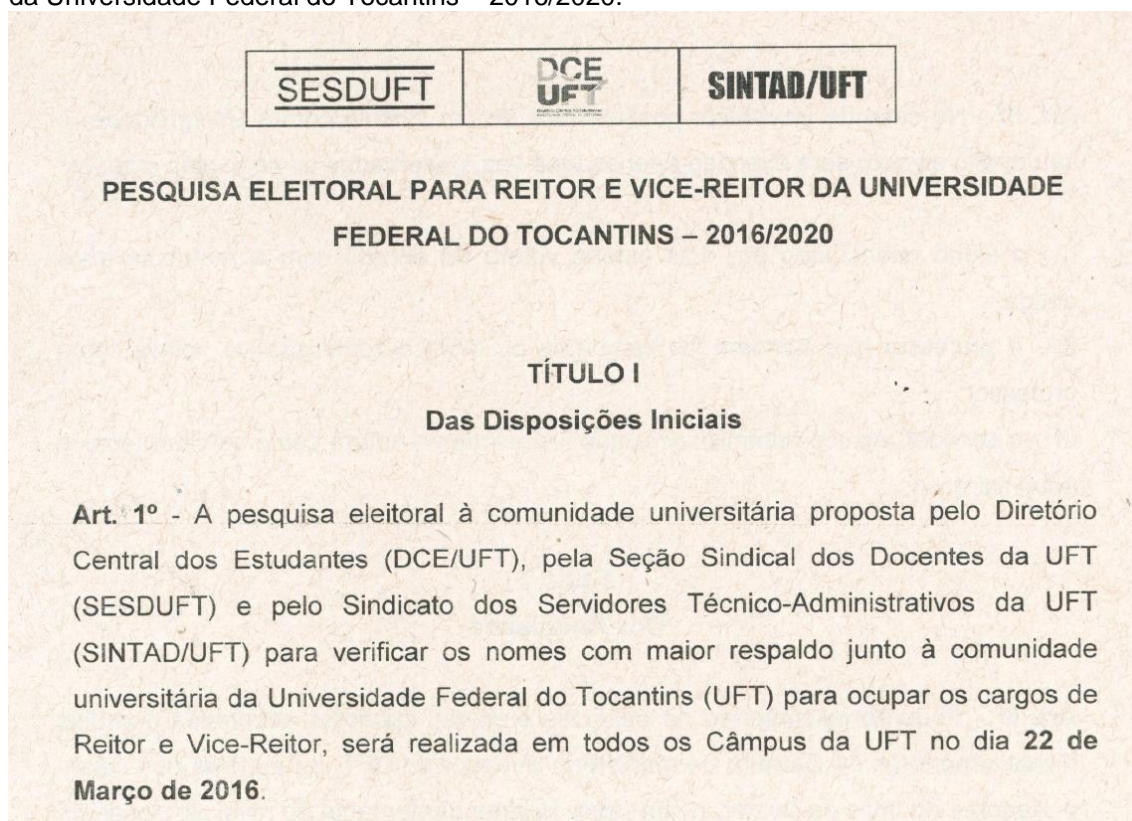
argumentaram que em sessenta dias não haveria tempo suficiente para o debate eleitoral conciso.

A representante discente sugeriu que a eleição ocorresse somente no CONSUNI, sem que houvesse pesquisa eleitoral, visto que a Universidade enfrentava um momento inesperado com a perda da Professora Isabel e acreditava não haver tempo suficiente para seguir os trâmites de uma pesquisa com a comunidade acadêmica, e discordou da indicação de um Reitor Pró-Tempore, pois tornaria a Universidade instável. Esta sugestão foi prontamente contestada por parte dos discentes que participavam da reunião, mas que não faziam parte do Conselho.

Depois de amplo debate entre as categorias e votação dos Conselheiros ficou aprovado que a eleição do Conselho Universitário seria realizada no dia 28 de junho de 2017 regulamentada pela Resolução do Consuni nº 15, de 09 de maio de 2017, em cumprimento da legislação federal, na contramão do posicionamento do Sesduft. Os técnicos administrativos indicaram nomes para a composição da Comissão Eleitoral Central, órgão realizador da pesquisa. Entretanto, os demais seguimentos não indicaram seus representantes, sendo instalada somente com representantes Técnicos-Administrativos.

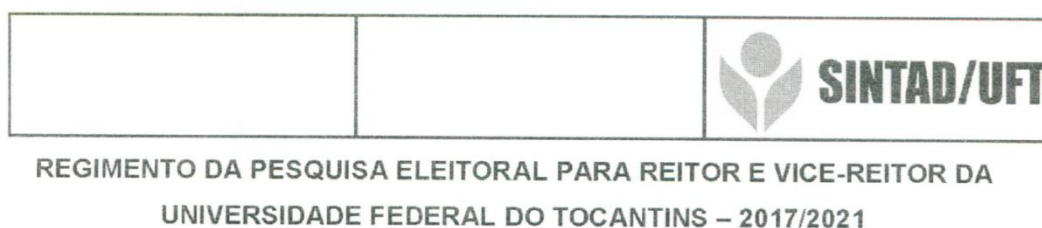
Assim, a CEC foi instituída em 17 de maio, mesmo dia em que foi publicado o Regimento Eleitoral para Gestão 2017-2021 que, após análise de calendários acadêmicos, definiu a realização da consulta em 09 de junho de 2017. Após a publicação do Regimento, a Sesduft se manifestou oficialmente pela não participação na Comissão Eleitoral e solicitou a retirada da denominação da entidade no regimento, sendo publicada sua retificação no dia 22 de maio, como demonstrado abaixo tanto na comparação dos logotipos das Comissões Eleitorais Centrais 2016-2020 e 2017-2010, quanto no texto do primeiro artigo dos regimentos. A categoria de estudantes estava com vacância no Diretório Central de Estudantes, por isso também não participou da composição da CEC.

**Figura 17** – Parte da primeira página do Regimento da Pesquisa Eleitoral para Reitor e Vice-Reitor da Universidade Federal do Tocantins – 2016/2020.



**Fonte:** Pesquisa documental no site da UFT

**Figura 18** – Parte da primeira página do Regimento da Pesquisa Eleitoral para Reitor e Vice-Reitor da Universidade Federal do Tocantins – 2017/2021.

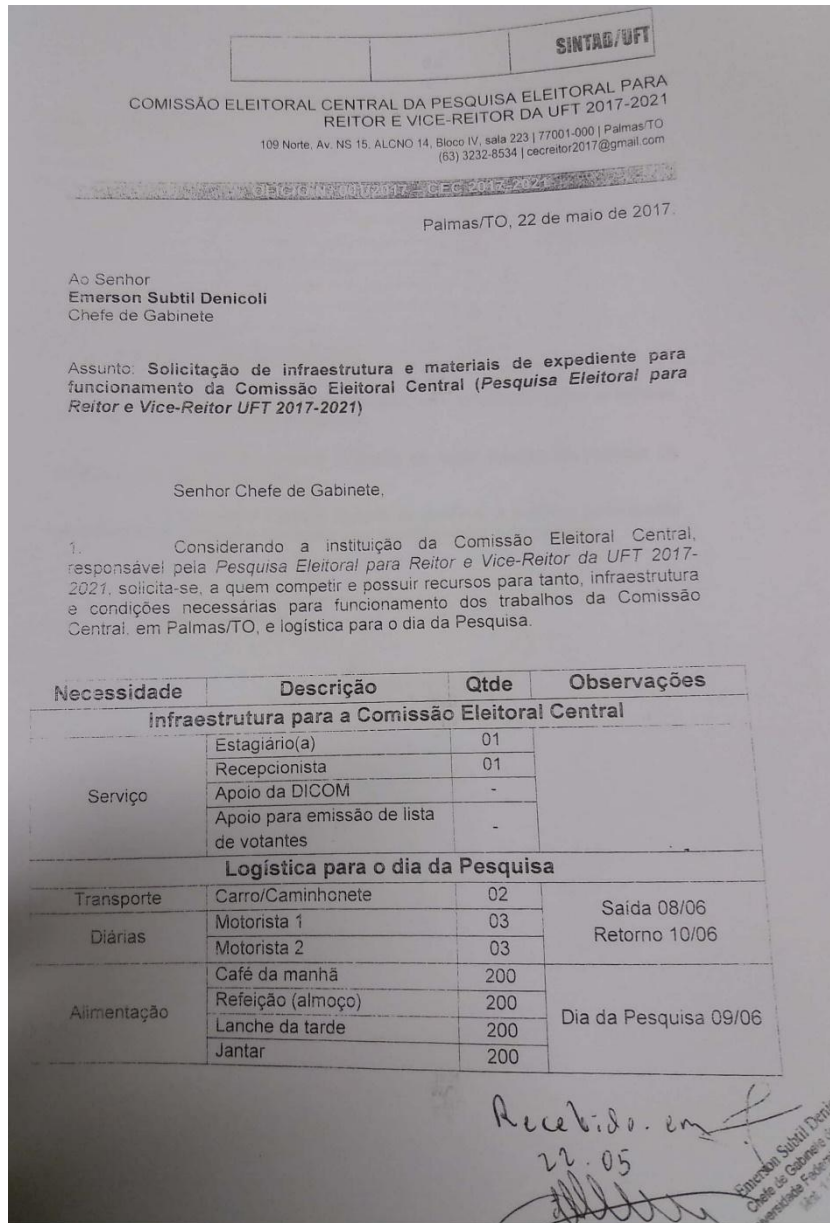


**Fonte:** Pesquisa documental no site da UFT



Também em 22 de maio foi solicitada toda a infraestrutura e materiais de expediente para o funcionamento dos trabalhos e logística da CEC. Apesar de não mensurar os valores, visto que a responsabilidade da CEC não era a aquisição, e sim o uso, o ofício abaixo faz-nos termos uma dimensão sobre o quanto é custoso este processo eleitoral em uma instituição multicampi. O documento não cita a quantidade de diárias para os membros dos câmpus do interior se capacitarem, nem faz referência a quantidade de gasolina gasta para entregar e recolher as urnas eletrônicas utilizadas neste pleito.

**Figura 19** – Primeira lauda do Ofício da CEC solicitando infraestrutura e material para Pesquisa Eleitoral para Reitor e Vice-Reitor da Universidade Federal do Tocantins – 2017/2021.



Fonte: Pesquisa documental no arquivo da SOCS.

**Figura 20** – Segunda lauda do Ofício da CEC solicitando infraestrutura e material para Pesquisa Eleitoral para Reitor e Vice-Reitor da Universidade Federal do Tocantins – 2017/2021.

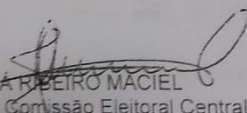
Materiais de Expediente		
Lacres – 1 par por malote	100	Até 31 de maio
Barbante	1 rolo	
Envelopes	100	
Pasta Elástica	15	
COPESE – Malote	50	
Cola branca	7 tubos	
Fita adesiva	7 rolos	
Cipes	1 cx	
Grampeador	7	
Canetas azuis	200	
Clamp para grampeador	1 cx	
Pincéis permanentes – 50 preto e 50 azuis	100	

2. Os materiais da lista poderão ser fornecidos pelas entidades solicitadas ou por quem elas delegarem.

3. A Comissão reserva o direito de fazer doação do material de consumo que não for utilizado.

4. A Comissão Eleitoral Central irá devolver o material permanente para a Reitoria, Copese e Entidades que eventualmente o fornecerem.

Atenciosamente,

  
 JOZAFÁ RIBEIRO MACIEL  
 Presidente da Comissão Eleitoral Central

**Fonte:** Pesquisa documental no arquivo da SOCS.

Em 23 de maio foi publicado o Comunicado CEC nº07 que prorrogava a formação das Comissões Eleitorais Setoriais e informava que os discentes e docentes da UFT que desejassem participar da Pesquisa Eleitoral serão como voluntários, não sendo a indicação vinculada à instituição representante das respectivas categorias. Em Miracema, nenhum docente teve interesse em participar da Comissão Setorial Local, esta sendo formada por dois técnicos e um discente.

Para concorrerem ao pleito, foram inscritas duas chapas concorrentes: uma intitulada “VIVER A UFT”, agora com o professor Luís Eduardo Bovolato na função de Reitor; e para a função de Vice-Reitor, o nome da professora do Curso de Ciências Econômicas do Câmpus de Palmas, Ana Lúcia de Medeiros, graduada em Ciências Econômicas e Doutora em Administração de empresas. A outra chapa intitulada “UFT FORTE: diálogo e ação” foi encabeçada por Adão Francisco de Oliveira, professor graduado em História e Doutor em Geografia, do Câmpus de Porto Nacional. Registrou candidatura como sua vice, a professora do colegiado de Jornalismo do Câmpus de Palmas: Marluce Evangelista Carvalho Zacariotti,

graduada em Comunicação Social e Doutora em Educação. Após sorteio realizado, os números oficiais das chapas foram 11 e 22 respectivamente.

Mais uma vez as Comissões Setoriais de cada Câmpus encaminharam pelo menos um representante para participar de capacitação com o TRE-TO, em Palmas, sobre o funcionamento e utilização das urnas eletrônicas. Após o treinamento no TRE, cada representante multiplicou o conhecimento adquirido junto aos mesários nos câmpus de origem, em um total de 58 sessões eleitorais distribuídas pelos 7 Câmpus.

Segundo o Relatório Final dos trabalhos da CEC 2017-2021, a partir dos dados fornecidos pelas Pró-Reitorias de Graduação – PROGRAD, e de Gestão de Pessoas – PROGEDEP, foram inscritos como eleitores 18.642 discentes, 1.050 docentes e 841 técnicos administrativos, totalizando 20.533 eleitores aptos a participarem da Pesquisa Eleitoral. Ao todo, no dia da votação entre as comissões, mesários e pessoal de apoio, foram envolvidos 173 pessoas no dia da realização da pesquisa.

A consulta informal ocorreu numa sexta-feira, no dia 09 de junho. No final da consulta a Chapa 11 venceu e estes foram os números divulgados pela CEC:

**Figura 21** – Apuração da Pesquisa Eleitoral para Reitor e Vice-Reitor da UFT, quadriênio 2017-2021.

PROFESSORES			TÉCNICOS-ADMIN.			ESTUDANTES		
Seção	Chp 11	Chp 22	Seção	Chp 11	Chp 22	Seção	Chp 11	Chp 22
Palmas - S0001	213	63	Palmas - S0002	281	49	Palmas - S0005	7	8
Palmas - S0004	21	4	Palmas - S0003	1	1	Palmas - S0006	76	44
Arg-CIMBA - S0016	73	7	Arg-CIMBA - S0017	53	3	Palmas - S0007	8	71
Arg-CIMBA - S0019	1	0	Arg-CIMBA - S0018	5	1	Palmas - S0008	103	28
Arg-EMVZ - S0023	44	1	Arg-EMVZ - S0024	31	1	Palmas - S0009	59	37
Gurupi - S0026	42	6	Gurupi - S0027	29	5	Palmas - S0010	33	9
Gurupi - S0029	1	0	Gurupi - S0028	0	0	Palmas - S0011	44	66
Porto Nacional - S0033	36	17	Porto Nacional - S0034	19	16	Palmas - S0012	70	50
Porto Nacional - S0036	1	0	Porto Nacional - S0035	0	1	Palmas - S0013	163	27
Miracema - S0040	8	2	Miracema - S0041	14	4	Palmas - S0014	70	32
Miracema - S0043	0	0	Miracema - S0042	0	0	Palmas - S0015	19	15
Tocantinópolis - S0046	17	11	Tocantinópolis - S0047	15	8	Arg-CIMBA - S0020	6	11
Tocantinópolis - S0049	3	0	Tocantinópolis - S0048	0	0	Arg-CIMBA - S0021	216	66
Arraias - S0052	31	3	Arraias - S0053	22	8	Arg-CIMBA - S0022	158	50
Arraias - S0055	1	0	Arraias - S0054	0	0	Arg-EMVZ - S0025	126	6
<b>Total Docente ( Pi )</b>	<b>492</b>	<b>114</b>	<b>Total Técnicos ( Fi )</b>	<b>470</b>	<b>97</b>	Gurupi - S0030	2	2
						Gurupi - S0031	155	20
						Gurupi - S0032	94	16
						Porto Nacional - S0037	0	1
						Porto Nacional - S0038	27	9
						Porto Nacional - S0039	22	59
						Miracema - S0044	1	1
						Miracema - S0045	93	41
						Tocantinópolis - S0050	2	0
						Tocantinópolis - S0051	111	158
						Arraias - S0056	11	2
						Arraias - S0057	125	10
						Arraias - S0058	106	32
						<b>Total Discentes ( Ai )</b>	<b>1,907</b>	<b>871</b>

V. Válidos Docente ( Pt )	606	Chapa 11	2,869
V. Válidos Técnicos ( Ft )	567	Chapa 22	1,082
V. Válidos Estud. ( At )	2,778	<b>Total de Votos</b>	<b>3,951</b>

RESULTADO DA PESQUISA		
CHAPA 11	0.775757	%
CHAPA 22	0.224243	%

$$CHAPA_i = \left[ \left( \frac{Pi}{3 \times Pt} \right) + \left( \frac{Fi}{3 \times Ft} \right) + \left( \frac{Ai}{3 \times At} \right) \right]$$

**Fonte:** Pesquisa documental no site da UFT

Em um total de 3.951 votos, a Chapa 11 angariou 2.869, enquanto a Chapa 20 conseguiu 1.082. Bovolato e Ana Lúcia saíram vitoriosos em todas as categorias de votantes: docentes, técnicos administrativos e discentes. Na análise por Câmpus, a o grupo político historicamente dominante na UFT também saiu vitoriosa em todos. A CEC mais uma vez não divulgou os votos brancos e nulos.

Para se analisar a participação neste pleito, os dados das tabelas e dos gráficos abaixo foram obtidos por meio do cruzamento de dois documentos, sendo analisadas apenas as participações consideradas válidas pela CEC (votos aos candidatos): i) Mapa de urnas - Pesquisa Eleitoral Reitor e Vice-Reitor UFT – 2017-2021; e ii) Apuração Final da Pesquisa Eleitoral para Reitor e Vice-Reitor da UFT 2017 - 2021.

**Tabela 05** – Quantitativo de votantes e votos válidos da pesquisa Eleitoral para Reitor e Vice-Reitor da UFT, quadriênio 2017-2021.

Câmpus	Docentes			Técnicos Administrativos			Discentes			% Total da Comunidade Acadêmica
	Votantes aptos	Votos Válidos	%	Votantes aptos	Votos Válidos	%	Votantes aptos	Votos Válidos	%	
<b>Araguaína</b>	219	126	57,5	130	94	72,3	3.878	639	16,4	<b>20,3</b>
<b>Arraias</b>	64	35	54,6	36	30	83,3	1502	286	19,0	<b>21,9</b>
<b>Gurupi</b>	88	49	55,6	68	34	50,0	1.724	289	16,7	<b>19,7</b>
<b>Miracema</b>	53	10	18,8	28	18	64,2	728	136	18,6	<b>20,2</b>
<b>Palmas</b>	456	301	66,0	486	332	68,3	7.965	1.039	13,0	<b>18,7</b>
<b>Porto Nacional</b>	120	54	45,0	59	36	61,0	2.048	118	5,7	<b>9,3</b>
<b>Tocantinópolis</b>	50	31	62,0	34	23	67,6	797	271	34,0	<b>36,8</b>
Total	1.050	606	57,7	841	567	67,4	18.642	2.778	14,9	<b>19,2</b>

**Fonte:** Elaboração própria com base na pesquisa documental

Com 19,2% de participação da comunidade universitária, este pleito teve a menor porcentagem participativa das eleições informais para Reitor e Vice-Reitor da história UFT, inclusive com um pouco mais da metade da participação na consulta de 2008 que só teve uma chapa candidata. A CEC 2017-2021 justificou esta baixa adesão ao pleito no Relatório Final dos Trabalhos da Comissão Eleitoral Central na Realização da Pesquisa Eleitoral para Reitor e Vice-Reitor da UFT 2017-2021. Segundo a CEC 2017-2021:

O voto na Pesquisa Eleitoral é facultativo, não obrigatório, o que tem provocado, historicamente, uma baixa adesão em todas as pesquisas já realizadas na UFT. Nesta pesquisa, alguns fatores podem ter agravado a tradicional baixa adesão, a saber: o processo da escolha do novo reitor foi deflagrado a partir da vacância do cargo em decorrência do inesperado falecimento da Reitora Professora Isabel Auler; que desencadeou o processo sucessório extemporâneo e especialíssimo para os padrões outrora vivenciados na Universidade. A legislação vigente determina um prazo de até 60 dias para a formação da lista triplíce a ser encaminhada, pelo Conselho Superior; para posterior nomeação do Reitor pela Presidência da República. Excepcionalmente tivemos uma consulta eleitoral que sofreu, inevitavelmente, impactos importantes em relação ao Calendário Acadêmico. O curto período para organizar o processo, bem como as candidaturas e planos de governo. O calendário para realização da pesquisa coincidiu com o fechamento do calendário acadêmico de alguns Câmpus, bem como período de provas. A Pesquisa ocorreu numa sexta-feira. A Comissão Eleitoral Central – CEC foi composta apenas pela categoria dos Técnicos Administrativos, entre outros fatores. Apesar destas condicionantes, o comparecimento às urnas restou satisfatório, não diferindo muito de outros processos eleitorais. (CEC 2017-2021, 2017f, p. 3 e 4).

Há de se concordar com o que foi colocado pela CEC 2017-2021 como justificativa para baixa participação ao pleito: Uma consulta facultativa realizada em tão pouco tempo de debate e campanha, numa sexta-feira e sem contar com o apoio

de duas entidades representantes de categoria são fatores que contribuem para esta baixa adesão. Entretanto, não há como se estar de acordo com a afirmação da histórica baixa adesão aos pleitos. Os números mostram que em 2017 foi a única vez em que menos de 1/4 da população universitária compareceu às urnas, sendo que em 2 pleitos mais de metade da comunidade acadêmica participou desta ato democrático institucional:

**Gráfico 16** – Participação em % da Comunidade Universitária da UFT em todas as consultas já realizadas para a escolha de Reitor e Vice-Reitor.

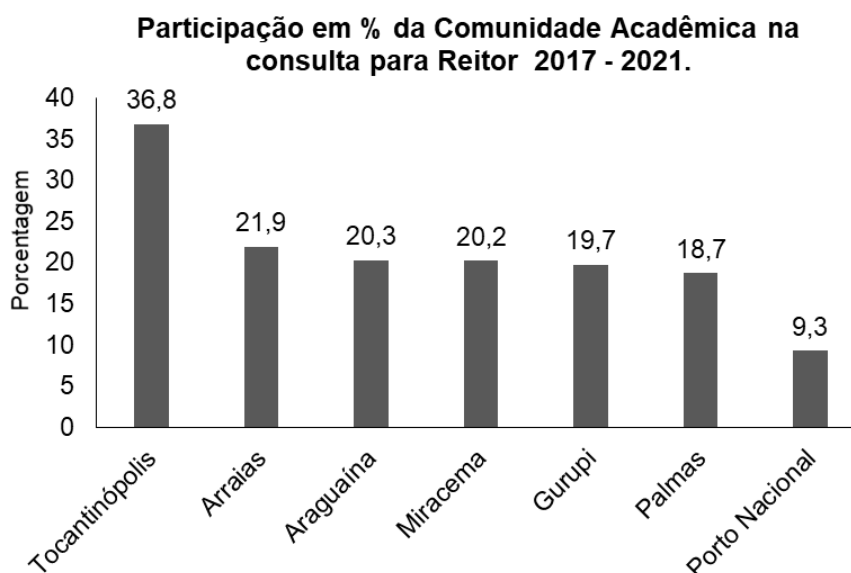
### Participação da Comunidade Universitária da UFT nas consultas já ocorridas para escolha do Reitor



**Fonte:** Elaboração própria com base na pesquisa documental

Neste pleito o Câmpus com a maior porcentagem de participação foi o de Tocantinópolis com mais de 35% da comunidade acadêmica indo às urnas. Todos os outros 6 Câmpus tiveram participação abaixo de 22%. Diferente dos últimos dois pleitos em que teve a maior participação da comunidade universitária, o Câmpus de Gurupi desta vez figurou entre as 3 menores adesões à consulta informal. O Câmpus de menor participação pela segundo pleito consecutivo foi o de Porto Nacional, desta vez com menos de 10%. Este baixo comparecimento às urnas em Porto Nacional chama a atenção pelo fato de um candidato a Reitor ser docente do Câmpus.

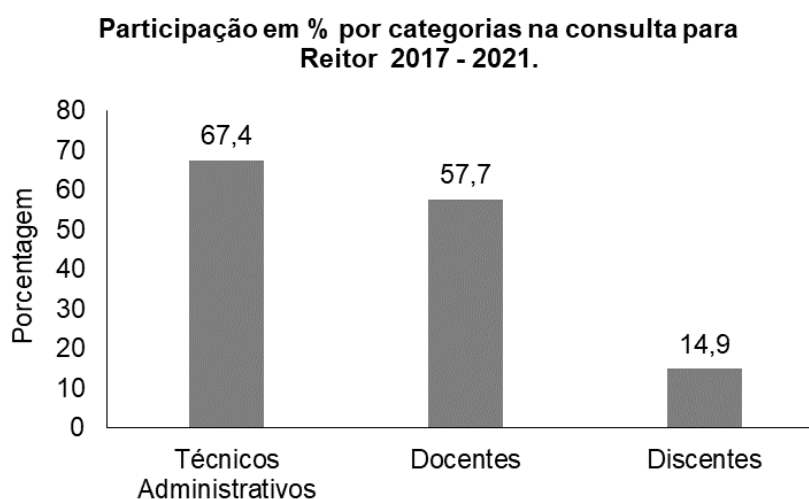
**Gráfico 17** – Participação em % da Comunidade Acadêmica na consulta para Reitor e Vice-Reitor da UFT, mandato 2017-2021.



**Fonte:** Elaboração própria com base na pesquisa documental

Na análise por categorias, em porcentagem mais uma vez os técnicos administrativos tiveram maior participação do que os docentes e discentes. Isto aconteceu em seis dos sete câmpus da UFT. Chama a atenção o fato de pela primeira vez técnicos administrativos da UFT terem menos de 70% de participação, haja vista que são categorias com vínculo efetivo e subordinados às tomadas de decisão da Reitoria.

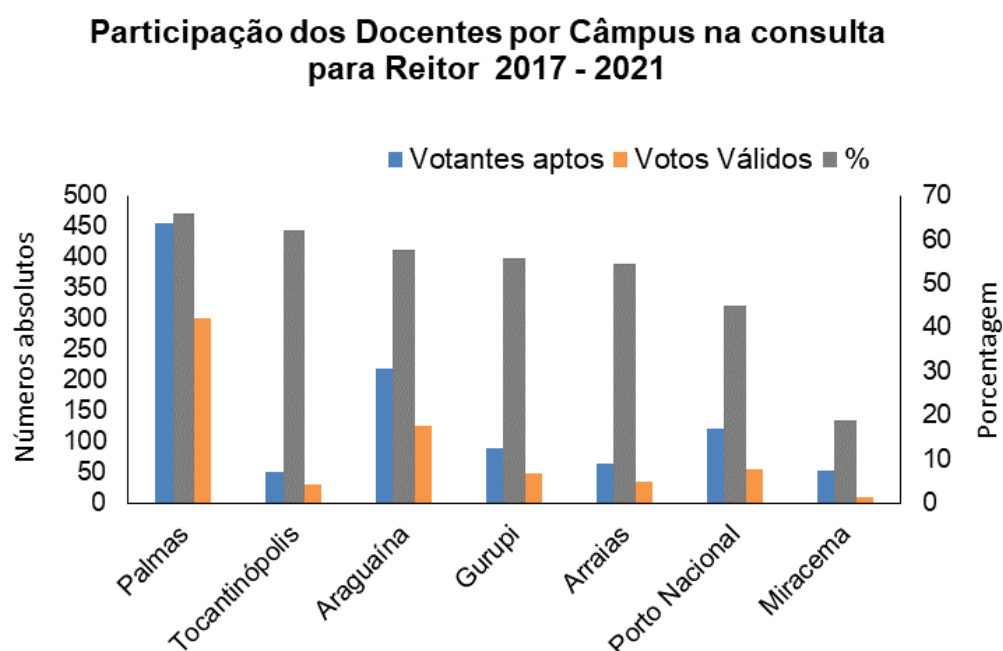
**Gráfico 18** – Participação em % por categorias da Comunidade Acadêmica na consulta para Reitor e Vice-Reitor da UFT, mandato 2017-2021.



**Fonte:** Elaboração própria com base na pesquisa documental

Com relação a participação dos docentes, destacam-se os Câmpus de Palmas e Tocantinópolis, únicos com mais de 60%; diferente do Câmpus de Miracema onde foi constatado a menor participação com menos de 20%. Entre os técnicos administrativos, destaque para os Câmpus de Arraias e Araguaína com mais de 70% de participação. Já os servidores técnicos administrativos com menor participação neste pleito foram os lotados no Câmpus de Gurupi com 50% de presença às urnas. Com relação aos discentes, apenas o Câmpus de Tocantinópolis contabilizou mais de 20% de participação e a menor taxa de votação ficou no Câmpus de Porto Nacional, com menos de 6%. O Câmpus de Porto Nacional também contabilizou a segunda pior taxa de participação entre os docentes e os técnicos administrativos.

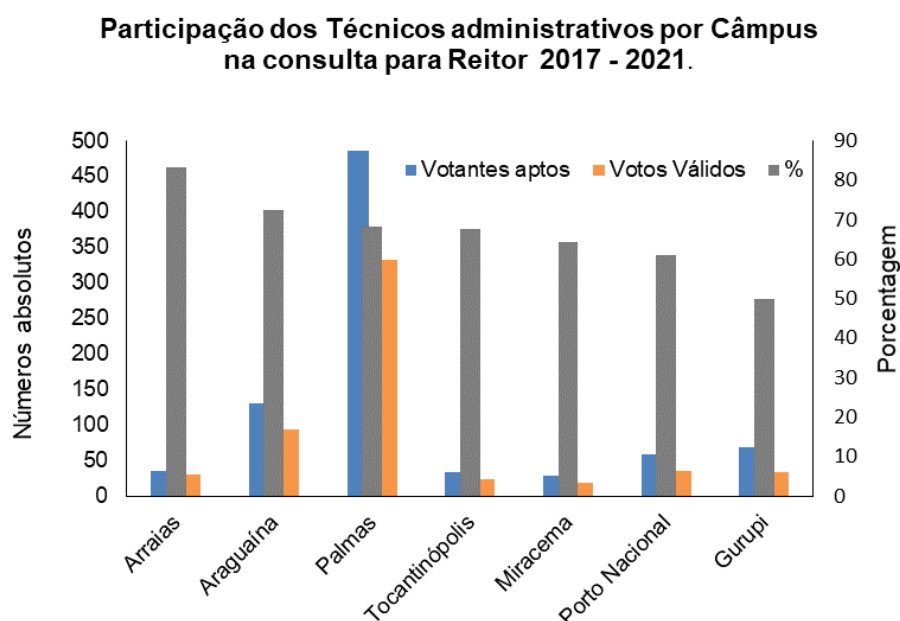
**Gráfico 19** – Participação dos docentes por Câmpus na consulta para Reitor e Vice-Reitor da UFT, mandato 2017-2021.



**Fonte:** Elaboração própria com base na pesquisa documental

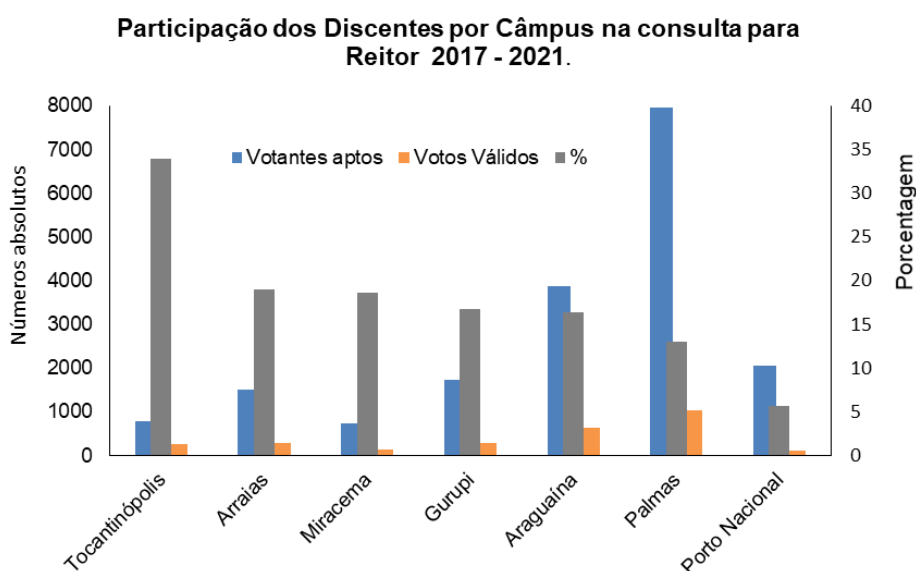


**Gráfico 20** – Participação dos técnicos administrativos por Câmpus na consulta para Reitor e Vice-Reitor da UFT, mandato 2017-2021.



**Fonte:** Elaboração própria com base na pesquisa documental

**Gráfico 21** – Participação dos discentes por Câmpus na consulta para Reitor e Vice-Reitor da UFT, mandato 2017-2021.



**Fonte:** Elaboração própria com base na pesquisa documental

A Secretaria dos Órgãos Colegiados Superiores homologou as inscrições dos nomes de Luís Eduardo Bovolato para Reitor e Ana Lúcia de Medeiros para Vice-reitora no Conselho Universitário para a Composição da Lista Tríplice no dia 26 de junho. No dia 28 ocorreu a segunda etapa do processo eleitoral na 43ª reunião

extraordinária do Consuni, tendo como pauta única a constituição das listas tríplices em conformidade com a Lei 9.192/95 e com o Decreto nº 1.916/96. Segundo a Ata desta reunião, para completar a Lista Tríplice se inscreveram para o cargo de Reitor, além do professor Bovolato, os professores Raphael Sanzio Pimenta e Adão Francisco de Oliveira, seu concorrente direto na consulta informal; já para o cargo de Vice-Reitor, além da professora Ana Lúcia de Medeiros, declararam possuir os pré-requisitos para a candidatura os professores Paulo Fernando de Melo Martins e Marluce Evangelista Carvalho Zacariotti.

Durante o processo eleitoral no Consuni, ao se solicitar a presença dos representantes das categorias docente, discente e técnico administrativa para comporem a mesa apuradora e receptora dos votos, o SESDUFT informou que havia encaminhado à SOCS via e-mail que havia sido deliberado em Assembleia Geral que esta entidade representativa de classe não participou e nem participaria do processo em qualquer de suas fases, por não ter concordado com as diretrizes e a temporalidade do processo. Inclusive os representantes docentes justificaram desta forma a abstenção de seus votos.

Após o término da eleição no Conselho, a mesa receptora apurou os votos e verificou que, para o cargo de Reitor, o Prof. Bovolato obteve 12 votos; o Prof. Raphael Sanzio recebeu 01 voto, o Prof. Adão Francisco não obteve votos, havendo ainda um voto em branco. Para o cargo de Vice-Reitor foi apurado que o Prof.<sup>a</sup> Ana Lúcia também recebeu 12 votos, o Prof. Paulo Fernando recebeu 01 voto e a Prof.<sup>a</sup> Marluce Evangelista não obteve votos, havendo novamente um voto em branco.

Depois de pouco mais de um ano da posse da equipe gestora formada pela Prof.<sup>a</sup> Isabel Auler, poucas mudanças ocorreram na formação da nova equipe gestora: Reitor – Luis Eduardo Bovolato; Vice-reitora - Ana Lúcia de Medeiros; Pró-Reitor de Administração e Finanças - Jaasiel Lima; Pró-Reitor de Avaliação e Planejamento - Eduardo Andrea Lemus Erasmo; Pró-Reitor de Assuntos Estudantis e Comunitários - Kherlley Caxias Batista Barbosa; Pró-Reitora de Extensão e Cultura - Maria Santana Ferreira Milhomem; Pró-Reitora de Gestão e Desenvolvimento de Pessoas - Elisabeth Aparecida Corrêa Menezes; Pró-Reitora de Graduação - Vânia Maria de Araújo Passos; Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-Graduação (Propesq): Raphael Sanzio Pimenta (UFT, 2017b). Desta equipe gestora, quais docentes se

candidatarão em 2021 na tentativa de manutenção mais uma vez deste grupo político no poder?

#### **4.4 Painel de Especialistas I: Especialistas Políticos e Representantes das Categorias**

O primeiro painel foi formado por seis representantes das três categorias que conduzem a pesquisa eleitoral para Reitor e Vice-Reitor da UFT. O objetivo da formação deste painel foi investigar a opinião de membros representantes e atuantes das categorias sobre a mudança da forma de participação num possível de sistema de votação online para pesquisa eleitoral de Reitor e Vice-Reitor na UFT.

Para a formação deste primeiro painel de especialistas do trabalho, alguns fatores foram levados em consideração. Estes representantes foram escolhidos diante de seu histórico de participação tanto nos pleitos na instituição, como nos órgãos representativos de sua classe: Seção Sindical dos Docentes (Sesduft); Diretório Central dos Estudantes (DCE/UFT); e Sindicato dos Servidores Técnico-Administrativos (Sintad/UFT). Os participantes desta pesquisa são membros da comunidade universitária de 4 diferentes Câmpus da UFT e não serão identificados, mas vale ressaltar o motivo do convite enviado aos mesmos:

- Um docente possui mestrado em Ciência Política e o outro é coordenador de um curso de graduação e já foi presidente do Sesduft em seu Câmpus de vínculo. Ambos discutem o papel da democracia na contemporaneidade e possuem no currículo mais de 8 anos como docentes da instituição;
- Os dois técnicos-administrativos são ou já foram membros atuantes do SINTAD, já participaram de Comissões Eleitorais para escolha de Reitor, e frequentaram reuniões de CONSUNI e Conselho Diretor (CONDIR), enquanto representantes da classe.
- Os dois discentes já foram membros atuantes em Centros Acadêmicos (CA), Diretórios Acadêmicos (DA) e no próprio DCE, já participaram de Comissões Eleitorais para escolha de Reitor, e frequentaram reuniões de CONSUNI e Conselho Diretor (CONDIR), enquanto representantes da classe.

Os seis participantes desta etapa da pesquisa receberam um e-mail convite, esclarecimentos quanto à técnica Delphi, instruções de como preencher os

questionários via correio eletrônico, além do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (Apêndices C, E e F). A construção destes e-mails foi norteada pelos trabalhos de Marques (2014) e Rozados (2004) e foram enviados aos participantes em abril de 2018.

Em maio de 2018 foi enviada a primeira rodada de questionários com 4 perguntas abertas, cada uma se referindo a um indicador. Além das perguntas abertas, havia 4 afirmações por indicador para serem analisadas com variação de 5 posições: 'discordo totalmente'; 'discordo parcialmente'; 'nem concordo, nem discordo'; 'concordo parcialmente'; e 'concordo totalmente'. Segue abaixo os indicadores que foram analisados a partir dos dados coletados:

- 1 - Interesse pela Política;
- 2 - Utilização da Internet como ferramenta política;
- 3 - Proporção das Consultas;
- 4 - Poder de Coerção.

Após o recebimento das respostas de todos os participantes, como continuidade da pesquisa, em agosto de 2018 ocorreu a segunda rodada dos questionários. Foi solicitado que eles revissem suas posições e tornassem a responder as perguntas do mesmo questionário, mas com base também na leitura de todas as respostas dos outros colegas participantes e os dados estatísticos produzidos com o intuito de chegarem próximo de um consenso.

Sobre cada indicador a seguir veremos: i) as perguntas efetuadas; ii) as respostas abertas obtidas após a segunda rodada de questionários; iii) os dados quantitativos produzidos agrupados em 'Consenso Positivo' referindo-se ao somatório das respostas 'concordo parcialmente' e 'concordo totalmente'; a coluna 'Grau de Incerteza' referindo-se a 'nem concordo, nem discordo'; e a coluna: 'Consenso Negativo' referindo-se a somatória das respostas 'discordo totalmente' e 'discordo parcialmente'. Os valores estatísticos obtidos na primeira rodada que foram modificados estão apresentados entre parênteses a título de comparação; iv) conclusões de cada indicador.

#### 4.4.1 Interesse pela política

##### Questionamento:

1. Na última consulta eleitoral para a Reitoria da UFT, realizado no dia 09 de junho de 2017, alguns números chamaram a atenção. Dos 841 técnicos administrativos, apenas 567 compareceram às urnas, representando um universo de 67,42% da categoria. Do quadro docente, entre 1050 professores efetivos, a porcentagem de votos contabilizados foi ainda menor, comparecendo às urnas 606 votantes, ou seja, 57,71%. Entretanto, os números mais preocupantes referem-se à participação do corpo discente nesse processo eleitoral. Dos 18.642 discentes de graduação e pós-graduação matriculados na UFT aptos a votar, apenas 2.778 compareceram às urnas, representando um universo de 14,9% dos estudantes. Em sua opinião, quais fatores levaram a tão baixa participação no pleito, principalmente por parte dos estudantes?

##### Respostas:

- 1. Acredito que os prazos que a Universidade precisou cumprir esvaziaram a eleição. Porém, passamos por uma fase de não participação como forma de protesto. A comunidade abriu mão de um direito por discordar com os trâmites legais que a Universidade deve cumprir.*
- 2. Essa eleição teve um agravante da não participação devido o momento em que o pleito foi realizado que foi o falecimento da reitora onde a consulta teve que ocorrer em um tempo curto, não permitindo uma maior mobilização e engajamento da comunidade acadêmica, bem como o sentimento de que essa consulta não seria necessária, pois na visão de muitos o vice reitor deveria assumir e continuar a gestão. Porém os números não diferem muito dos pleitos anteriores e num contexto geral a baixa participação dos discentes é devido a distância que existe entre o cargo de reitor e a comunidade discente que em sua maioria conhecem apenas o coordenador de curso como figura de representação da universidade. O contato que a maioria dos estudantes terão com o reitor será apenas na sua colação de grau momento esse que já estão com o pé fora da universidade. Já os técnicos e professores que em seu dia a dia conhecem os gestores, lidam diretamente com suas decisões o que os torna mais engajados a participar. Outro fator é o sentimento de que o voto não fará a diferença o que leva muita gente a não participar, pois na sua visão o seu voto não vai mudar nada na universidade e soma-se a isso o atual momento político que estamos vivendo que é o descrédito na política algo que reflete diretamente nos pleitos dentro da universidade.*

3. *Diversos fatores podem ser elencados como hipóteses explicativas para o déficit de participação nas consultas eleitorais na UFT. Podemos elencar algumas ainda que de forma não exaustiva: a falta de uma cultura participativa em consultas eleitorais para coordenação de curso (alguns cursos preferem fazer consultas internas no âmbito do colegiado); a percepção de que se trata de uma consulta (pesquisa eleitoral) e não de uma eleição em si; a não obrigatoriedade do voto, que é facultativo; a falta de uma representação direta de discentes e técnicos, que podem votar mas não podem se candidatar, o que pode levar a não se verem representados nas chapas de campanha; a participação difusa ou mesmo errática dos órgãos de representação sindical e estudantil que poderiam atuar como mobilizadores; a percepção por parte da comunidade acadêmica de que as candidaturas pouco divergem no plano de agenda e ação, o que leva a uma indiferença em relação ao resultado do pleito, etc.*
4. *vários fatores estão envolvidos, tanto internos quanto externos. Quanto aos fatores internos podemos elencar: 1) o dia marcado para a eleição é letivo, e muitos discentes não deixam de fazer suas atividades acadêmicas em prol de depositarem seu voto, já que não é obrigatório; 2) falta de projetos internos voltados à conscientização política e importância das eleições universitárias, sobretudo com alunos e servidores egressos recentemente. Já quanto aos fatores externos, aponta-se o seguinte: 1) descrença institucional de maneira geral em razão de escândalos políticos noticiados diariamente pela grande mídia.*
5. *A falta de conscientização política no corpo de estudantes, devido a uma falta projetos internos voltados à conscientização política e importância das eleições universitárias na UFT, pode ter sido o fator principal para a baixa participação dos estudantes. No entanto, recentemente está havendo um aumento do interesse dos estudantes para exigir seus direitos, como moradia estudantil e bolsa permanência. A baixa participação das três categorias pode ser no fato de que a eleição de 2017 foi uma eleição suplementar após o falecimento da reitora eleita Isabel Auler. Neste caso, as condições para a comunidade acadêmica conhecer os candidatos e suas propostas foram prejudicadas em relação a um pleito regular. Outro fator determinante é a crise política gerada em 2016, que resultou em um sucateamento ainda mais grave das Universidades Federais que já estava sendo sentida em 2017, o que pode ter diminuído o interesse da comunidade acadêmica à eleição para a reitoria. A eleição também pode ter sido prejudicada pela situação do calendário acadêmico, onde alguns cursos se encontravam em recesso.*
6. *O quantitativo de aptos a votar, calendário acadêmico e o dia da semana. Quanto maior o número de votantes de uma dada categoria, maior será a porcentagem de abstenção no pleito. O período da consulta influencia a abstenção, já que no início e término de semestres, os acadêmicos e professores estão mais predispostos a se ausentarem. No entanto, o período não é determinante para a abstenção dos Técnicos, pois eles não tiram férias no mesmo período. Historicamente, baseados em dados empíricos, os dias de maior evasão são segunda-feira e sexta-feira, bem como véspera de feriados. Acredita-se que o melhor dia para votação seja quarta-feira.*

Dados quantitativos produzidos:

**Tabela 06** – Dados quantitativos gerados por meio do painel de especialistas I para o indicador: Interesse pela política.

Interesse pela Política	Consenso Positivo	Grau de Incerteza	Consenso Negativo
1. Brasileiro não gosta de política.	- (33,3%)	- (16,7%)	100% (50%)
2. Alunos da UFT não gostam de participar da eleição na Instituição por não acreditar que seu voto faça a diferença.	83,3% (66,7%)	-	16,7% (33,3%)
3. A baixa participação nos pleitos da UFT é reflexo da atual crise na política brasileira.	83,3%	-	16,7%
4. Alternativas devem ser criadas para aumentar a participação das pessoas nas decisões.	100%	-	-

Fonte: Elaboração própria com base na pesquisa Delphi

## Conclusões

Muitas colocações dos participantes desta pesquisa já haviam sido discutidas no capítulo anterior, entretanto, novos elementos trazem outros desdobramentos no que tange à menor participação da história da consulta eleitoral para Reitor da UFT, fazendo-se necessário refletir sobre alguns pontos.

Por se tratar de uma instituição multicampi, com um gestão centralizada em Palmas, de fato existe um certo distanciamento entre o cargo de Reitor e a comunidade discente, principalmente aos alunos dos câmpus do interior, de cursos de graduação EaD e aos não envolvidos com o movimento estudantil. Muitos discentes só tem a oportunidade de conhecer o professor detentor do cargo de Reitor durante campanhas ou na formatura. Outros se formam sem jamais tê-lo visto, por vezes tendo o Diretor de Câmpus e o Coordenador de curso como figuras tangíveis de representação da universidade.

Outro ponto abordado é que, diferente dos Institutos Federais de Educação Tecnológica (que também oferecem cursos de nível superior), somente docentes podem concorrer ao cargo máximo da Instituição, assim, duas categorias não se veem representadas no centro do poder institucional.



Cabe também destacar a inexistência de mobilização dos órgãos de representação sindical e estudantil durante os pleitos, havendo participação somente na organização procedimental da consulta. Mais um ponto que reforça a ideia de que faltam projetos internos voltados à conscientização política e importância das eleições universitárias.

De acordo com tabela 06, há um consenso que a população brasileira gosta de política. Entretanto também chegou-se quase a um consenso que alunos da UFT não gostam de participar da eleição na Instituição por não acreditar que seu voto faça a diferença e a baixa participação nos pleitos da UFT é reflexo da atual crise na política brasileira, como afirmou o entrevistado 02: *“o atual momento político que estamos vivendo que é o descrédito na política algo que reflete diretamente nos pleitos dentro da universidade”*.

De fato esta crise no meio político que estamos presenciando não se encontra apenas em pleitos com votação facultativa. Em junho deste ano ocorreu um eleição suplementar para escolha de governador do estado do Tocantins. Ao todo, 51,83% dos eleitores não escolheram nenhum dos candidatos no segundo turno, este número representando a quantidade de pessoas que não foram votar, ou então assinalaram branco ou nulo. Esse percentual representou 527.868 eleitores e superando a soma dos votos conquistados pelos dois candidatos que foi de 490.461 (G1 TOCANTINS, 2018), mesmo em uma eleição de caráter obrigatório.

Portanto, faz sentido um pleno consenso que alternativas devem ser criadas para aumentar a participação das pessoas nas decisões.

#### 4.4.2 Utilização da internet como ferramenta política

Questionamento:

2. Na UFT já tiveram consultas com urnas de lona e urnas eletrônicas. Você acredita que outra mudança no sistema eleitoral na Instituição, ou seja, a implantação de um sistema de votação online, seria capaz de favorecer uma maior participação das pessoas (professores, alunos e técnicos administrativos) na pesquisa eleitoral para Reitor e Vice-Reitor da UFT e em outros pleitos (Diretórios Acadêmicos, Centros Acadêmicos, Coordenações de Curso, membros do Conselho Diretor), visto que

este sistema traria a possibilidade do voto de mobilidade, ou seja, votar de qualquer lugar? Justifique sua resposta.

Respostas:

1. *Eu concordo que a votação online abrangeria mais pessoas. A facilidade do acesso virtual abrigaria mais eleitores.*
2. *Concordo em partes. Só o voto online sem uma grande mobilização, um maior tempo de campanha não levará as pessoas a votarem. O envolvimento da comunidade acadêmica com a eleição é o fator principal que a levará a ir votar. O Voto online traz apenas facilidade no ato de votar, porém se a comunidade não estiver sabendo da eleição ou se a ferramenta de votação online não for acessível não fará diferença em relação ao voto presencial.*
3. *Acredito que sim. Tendo em vista o chamado "voto em trânsito" sem dúvida a alternativa do voto eletrônico tem vantagem em relação às demais modalidades. Contudo cabe ressaltar que em ocasiões em que a comunidade acadêmica é chamada a participar de processos de consulta eletrônica, em especial os discentes, a adesão/participação é baixa como no caso da avaliação de disciplinas e desempenho docente organizado pela CPA. Caberia testar um sistema para verificar adesão, sendo o mesmo acompanhado da devida campanha de esclarecimento de modo de funcionamento, agenda, etc.*
4. *Acredito que sim. Quanto mais facilitadas forem as maneiras de votar, certamente favoreceria um maior número de pessoas na participação do pleito.*
5. *Não. Eu sou favorável a votação online por permitir uma forma mais eficiente e confortável para os votantes, mas a própria avaliação institucional da UFT já ocorre de forma online e apresenta baixa participação da comunidade acadêmica. A solução para aumentar a participação ainda deve passar por uma melhor divulgação do processo, maior rodada de debates pelos campus e em formas de aumentar a conscientização política dos votantes.*
6. *Sim. A pesquisa eleitoral será mais acessível as categorias.*

Dados quantitativos produzidos:

**Tabela 07** – Dados quantitativos gerados por meio do painel de especialistas I para o indicador: Utilização da Internet como ferramenta política.

<b>Utilização da Internet como ferramenta política</b>	<b>Consenso Positivo</b>	<b>Grau de Incerteza</b>	<b>Consenso Negativo</b>
<b>1. O uso da internet irá favorecer uma maior participação das pessoas nos pleitos da UFT</b>	83,3%	16,7% ( - )	- (16,7%)
<b>2. A utilização da internet nas decisões é uma tendência mundial em direção a uma ciberdemocracia.</b>	83,3%	-	16,7%

Utilização da Internet como ferramenta política	Consenso Positivo	Grau de Incerteza	Consenso Negativo
3. Sistemas de votação online que estão sendo utilizados no âmbito universitário no país demonstram uma evolução não somente tecnológica, mas também política e social das Universidades.	66,7% (83,3%)	33,3% ( - )	- (16,7%)
4. O principal motivo que pode fazer as pessoas votarem pela Internet é a conveniência.	66,7% (100%)	16,7% ( - )	16,7% ( - )

Fonte: Elaboração própria com base na pesquisa Delphi

## Conclusões

Quase todos os participantes concordam que o uso da internet pode favorecer uma maior participação dos membros da comunidade universitária nos pleitos da UFT e que há uma tendência mundial em direção ao uso da internet na tomada de decisões.

Entretanto, também é perspicaz a análise de que só o voto online sem um grande movimento de mobilização e maior tempo de campanha não aumentará consideravelmente a participação das pessoas nas eleições da Universidade. A história dos processos eleitorais para Reitor da UFT mostrou que os pleitos de menor contagem de votos foram justamente nas consultas com menor tempo de campanha e quando não ocorreram debates em todos os Câmpus.

Portanto, não se pode colocar a responsabilidade única e exclusiva na implantação de um sistema online para pesquisas eleitorais da UFT como o único fator que irá proporcionar o aumento da participação das pessoas, mas como sendo mais uma ferramenta para estimular a democracia institucional, até pela conveniência que um sistema deste pode proporcionar.

O pouco interesse de uma grande parcela da comunidade universitária em participar da decisão dos rumos da universidade não referenda uma gestão democrática plena. Esse estímulo se faz necessário para atingir a legitimidade da universidade em sua gestão.

Assim, o desejo de aperfeiçoar um processo democrático institucional se faz urgente, e muitos pensadores tem apontado o potencial das tecnologias digitais no revigoramento da democracia, inclusive a maioria dos participantes desta ao concordarem que sistemas de votação online que estão sendo utilizados no âmbito

universitário no país demonstram uma evolução não somente tecnológica, mas também política e social das Universidades.

#### 4.4.3 Proporção das Consultas

Questionamento:

3. Tanto o modelo paritário quanto o universal são contestados por uma grande parcela dos docentes, que alegam que as Leis 9.192/95 e 9.394/96 são bastante claras ao apontar que a divisão proporcional dos votos na consulta deve obedecer à proporção de 70% para os professores, e 30% divididos entre os técnicos administrativos e os discentes. Desde que a UFT iniciou suas consultas eleitorais, quatro dos cinco pleitos organizados pela Seção Sindical dos Docentes (Sesduft), o Diretório Central dos Estudantes (DCE/UFT) e o Sindicato dos Servidores Técnico-Administrativos (Sintad/UFT) foram conduzidos de forma paritária. Deste modo, a UFT vive, a cada quatro anos, uma situação conflitante que gera insegurança jurídica nas consultas eleitorais para Reitor e Vice-Reitor, principalmente em função da disputa entre os segmentos dos docentes, técnico-administrativos e discentes, pelo peso de seus votos e a força da disposição legal. O que você acha desta opção da instituição em conduzir de forma paritária sua consulta para a escolha do cargo máximo da instituição?

Respostas:

1. *Entendo que há um equívoco formal e um substantivo nessa questão: formal porque num processo eleitoral no qual cada eleitor corresponde a um voto mas que para fins de resultado os votos são agrupados por seguimento, e sendo que o conjunto de eleitores de cada seguimento possui quantitativo diverso (número de alunos, técnicos e docentes são diferentes) não há paridade ao se adotar a fórmula tripartite: o menor quantitativo (TAs) são "sobre representados", enquanto o maior quantitativo (discentes) continuam "sub-representados". Mesmo se adotando cálculos de proporcionalidade ou diferentes pesos para os votos de cada categoria a meu ver não resolveria o problema. A fórmula que realmente poderia levar a uma equidade (não paridade) seria romper com essa estrutura tripartite e instaurar o voto universal, independente da categoria. Outra questão de ordem substantiva é que esse sistema não prevê a paridade naquilo que é essencial: os órgãos colegiados. Nas instâncias decisórias os docentes são amplamente majoritários. Logo, embora TAs e*

- discentes sejam chamados a participar da eleição, sua participação efetiva na gestão é diminuta, dependendo muito da atuação dos órgãos de representação (DCE e SINTAD). Pelo exposto, na minha análise não há paridade nem formal nem substantiva embora se difunda o contrário.*
2. *É uma forma da universidade valorizar suas categorias através do tratamento igualitário do voto. mostrando que a opinião de todos tem igual importância perante a sua gestão e conselho superior que acata essa decisão.*
  3. *Entendo que há um equívoco formal e um substantivo nessa questão: formal porque num processo eleitoral no qual cada eleitor corresponde a um voto mas que para fins de resultado os votos são agrupados por seguimento, e sendo que o conjunto de eleitores de cada seguimento possui quantitativo diverso (número de alunos, técnicos e docentes são diferentes) não há paridade ao se adotar a fórmula tripartite: o menor quantitativo (TAs) são "sobre representados", enquanto o maior quantitativo (discentes) continuam "sub-representados". Mesmo se adotando cálculos de proporcionalidade ou diferentes pesos para os votos de cada categoria a meu ver não resolveria o problema. A fórmula que realmente poderia levar a uma equidade (não paridade) seria romper com essa estrutura tripartite e instaurar o voto universal, independente da categoria. Outra questão de ordem substantiva é que esse sistema não prevê a paridade naquilo que é essencial: os órgãos colegiados. Nas instâncias decisórias os docentes são amplamente majoritários. Logo, embora TAs e discentes sejam chamados a participar da eleição, sua participação efetiva na gestão é diminuta, dependendo muito da atuação dos órgãos de representação (DCE e SINTAD). Pelo exposto, na minha análise não há paridade nem formal nem substantiva embora se difunda o contrário.*
  4. *Entendo que é a forma correta. A universidade é a primeira das instituições republicanas a espelhar o viés do regime democrático, até mesmo por sua natureza institucional. Quanto se dar um peso maior a uma determinada categoria ou seguimento institucional, conseqüentemente, se desprivilegia os demais. No contexto democrático essa regra não é aceitável, pois cria-se um ambiente de inequidade, em que o peso de uma determinada categoria torna-se mais influente que de outra.*
  5. *Eu discordo do voto paritário. Toda Universidade tem três eixos fundamentais para suas atividades: ensino, pesquisa e extensão que devem ser atendidos pelo reitor. Embora tenham papéis fundamentais na universidade, os corpos discente e técnico-administrativo tem contato amplo com apenas um dos eixo específico e pouco contato com os outros dois eixos. No caso do corpo docente, suas atividades fazem com que ele tenha função ativa em pelo menos dois dos eixos fundamentais. E em um ambiente acadêmico deve-se levar em conta, além da questão democrática, o conhecimento e envolvimento no assunto abordado. Por outro lado, eu considero a divisão proporcional de 70% para os docentes muito prejudicial para a categoria dos discentes e técnicos administrativos, pois pode levar a uma eleição de*

um reitor com pautas que não são consideradas as demandas das duas categorias. Neste caso, defendo uma divisão proporcional seja de 50% para docentes, 25% para discentes e 25% para técnicos administrativos (ou 40% para docentes, 30% para discentes e 30% para técnicos administrativos). Neste caso, considera um peso maior para os docentes, que tem contato mais amplo com os eixos fundamentais da universidade, mas também força o candidato a reitoria a montar suas propostas atendendo a demanda de discentes e técnicos-administrativos para ter os votos suficientes para vencer o pleito.

6. A pesquisa eleitoral é paritária, entretanto a votação para a composição da lista tríplice, realizada pelos conselheiros do Conselho Universitário, obedece à proporção 70% professores e 30% técnicos administrativos e acadêmicos, ou seja, NÃO é paritária. Normalmente o Consuni acata o resultado da Pesquisa Eleitoral, assim como o Ministério da Educação costuma escolher o primeiro da lista tríplice, respeitando o Conselho Superior das Universidades Federais. Com isso, as eleições da Universidade Federal do Tocantins NÃO desrespeitam a legislação. Seria interessante na próxima eleição esclarecer à comunidade acadêmica a diferença entre Pesquisa Eleitoral e a elaboração da lista tríplice.

Dados quantitativos produzidos:

**Tabela 08** – Dados quantitativos gerados por meio do painel de especialistas I para o indicador: Proporção das consultas.

Proporção das consultas	Consenso Positivo	Grau de Incerteza	Consenso Negativo
1. A divisão proporcional dos votos na consulta obedecendo à proporção de 70% para os professores, e 30% divididos entre os técnicos administrativos e os discentes desmotivaria ainda mais estas duas últimas categorias de eleitores.	66,7% (100%)	-	33,3% ( - )
2. O modelo paritário de escolha (cada categoria da universidade possui 33,3% do total de votos) é o mais coerente a ser usado.	50% (66,7%)	-	50% (33,3%)
3. O modelo de voto universal (sistema em que o voto de cada membro da comunidade universitária vale exatamente o mesmo) deveria ser aplicado a UFT.	66,7% (50%)	- (16,7%)	33,3%
4. A divisão proporcional dos votos na consulta obedecendo à proporção de 70% para os professores, e 30% divididos entre os técnicos administrativos deve cumprida porque está na legislação.	50% (33,3%)	- (16,7%)	50%

Fonte: Elaboração própria com base na pesquisa Delphi

## Conclusões

Um ponto interessante da técnica Delphi é a possibilidade de ver todas as respostas produzidas pelos participantes da pesquisa e poder rever seu posicionamento diante do mesmo questionamento. Entretanto, neste caso específico ocorreu não só a revisão do posicionamento, como também a cópia da mesma resposta. Este não foi um caso isolado, todavia, não interfere na análise dos dados obtidos porque justamente nesta resposta copiada é a que cabe uma maior reflexão.

Certamente uma pergunta aplicada aos membros das três categorias sobre a melhor forma de definir o peso do voto nos pleitos eleitorais da instituição não iria chegar em um consenso, mas a partir de um ponto de vista explanado nesta pesquisa, cabe interpretar o modelo paritário, que é o seguido atualmente na UFT nas eleições para Reitor e Diretor de Câmpus, e o modelo universal. Apesar de importante, não será discutido neste trabalho a formação dos membros do Conselhos Colegiados.

De acordo com Michereff Junior (2017) o modelo paritário caracteriza-se pela tentativa de equilibrar a proporcionalidade dos votos entre as categorias. Entretanto, assim como afirmou um entrevistado, apesar do modelo paritário tentar dar este peso igualitário de votos às três categorias e, como os técnicos administrativos compõem a categoria em menor quantidade de membros na universidade, inevitavelmente no modelo paritário o voto de cada técnico terá maior peso na consulta, e conseqüentemente o voto de cada estudante terá um peso muito menor.

Essa é a maior justificativa para os que defendem a implantação do voto universal. Segundo Michereff Junior (2017, p. 114): “neste modelo, a universidade não seria dividida em categorias no momento do pleito, onde a maioria absoluta dos votos, sem qualquer distinção de peso, definiria os vencedores da consulta”.

Nos dados quantitativos produzidos chama a atenção que na primeira rodada de questionários 100% dos participantes acreditavam que a divisão dos votos na consulta obedecendo à proporção de 70% para os professores, e 30% divididos entre os técnicos administrativos e os discentes desmotivaria ainda mais estas duas últimas categorias de eleitores. Entretanto, na segunda rodada este número caiu para 66,7%. No fim, a maioria acredita que o modelo universal deveria ser aplicado na UFT.

#### 4.4.4 Poder de Coerção

##### Questionamento:

4. Com o intuito de reduzir fraudes eleitorais, diminuir custos e realizar apurações mais rápidas, ao mesmo tempo em que se potencializa a mobilidade e a participação do votante, vários sistemas de votação online já estão surgindo e sendo aperfeiçoados de acordo com cada realidade, inclusive para Instituições de Ensino Superior, como o SIGEleição, o SAELE e o Helios Voting – Sistemas utilizados em várias universidades do país. Muitos autores indicam a utilização destes tipos de sistemas de votação em pleitos com possibilidade baixa coerção, tais como as eleições encontradas em um ambiente universitário. Entretanto em alguns sistemas, e na própria organização do pleito, existem mecanismos que, de certo modo, evita ou reduz a coerção dos eleitores no momento do voto. O Helios, por exemplo, permite votar quantas vezes o eleitor quiser, e só terá validade o seu último voto. Esta possibilidade faz o agente coercitivo ter menos esperança que sua influência dê certo, visto que também o eleitor poderá votar de qualquer lugar e de qualquer aparelho conectado à rede, podendo modificar seu voto. Também a criação de eleições com um prazo maior para votação (3 dias a uma semana), diferente das eleições tradicionais que geralmente só ocorrem votação durante um dia, pode inibir a ação destes agentes, visto que eles não estarão com os possíveis votantes constantemente durante todo este tempo. Diante do exposto e de sua experiência em pleitos organizados na UFT, você acredita que o fator COERÇÃO, prejudicaria ou não a realização de um pleito com uso de um sistema de votação online, visto que o eleitor poderá votar de qualquer lugar? Justifique sua resposta.

##### Respostas:

- 1. Observo que na UFT não prevalece o fator coercitivo, mas pelo reduzido número de interessados em votar, aquele com maior poder de convencimento leva alguma vantagem. A campanha gira em torno de vender suas ideias e convencer a pessoa a votar. A cultura de que a gestão se mantém por gerenciar a eleição persiste erroneamente, porque o número de votantes demonstra a desmotivação da comunidade em participar do processo seletivo.*



2. Não. O fator coerção pode ser inibido com as ferramentas citadas, principalmente a possibilidade votar várias vezes e valer o último voto sendo assim acredito que isso não prejudicaria o pleito.
3. A coerção é um fenômeno essencialmente humano quando se trata de relação de poder. E seja qual for o modelo adotado as relações de poder continuarão a atuar, mesmo de forma não explícita. Exemplo: o voto eletrônico não aboliu o chamado "voto de cabresto", embora as condições de controle tenham sido reduzidas pela ampliação da alfabetização e a impessoalidade do processo - mas os gestores em particular continuam a coagir servidores públicos efetivos e em especial contratados com ameaças de retaliações em caso de não obtenção de vitória nos pleitos. Uma coisa interessante nos sistemas de voto eletrônico que precisa ser discutido é a chamada "intensidade das preferências", uma questão posta por Anthony Downs. De acordo com esse autor, o eleitor do candidato A pode ter uma preferência fraca em relação a seu voto, mas o eleitor do candidato B pode ter uma preferência forte em relação a seu candidato - o sistema "um eleitor = um voto" não consegue captar essa diferença de intensidade das preferências, levando por vezes que uma massa pouco interessada decida o resultado impondo sua vontade fraca a uma minoria com forte preferência. Porque não se discutir a possibilidade de votar várias vezes num pleito com o mesmo título eleitoral de forma a potencializar a força das preferências? A crítica a essa questão é a múltipla contagem do voto poderia levar a uma "ditadura" das minorias altamente mobilizadas. Mas por outro lado, criaria um incentivo sistêmico para a mobilização. Vejo essa uma questão que precisaria ser melhor debatida e se possível testada empiricamente.
4. Com a utilização da votação online, certamente que fatores coercitivos seriam prejudicados. Entretanto, entendo que essas atenuações não prejudicariam o pleito eleitoral desde que a instituição promovesse programas de conscientização para participação política, junto à comunidade acadêmica em geral.
5. Eu concordo que um pleito online diminua os efeitos do fator COERÇÃO em uma eleição. Mas também se deve tomar precauções para defender o sistema de votação online da ação de hackers ou de vazamento de informações. Tais violações podem levar a fraude nas eleições ou na quebra de sigilo dos votantes. Além disso, este sistema deve passar por estudos empíricos para verificar se ele é realmente efetivo contra a coerção.
6. Não. A coerção não é significativa para comprometer as eleições, no entanto deve-se buscar mecanismo para evitá-la. Ratifico a importância de votar como Helios, pois sem este sistema não é possível aceitar eleições online.

Dados quantitativos produzidos:

**Tabela 09** – Dados quantitativos gerados por meio do painel de especialistas I para o indicador: Poder de coerção.

<b>Poder de Coerção</b>	<b>Consenso Positivo</b>	<b>Grau de Incerteza</b>	<b>Consenso Negativo</b>
<b>1. Não existe prática coercitiva nas eleições da UFT.</b>	16,7%	- (16,7%)	83,3% (66,7%)
<b>2. Não existe prática coercitiva nos pleitos ocorridos na UFT suficiente para prejudicar a escolha eleitoral de um votante.</b>	50% (66,7%)	16,7% ( - )	33,3%
<b>3. A UFT desempenha um importante papel quanto ao desenvolvimento político de seus alunos. Este fato, aliado ao nível de esclarecimento, faz com que os discentes não sejam vítimas do poder coercitivo de alguns agentes.</b>	50% (33,3%)	-	50% (66,7%)
<b>4. Para um sistema ser implantado, deve haver mecanismos que coíbam a prática da coerção.</b>	83,3%	- (16,7%)	16,7% ( - )

Fonte: Elaboração própria com base na pesquisa Delphi

## Conclusões

A maioria dos participantes desta pesquisa acreditam que de fato exista a prática coercitiva em pleitos realizados na UFT, mas que não é suficiente para prejudicar a escolha eleitoral de um votante e que para um sistema de votação online ser implantado, mesmo assim deve haver mecanismos que coíbam a prática da coerção.

Entretanto, não podemos esquecer que uma universidade existe principalmente para produzir conhecimento, gerar pensamento crítico, organizar e articular os saberes, formar profissionais e cidadãos. Na afirmação 3, metade dos entrevistados concordou e a outra metade não demonstrou esta concordância.

Esses dados significam que metade dos participantes acreditam que a UFT não está desempenhando um importante papel quanto ao desenvolvimento político de seus alunos, categoria mais vulnerável ao poder coercitivo de alguns agentes. A falta de ações de conscientização para participação política, junto à comunidade universitária em geral, favorece àqueles com maior poder de convencimento.

## **5 O VOTO PELA INTERNET, SISTEMAS DE VOTAÇÃO ONLINE JÁ UTILIZADOS NO ÂMBITO UNIVERSITÁRIO NO PAÍS E AS POSSIBILIDADES NA UFT**

### **5.1 O voto pela Internet**

A introdução das novas tecnologias de informação e comunicação modificou bastante o modo de agir de muitas pessoas, principalmente nas últimas duas décadas, alterando a dinâmica dos fluxos e a relação espaço/tempo no planeta. Diante de sua abrangência, a Internet e seus inúmeros dispositivos conectados à rede mundial de computadores têm sido apontados como as principais ferramentas para o aumento da participação cidadã nas decisões, revigorando assim a relação entre governo e sociedade.

Com um simples computador pessoal ou um celular do tipo smartphone podemos: adquirir bens em seu país de origem ou importá-los; realizar transações financeiras; acompanhar as notícias do mundo; se comunicar com qualquer pessoa conectada no planeta; aprender novas línguas; estudar sobre qualquer tema; procurar emprego; e tantas outras possibilidades. Logo, segundo Esteve (2006), a participação política não pode – e não deve – permanecer isolada do desenvolvimento vertiginoso das tecnologias de informação e comunicação.

A rede se tornou um importante instrumento que pode garantir agilidade, economia e rapidez em processos democráticos. Dictson e Ray (2002, p. 84) destacam que pesquisas avançadas sobre as eleições via Internet estão se intensificando por parte dos governos e grupos de interesse que vêm se “frustrando diante da participação cada vez menor dos eleitores nas eleições”. Vale lembrar que em muitos países o voto não é obrigatório mesmo para os principais cargos eletivos existentes.

Votar é um mecanismo comumente utilizado em tomadas de decisões por governos e empresas (CABRAL, 2014). Monteiro et al. (2001, p. 64) há 17 anos atrás já afirmava que com a disseminação da Internet já havia surgido o “interesse de alargar o processo de votação, de maneira a que os utilizadores enviem o seu voto a partir de um qualquer computador com acesso à Internet”. Em 2002, Araújo (2002) previa que a adoção do voto pela Internet por alguns países seria uma questão de tempo, principalmente entre os eleitores mais jovens, e descreveu algumas experiências ocorridas nos Estados Unidos e Grã-Bretanha:

Nos Estados Unidos, a Internet foi utilizada nas eleições primárias, realizadas no estado do Arizona, no ano 2000. Por medida de segurança, um número de identificação foi enviado, por e-mail, aos eleitores, número que servia de senha para o acesso à página de votação. [...] Em maio de 2002, nas eleições municipais da Grã-Bretanha, a Internet foi testada em alguns distritos de 30 cidades. Além da urna tradicional, o cidadão teve a possibilidade de votar pela Internet, em sua casa ou em quiosques especialmente instalados para essa finalidade, pelo correio e pelo telefone (ARAÚJO, 2002, p. 2).

Nas eleições locais da Estônia, em outubro de 2005, pela primeira vez no mundo ocorreu um pleito com a utilização da Internet em todo um país: o eleitorado estoniano inteiro teve a possibilidade de votar via internet (MADISE e MARTENS, 2006). Já o Brasil é pioneiro em sistemas de votação eletrônica. A primeira votação por meio de urnas eletrônicas realizada no Brasil foi em 1996. Em 2000 as eleições foram totalmente informatizadas (BRASIL, 2010). Cabe lembrar que existem diferenças entre votação pela internet e a votação eletrônica ocorrida no Brasil para a escolha de nossas representantes.

O principal foco deste trabalho são os sistemas de votação pela internet, conhecidos também como sistemas de votação eletrônica "remoto", e também no próprio ato de votar pela Internet. Neste tipo de sistema geralmente permite-se aos eleitores votarem a partir de qualquer computador ou dispositivo digital conectado à Internet, geralmente de casa ou do trabalho (QADAH e TAHA, 2007). Já a urna eletrônica brasileira é um dispositivo de votação da classe DRE, em que o voto é armazenado apenas digitalmente. Máquinas DRE tendem a coletar os votos por meio de interface com o eleitor, além de gravar, contar e gerar relatórios em mídia eletrônica e/ou impressa (DIAS, 2016).

Geralmente as eleições que utilizam a urna eletrônica são configurados pelas autoridades de votação e alocados em lugares específicos, principalmente instituições de ensino. Mas não podemos esquecer que este momento trata-se somente de escolher números disponibilizados pelos partidos políticos que indicaram pessoas a pleitearem cargos eletivos, e a participação política envolve muito mais que utilizar a urna eletrônica.

Entretanto, esse instrumento eletrônico em hipótese alguma supre o espaço público como meio adequado de debate e de inclusão política, prévia e consciente. [...] a urna eletrônica se apresenta como importante ferramenta tecnológica, porém não em condições de substituir o pensar crítico, a

inteligência, à vontade e a autonomia de seu operador que é o cidadão (MEZZAROBÀ E ROVER, 2009, p. 64).

Lemos e Lévy (2010) reforçam a ideia de Mezzarobà e Rover (2009) ao entenderem que por mais atraente que seja o voto eletrônico, este é provavelmente um “aspecto menor da ciberdemocracia”. Para ambos os autores, na realidade o que conta são as formas emergentes de conversação, de circulação da opinião e de debate. O voto deve ser somente a consequência desta dinâmica.

Atualmente podemos considerar o orçamento participativo como um dos principais instrumentos participativo e democrático brasileiro no âmbito político, econômico e social de um município. No Brasil, apesar do voto político não ser online, existem experiências em alguns municípios de participação cidadã com o uso da Internet em coletas de propostas, votações de alocação de recursos e deliberações no que tange aos orçamentos participativos, como no exemplo de Belo Horizonte:

O funcionamento do sítio OP Digital de BH é dividido em duas etapas: a primeira de debate e discussão, onde dentro do próprio site oficial foram criados espaços para fóruns e grupos de discussão, e a segunda etapa, unicamente de votação. Em 2006, o OP Digital superou as expectativas da prefeitura quanto ao número de participantes: o número de votantes foi de 172.938 totalizando 503.266 votos (BEST et al., 2010, p. 111).

Durante muitos anos, as eleições – principalmente as que não são de obrigatoria participação – sofreram a diminuição das taxas de participação devido a várias desvantagens: inconveniente da votação manual, a inexatidão na contagem de cédulas, o anúncio tardio de resultados eleitorais (QADAH e TAHA, 2007); além do fato de se obrigar à presença física dos eleitores nos locais de voto num horário fixo, seria difícil dizer que o ritual de sair de casa e entrar na fila continue atraindo as pessoas para votar (DICTSON E RAY, 2002).

Dictson e Ray (2002) acreditam que vivemos numa sociedade de maior comodismo, e o fato de se obrigar a ida dos eleitores nos locais de votação num horário determinado tem levado à redução da taxa de participação, principalmente aos que possuem faixa etária entre 18 e 24 anos. Várias podem ser as barreiras para o não exercício da cidadania.

[...] EXISTEM, SIM, barreiras eleitorais numa época em que as pessoas possuem duas carreiras, as famílias só têm pai ou mãe, os engarrafamentos

de trânsito são perpétuos, as demandas profissionais e pessoais sobre o tempo das pessoas são extremas e existem tantos outros obstáculos para o exercício do direito do voto (DICTSON E RAY, 2002, p. 90).

Como forma de superação do absenteísmo eleitoral e demais desvantagens, foram propostas técnicas de votação eletrônica com o uso de computadores ou equipamentos computadorizados, e a própria internet para votar nas eleições. Com isto, surgem diversos benefícios, como apurações mais rápidas e eficientes (CABRAL, 2014; QADAH e TAHA, 2007; KRIMMER, 2006) facilidade na hora de enviar o voto (CABRAL, 2014; KRIMMER, 2006; DICTSON E RAY, 2002), eliminação da necessidade de deslocamento até a área de votação (CABRAL, 2014; DICTSON E RAY, 2002; ESPÍRITO SANTO, 2010), possibilidade de verificação do processo e redução dos custos (ARAÚJO, 2002; CABRAL, 2014; DICTSON E RAY, 2002).

Lévy (2003) e Espírito Santo (2010) também acreditam que com o voto pela Internet – voto de mobilidade – aumente a participação eleitoral dos indiferentes e permita uma votação mais fácil às pessoas com deficiência, em viagem, afastadas dos locais que costumam votar, também por motivo de emigração ou até mesmo expatriadas. Monteiro et al. (2001) e Dictson e Ray (2002) preveem que a votação pela internet maximizará a conveniência e acesso dos eleitores. “Talvez o mais forte argumento em favor do voto via Internet seja o fator conveniência. A conveniência é um estímulo à participação, que conduzirá a um eleitorado mais forte” (DICTSON E RAY, 2002, p. 84). Sendo extremamente atrativo poder exercer este direito em qualquer local que tenha acesso à internet não somente nas eleições de representantes políticos, mas também na vontade do eleitor a respeito sobre os mais diferentes temas.

Não existirá nenhuma razão para não votar online para eleger os representantes nas instâncias legislativas, executivas e judiciárias dos governos. Podemos, por outro lado, imaginar que, na futura federação democrática planetária, grupos de cidadãos organizados em comunidades virtuais poderão propor referendos dos quais cada um poderá participar pela Internet (LEMOS e LÉVY, 2010, p. 149).

Além do temor que a mudança pode trazer em antigos interesses já enraizados, Dictson e Ray (2002) destacam que alguns críticos do voto via Internet dizem que desta forma o Estado estaria promovendo o voto para algumas pessoas

em detrimento de outras visto que votar em casa ou no trabalho só é possível para quem tiver acesso a um computador e uma conexão com a Internet. Também não podemos esquecer das inúmeras pessoas que possuem dificuldades com as novas tecnologias, além dos que não sabem ler e escrever.

Apesar das eleições realizadas na Estônia terem sido com o eleitorado inteiro tendo a possibilidade de votar via internet, havia a possibilidade do voto também ser realizado de modo presencial nos locais adequados de votação. Assim para chegarmos a este patamar democrático através das redes, todos devem ter acesso à Internet (um pouco utópico no momento), e também devem ser disponibilizados locais específicos para a prática do voto. Isso tudo deve ser pensado de acordo com o público alvo do pleito.

Dictson e Ray (2002, p. 87) acreditam que quando o voto pela Internet mostrar viabilidade e estiver amplamente disponibilizado por meio de dispositivos móveis conectados à rede, a “verdadeira eficiência da Internet neste processo historicamente segmentado e ineficiente será finalmente reconhecida”, visto que tem um potencial muito maior do que apenas o de servir como um folheto de informações para as pessoas (DICTSON e RAY, 2002).

Monnoyer-Smith (2006, p. 61) ressalta que a disponibilidade desses novos canais de mediação não precisa ser vista como “o desaparecimento de um ritual consagrado pelo tempo”, mas como um sinal de mudança na forma como os eleitores irão experimentar sua cidadania. A própria urna eletrônica brasileira, que hoje nos é familiar, trouxe, com sua implantação (e ainda traz), muita discussão e resistência.

No entanto, apesar de todas as dificuldades supracitadas, a maior barreira existente é a confiabilidade da Internet. Uma vez que a Internet é uma fonte aberta, ataques inesperados podem gerar grandes problemas (WU e SANKARANARAYANA, 2002). Madise e Martens (2006, p. 18) apontam que realmente o grande argumento contra o voto pela internet trata-se da rede enquanto um ambiente inerentemente inseguro. Assim, vários ataques como “worms, vírus, espiões, spoofings, negação de serviços e outros” podem ser usados não só para comprometer os resultados da votação, mas como também para quebrar o anonimato do eleitor ou interromper as eleições. Para os autores, as vulnerabilidades por trás desses ataques decorrem principalmente das propriedades

fundamentais da arquitetura da Internet e dos computadores pessoais atuais. Preocupação também compartilhada por Lemos e Lévy (2010):

Mesmo que essa perspectiva pareça fortemente promissora, não somente as ferramentas e redes devem estar largamente disponíveis, mas antes, e sobretudo, os problemas de confiança, segurança e de controle de fraudes devem ser resolvidos sem ambiguidade (LEMOS E LÉVY, 2010, p. 150).

Entretanto, Braun e Brändli (2006) defendem que a votação eletrônica segura é viável e os ensaios-piloto já demonstraram isso. Assim, as medidas de segurança necessárias não podem ser desenvolvidas e implementadas de uma vez por todas. Os autores defendem que a segurança deve ser contínua para manter o controle de ameaças e riscos que também mudam continuamente. Logo, as medidas de segurança devem ser continuamente adaptadas e melhoradas contra as potenciais fontes de perigo. Não é à toa que comumente os programas antivírus instalados em nossos computadores pessoais solicitam atualização.

Diante de tantas questões que envolvem uma eleição, há também quem diga que recriar o complexo processo eleitoral num computador é um dos maiores desafios de programação e codificação (RICSTON e RAY, 2002, p. 88). Logo, a única maneira de aceitar essas inovações é provar que elas serão úteis para a participação do cidadão e, de forma mais específica, para a votação. (ESTEVE, 2006).

Qadah e Taha (2007) dividem os processos eleitorais em dois tipos principais: políticos (por exemplo, eleições legislativas e municipais) e não políticos (por exemplo, eleição de um órgão de administração de estudantes dentro de uma universidade, eleição de associações comerciais, etc.). Entre as variadas diferenças destes dois tipos de eleição podemos destacar o risco de coerção entre os eleitores, havendo um aumento significativo da coerção nas eleições políticas.

Nos próximos capítulos a discussão será voltada para as eleições não políticas, ou seja, com menor risco de coerção, inicialmente com foco nas características de um sistema de votação online seguro e posteriormente analisando o estado da arte, sob o ponto de vista da utilização, de três sistemas de votação online já empregados no âmbito universitário no país.



## 5.2 Características de um sistema de votação seguro para Instituição de Ensino Superior

O interesse dos eleitores no voto pela internet tem crescido e deve continuar aumentando principalmente devido à facilidade que um sistema de votação móvel pode oferecer a uma sociedade que cada vez mais preza pela conveniência e otimização do tempo. A possibilidade dos votantes escolherem suas preferências por meio de qualquer dispositivo conectado à rede, tornam estes tipos de sistemas bastante atrativos.

Mezzaroba e Rover (2009, p. 65) apontam que o desenvolvimento de qualquer tecnologia deveria ser compreendido como “uma forma de se organizar ou conquistar algo que represente melhorar as relações sociais, políticas e econômicas de todos, indistintamente”. Nesta perspectiva, a introdução cada vez mais das novas tecnologias para o fortalecimento da democracia representa um aperfeiçoamento da própria dinâmica política em sociedade.

A ideia de muitos pensadores é que um sistema de votação pela Internet implicaria um menor esforço financeiro, logístico e humano no processo eleitoral. Entretanto, a confiança no processo de votação é fundamental para a credibilidade do resultado da eleição. Com o intuito de reduzir fraudes eleitorais ao mesmo tempo em que se potencializa a mobilidade e a participação do votante, vários sistemas de votação online estão surgindo e sendo aperfeiçoados de acordo com cada realidade, inclusive para Instituições de Ensino Superior.

Um dos baluartes da defesa da democracia encontra-se nas instituições de ensino superior do Brasil. [...] Nelas encontram-se a escolha de dirigentes e de representantes de classe em órgãos colegiados, a prática da audiência pública para tomadas de decisões críticas, dentre outras circunstâncias que envolvem a participação da comunidade acadêmica nos processos de gestão e, portanto, do exercício do governo (DIAS, 2016, p. 18 e 19).

Dias (2016) acredita que mesmo em locais como uma Instituição de Ensino Superior, não dá para crer na completa isenção e ausência de interesses opostos ao regime democrático. Trata-se de parte da sociedade, e também pode apresentar as mesmas mazelas observadas na totalidade do conjunto. Não podemos esquecer que “a tecnologia por si só não apresenta as condições elementares para funcionar de forma autônoma e independente, sua funcionalidade sempre dependerá da vontade humana” (MEZZAROBA e ROVER, 2009, p. 65 e 66). Logo, qualquer

processo de consulta à comunidade, mesmo em tais redutos, torna-se algo complexo (DIAS, 2016).

Entretanto, pleitos mais complexos ainda ocorrem em instituições multicampi que ainda utilizam o processo eleitoral tradicional, com cédulas de papel depositadas em urnas lacradas, tanto para a escolha do reitor, como em outros pleitos de grande proporção. Eleições nestes tipos de instituição tornam-se mais tortuosos e custosos se comparados com instituições com único endereço devido à distribuição das urnas, o deslocamento de pessoas da comissão eleitoral para cada um dos campi, além do retorno das urnas e a apuração em si. (CHAVES E MELLO, 2014).

Dictson e Ray (2002) afirmam que em eleições que os administradores eleitorais são mais conservadores, poderiam usar a tecnologia que a internet oferece a fim de modernizar os locais de votação tradicionais. A votação poderia acontecer em locais fixos de votação, mas usando a Internet como meio de comunicação. Assim, quando os funcionários do centro eleitoral identificarem o eleitor positivamente, a cédula eletrônica correta poderia ser entregue pela Internet diretamente na central eleitoral. Um terminal de votação então mostraria a cédula do eleitor e o voto seria lançado. Os autores acreditam que com este método haveria mais segurança, além de ser mais conveniente para o eleitor, tornando o sistema muito mais eficiente.

Entretanto, não podemos pensar em Universidades com pensamentos conservadores. Instituições de Ensino Superior historicamente são os locais de construção do conhecimento, pesquisa e inovação. Logo, mais do que a rapidez na apuração dos resultados, muitos votantes hoje em dia acreditam que a melhor consequência que a revolução proporcionada pelo uso da Internet pode trazer aos pleitos trata-se do voto de mobilidade, ou seja, os eleitores poderem ter a possibilidade de realizar seu voto de onde estiverem, desde que tenham acesso à internet.

Uma outra proposta é usar *sites* onde os eleitores possam se conectar através de meios seguros, confirmar suas identidades e votar usando uma cédula eletrônica. Isto poderia ser feito acessando a rede a partir de casa, do escritório, da biblioteca, escola ou qualquer outro ponto onde a Internet seja acessível. A votação poderia também acontecer durante vários dias. Este método tem a vantagem de ser semelhante à maioria das outras transações feitas pela Internet. O eleitor poderia fazer o *log in*, fornecer uma

senha de identificação através de uma conexão segura e então votar. A transação ocorreria em tempo real (DICTSON e RAY, 2002, p. 82 e 83).

Contudo, nada disso adiantará se o sistema de votação não obtiver a confiança dos envolvidos no processo eleitoral. Para Cabral (2014, p. 31), sistemas de votação confiáveis garantem que todos tenham as mesmas condições de voto, evitando manipulação ou adulteração. Isto garantiria a participação da população, não a utilizando como “falso instrumento de liberdade política”. Assim, um sistema de votação deve permitir que todos os eleitores votem de maneira igualitária e confiável. Dias (2016) afirma que no desenvolvimento destes sistemas, devem ser utilizadas técnicas que minimizem a possibilidade de introdução de novos tipos de fraudes ou vulnerabilidades, e isso só ocorrerá com um constante processo de pesquisa e desenvolvimento.

Muitos autores descrevem as características básicas que deve ter um sistema de votação online ou eletrônica para vários tipos de eleições, inclusive com requisitos de segurança não tão altos, e baixo risco de coerção, tais como as eleições encontradas em um ambiente universitário. Dentre eles: Dias (2016); Cabral (2014); Wu e Sankaranarayana (2002); Qadah e Taha (2007); Adida (2008); Monteiro et al. (2001); Costa (2008); Santos, Lins e Madruga (2017); e Chaves e Mello (2014, 2015).

Com base no trabalho de Dias (2016), por se mostrar o mais completo e adaptado a realidade de uma Instituição de Ensino Superior, foi construído o quadro abaixo com os requisitos de segurança e usabilidade de um sistema de votação por ordem alfabética. Entretanto, a ideia de flexibilidade e conveniência descrita em Wu e Sankaranarayana (2002) e Cabral (2014) respectivamente, se mostrou a mais propícia para este trabalho, visto que Dias (2016) pensa em um sistema de votação eletrônica para uma eleição em zonas eleitorais fixas, assim como ocorre com o uso das urnas eletrônicas. Também foi acrescida a ideia de eficiência proposta por Cabral (2014) e a ideia de disponibilidade citada por Santos, Lins e Madruga (2015):

**Quadro 04:** Requisitos de Segurança e Usabilidade de um Sistema de Votação

<b>Requisitos</b>	<b>Características dos requisitos</b>
<b>Acessibilidade</b>	Qualquer eleitor deve ser capaz de votar, sem discriminação de qualquer capacidade e/ou restrição física, motora ou cognitiva.
<b>Auditabilidade</b>	Devem existir meios para auditar a eleição em caso de reclamações.

<b>Autenticação</b>	Os eleitores devem comprovar sua identidade para obter acesso ao sistema eleitoral
<b>Certificabilidade</b>	O processo eleitoral completo, incluindo hardware e software utilizado, deve ser certificável de acordo com critérios preestabelecidos.
<b>Completude</b>	Todos os votos válidos devem ser contados corretamente.
<b>Confiabilidade/ Robustez</b>	O sistema deve funcionar sem afetar os votos, mesmo na ocorrência de falhas de sistema. Um sistema também é robusto se tolera um comportamento faltoso de uma coalizão de participantes de tamanho razoável, sem afetar a eleição e permitindo a detecção dos eleitores maliciosos.
<b>Controle de acesso</b>	Somente autoridades eleitorais podem acessar certos processos e/ou dados dentro do sistema eleitoral.
<b>Conveniência</b>	O sistema deve ser simples, fácil e rápido de ser utilizado, tanto para os votantes quanto para os administradores.
<b>Democracia</b>	Quando observados os requisitos de elegibilidade e unicidade.
<b>Disponibilidade</b>	Um sistema de votação que esteja disponível durante todo o período de votação.
<b>Eficiência</b>	A apuração dos votos deve ser realizada dentro de um tempo aceitável, além de não exigir o cálculo manual das cédulas.
<b>Elegibilidade</b>	Somente eleitores aptos e registrados previamente podem participar do processo de votação.
<b>Equidade</b>	O eleitor não deve possuir nenhum conhecimento da distribuição de votos até que a apuração seja anunciada para que seu voto não seja influenciado.
<b>Flexibilidade</b>	Deve ser possível a criação de diferentes tipos de eleição com múltiplas escolhas ou perguntas que exijam que o votante escreva uma resposta. Além disso, é desejável que o votante possa utilizar diferentes dispositivos para enviar seu voto, tais como celulares, tablets, notebooks, desktops, palmtops, etc
<b>Integridade ou acurácia</b>	Um sistema é acurado se e somente se nenhum voto pode ser modificado, adulterado, duplicado, inserido ou removido sem detecção, após seu registro.
<b>Isenção de disputas</b>	Deve prover mecanismo para resolver todas as disputas em qualquer estágio, referentes à validade da eleição, usando informações que são publicamente disponíveis.
<b>Legalidade</b>	Observância de normas e preceitos legais.
<b>Livre arbítrio</b>	Eleitores devem ser capazes de votar com livre arbítrio e não sob coerção.
<b>Mobilidade</b>	Não devem existir restrições de locais em que o eleitor possa votar
<b>Privacidade, anonimato ou sigilo</b>	Impossibilidade de correlacionar o voto ao eleitor, identificando sua manifestação na cédula.
<b>Proteção contra ameaças externas</b>	Garantir que sistemas de votação sejam protegidos de vírus, malware ou hackers
<b>Rastreabilidade</b>	Todo eleitor deve receber uma prova de que seu voto foi contado corretamente, podendo ser uma trilha em papel que não seja mantida pelo eleitor.
<b>Segurança de transmissão de dados</b>	Garantir a confidencialidade dos votos, durante a transmissão dos dados.
<b>Sem comprovantes ou incoercibilidade</b>	Eleitores não podem provar a terceiros como votaram, visando à prevenção de venda de votos ou coerção.

<b>Simplicidade/ Transparência</b>	O processo de votação deve ser compreensível e fácil, de modo geral.
<b>Solidez</b>	Qualquer voto inválido deve ser excluído da apuração.
<b>Unicidade</b>	Somente um voto por eleitor é contado na apuração.
<b>Usabilidade</b>	A cédula deve indicar claramente as opções a serem feitas, como selecioná-las e fácil o bastante para ser usada por todos.
<b>Verificabilidade</b>	Deve ser possível verificar que todos os votos foram contados.
<b>Viabilidade custo/eficácia</b>	A estrutura eleitoral deve ter custo razoável em equipamentos e acesso para permitir participação universal, sem que seus custos para aquisição ou operacionais inviabilizem sua adoção em locais com poucos recursos.

**Fonte:** Dias (2016); Cabral (2014); Santos, Lins e Madruga (2015); e Wu e Sankaranarayana (2002)  
– Elaboração própria.

Para garantir os princípios da Unicidade e da Elegibilidade, também não pode ser esquecido o fato de algumas pessoas possuírem mais de uma matrícula no órgão, como por exemplo, casos de pessoas que são técnicos administrativos, mas também estão matriculado em algum curso (graduação ou pós graduação/ EaD ou presencial) da instituição. Diante desta possibilidade, Dias (2016) ressalta que o sistema de votação deve também permitir o gerenciamento do cadastro eleitoral, associando os votantes as suas respectivas zonas eleitorais. Assim, o sistema de armazenamento de dados também já deve estar preparado para separar onde serão depositadas as escolhas de cada votante por categoria.

Considerando que cada segmento deve possuir um sistema de numeração diferente, como matrícula SIAPE para servidores e número de registro acadêmico para estudantes, o mapeamento deve ser realizado por CPF (Cadastro de Pessoa Física). Se for detectada a duplicação do cadastro em zonas diferentes, o sistema deve alertar o operador, para que seja feita a alocação em uma única zona eleitoral, conforme regras estabelecidas no Regimento Eleitoral Geral. Por exemplo, um Técnico Administrativo em Educação pode estar matriculado em um curso da própria instituição, sendo comum a determinação de que vote apenas no segmento dos servidores técnico-administrativos, onde tem maior peso individual. Esta medida deve garantir a elegibilidade e unicidade do voto do eleitor (DIAS, 2016, p. 91 e 92).

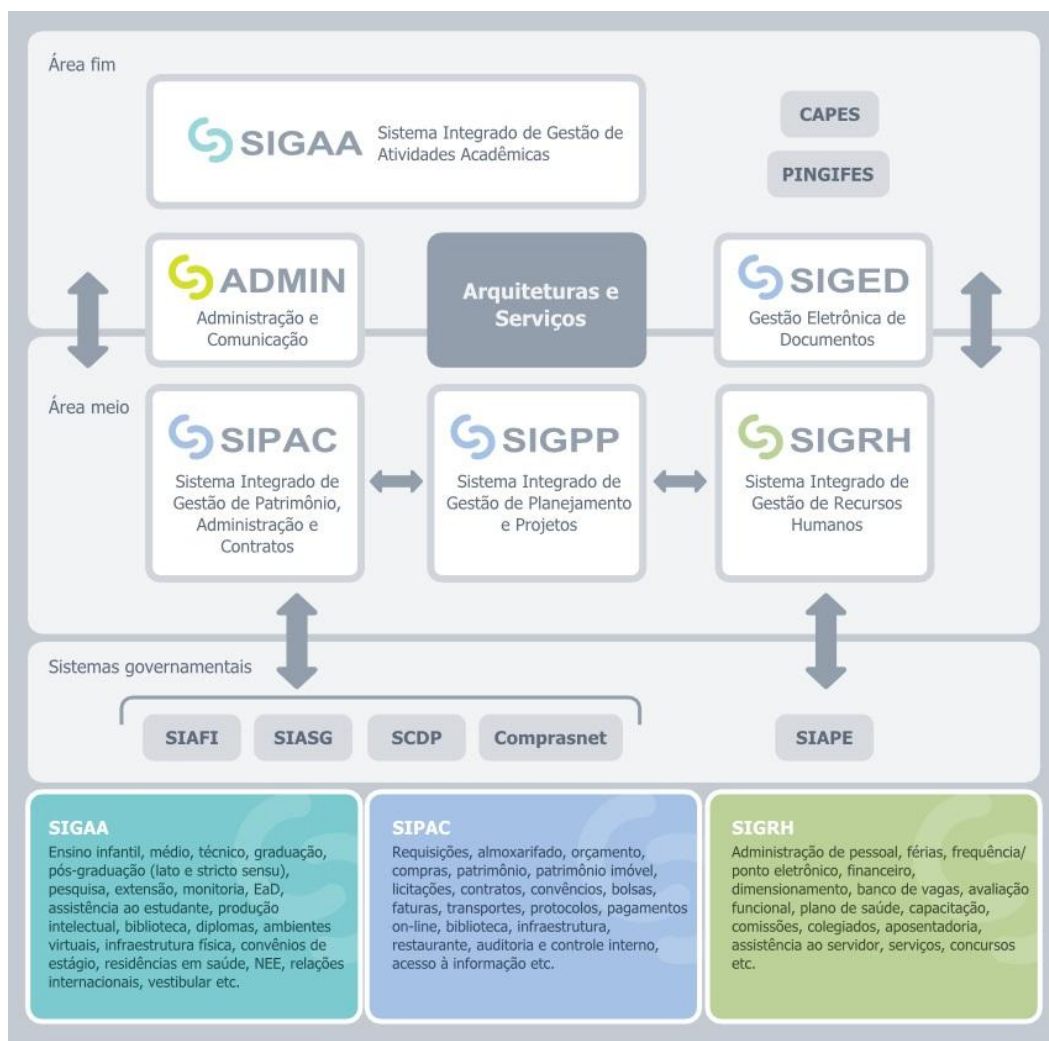
Dias (2016, p. 120) também acrescenta que o sucesso do processo eleitoral também depende da construção de “um Regimento Eleitoral Geral, aprovado pelo órgão colegiado máximo da instituição, que regulamente todas as atividades.” Neste regimento deve abarcar todos os procedimentos, os direitos e os deveres de cada um dos atores do processo, além de determinar as sanções em casos de abusos ou descumprimento do que foi regulamentado (DIAS, 2016).

Experiências de votação num sistema online ou eletrônico já estão cada vez mais comuns no âmbito universitário, tanto para a escolha dos dirigentes máximos da instituição, como nos pleitos de diretórios acadêmicos organizados por discentes. Veremos a seguir os exemplos de três sistemas diferentes já utilizados: SIGEleição, SAELE e Helios Voting System.

### 5.3 SIGEleição

O SIG-UFRN – Sistemas Institucionais Integrados de Gestão – é uma ferramenta de gestão de Universidades formada por conjunto de sistemas cuja função é administrar informações e procedimentos de diferentes áreas funcionais, como recursos humanos, patrimônio, administrativo e acadêmico, dentre outros, propiciando integração destas informações, de forma que as mesmas possam ser manipuladas e gerenciadas de maneira eficiente e segura. Neste conjunto de sistemas, encontra-se o Sistema Integrado de Gestão de Eleições – SIGEleição. Trata-se de um sistema de eleições online desenvolvido pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN.

**Figura 22** – Diagrama de inter-relacionamento de alguns sistemas que formam o SIG-UFRN.



Fonte: Site da SINFO/UFRN.

A UFRN já fez uso do SIGEleição em diversas eleições, entre estas a escolha de chefes de departamentos, do diretório central de estudantes, para consulta sindical de ajustes salariais, e inclusive para a eleição do dirigente máximo da Instituição, o Reitor (CHAVES E MELLO, 2014). Percebeu-se que a facilidade, redução de custos e a possibilidade de ampliação da participação da comunidade universitária, se tornaram os principais motivos para a utilização deste sistema on-line.

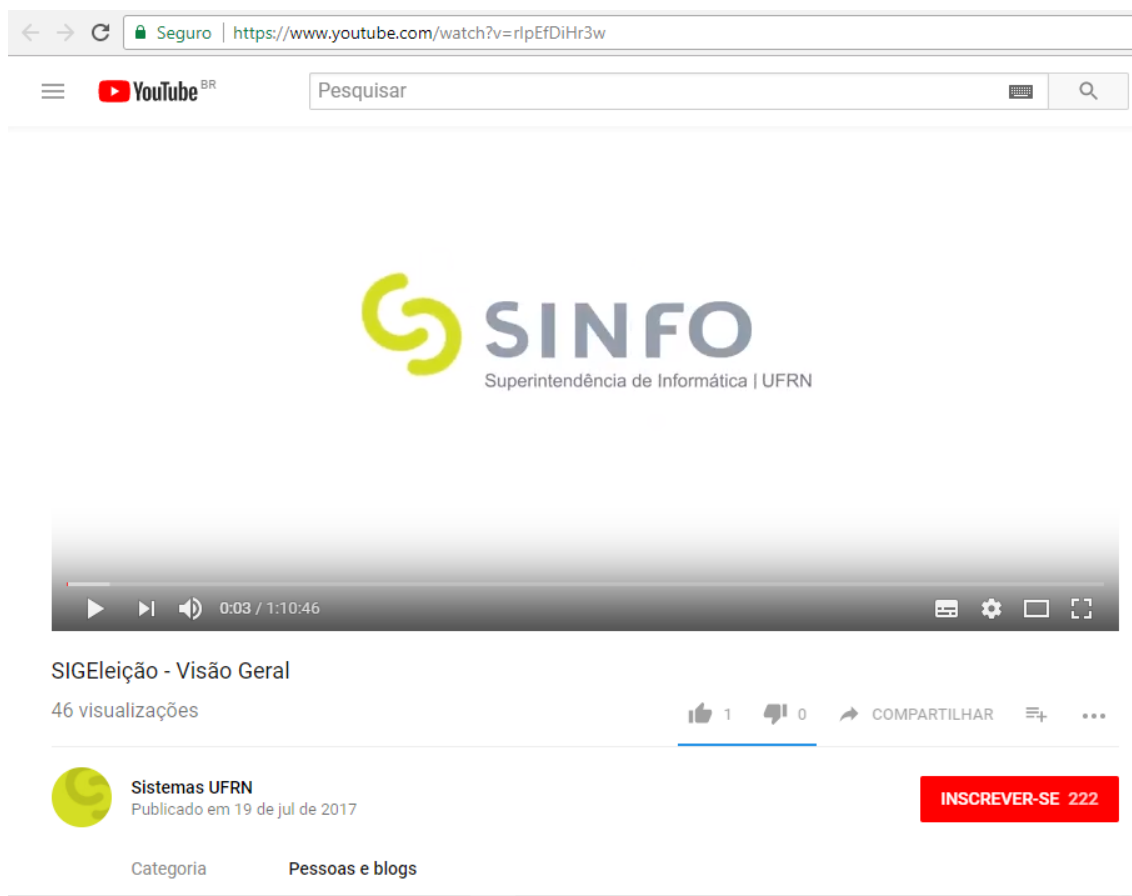
Nesse cenário de melhoria organizacional, efetividade e eficiência dos recursos públicos, surgiu a demanda de se desenvolver um sistema eleitoral em que se pudesse registrar votos de qualquer localidade, sem a necessidade de montar uma estrutura física grande e custosa. A votação *on-line* vem maximizar a conveniência e acesso dos eleitores, permitindo o pleito eleitoral em qualquer lugar onde se tenha acesso à Internet (SANTOS, LINS e MADRUGA, 2017, p. 1).

Desenvolvido pela equipe da Superintendência de Informática da UFRN (SINFO/UFRN) e com sete anos de implantação, o SIGEleição se firma como grande aliado nos processos de eleições dos centros e departamentos desta instituição. De acordo com o Blog do SINFO/UFRN (2017), foram mais de trezentas eleições realizadas entre 2011 e 2014. O redator do blog afirma que o SIGEleição trouxe comodidade aos usuários do sistema e agilidade nos processos eleitorais da UFRN, dando assim, uma ampla participação de servidores e discentes nos processos de eleições para direções de conselhos, departamentos e centros acadêmicos.

Em uma breve pesquisa num site de buscas verifica-se que o SIGEleição, mesmo com tão pouco tempo de sua criação, foi utilizado para a realização de pleitos não apenas na UFRN, como também em diversas Instituições de Ensino Superior pelo país: UFG, UFPA, UNIFESSPA, UFS, UFABC, UNIFEI, UFRR, UNILA, UFSP entre outras, mediante acordo de cooperação. Além de Instituições de Ensino, este sistema também já foi utilizado em processos eleitorais de órgãos como: Tribunal de Justiça do RN e no Sindicato dos Docentes Universitários do Rio Grande do Norte. Inclusive, há um vídeo com mais de uma hora de duração hospedado na página Youtube e produzido pela SINFO/UFRN, explicando o funcionamento deste sistema e como ele pode ser disponibilizado para utilização de outras instituições.



**Figura 23** – Vídeo hospedado no youtube que trata sobre o SIGEleição.



Fonte: youtube.com

Ao analisar o Edital n° 001/2017 que trata sobre a candidatura aos cargos de Diretor e Vice-Diretor do Instituto de Patologia Tropical e Saúde Pública da Universidade Federal de Goiás - UFG, alguns itens do edital fazem perceber porque este sistema está se disseminando rapidamente em várias Instituições de Ensino Superior no país:

**Art. 23º** - A votação poderá ser realizada de qualquer local e de qualquer computador, desde que este tenha acesso à internet, por meio do sistema on-line, denominado SIGEleição.

**Art. 24º** - Durante a votação, observar-se-ão os seguintes procedimentos:

**a)** O SIGEleição será inicializado às 08:00 horas do dia 05 de outubro de 2017 e estará aberto à votação on-line, que terminará às 15:00 horas do dia 06 de outubro de 2017, com o fechamento do sistema;

**b)** Para votar, o eleitor deverá acessar o sistema SIGEleição, disponibilizado via internet utilizando seu login e senha do Portal UFGnet;

**c)** Em seguida, o sistema exibirá uma tela com a relação das eleições existentes;

**d)** Após a seleção da eleição desejada, o sistema exibirá a lista com os nomes e números das chapas que estarão concorrendo à eleição selecionada.

**e)** Para proceder à votação, o eleitor deverá clicar em “Entrar na cabine”, o SIGEleição apresentará uma tela com a figura de uma urna eletrônica para votação, ao que o eleitor deverá digitar o número da chapa em que deseja votar ou optar pelo voto em branco;

**f)** Para votar nulo, basta digitar um número fictício;

**g)** Após apertar a tecla confirma, o sistema fará uma “Pergunta de Segurança Pessoal” para completar a votação. O usuário terá apenas duas chances de responder a pergunta de segurança. Errando as duas tentativas de resposta, o usuário será bloqueado para concluir a votação;

**h)** Após responder a Pergunta de Segurança corretamente, o sistema computará o voto com sucesso e emitirá o comprovante de votação com opção de impressão;

**i)** Caso o votante tentar votar mais de uma vez, uma mensagem será emitida informando que o votante já realizou sua votação;

**j)** Às 15:00 horas, do dia 06 de outubro de 2017, o sistema SIGEleição encerrará, automaticamente, o processo de votação, não permitindo mais nenhum acesso;

**k)** Encerrado o processo de votação, o Presidente e mais dois membros da Comissão Eleitoral terão acesso, usando sua própria senha e a “chave de segurança”, ao Relatório conclusivo dos votos apurados, inclusive brancos e nulos.

**l)** O encerramento do processo e impressão do Relatório poderá ser acompanhado pelos candidatos ou seus representantes, na Sala de Reuniões do IPTSP/UFG.

**§ único** - Todo o processo eleitoral será auditado, ou seja, haverá uma chave de segurança, em que ninguém, mesmo que tenha acesso ao Banco de Dados, conseguirá alterar ou remover um voto da eleição, além de garantir o sigilo do voto.

## **CAPÍTULO VI DA APURAÇÃO**

**Art. 25º** - A apuração dos votos e processamento dos resultados será pública e iniciada no dia 06 de outubro de 2017 após o encerramento da votação, a partir das 15:00 horas, na Sala de Reuniões do IPTSP/UFG.

**Art. 26º** - A apuração será realizada pela Comissão Eleitoral, que fará a totalização dos votos e a proclamação dos eleitos.

**Art. 27º** - Cada candidato poderá participar e indicar um fiscal para acompanhar junto à Comissão Eleitoral a apuração dos votos (UFG, 2017, p. 8-10).

A possibilidade de realização de processos eleitorais e/ou de consulta, por meio de sistema online de votação, evitando burocracias, atendendo às

necessidades da Universidade e utilizando-se de estratégias que asseguram segurança e auditoria das eleições, bem como o sigilo do voto e priorizando o interesse coletivo, além de se evitar o esforço e custo de se configurar diversas urnas eletrônicas ou o trabalho para contagem manual de grandes quantidades de votos em papel são grandes vantagens do SIGEleição. Após a confirmação do voto, automaticamente o sistema ainda emite um comprovante que pode ser impresso. Não é por acaso que em março de 2017 já haviam sido registrados mais 800 eleições, com 100.000 votos registrados, mais de 35.000 eleitores diferentes já acessaram o sistema e registraram os seus votos, em mais 1.200 chapas utilizando o SIGEleição no país. (SANTOS, LINS e MADRUGA, 2017).

Ao abrir as páginas do SIGEleição encontradas na rede, percebemos que a sua interface é mesma, modificando apenas a instituição a que este sistema está vinculado:

**Figura 24** – Página do SIGEleição da Universidade Federal da Integração da América Latina

Fonte: <https://sig.unila.edu.br/sigeleicao/>

**Figura 25** – Página do SIGEleição da Universidade Federal de Sergipe

Fonte: <https://www.sistemas.ufs.br/sigeleicao/>

Entretanto, ainda há resistência quanto à confiabilidade e lisura do processo proposto pelo SIGEleição, principalmente quanto ao controle do processo eleitoral e se a autonomia de todas as categorias dentro de uma universidade seguiria os princípios abrangidos pela democracia em um sistema online. Consta no site do Sindicato dos Trabalhadores das Instituições Federais de Ensino Superior no Estado do Pará - SINDIIFES um caso específico referente à eleição para representantes dos técnicos administrativos nos Conselhos Superiores da UFPA (CONSAD, CONSEPE e CONSUN), que iria ocorrer no dia 26 de maio de 2017, pelo SIGEleição, mas que foi anulada por problemas técnicos. De acordo com nota publicada, a falha neste processo acendeu uma reflexão sobre o que representa politicamente o fato de a eleição não ser controlada em todas as suas etapas pela Comissão Eleitoral dos servidores.

Logo, podemos ver que o uso de uma tecnologia inovadora traz benefícios incontestáveis de modo geral, contudo, um caso específico retomou a discussão quanto ao melhoramento técnico e maior controle das etapas do processo eleitoral realizado por este sistema. Não há como negar que essas transformações que estão ocorrendo no mundo, em ritmo bastante acelerado, trazem consigo novas formas de trabalho, novas maneiras de viver e de conviver e estão influenciando nas formas como as sociedades se organizam, o que vem exigindo respostas mais ágeis, flexíveis e mecanismos cada vez mais interativos e participativos. A utilização de sistemas, como o SIGEleição, para escolhas de forma online nas Universidades demonstra o fortalecimento de uma nova cultura política onde as relações sociais cibermediadas avançam cotidianamente sobre nossas vidas.

#### **5.4 Sistema Aberto de Eleições Eletrônicas - SAELE**

O Sistema Aberto de Eleições Eletrônicas – SAELE, foi desenvolvido pelo Centro de Processamento de Dados – CPD da Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS com o objetivo de disponibilizar este importante serviço à comunidade acadêmica. Criado em 2004, teve seu primeiro concurso realizado no mesmo ano para eleição do Conselho Diretor do próprio CPD. (MACHADO e CANTO, 2011; SISP, 2018). Segundo Canto e Machado (2012), criadores do SAELE, de seu surgimento até início de 2012 ocorreram mais de 200 eleições, 31 apenas em 2011, contendo mais de 600 pesquisas. Dos 600.000 eleitores registrados, 100.000 depositaram mais de 210.000 votos nas votações eletrônicas da SAELE.

Machado e Canto (2011) enumeram que dentre essas mais de 200 eleições já realizadas entre 2004 e 2011 estão: Reitor da UFRGS; Presidência do Hospital de Clínicas de Porto Alegre – HCPA; Direção do Diretório Central dos Estudantes – DCE/UFRGS; Direção do Sindicato Intermunicipal dos Professores de Instituições Federais de Ensino Superior do Rio Grande Do Sul – ADUFRGS; Direção do Sindicato dos Técnico-Administrativos da UFRGS, UFCSPA e IFRS - ASSUFRGS; entre outros, ou seja, instâncias que não utilizariam um sistema de votação eletrônico se não tivesse plena confiança na segurança e integridade proporcionada pelo SAELE.

Em outubro de 2011, a UFRGS e a Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação (SLTI) formalizaram a disponibilização do SAELE tornando-o um software livre acessível no portal do Software Público Brasileiro (CHAVES e MELLO, 2014; UFRGS, 2011), página criada pelo Governo Federal em 2007 com o objetivo de disponibilizar softwares visando atender às necessidades de modernização da administração pública e ao interesse público. Assim, qualquer pessoa com acesso à Internet e um pouco de conhecimento sobre programação pode realizar o seu download, instalá-lo e utilizá-lo em processos de participação popular ou mesmo na realização de processos eleitorais formais. No próprio portal do SPB está disponível o tutorial de instalação do SAELE.

**Figura 26** – Documento que formalizou a disponibilização do software SAELE no Portal do SPB.



Fonte: UFRGS

**Figura 27** – Página para realizar o download do SAELE

<https://softwarepublico.gov.br/social/saele>

BRASIL | Serviços | Simplifique! | Participe | Acesso à informação | Legislação | Canais

Ir para o conteúdo 1 | Ir para o menu 2 | Ir para a busca 3 | Ir para o rodapé 4 | ACESSIBILIDADE | ALTO CONTRASTE | MAPA DO SITE | CADASTRE-SE | ENTRAR

Portal do

# Software Público Brasileiro

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, DESENVOLVIMENTO E GESTÃO

Buscar no portal

Listas de discussão | Desenvolvimento | Social | Perguntas frequentes | Contato

VOCÊ ESTÁ AQUI: SAELE > SOBRE O SOFTWARE

Catálogo de Software  
Comunidades  
Ajuda

**SAELE**  
SISTEMA ABERTO DE ELEIÇÕES ELETRÔNICAS

**SAELE**  
Sistema aberto de eleições eletrônicas que visa agilizar e melhorar o processo eleitoral em universidades.

Avaliação: ★★★★★ (1) | [Avalie este software](#)

SOFTWARE PÚBLICO

Fonte: Software Público Brasileiro

Em 2012, Canto e Machado (2012, p. 1) diziam que um dos principais objetivos do sistema era ser executado “em qualquer máquina, permitindo imparcialidade e consistência no processo; ou seja, o eleitor deve ver a mesma interface apesar do seu ambiente de computador sem requerer maior habilidade técnica”. Inicialmente, o SAELE foi projetado para uma plataforma Linux e testado em uma distribuição Ubuntu. Atualmente este sistema também já funciona em outras plataformas como o Windows.

O SAELE foi concebido para gerenciar concursos, eleições e/ou enquetes, permitindo o gerenciamento destes processos desde a fase de cadastramento da eleição até a apuração de seu resultado em ambiente web, além de ter sido desenvolvido com filosofia de código aberto (SPB, 2011). A versatilidade desta ferramenta já possibilitou a sua utilização das mais variadas formas, visto que as eleições podem ser divididas em tipos de pesquisas distintas. No portal do SISP (2018) traz um exemplo de realização de enquete e algumas possibilidades permitidas por este sistema:

O Sistema de Eleições, na realidade, é um sistema de gerenciamento de Concursos Eleitorais. As eleições estão inseridas dentro de um concurso, podendo ter uma ou várias em um mesmo concurso. Temos como exemplo as eleições para representação de uma unidade: são eleições para diversas comissões dentro de um mesmo concurso. Também podemos, dentro do sistema de eleições realizar enquetes. Realizamos, até agora, apenas uma: a de escolher o melhor plano de saúde para os servidores cadastrados na UNIMED. Neste caso foi apenas uma questão, mas poderíamos ter várias vinculadas ao mesmo concurso. O sistema permite escolher a modalidade de urna do concurso. São três possibilidades: - urna eletrônica, onde a votação só é permitida em máquina específicas autorizadas; - por escopo, onde a votação só é permitida em sub-rede autorizada; - livre, sem restrições de máquina e localização geográfica. Alguns atributos são exclusivos da eleição, tais como: - número de votos possíveis (ex: na eleição para representação docente do CONSUN / UFRGS era possível escolher até 18 candidatos); - tipo de participação o candidato está concorrendo (titular, suplente) - tipo de acesso: gerente ou comissão eleitoral. O(s) gerente(s) pode(m) fazer edições na lista de eleitores, urnas, candidatos, etc; já a comissão eleitoral apenas pode acompanhar o percentual de votantes e emitir as atas de votações. (SISP, 2018).

Externo a UFRGS, há registros também de utilização do SAELE em Processos Eleitorais de representação docente, e discente de graduação e de pós-graduação no Conselho do Centro de Ciências Naturais e Humanas da Universidade Federal do ABC, em 2015. Outro pleito formal com a utilização deste sistema, mas que não ocorreu no âmbito universitário, foi a eleição do Sindicato dos Servidores do Ministério Público do Estado do Maranhão – SINDSEMP/MA. O Regimento Eleitoral

para eleição do SINDSEMP/MA 2016/2017 aborda em alguns artigos como funciona um pleito com a utilização deste sistema.

Art. 6º. – Os sindicalizados poderão votar de qualquer computador com acesso à Internet através de link a ser disponibilizado no sítio <http://www.sindsemp-ma.org.br>

#### DA REGULAMENTAÇÃO DO VOTO ELETRÔNICO

Art. 7º – Para o exercício do voto eletrônico, o sindicalizado deverá estar apto ao voto nos termos deste Regimento e ter seu nome constante na listagem oficial de votantes.

Art. 10 – A senha para acesso ao sistema eletrônico de votação é absolutamente pessoal e intransferível e, após seu cadastramento, de total responsabilidade de seu titular.

Art. 11 – No caso de absoluta impossibilidade técnica do servidor ou falta de informações sobre os votantes, tornando-se impossível a realização ou continuação do processo eletrônico, nova eleição será marcada para o segundo dia posterior ao da eleição fracassada, sendo regida pelas mesmas regras aqui definidas.

Art. 12 – A regulamentação suplementar, caso seja necessária, quanto ao procedimento no exercício do voto eletrônico, será feita em normas determinadas pela Comissão Eleitoral, com antecedência mínima de 02(dias) da eleição, dando ciência imediata aos participantes do pleito, através de sítio <http://www.sindsemp-ma.org.br> murais, meios de divulgação na internet e correio eletrônico de cada candidatura.

#### DA MESA ELEITORAL

Art. 13 - Haverá apenas uma Mesa Receptora (computador) na Sede do Sindicato, destinada aqueles que não tiverem como exercitar seu direito ao voto em outro local, ou que não estiverem de posse de sua senha de acesso ao sistema de votação.

#### DA VOTAÇÃO

Art. 14 – A votação será realizada no dia 25 de março de 2016, (sexta-feira), das 09h00min às 17h00min horas, por meio de processo eletrônico e link disponibilizado no sítio [sítio http://www.sindsemp-ma.org.br](http://www.sindsemp-ma.org.br) podendo ser realizada de qualquer computador com acesso à Internet.

§1º - No dia da votação o Presidente da Comissão Eleitoral fará a homologação da eleição e impressão das zerézimas da eleição.

Art. 16 - Visando resguardar a lisura do pleito, o sigilo do voto e a inviolabilidade do processo, serão adotadas as seguintes providências:

**I. O sistema a ser utilizado será o SAELE, sistema desenvolvido e mantido pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, disponibilizado para a sociedade em geral no sítio [www.softwarepublico.org.br](http://www.softwarepublico.org.br), ou outro similar.**

II. Para o exercício do voto será necessária a utilização de senha pessoal e intransferível, a qual permitirá um único acesso à cédula eletrônica de



votação, e que será armazenada criptografada na base de dados do sistema em questão;

III. A senha usada para entrar no sistema de votação será cadastrada pelo próprio eleitor em página previamente divulgada enviada para o e-mail institucional pessoal, até 1 dia antes da eleição.

IV. Aqueles que não possuem e-mail institucional, somente poderão exercer seu direito ao voto presencialmente na Mesa Eleitoral Física disponibilizada, e para isso, deverão cadastrar sua senha na hora da votação, apresentando ao Presidente da mesma documento com foto, expedido por Órgãos Oficiais, tal como RG ou Carteira de Habilitação, Crachá Funcional, etc.

IV. Aberto o link de votação, o eleitor deverá se identificar com sua matrícula e senha pessoal;

V. Após o exercício do voto, o eleitor receberá a confirmação do voto e terá seu nome inscrito na lista de votantes, para efeito de controle e fiscalização.

§ 1º - A senha para votação será de inteira responsabilidade do eleitor, bem como sua utilização para exercício do voto.

§ 2º - Será garantido por todos os meios necessários o sigilo do voto.

Art. 17 – Finalizado o horário da eleição, imediatamente o sistema não mais permitirá votações. Assim, aqueles que não tiverem votado até a hora determinada para o encerramento da eleição não mais poderão fazê-lo, mesmo que estejam presentes à Mesa Eleitoral Física. (SINDSEMP/MA, 2015, grifo nosso).

Ao desenvolver o SAELE, Canto e Machado (2012) trabalharam com a ideia que o sistema deve ser suficientemente genérico e acessível. Assim, os pleitos podem ser geridos pela Comissão eleitoral, com total autonomia. De acordo com seus criadores, o SAELE vem atendendo as exigências de portabilidade e segurança, o que se reflete na crescente quantidade de pedidos de uso. Canto e Machado (2012) tratam este sistema como um produto nunca acabado, uma vez que há atualizações constantes e novos recursos adicionados, entretanto é satisfatoriamente estável para dar apoio qualificado a crescente necessidade da comunidade acadêmica. Segue abaixo imagens de sua interface em 2011 que, segundo Machado e Canto (2011), teve seu design inspirado na Urna Eletrônica/TSE.

Figura 28 – Interface do Login para a urna de votação do SAELE.



Fonte: Machado e Canto (2011).

Figura 29 – Interface da urna de votação do SAELE.



Fonte: Machado e Canto (2011).

## 5.5 Helios Voting System

Diferente do SIGEleição e do SAELE, o Helios Voting System não foi produzido no Brasil. Desenvolvido por Ben Adida, em 2008, numa parceria entre a *Université catholique de Louvain* (UCL), em Louvain-la-Neuve na Bélgica, e a Universidade de Harvard, nos Estados Unidos, o Helios surge como mais uma opção de sistema de votação online já utilizada no âmbito universitário dentro do país. Na página oficial do Helios, o processo eleitoral realizado por este sistema é definido como: privado, verificável e comprovado; e qualquer pessoa com conta de usuário Google ou Facebook pode criar uma eleição.

Figura 30 – Página oficial do Helios traduzida

← → ↻ Seguro | [https://vote.heliosvoting.org/#\\_](https://vote.heliosvoting.org/#_)

Votação de Helios Sobre Código Docs Perguntas frequentes Privacidade Socorro!

# helios

Trust the vote.

Helios oferece **eleições online verificáveis**.

Acreditamos que a democracia é importante, seja seu clube de livros, associação de pais e professores, governo estudantil, sindicato de trabalhadores ou estado. Então, fizemos eleições verdadeiramente verificáveis tão fáceis como qualquer outra coisa na Web.

As eleições de Helios são:

- **privado** : ninguém sabe como voce votou.
- **verificável** : cada eleitor obtém um número de rastreamento.
- **comprovado** : Helios é de código aberto, avaliado por especialistas de primeira linha e em uso pelas principais organizações.

Mais de **100.000 votos** foram lançados usando Helios.

[criar eleição](#)

Administração  
nenhum ainda [veja tudo](#)

Votos recentes  
nenhum ainda [veja tudo](#)

efetuou o login como [Adriano Fraga Rodrigues Vital](#) [logout](#)

Fonte: <https://vote.heliosvoting.org/>

De acordo com Adida (2008), o Helios é o primeiro sistema de votação de auditoria aberta na web. Adida (2008, p. 335) acredita que este sistema é ideal para eleições de “comunidades de software on-line, clubes locais, governos estudantis e outros ambientes onde são necessárias eleições confiáveis e de votação secreta, mas a coerção não é uma preocupação séria”.

Cabral (2014) afirma que uma das principais características do Helios é que qualquer pessoa pode auditar um processo de votação, mesmo não sendo um eleitor cadastrado. Outra característica do Helios é que este sistema utiliza “uma rede de mistura para embaralhar as cédulas e não permitir associação entre o

votante e seu voto, sendo que cada cédula é recifrada várias vezes durante todo o processo” (CABRAL, 2014, p. 41) Este mecanismo garante o princípio da privacidade citado por Dias (2016).

Mais uma ferramenta do Helios é a possibilidade de serem criadas eleições fechadas ou abertas. Nas eleições fechadas os eleitores recebem suas credenciais de acesso (login e senha) por e-mail. Nas eleições abertas, qualquer pessoa que possua conta de usuário nos serviços Google ou Facebook estará apta a votar (CHAVES e MELLO, 2015).

Em março de 2009, a UCL elegeu seu presidente utilizando uma implantação personalizada do Helios, abrindo seu processo eleitoral a toda comunidade acadêmica por meio da Internet (ADIDA et al., 2009). No Brasil, o primeiro registro de utilização do Helios, num pleito formal, ocorreu em 2011 na eleição da Diretoria e Conselho da Sociedade Brasileira de Computação - SBC. (SBC, 2011). Em 2013, o Helios foi utilizado para a escolha dos dirigentes máximos da Defensoria Pública da União. Em parceria com a equipe do Laboratório Latitude da UnB, o sistema foi adaptado de acordo com as necessidades do órgão permitindo que os 521 defensores públicos do país precisassem de apenas 35 horas e um dispositivo conectado à internet para escolher os indicados à lista tríplice (UNB, 2013).

A confiança adquirida no sistema foi tanta, que em 2017 também ocorreu a Eleição para a Diretoria e o Conselho da SBC através do Helios. Assim como em 2011, os associados da SBC receberam uma mensagem com instruções de acesso ao sistema como o endereço eletrônico, usuário e senha (SBC, 2017); conforme citado no site da SBC.

Seguindo o link incluído no e-mail, a votação iniciará com uma tela que tem quatro opções: três informativas, e uma opção para efetivamente votar:

1. **Questions:** aqui você poderá obter informações sobre os candidatos - chapa para a Diretoria e nomes para o Conselho. Estas informações também serão mostradas na hora de votar.
2. **Voters & ballots:** aqui será possível rastrear seu voto depois de tê-lo depositado na urna.
3. **Trustees:** estará indicado o nome da presidente da Comissão Eleitoral, responsável por disparar o processo de apuração, com o uso de chave privada.
4. **Vote in this election:** a partir daqui, você será conduzido para assinalar suas escolhas (voto para Diretoria e depois votos para membros do Conselho). Apenas após confirmar seu voto, você será solicitado a fornecer seus dados de usuário e senha para então concluir o processo. (SBC, 2017).

**Figura 31** – Slide 3/12 criado pela SBC com instruções para votar no Helios em eleições de 2017.

**Iniciar a Votação**

**SBC Election 2017 - Tutorial**

public election created by [SBC Eleições](#) [archive it](#)

this election is featured on the front page. [\[unfeature it\]](#)

This election is for the purpose of electing the Executive Committee and the Advisory Board members of the Brazilian Computer Society (SBC) for the 2017-2019 biennial period.

[questions \(2\)](#) | [voters & ballots](#) | [trustees \(1\)](#)

**Next Step: compute encrypted tally**


The encrypted votes will be combined into an encrypted tally. Once this is done, trustees will be asked to provide their share of the decryption.

[Vote in this election](#)

This election ends at the administrator's discretion.  
You are not eligible to vote in this election.

[Audit Info](#)

**Clique aqui para acessar a votação**  
(para acessos realizados via [link direto](#))



Fonte: SBC (2017)

A experiência brasileira sobre a utilização do Helios em um pleito no âmbito universitário, ocorreu em 2014 no Instituto Federal de Santa Catarina – IFSC. Com o intuito de escolherem o sistema de votação online mais adequado para a escolha dos membros do Conselho Superior do IFSC, Chaves e Mello (2014) analisaram o SIGEleição, o SAELE e o Helios, para que atendessem os seguintes requisitos:

R.1 Só poderão votar os eleitores que forem considerados aptos pela comissão eleitoral;

R.2 Cada eleitor só terá direito a um único voto por segmento que este estiver apto a votar (docente, discente e técnico-administrativo);

R.3 A escolha do eleitor deve ser mantida em sigilo. Ninguém poderá saber em quem o eleitor votou, mesmo se este quiser revelar (p.e. apresentando um recibo de votação);

R.4 A solução e o resultado da eleição devem ser auditáveis. A integridade dos votos deve ser garantida, ninguém poderá alterar, incluir ou remover votos;

R.5 A solução deve ser economicamente viável, tanto para sua aquisição ou implantação, quanto para realização do pleito;

R.6 A solução deve ser de fácil uso por eleitores e pela comissão eleitoral;

R.7 Não permitir a realização de apurações parciais antes do término da eleição, visando assim garantir as mesmas chances para todos os candidatos e evitando a possibilidade de revelar escolhas de eleitores individuais. (CHAVES e MELLO, 2014, p. 637).

De acordo com os seus estudos, Chaves e Mello (2014) identificaram que o SAELE e o SIGEleição não forneciam garantias satisfatórias para atender os itens R.3 e R.7. Já o Helios só não atendia plenamente o item R. 6, “desta forma, optou-se pelo Helios como o sistema de votação *on-line* a ser usado na eleição para escolha dos membros do Conselho Superior no IFSC”. O índice de participação foi parecido com os registrados na eleição em cédula de papel de 2011. (CHAVES e MELLO, 2014, p. 639). Em resposta a este artigo, Santos, Lins e Madruga (2015) descrevem as soluções de segurança implementadas na versão 2.0 do SIGEleição, permitindo que ele atendesse os requisitos de segurança citados por Chaves e Mello (2014).

Chaves e Mello (2015) chegam a defender a adoção do Helios para que o mesmo pudesse ser ofertado como um serviço de TIC federado, apresentando os pontos que precisam ser considerados para a viabilidade deste processo. Entretanto, mediante a iminência de mais um processo eleitoral no IFSC, desta vez em 2015, a Coordenadoria de Tecnologia da Informação e Comunicação – CTIC/ Câmpus de Florianópolis emitiu um parecer técnico sobre a utilização do software Helios nesta eleição.

Apesar de Adida et al. (2009) tratar o pleito para preencher o cargo máximo de uma Universidade (Presidente, Reitor...) como uma eleição de baixa coerção e já ter testado este sistema na UCL e outras Universidades, neste parecer técnico do CTIC/IFSC há uma relação com 13 potenciais fragilidades caso ocorra este processo eleitoral com a utilização do Helios: (i) o software envia as senhas por e-mail para acesso ao mesmo, só que algumas pessoas têm acesso ao servidor de todos os e-mails do IFSC; (ii) possibilidade de coerção dos eleitores no momento do voto por se tratar de uma eleição em que os eleitores poderão votar em quaisquer locais; (iii) há pessoas que já não possuem mais vínculo com o IFSC e ainda possuem e-mail institucional; (iv) contas de e-mail são repetidamente invadidas por diversos motivos; (v) As listas que deverão conter a relação dos eleitores válidos serão geradas a partir de um arquivo editável, assim qualquer pessoa com potencial acesso a esse arquivo, poderá incluir, excluir ou editar dados dos eleitores; (vi) a comissão de cada câmpus ou o da reitoria terá acesso exclusivo ao resultado da eleição, sem a necessidade de publicar esse resultado imediatamente; (vii) existem várias pessoas com poucas habilidades em relação a informática; (viii) A comissão saberá quem votou e quem não votou abrindo brecha pra coerção; (ix) não há como

garantir que os dispositivos de quem votou estão infectados com alguma ameaça da rede; (x) É possível que uma pessoa vote duas vezes, caso ela possua acesso a mais de um e-mail institucional; (xi) Não existirá fiscalização das chapas no momento da votação, restringindo-se a atuação desta importante função. (xii) Não há como garantir que um bolsista que possua e-mail institucional não vote como eleitor servidor. (xiii) o próprio desenvolvedor do Helios desencoraja sua utilização para eleições com grande poder de coerção ou escolha de cargos públicos de grande representatividade, afirmando que o problema não é com o Helios, mas não acredita que os computadores pessoais das pessoas são seguros o suficiente para resistir a ataques significativos (IFSC, 2015).

Este foi um parecer específico para a eleição dos cargos máximos do IFSC, e é claro, cada caso tem que ser estudado dentro de suas possibilidades de organização e confiança nos envolvidos. Apesar do próprio Adida (2008; 2009) e vasta literatura afirmarem que o emprego do Helios é mais adequado para ambientes de baixa coerção (DIAS, 2016), neste sistema, e na própria organização do pleito, existem mecanismos que, de certo modo, evita ou reduz a coerção dos eleitores no momento do voto. O Helios permite votar quantas vezes o eleitor quiser, e só terá validade o seu último voto (SBC, 2017). Esta possibilidade faz o agente coercitivo ter menos esperança que sua influência dê certo, visto que também o eleitor poderá votar de qualquer lugar e de qualquer aparelho conectado à rede, podendo modificar seu voto. Também a criação de eleições com um prazo maior para votação (3 dias a uma semana), diferente das eleições tradicionais que geralmente só ocorrem votação durante um dia, pode inibir a ação destes agentes, visto que eles não estarão com os possíveis votantes constantemente durante todo este tempo.

Logo, este parecer emitido pela CTIC/IFSC não inibiu outras instituições de ensino a utilizarem este sistema. Em 2016, a USP realizou a primeira eleição online para a escolha de representantes das categorias docentes de professor titular, professor associado e professor doutor, e respectivos suplentes, junto ao Conselho Universitário. A eleição foi coordenada pela Secretaria Geral da Universidade e o processo de votação e totalização dos votos ficou sob responsabilidade da Superintendência de Tecnologia da Informação - STI. De acordo com o portal da USP, os envolvidos trataram a experiência como um sucesso (USP, 2016).

Com a necessidade de participação ampla e democrática dos cidadãos, numa época marcada pelas mudanças promovidas com os avanços no meio técnico-científico-informacional, três exemplos de sistemas de votação online que estão sendo utilizados no âmbito universitário no país demonstram uma evolução não somente tecnológica, mas também política e social das Universidades. Trata-se de uma tendência mundial em direção a uma ciberdemocracia.



## 5.6 Painel de Especialistas II: Técnicos de TI

O segundo painel foi composto por técnicos de TI que conhecem tanto linguagem de programação como a plataforma virtual e infraestrutura informacional da UFT. O motivo da formação deste painel foi averiguar a viabilidade de construção de um sistema de votação online próprio da UFT sob o ponto de vista dos profissionais das Tecnologias da Informação.

Outro detalhe é que este painel foi formado tanto por profissionais que possuem atualmente vínculo com instituição, como por um profissional que já teve vínculo recente, mas que já deixou à UFT para assumir a função de Analista de Tecnologia da Informação em outra Universidade Federal do país. Assim, os participantes desta pesquisa são membros do corpo técnico administrativo de diferentes Câmpus da UFT e uma outra Universidade Federal do país, e não serão identificados, mas vale ressaltar o motivo do convite enviado aos mesmos:

- Cinco participantes possuem graduação em Ciência da Computação ou na área de Sistemas de Informação e afins;
- Quatro participantes possuem uma pós-graduação lato ou stricto sensu na área de TI;
- Cinco participantes possuem mais de 6 anos de vínculo com a UFT.
- Cinco participantes são concursados da área de TI da UFT.
- Todos os participantes têm conhecimento e experiência na área de Sistemas de Computação.

Os seis participantes desta etapa da pesquisa também receberam um e-mail convite, esclarecimentos quanto à técnica Delphi, instruções de como preencher os questionários via correio eletrônico, além do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (Apêndices D, E e F). A construção destes e-mails foi norteada pelos trabalhos de Marques (2014) e Rozados (2004) e foram enviados aos participantes em abril de 2018.

Em maio de 2018 foi enviada a primeira rodada de questionários com 4 perguntas abertas, cada uma se referindo a um indicador. Além das perguntas abertas, havia 4 afirmações por indicador para serem analisadas com variação de 5

posições: ‘discordo totalmente’; ‘discordo parcialmente’; ‘nem concordo, nem discordo’; ‘concordo parcialmente’; e ‘concordo totalmente’. Segue abaixo os indicadores que foram analisados a partir dos dados coletados:

- 1 - Infraestrutura da UFT;
- 2 - Previsões para 2021;
- 3 - Utilização do Portal da UFT;
- 4 - Utilização de Sistemas Eleitorais já existentes.

Assim como no painel 1, após o recebimento das respostas de todos os participantes, como continuidade da pesquisa, em agosto de 2018 ocorreu a segunda rodada dos questionários. Foi solicitado que eles revissem suas posições e tornassem a responder as perguntas do mesmo questionário, mas com base também na leitura de todas as respostas dos outros colegas participantes, e os dados estatísticos produzidos, com o intuito de chegarem próximo de um consenso.

Sobre cada indicador a seguir veremos: i) as perguntas efetuadas; ii) as respostas abertas obtidas após a segunda rodada de questionários; iii) os dados quantitativos produzidos agrupados em ‘Consenso Positivo’ referindo-se ao somatório das respostas ‘concordo parcialmente’ e ‘concordo totalmente’; a coluna ‘Grau de Incerteza’ referindo-se a ‘nem concordo, nem discordo’; e a coluna: ‘Consenso Negativo’ referindo-se a somatória das respostas ‘discordo totalmente’ e ‘discordo parcialmente’. Os valores estatísticos obtidos na primeira rodada que foram modificados estão apresentados entre parênteses a título de comparação; iv) conclusões de cada indicador.

#### 5.6.1 Infraestrutura da UFT

Questionamento:

1. O aproveitamento da capacidade de seus servidores e a possibilidade de utilizar a estrutura tecnológica atual da UFT, sem necessidade de aporte de capital na aquisição de novos equipamentos, seria o ideal para a construção de sistema online de votação. De acordo com os seus conhecimentos, qual seria a infraestrutura

necessária para a construção e utilização deste sistema nos 7 Câmpus e Reitoria? A UFT possui esta infraestrutura?

Respostas:

1. *Um sistema de votação é algo muito simples... o grande problema não é criar o sistema... o problema é o sigilo da informação. Se "tá" no banco que eu tenho acesso vocês podem votar como quiseram, mas o resultado eu quem decido, (risos). Então o paradigma a ser solucionado é como gerar uma votação eletrônica sem perigo de alterações. Ai entra o "blockchain" por exemplo. E para isso não temos 'know how' ainda para isso.*
2. *Hoje a UFT já possui a infraestrutura necessária, não sendo necessária a aquisição de outros componentes.*
3. *A UFT dispõe de todos os recursos técnicos necessário, porém a comunidade não tem maturidade cultural para usar/aceitar um sistema deste segmento.*
4. *Hoje a UFT já possui uma infraestrutura suficiente para a implantação de um sistema como este. Para atender os 7 câmpus, o sistema terá que via web-navegador. Para o usuário/votante, o requisito seria apenas um acesso à internet e um navegador padrão (ou homologado), poderia ainda ser permitido o acesso apenas por meio da rede interna da UFT. Do outro lado da conexão seria necessário um servidor (computador) dedicado, centralizando em Palmas, na DTI, rodando um sistema com linguagem WEB e com SSL, com os parâmetros necessários daria conta do recado. Na verdade, ele (sistema de votação) funcionaria como mais um serviço a ser oferecido como tantos os outros.*
5. *Por se tratar de um sistema de questionário online seria necessário apenas a configuração do mesmo no servidor web já existente*
6. *Sim, hoje a UFT por intermédio da STI dispõe de um datacenter com um bom sistema de banco de dados, além de uma grande infraestrutura de serviços web, a infraestrutura necessária seria um servidor com banco de dados e os recursos necessários para rodar a aplicação como um servidor de web http.*

Dados quantitativos produzidos:

**Tabela 10** – Dados quantitativos gerados por meio do painel de especialistas II para o indicador: Infraestrutura da UFT.

<b>Infraestrutura da UFT</b>	<b>Consenso Positivo</b>	<b>Grau de Incerteza</b>	<b>Consenso Negativo</b>
<b>1. A UFT possui infraestrutura física e tecnológica para a construção de um sistema de votação online.</b>	100%	-	-

Infraestrutura da UFT	Consenso Positivo	Grau de Incerteza	Consenso Negativo
2. A UFT possui recurso intelectual humano para a construção de um sistema de votação online.	83,3% (66,7%)	- (16,7%)	16,7%
3. É preferível a UFT utilizar um sistema de votação online, do que as urnas eletrônicas cedidas pelo TRE.	66,7% (83,3%)	33,3% ( - )	- (16,7%)
4. A gestão da UFT nunca demonstrou interesse em investir no desenvolvimento de um sistema de votação online.	100% (50%)	- (50%)	-

Fonte: Elaboração própria com base na pesquisa Delphi

## Conclusões

Quase todos os especialistas acreditam a UFT possui infraestrutura física, tecnológica e humana suficiente para a construção de um sistema de votação online. Entretanto, para uma maior segurança foi levantada a ideia de desenvolvimento de um “*blockchain*”.

O “*Blockchain*” é uma espécie de livro razão digital, um recurso para se registrar transações de forma que se garanta a sua integridade. Esta tecnologia é a base da moeda digital Bitcoin. Chicarino et al. (2017), ao analisar o uso de “*Blockchain*” em Computação Segura entre Múltiplos Participantes, dá o seguinte exemplo:

Considere o seguinte problema: dois milionários interessados em saber qual deles possui a maior fortuna sem revelar a sua própria para o outro ou para terceiros. Este é o famoso problema dos milionários proposto por Yao [Yao, 1982], que foi resolvido com um protocolo para computação segura entre dois participantes. O MPC é a generalização desta solução para múltiplos participantes, é definido como o problema de N participantes para calcular uma função com suas entradas de forma segura, onde a segurança significa garantir o resultado correto e a privacidade das entradas, mesmo com a presença de alguns participantes maliciosos. Ao final, cada participante obterá apenas o resultado da função e não conhecerá as entradas dos demais participantes. Seu uso abre caminho para diversas aplicações como, votação na internet, mineração e compartilhamento de dados dentre outras. (CHICARINO et al. 2017, p. 39)

Por conhecerem a realidade da UFT, a maioria também acredita é preferível a UFT utilizar um sistema de votação online, do que as urnas eletrônicas cedidas pelo TRE; e seu longos períodos vinculados à instituição permitem afirmar que a gestão da UFT nunca demonstrou interesse em investir no desenvolvimento de um sistema de votação online.

## 5.6.2 Previsões para 2021

Questionamento:

2. Com base no trabalho de Dias (2016), por se mostrar o mais completo e adaptado a realidade de uma Instituição de Ensino Superior, foi construída a tabela abaixo com os requisitos de segurança e usabilidade de um sistema de votação por ordem alfabética. Entretanto, a ideia de flexibilidade e conveniência descrita em Wu e Sankaranarayana (2002) e Cabral (2014) respectivamente, se mostrou a mais propícia para este trabalho, visto que Dias (2016) pensa em um sistema de votação eletrônica para uma eleição em zonas eleitorais fixas, assim como ocorre com o uso das urnas eletrônicas. Também foi acrescida a ideia de eficiência proposta por Cabral (2014) e a ideia de disponibilidade citada por Santos, Lins e Madruga (2015):

**Quadro 04:** Requisitos de Segurança e Usabilidade de um Sistema de Votação

<b>Requisitos</b>	<b>Características dos requisitos</b>
<b>Acessibilidade</b>	Qualquer eleitor deve ser capaz de votar, sem discriminação de qualquer capacidade e/ou restrição física, motora ou cognitiva.
<b>Auditabilidade</b>	Devem existir meios para auditar a eleição em caso de reclamações.
<b>Autenticação</b>	Os eleitores devem comprovar sua identidade para obter acesso ao sistema eleitoral
<b>Certificabilidade</b>	O processo eleitoral completo, incluindo hardware e software utilizado, deve ser certificável de acordo com critérios preestabelecidos.
<b>Compleitude</b>	Todos os votos válidos devem ser contados corretamente.
<b>Confiabilidade/ Robustez</b>	O sistema deve funcionar sem afetar os votos, mesmo na ocorrência de falhas de sistema. Um sistema também é robusto se tolera um comportamento faltoso de uma coalizão de participantes de tamanho razoável, sem afetar a eleição e permitindo a detecção dos eleitores maliciosos.
<b>Controle de acesso</b>	Somente autoridades eleitorais podem acessar certos processos e/ou dados dentro do sistema eleitoral.
<b>Conveniência</b>	O sistema deve ser simples, fácil e rápido de ser utilizado, tanto para os votantes quanto para os administradores.
<b>Democracia</b>	Quando observados os requisitos de elegibilidade e unicidade.
<b>Disponibilidade</b>	Um sistema de votação que esteja disponível durante todo o período de votação.
<b>Eficiência</b>	A apuração dos votos deve ser realizada dentro de um tempo aceitável, além de não exigir o cálculo manual das cédulas.
<b>Elegibilidade</b>	Somente eleitores aptos e registrados previamente podem participar do processo de votação.
<b>Equidade</b>	O eleitor não deve possuir nenhum conhecimento da distribuição de votos até que a apuração seja anunciada para que seu voto não seja influenciado.

<b>Flexibilidade</b>	Deve ser possível a criação de diferentes tipos de eleição com múltiplas escolhas ou perguntas que exijam que o votante escreva uma resposta. Além disto, é desejável que o votante possa utilizar diferentes dispositivos para enviar seu voto, tais como celulares, tablets, notebooks, desktops, palmtops, etc
<b>Integridade ou acurácia</b>	Um sistema é acurado se e somente se nenhum voto pode ser modificado, adulterado, duplicado, inserido ou removido sem detecção, após seu registro.
<b>Isenção de disputas</b>	Deve prover mecanismo para resolver todas as disputas em qualquer estágio, referentes à validade da eleição, usando informações que são publicamente disponíveis.
<b>Legalidade</b>	Observância de normas e preceitos legais.
<b>Livre arbítrio</b>	Eleitores devem ser capazes de votar com livre arbítrio e não sob coerção.
<b>Mobilidade</b>	Não devem existir restrições de locais em que o eleitor possa votar
<b>Privacidade, anonimato ou sigilo</b>	Impossibilidade de correlacionar o voto ao eleitor, identificando sua manifestação na cédula.
<b>Proteção contra ameaças externas</b>	Garantir que sistemas de votação sejam protegidos de vírus, malware ou hackers
<b>Rastreabilidade</b>	Todo eleitor deve receber uma prova de que seu voto foi contado corretamente, podendo ser uma trilha em papel que não seja mantida pelo eleitor.
<b>Segurança de transmissão de dados</b>	Garantir a confidencialidade dos votos, durante a transmissão dos dados.
<b>Sem comprovantes ou incoercibilidade</b>	Eleitores não podem provar a terceiros como votaram, visando à prevenção de venda de votos ou coerção.
<b>Simplicidade/ Transparência</b>	O processo de votação deve ser compreensível e fácil, de modo geral.
<b>Solidez</b>	Qualquer voto inválido deve ser excluído da apuração.
<b>Unicidade</b>	Somente um voto por eleitor é contado na apuração.
<b>Usabilidade</b>	A cédula deve indicar claramente as opções a serem feitas, como selecioná-las e fácil o bastante para ser usada por todos.
<b>Verificabilidade</b>	Deve ser possível verificar que todos os votos foram contados.
<b>Viabilidade custo/eficácia</b>	A estrutura eleitoral deve ter custo razoável em equipamentos e acesso para permitir participação universal, sem que seus custos para aquisição ou operacionais inviabilizem sua adoção em locais com poucos recursos.

**Fonte:** Dias (2016); Cabral (2014); Santos, Lins e Madruga (2015); e Wu e Sankaranarayana (2002) – Elaboração própria.

A UFRGS e a UFRN construíram o SAELE e o SIGEleição (sistemas de votação eleitoral) respectivamente. Diante dos requisitos expostos na tabela e de seu conhecimento da infraestrutura da UFT, fazendo uma previsão já para a próxima consulta eleitoral para Reitor (2021) e outros pleitos institucionais e acadêmicos

(Diretórios Acadêmicos, Centros Acadêmicos, Coordenações de Curso, membros do Conselho Diretor) você crê na possibilidade da UFT construir seu próprio sistema de votação já para 2021? Justifique sua resposta.

Respostas:

1. *O que citei na questão 1 está além de tudo isso... o sistema em si tem todas essas características sem problema... mas quando o dado chegar ao servidor. Quem garante de ele vai permanecer intacto? Se a confiança é devido ao fato de ter uma única pessoa com a senha mestre isso ainda é falta de segurança. Ou se cria uma replicação automática dos dados para bases terceirizadas com permissão só de escrita e validação via md5 por exemplo da transação de forma que a transação em si não possa ser alterada ...*
2. *Sim é viável a construção do sistema já para o próximo pleito, a UFT detém de uma equipe de TI altamente capacitada, bem como infraestrutura física suficiente.*
3. *Sim é viável a construção do sistema já para o próximo pleito, a UFT detém de uma equipe de TI altamente capacitada, bem como infraestrutura física suficiente*
4. *Sim. A UFT possui um excelente corpo de TI dedicados ao desenvolvimento; como ele funcionaria como mais um serviço, a base (Framework) de desenvolvimento já está pronta.*
5. *Se computacionalmente possível? Sim. Não é um sistema que de manda uma necessidade computacional extra por parte da universidade. Resta saber se a equipe de desenvolvimento tem disponibilidade pra pegar a tarefa.*
6. *Não é possível ainda, a UFT possui os recursos de hardware e software para rodar a aplicação se ela estiver construída e pronta para ser instalada, mas não há recurso humano para o desenvolvimento/codificação de uma aplicação de alta complexidade que garanta os requisitos de segurança deste nível. Porém se o software de votação já existe e não precisa ser feito nada impede que ele seja hospedado em um servidor no datacenter da STI.*

Dados quantitativos produzidos:

**Tabela 11** – Dados quantitativos gerados por meio do painel de especialistas II para o indicador: Previsões para 2021.

Previsões para 2021	Consenso Positivo	Grau de Incerteza	Consenso Negativo
1. Em 2021 a UFT terá seu próprio sistema de votação online.	16,7%	33,3% (66,7%)	50% (16,7%)

Previsões para 2021	Consenso Positivo	Grau de Incerteza	Consenso Negativo
2. Em 2021 a UFT utilizará as urnas eletrônicas cedidas pelo TRE.	50% (16,7%)	50% (83,3%)	-
3. Em 2021 a UFT utilizará as urnas de lona e cédulas de papel.	-	50%	50%
4. Até 2021 a UFT testará vários sistemas de votação online existentes já utilizados no âmbito universitário e escolherá um deles.	- (16,7%)	66,7% (33,3%)	33,3% (50%)

Fonte: Elaboração própria com base na pesquisa Delphi

## Conclusões

Apesar da maior dos especialistas afirmarem ser possível a UFT construir seu próprio sistema de votação, eles não acreditam que isso irá acontecer. O desenvolvimento de um sistema como este, para uma eleição deste porte, requer uma demanda de disponibilidade de tempo, servidores e vontade da gestão. A maioria dos especialistas crê quem em 2021 a UFT continuará utilizando as urnas eletrônicas cedidas pelo TRE.

### 5.6.3 Utilização do Portal da UFT

#### Questionamento:

3. No portal da UFT existem acessos exclusivos para Docentes (Portal do professor) e Discentes (Portal do Aluno), e também tem a intranet que todos os técnicos administrativos possuem acesso. Em sua opinião, poderia ser configurado um sistema eleitoral, com os requisitos do Quadro 04, operado dentro da plataforma virtual da UFT (inclusive com princípios da Unicidade e da Elegibilidade, pelo fato de algumas pessoas possuírem mais de uma matrícula no órgão, como por exemplo, casos de pessoas que são técnicos administrativos, mas também estão matriculado em algum curso [graduação ou pós graduação/ EaD ou presencial] da instituição)? Justifique sua resposta.

#### Respostas:



1. *É possível sim, a inclusão deste serviço de votação dentro de cada plataforma virtual, a UFT tem em sua base dados a distinção de cada matrícula, uma parametrização neste sentido para o sistema de votação é relativamente simples.*
2. *É possível sim, a inclusão deste serviço de votação dentro de cada plataforma virtual, a UFT tem em sua base dados a distinção de cada matrícula, uma parametrização neste sentido para o sistema de votação é relativamente simples.*
3. *O CPF é único... mesmo uma pessoa tendo os 3 papéis.. é simples de fixar 1 voto por CPF.*
4. *Sim, é algum extremamente simples de se resolver, com uma simples parametrização do sistema.*
5. *Sim. A matrícula define apenas os tipos de vínculos, mas os eleitores podem ser individualizados pelo CPF; uma vez definido por qual vínculo ele votará, uma regra de negócio parametrizada no sistema o impedirá de votar em outras matrículas.*
6. *Na UFT já existe o Sistema de Login Unificado onde cada membro da UFT seja aluno, técnico ou docente possui uma identificação única nos sistemas internos todos os serviços WEB utilizam essa base de informações. Um sistema de eleitoral poderia utilizar essa base do Sistema de Login Unificado mas não poderia estar dentro dos portais já existentes por motivos técnicos e de segurança.*

Dados quantitativos produzidos:

**Tabela 12** – Dados quantitativos gerados por meio do painel de especialistas II para o indicador: Utilização do Portal da UFT.

<b>Utilização da portal da UFT</b>	<b>Consenso Positivo</b>	<b>Grau de Incerteza</b>	<b>Consenso Negativo</b>
<b>1. A UFT criará um sistema de votação online a partir de seu próprio portal para eleições de grande porte, inclusive a de Reitor, nos próximos quatro anos.</b>	- (16,7%)	33,3% (50%)	66,7% (33,3%)
<b>2. A UFT criará um sistema de votação online a partir de seu próprio portal somente para eleições de pequeno porte como Diretórios e Centros Acadêmicos, nos próximos quatro anos.</b>	16,7% (33,3%)	16,7% (33,3%)	66,7% (33,3%)
<b>3. A Plataforma virtual da UFT não é adequada para a construção de um sistema online de votação.</b>	16,7% ( - )	16,7% ( - )	66,7% (100%)
<b>4. A Plataforma virtual da UFT é adequada para a construção de um sistema online de votação, entretanto a gestão nunca demonstrou interesse no assunto.</b>	50% (66,7%)	33,3%	16,7% ( - )

Fonte: Elaboração própria com base na pesquisa Delphi

## Conclusões

De acordo com a maioria dos especialistas, a plataforma virtual da UFT é adequada para a construção de um sistema online de votação. Caso ocorresse o desenvolvimento deste sistema no portal da UFT, o fato de algumas pessoas possuírem mais de uma matrícula na instituição não resultaria na duplicação de votos visto que poderia ser resolvido este detalhe por meio de parametrização do sistema, ou seja, adequar o software para a real necessidade do usuário a fim de que a solução seja a mais completa possível. A utilização do CPF é uma das alternativas.

Apesar do desenvolvimento de um sistema de votação próprio ser possível, a gestão nunca demonstrou interesse no assunto.

### 5.6.4 Utilização de sistemas eleitorais já existentes

#### Questionamento:

Experiências de votação num sistema online ou eletrônico já estão cada vez mais comuns no âmbito universitário, tanto para a escolha dos dirigentes máximos da instituição como nos pleitos de diretórios acadêmicos organizados por discentes. Os sistemas mais conhecidos já utilizados para eleição do cargo de Reitor são: SIGEleição, SAELE e Helios Voting System.

O SIG-UFRN – Sistemas Institucionais Integrados de Gestão – é uma ferramenta de gestão de Universidades formado por conjunto de sistemas cuja função é administrar informações e procedimentos de diferentes áreas funcionais, como recursos humanos, patrimônio, administrativo e acadêmico, dentre outros, propiciando integração destas informações, de forma que as mesmas possam ser manipuladas e gerenciadas de maneira eficiente e segura. Neste conjunto de sistemas, encontra-se o Sistema Integrado de Gestão de Eleições – SIGEleição. Criado em 2011, trata-se de um sistema de eleições online desenvolvido pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN. Em uma breve pesquisa num site de buscas verifica-se que o SIGEleição, mesmo com tão pouco tempo de sua criação, foi utilizado para a realização de pleitos não apenas na UFRN, como também em diversas Instituições de Ensino Superior pelo país: UFG, UFPA,

UNIFESSPA, UFS, UFABC, UNIFEI, UFRR, UNILA, UFSB entre outras, mediante acordo de cooperação. Inclusive, há um vídeo com mais de uma hora de duração hospedado na página Youtube e produzido pela SINFO/UFRN, explicando o funcionamento deste sistema e como ele pode ser disponibilizado para utilização de outras instituições.

O Sistema Aberto de Eleições Eletrônicas – SAELE, foi desenvolvido pelo Centro de Processamento de Dados – CPD da Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS. Em outubro de 2011, a UFRGS e a Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação (SLTI) formalizaram a disponibilização do SAELE tornando-o um software livre acessível no portal do Software Público Brasileiro. No próprio portal do SPB está disponível o tutorial de instalação do SAELE. Externo a UFRGS, há registros também de utilização do SAELE em Processos Eleitorais de representação docente, e discente de graduação e de pós-graduação no Conselho do Centro de Ciências Naturais e Humanas da Universidade Federal do ABC, em 2015. Outro pleito formal com a utilização deste sistema, mas que não ocorreu no âmbito universitário, foi a eleição do Sindicato dos Servidores do Ministério Público do Estado do Maranhão – SINDSEMP/MA.

Diferente do SIGEleição e do SAELE, o Helios Voting System não foi produzido no Brasil. Desenvolvido por Ben Adida, em 2008, numa parceria entre a *Université catholique de Louvain* (UCL), em Louvain-la-Neuve na Bélgica, e a Universidade de Harvard, nos Estados Unidos. Na página oficial do Helios, o processo eleitoral realizado por este sistema é definido como: privado, verificável e comprovado; e qualquer pessoa com conta de usuário Google ou Facebook pode criar uma eleição. No Brasil, o primeiro registro de utilização do Helios, num pleito formal, ocorreu em 2011 na eleição da Diretoria e Conselho da Sociedade Brasileira de Computação - SBC. (SBC, 2011). Em 2013, o Helios foi utilizado para a escolha dos dirigentes máximos da Defensoria Pública da União. Em parceria com a equipe do Laboratório Latitude da UnB, o sistema foi adaptado de acordo com as necessidades do órgão permitindo que os 521 defensores públicos do país precisassem de apenas 35 horas e um dispositivo conectado à internet para escolher os indicados à lista tríplice (UNB, 2013). A confiança adquirida no sistema foi tanta, que em 2017 também ocorreu a Eleição para a Diretoria e o Conselho da SBC através do Helios.

Diante destas informações, e o conhecimento que você possui sobre sistemas de votação online, programação e a realidade da UFT, você recomendaria a UFT utilizar num pleito de tamanha importância, como a escolha do cargo máximo da instituição: o SIGEleição, o SAELE, o Helios, ou um sistema desenvolvido pela própria UFT? Justifique sua resposta.

Respostas:

1. *Sim, se o sistema cumprir todas os requisitos de segurança e usabilidade.*
2. *Sim, se o sistema cumprir todas os requisitos de segurança e usabilidade.*
3. *Sim, é possível a utilização do SAELE por exemplo. Nada impede que se se utilize um software de outra instituição, ainda mais de um disponibilizado com as normas do software livre. Talvez para a UFT, inclusive este cenário seja o mais interessante devido à alta demanda por novos sistemas e a pequena equipe de desenvolvimento que a mesma possui. Hoje, em média a UFT conta com aproximadamente 30 projetos de desenvolvimento ou em andamento ou em fila de espera.*
4. *Toda instituição tem suas particularidades, a UFT não é diferente, dificilmente um sistema de terceiro se enquadre dentro da realidade atual da UFT, porém um sistema eleitoral é extremamente simples para ser desenvolvido e que atenda a UFT em 100% de seus processos eleitorais.*
5. *Essa é difícil de responder camarada, pois não conheço suficiente os sistemas citados, contudo, duas coisas temos que levar em consideração: sistemas nunca estão prontos, mas sim sempre em evolução, e que a possibilidade de integração é o que dá sobrevivência aos sistemas em geral. Deste modo, se alguns destes sistemas forem de código aberto e/ou possibilitarem integração com a plataforma já existente na UFT, certamente seria uma boa aproveitar a arquitetura já testada e apenas adaptar à nossa realidade. Mas, como respondido antes, acredito que a UFT tem condições de desenvolver uma ferramenta própria haja vista que já tem um base pronta para desenvolvimento de serviços.*
6. *Toda instituição tem suas particularidades, a UFT não é diferente, dificilmente um sistema de terceiro se enquadre dentro da realidade atual da UFT, porém um sistema eleitoral é extremamente simples para ser desenvolvido e que atenda a UFT em 100% de seus processos eleitorais*

Dados quantitativos produzidos:

**Tabela 13** – Dados quantitativos gerados por meio do painel de especialistas II para o indicador: Utilização de Sistemas Eleitorais já existentes.

<b>Utilização de Sistemas Eleitorais já existentes</b>	<b>Consenso Positivo</b>	<b>Grau de Incerteza</b>	<b>Consenso Negativo</b>
<b>1. Seria adequado a UFT utilizar o SIGEleição.</b>	- (16,7%)	83,3% (50%)	16,7% (33,3%)
<b>2. Seria adequado a UFT utilizar o Helios.</b>	- (16,7%)	83,3% (50%)	16,7% (33,3%)
<b>3. Seria adequado a UFT utilizar o SAELE</b>	16,7% (33,3%)	66,7% (50%)	16,7%
<b>4. Seria adequado a UFT utilizar um sistema criado por ela mesmo.</b>	66,7% (50%)	16,7% (33,3%)	16,7%

Fonte: Elaboração própria com base na pesquisa Delphi

## Conclusões

Apesar da exposição de três diferentes sistemas de votação online já utilizados no âmbito universitário no país, a maioria dos especialistas defendem a UFT desenvolver seu próprio sistema, moldando-o de acordo com as particularidades da instituição.

Entretanto, um respondente afirmou que o cenário não é favorável diante da pequena equipe de desenvolvimento e grande demanda de projetos na fila de espera.

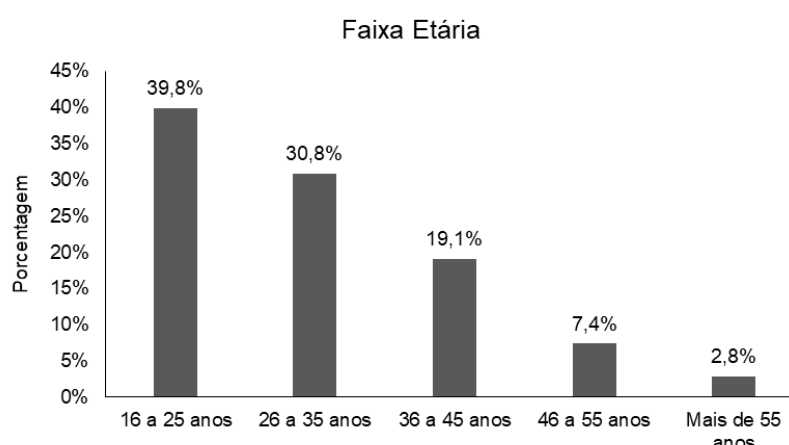
## 6 IMPLANTAÇÃO DE UM SISTEMA DE VOTAÇÃO ONLINE NA UFT: PONTO DE VISTA DA COMUNIDADE UNIVERSITÁRIA

Este capítulo foi construído com os dados fornecidos pelo questionário com a finalidade de atender o objetivo específico: Identificar se a comunidade universitária participaria e confiaria no resultado de uma eleição realizada pela internet. Participaram desta pesquisa 1.177 pessoas vinculadas à instituição no período de 13 a 23 de agosto de 2018.

### 6.1 Perfil

Inicialmente se faz necessário traçar o perfil dos participantes da pesquisa para se ter uma visão mais ampla ao relacioná-los com outros indicadores posteriormente. O primeiro indicador do perfil analisado é a faixa etária dos respondentes. Os dados obtidos mostram que a maior parte da comunidade universitária da UFT é constituída de jovens entre 16 e 25 anos, e quanto maior a faixa etária, menor o número de membros.

**Gráfico 22** – Faixa etária dos respondentes.

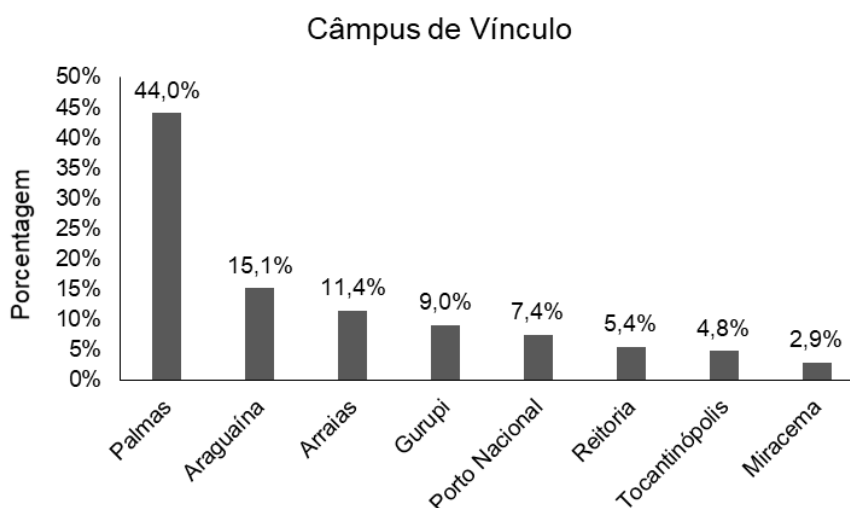


**Fonte:** Elaboração própria com base na pesquisa com questionário padronizado fechado

Outro dado solicitado no questionário para traçar o perfil dos participantes desta pesquisa, trata-se do Câmpus de vínculo do respondente. O gráfico 23 mostra que quase metade (49,4%) dos membros da comunidade universitária que contribuíram com esta pesquisa estão vinculados com a UFT na capital do estado (Câmpus de Palmas ou Reitoria). Mais um dado que chama a atenção é a maior

participação da Reitoria diante dos Câmpus de Tocantinópolis e Miracema, visto que trata-se da sede do poder administrativo da instituição e não possui alunos vinculados. A não utilização do e-mail institucional pode ter contribuído com estes números.

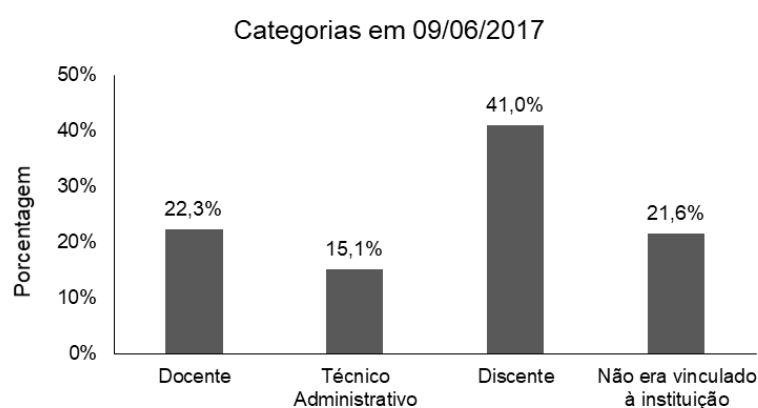
**Gráfico 23** – Câmpus de vínculo dos respondentes.



**Fonte:** Elaboração própria com base na pesquisa com questionário padronizado fechado

Por fim, o último indicador questionado com o intuito de traçar o perfil dos respondentes trata-se da categoria que eles pertenciam na última pesquisa eleitoral para Reitoria da UFT, ocorrida em 09/06/2017. A opção: “Não era vinculado à instituição” serviu também como base para identificar o que pensam sobre este assunto os recém chegados membros da comunidade universitária, na sua grande maioria, discentes:

**Gráfico 24** – Categoria que o respondente pertencia em 09/06/2017.

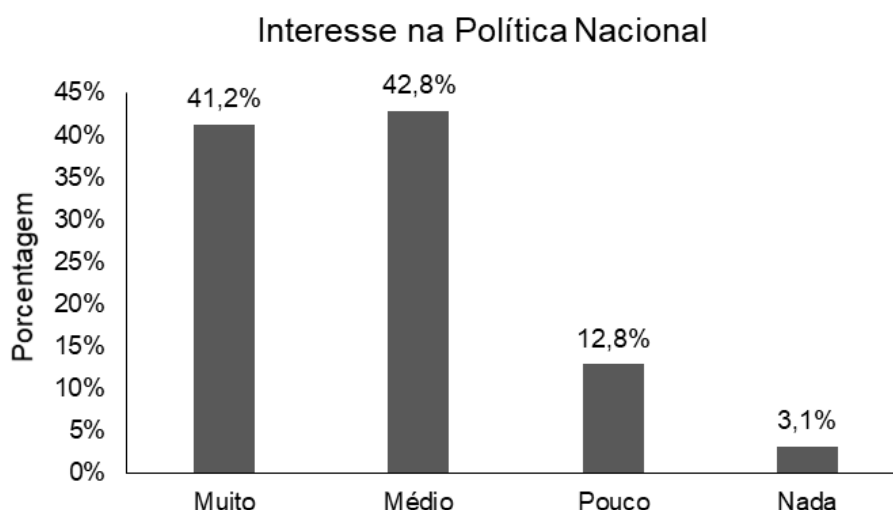


**Fonte:** Elaboração própria com base na pesquisa com questionário padronizado fechado

## 6.2 Interesse

A segunda dimensão tratada neste trabalho visou observar o interesse pela Política Nacional e a Política praticada na UFT. Tal análise se fez necessária para investigar se estes indicadores influenciaram na baixa participação do último pleito.

**Gráfico 25** – Dados gerais sobre Interesse na Política Nacional

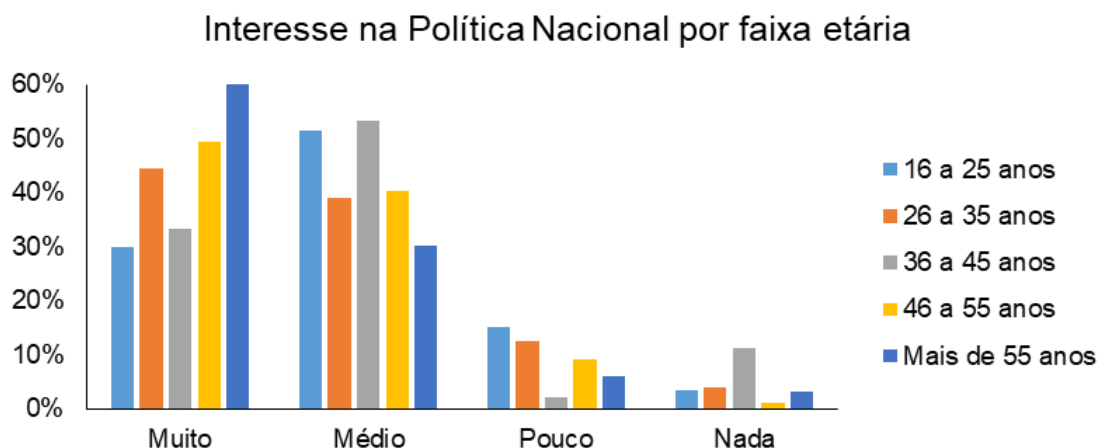


**Fonte:** Elaboração própria com base na pesquisa com questionário padronizado fechado

O gráfico acima mostra que mais de 95% da comunidade universitária demonstra algum tipo de interesse em Política no país, sendo que mais de 40% admite ter muito interesse neste assunto.

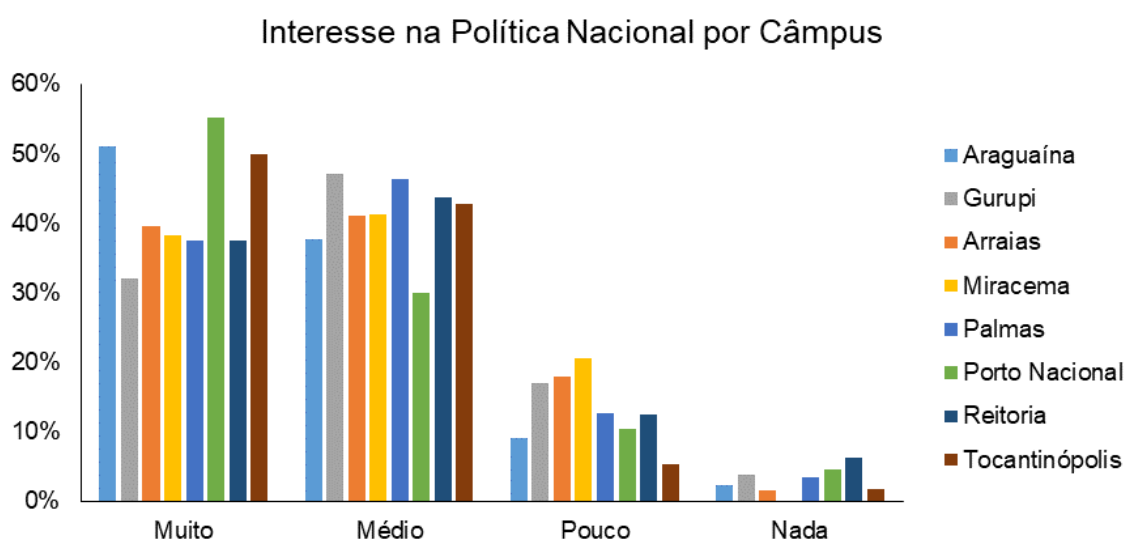
Ao investigarmos este interesse por faixa etária, percebemos que os dois grupos de idade mais elevadas são que os detêm a maior porcentagem quando se trata de muito interesse em política nacional. Em contrapartida, são os mais jovens que não demonstram muito interesse neste assunto. A faixa etária entre 36 e 45 anos foi a que mais demonstrou nenhum tipo de interesse em política no país. Observe no gráfico 26:



**Gráfico 26** – Dados por faixa etária sobre Interesse na Política Nacional

**Fonte:** Elaboração própria com base na pesquisa com questionário padronizado fechado

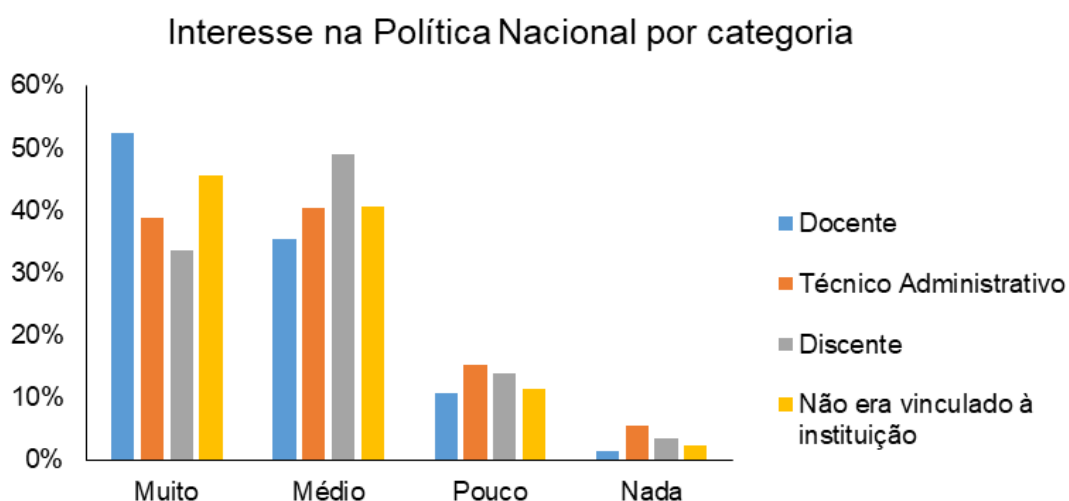
Na análise por Câmpus, Porto Nacional, Araraguáina e Tocantinópolis foram as unidades da instituição que demonstraram a maior porcentagem quando se trata de muito interesse em política nacional. Em contrapartida, Gurupi, o único Câmpus da UFT que não possui qualquer curso de graduação presencial na área de Ciências Humanas, foi onde seus respondentes não demonstraram muito interesse neste assunto. A Reitoria foi onde mais demonstrou nenhum tipo de interesse em política no país.

**Gráfico 27** – Dados por Câmpus sobre Interesse na Política Nacional

**Fonte:** Elaboração própria com base na pesquisa com questionário padronizado fechado

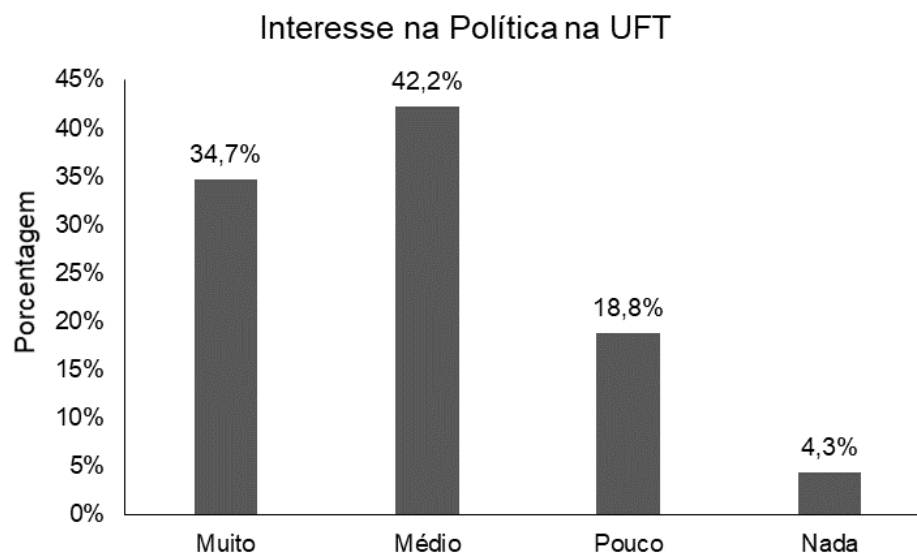
Na análise por categoria, os docentes demonstraram a maior porcentagem quando se trata de muito interesse em política nacional. Os discentes que participaram do último pleito foram os que menos demonstraram ter muito interesse neste assunto. Em contrapartida, muitas pessoas recém-vinculadas à UFT, ou seja, que não participaram do último pleito, a maioria também discentes (visto que poucos concursos e com número reduzidos de vagas ocorreu entre a data do último pleito e a aplicação destes questionários), manifestaram a segunda maior porcentagem quando se trata de muito interesse em política nacional. O aumento de pessoas na Universidade com esta intensidade de interesse, pode contribuir para um aumento do debate das questões políticas na instituição. Já os técnicos administrativos foram os que mais demonstraram nenhum tipo de interesse em política no país. Observe no gráfico abaixo:

**Gráfico 28** – Dados por categoria sobre Interesse na Política Nacional



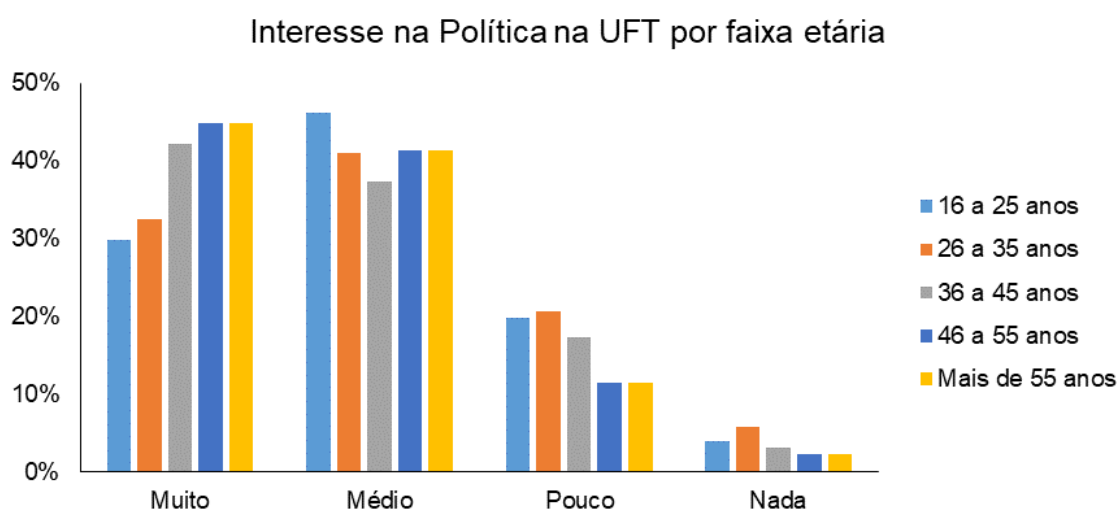
**Fonte:** Elaboração própria com base na pesquisa com questionário padronizado fechado

Com relação à Política na UFT, os dados gerais demonstram que os membros da comunidade universitária possuem menor interesse neste assunto ao compararmos com o interesse pela Política Nacional. Enquanto a soma das opções “pouco” e “nada” em Política Nacional totalizou 15,9%, esta mesma soma no indicador Política na UFT resultou em um total de 23,1%.

**Gráfico 29** – Dados gerais sobre Interesse na Política na UFT.

**Fonte:** Elaboração própria com base na pesquisa com questionário padronizado fechado

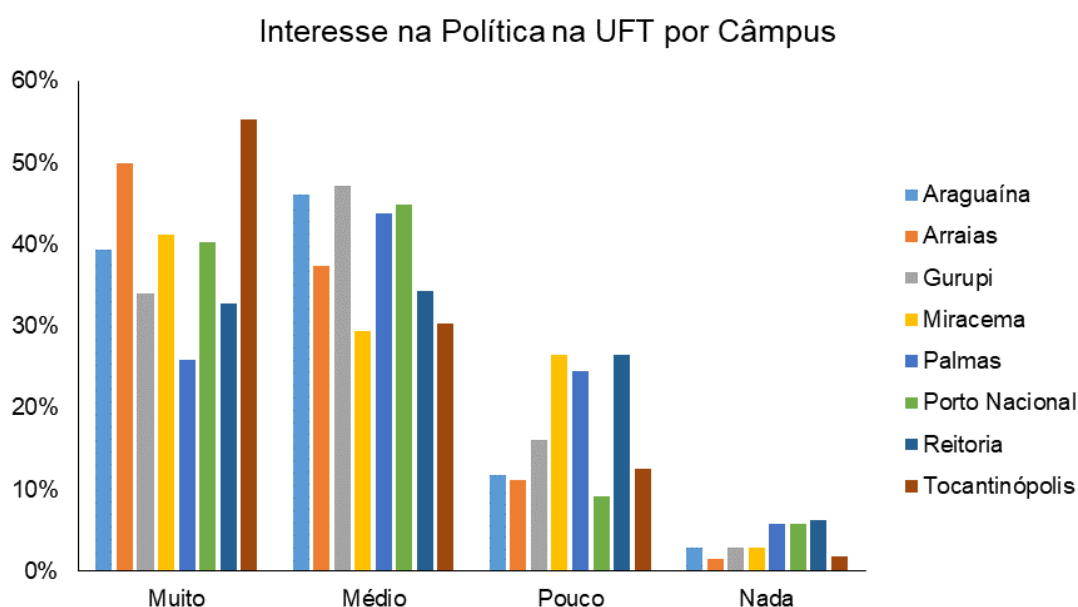
Ao investigarmos este interesse por faixa etária, percebemos que quanto maior a faixa etária, maior a porcentagem quando se trata de muito interesse em política na UFT. Em contrapartida, são as duas faixas etárias mais jovens que mais demonstraram nenhum tipo de interesse em política na instituição. Observe no gráfico abaixo:

**Gráfico 30** – Dados por faixa etária sobre Interesse na Política na UFT.

**Fonte:** Elaboração própria com base na pesquisa com questionário padronizado fechado

Na análise por Câmpus, Tocantinópolis e Arraias foram as unidades da instituição que demonstraram a maior porcentagem quando se trata de muito interesse em política na UFT. Em contrapartida, os Câmpus de Palmas e Reitoria foram onde seus respondentes não demonstraram muito interesse neste assunto. A Reitoria, Câmpus de Palmas e de Porto Nacional foram onde mais verificou-se nenhum tipo de interesse em política na instituição.

**Gráfico 31** – Dados por Câmpus sobre Interesse na Política na UFT.



**Fonte:** Elaboração própria com base na pesquisa com questionário padronizado fechado

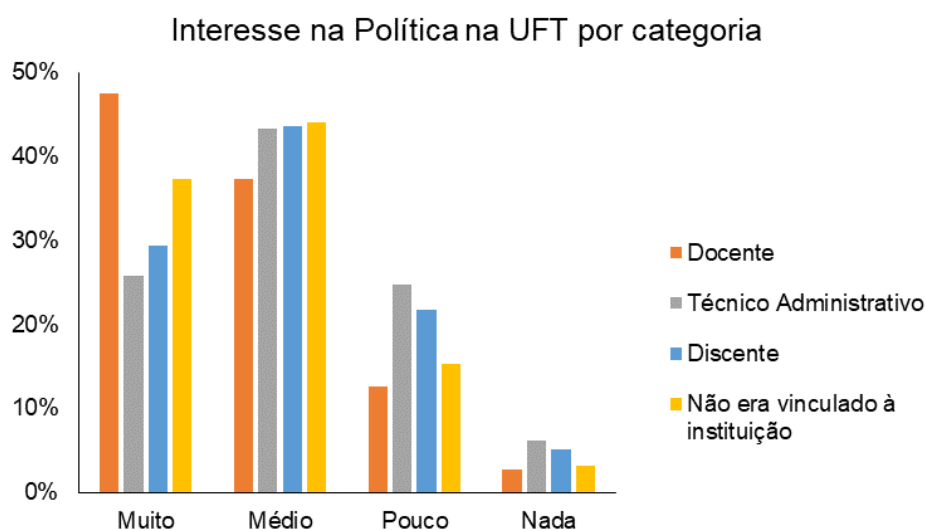
Logo, não foi por acaso que nas duas últimas consultas eleitorais para Reitor ocorridas em 2016 e 2017, os Câmpus de Porto Nacional e Palmas (membros da Reitoria votam no Câmpus de Palmas) tiveram o menor percentual de participação.

Na análise por categoria, os docentes também demonstraram a maior porcentagem quando se trata de muito interesse em política na UFT. Os técnicos administrativos foram os que menos demonstraram ter muito interesse neste assunto. Mais uma vez muitas pessoas recém-vinculadas à UFT, manifestaram a segunda maior porcentagem quando se trata de muito interesse em política na instituição.

O aumento de pessoas na Universidade com esta intensidade de interesse, pode contribuir não só com o crescimento da participação das pessoas em futuros

pleitos, mas também com o aumento do debate da importância sobre as questões políticas da instituição. Observe no gráfico abaixo:

**Gráfico 32** – Dados por categoria sobre Interesse na Política na UFT.



**Fonte:** Elaboração própria com base na pesquisa com questionário padronizado fechado

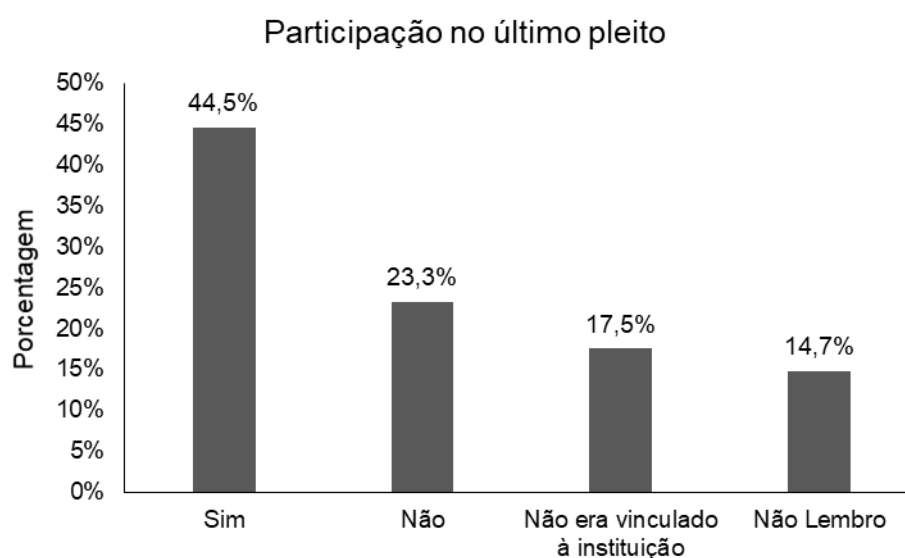
Um dado que chama a atenção pela contradição refere-se aos técnicos administrativos. Apesar de ser a categoria de maior porcentagem de participação em todos os pleitos para Reitor da UFT desde 2008, foi a que mais assinalou nada e pouco interesse em política na instituição.

Os dois indicadores, Interesse na Política Nacional e Interesse na Política na UFT, demonstraram que possuem uma importância digna de atenção para mais de 75% dos respondentes em ambos, a partir do momento em que foram assinaladas as opções “muito” e “médio”. Então este fator não pode ser considerado como um dos principais fatores para baixa adesão ao pleito de 2017. No próximo capítulo veremos os principais motivos para baixa participação citados por aqueles que não participaram deste processo eleitoral.

### 6.3 Participação

Como citado na introdução deste trabalho, no último pleito realizado no dia 09 de junho de 2017, houve a participação de apenas 19,24% da comunidade universitária. Dos 841 técnicos administrativos da UFT, apenas 567 compareceram às urnas, representando um universo de 67,42% da categoria. Do quadro docente, entre 1050 professores efetivos, a porcentagem de votos contabilizados foi ainda menor, comparecendo às urnas 606 votantes, ou seja, 57,71%. E quanto a participação do corpo discente nesse processo eleitoral, dos 18.642 discentes de graduação e pós-graduação matriculados na UFT aptos a votar, apenas 2.778 compareceram às urnas, representando um universo de 14,9% dos estudantes. Entre os participantes desta pesquisa houve a seguinte porcentagem quanto a participação neste supracitado pleito:

**Gráfico 33** – Participação dos respondentes no último pleito.



**Fonte:** Elaboração própria com base na pesquisa com questionário padronizado fechado

Apesar desta pesquisa ter sido realizada apenas a cerca de 1 ano e 2 meses atrás, destaca-se o fato de 173 respondentes não lembrarem se participaram ou não deste pleito. Ao focarmos nos 274 respondentes que confirmaram não terem votado para Reitor no dia 09/06/2017, são apresentados abaixo os principais motivos:

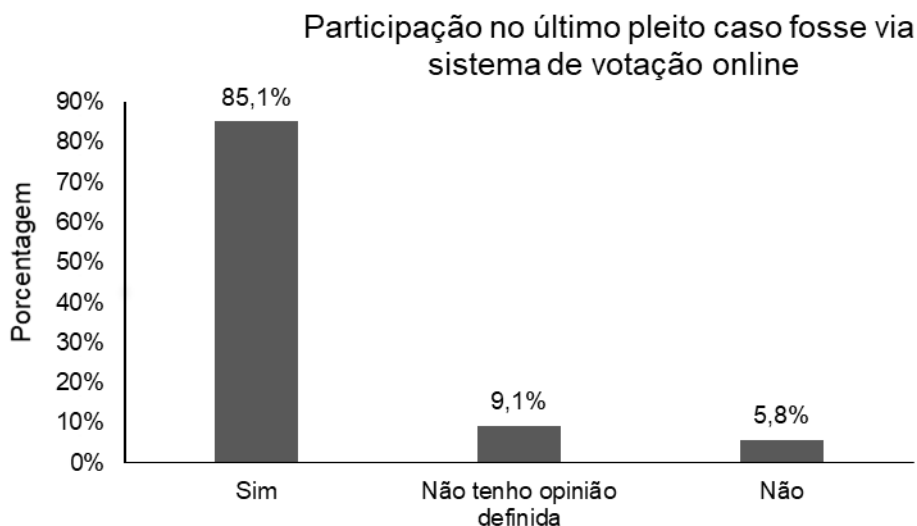
**Gráfico 34** – Motivos da não participação no último pleito.

**Fonte:** Elaboração própria com base na pesquisa com questionário padronizado fechado

O fato do pleito ter sido realizado numa sexta-feira contribuiu com o alto número de pessoas que não estava na UFT no dia pleito. Professores que suspenderam a aula neste dia para que os alunos pudessem participar desta consulta, contribuíram com estes números, afinal, dificilmente um discente que possui gastos com locomoção de sua residência para a UFT, sairia de casa apenas para votar em uma urna eletrônica, depois de ainda ter que pegar uma fila.

O pouco tempo de período de campanha resultou numa baixa mobilização com os membros da comunidade universitária. A própria mobilização já foi fragilizada pelo rompimento de duas entidades representativas (SEDSUFT e DCE) da comissão que organizou a consulta eleitoral de 2017. Isso contribuiu para que muitas pessoas, mesmo que vinculadas à instituição, não soubessem da existência deste pleito. Chama a atenção também a porcentagem de pessoas que estavam na UFT, mas não quiseram pegar uma fila pra votar.

Após responderem se votaram ou não no último pleito, e em caso da resposta ter sido negativa, informarem o motivo, foi questionado ao respondente se ele participaria se a consulta tivesse sido online, ou seja, acessada de qualquer lugar por meio de um dispositivo conectado à rede.

**Gráfico 35** – Participação no último pleito caso fosse por meio de sistema de votação online

**Fonte:** Elaboração própria com base na pesquisa com questionário padronizado fechado

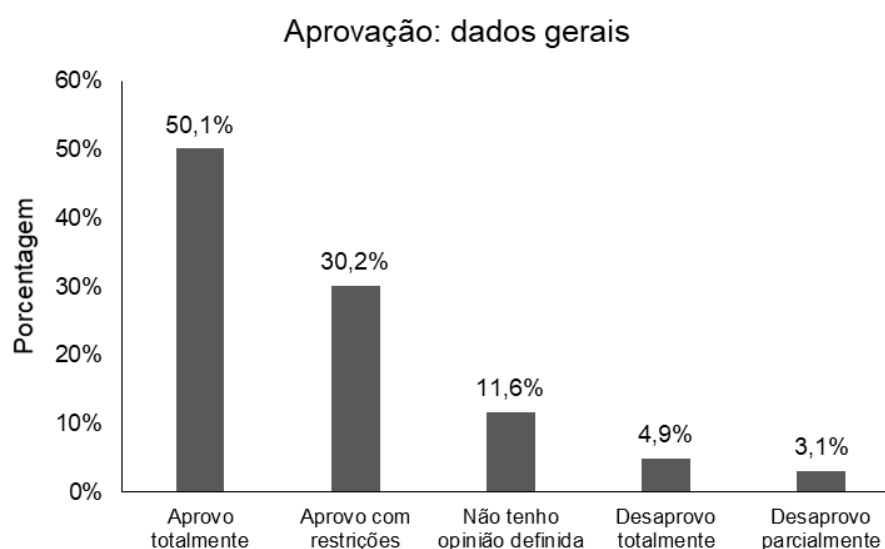
De acordo com os dados obtidos, a conveniência que um sistema de votação online, por meio de um simples acesso em seus próprios celulares conectados à rede em qualquer lugar do planeta, contribuiria significativamente com o aumento da participação destes membros: os que não quiseram ou puderam ir para a UFT pelos seus variados motivos, ou aqueles que estavam na UFT mas não quiseram pegar fila ou ter que se locomoverem à sessão eleitoral. A contribuição seria ainda maior atrelado ao fato de um maior tempo de campanha e mobilização.



## 6.4 Aprovação e confiança

Com o uso do questionário, também interrogado aos participantes da pesquisa se eles participariam e confiariam no resultado de uma eleição realizada pela internet. Os dados abaixo mostram que mais de 80% da comunidade universitária aprovaria a implantação de uma consulta eleitoral na plataforma virtual da UFT. Houve resistência a este modelo por apenas 8% dos respondentes. Observe o gráfico abaixo:

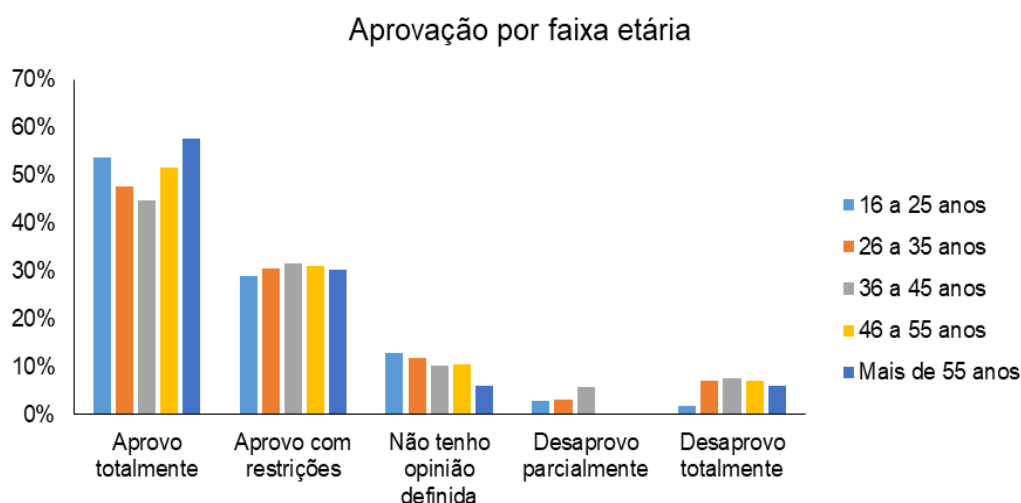
**Gráfico 36** – Dados gerais sobre aprovação da implantação de uma consulta eleitoral na plataforma virtual da UFT.



**Fonte:** Elaboração própria com base na pesquisa com questionário padronizado fechado

Na análise da aprovação por faixa etária, os entusiastas com as maiores taxas de aprovação total estão entre os mais jovens (15-26 anos) e os mais velhos (mais de 55 anos). Os mais jovens também estão entre os que menos desaprovam totalmente esta mudança de paradigma no ato de votar na instituição. No final do século XX, Trapscott (1999) já pontuava que é na internet que muitos jovens controlam grande parte de seu mundo. Atualmente este uso está um pouco mais democrático no que concerne a questão da faixa etária, mas é inegável que este crescimento potencial da internet em nosso cotidiano se deu principalmente por meio de movimentos de jovens.

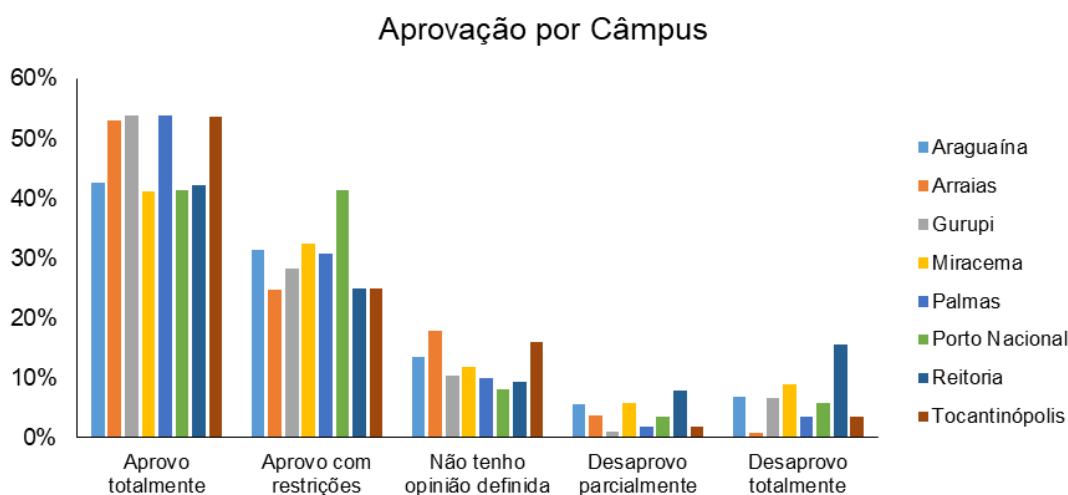
**Gráfico 37** – Dados por faixa etária sobre aprovação da implantação de uma consulta eleitoral na plataforma virtual da UFT.



**Fonte:** Elaboração própria com base na pesquisa com questionário padronizado fechado

Na análise por Câmpus, Arraias, Gurupi, Palmas e Tocantinópolis foram as unidades da instituição que demonstraram a maior porcentagem quando se trata de aprovação total de uma consulta eleitoral na plataforma virtual da UFT. Em contrapartida, a Reitoria foi onde seus respondentes mais demonstraram desaprovação total e parcial da implantação deste modelo de voto. O percentual de desaprovação total da Reitoria foi maior que o dobro da desaprovação total de seis Câmpus da UFT.

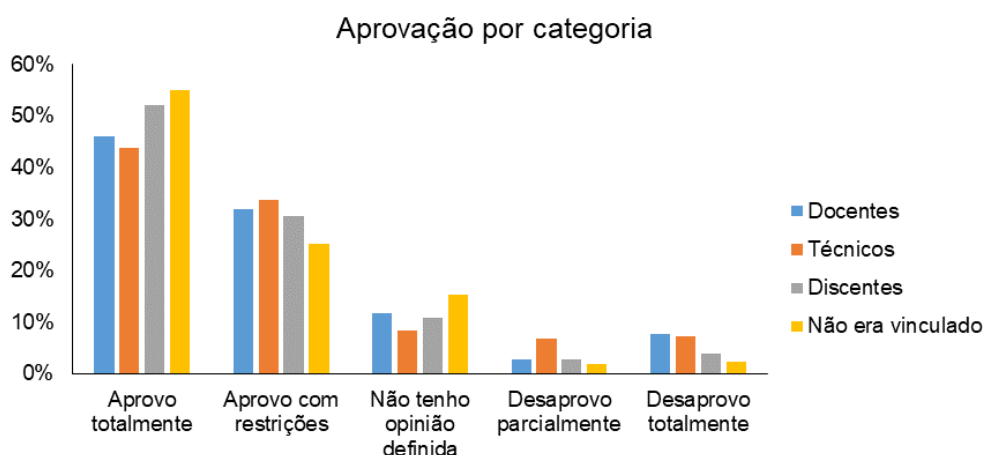
**Gráfico 38** – Dados por Câmpus sobre aprovação da implantação de uma consulta eleitoral na plataforma virtual da UFT.



**Fonte:** Elaboração própria com base na pesquisa com questionário padronizado fechado

Na análise por categoria, foram os discentes – categoria com menor participação em nível de porcentagem na história das consultas informais para Reitor da UFT – que demonstraram maior aprovação da implantação de uma consulta eleitoral na plataforma virtual da UFT. Em contrapartida, as categorias que mais participam, docentes e técnicos administrativos, são as que mais desaprovam totalmente esta mudança da forma de voto institucional.

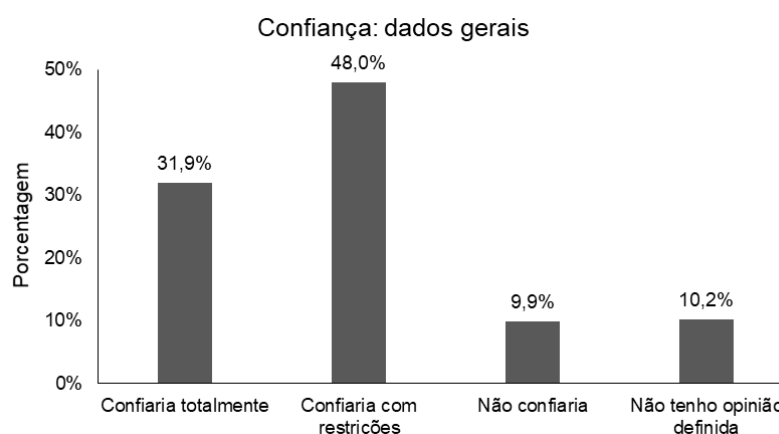
**Gráfico 39** – Dados por categoria sobre aprovação da implantação de uma consulta eleitoral na plataforma virtual da UFT.



**Fonte:** Elaboração própria com base na pesquisa com questionário padronizado fechado

Quanto ao indicador Confiança, os dados gerais coletados mostram que quase 80% dos participantes da pesquisa confiaria no resultado de uma consulta eleitoral na plataforma virtual da UFT, e pouco menos de 10% não confiaria. Números parecidos com os obtidos pelo indicador Aprovação.

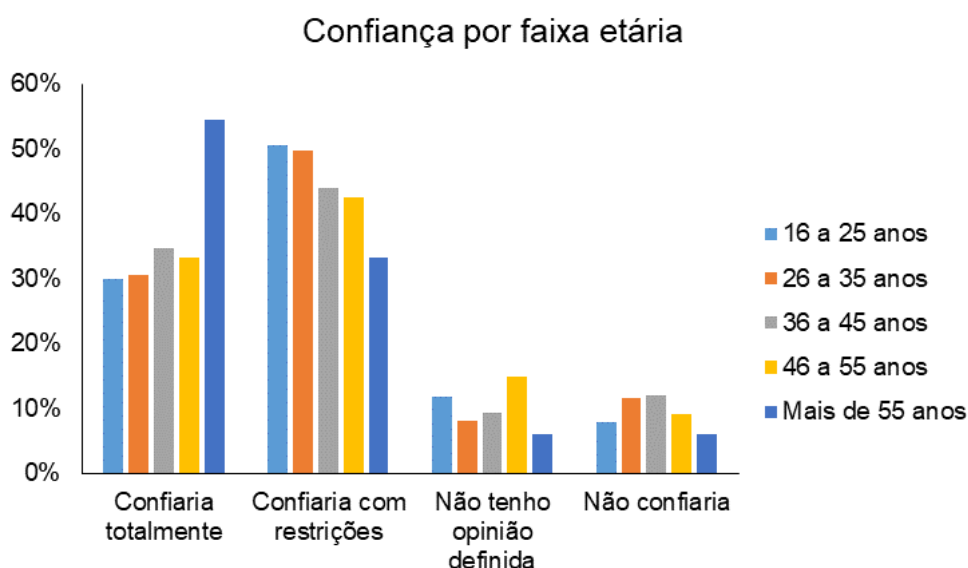
**Gráfico 40** – Dados gerais sobre confiança no resultado de uma consulta eleitoral na plataforma virtual da UFT.



**Fonte:** Elaboração própria com base na pesquisa com questionário padronizado fechado

Na análise por faixa etária, o grupo de idade com maior porcentagem em confiança total no resultado de uma consulta eleitoral na plataforma virtual da UFT é formado pelas pessoas com mais de 55 anos, e quanto mais jovem, maior é o percentual de confiança com restrições. A faixa etária entre 36 e 45 anos é a que menos confiaria.

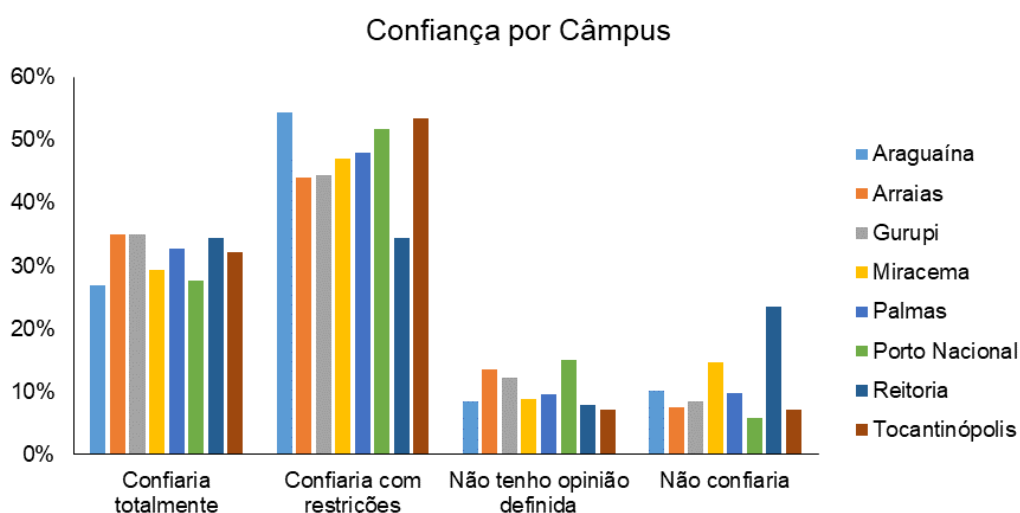
**Gráfico 41** – Dados por faixa etária sobre confiança no resultado de uma consulta eleitoral na plataforma virtual da UFT.



**Fonte:** Elaboração própria com base na pesquisa com questionário padronizado fechado

Na análise de confiança por Câmpus, destaque para o maior percentual de confiança com restrições para o Câmpus de Palmas, e menor porcentagem de confiança para a Reitoria. Ambas unidades da UFT situadas na mesma cidade. Mais uma vez o percentual de não confiança – portanto, desaprovação da implantação deste modelo de voto – pelos respondentes da Reitoria foi maior que o dobro da falta de confiança de seis Câmpus da UFT.

**Gráfico 42** – Dados por Câmpus sobre confiança no resultado de uma consulta eleitoral na plataforma virtual da UFT.



**Fonte:** Elaboração própria com base na pesquisa com questionário padronizado fechado

Na análise de confiança por categoria, foi obtido percentuais bem parecidos em cada uma das opções de resposta, com o destaque mais uma vez da maior porcentagem na opção “Confiaria com restrições”.

**Gráfico 43** – Dados por categoria sobre confiança no resultado de uma consulta eleitoral na plataforma virtual da UFT.



**Fonte:** Elaboração própria com base na pesquisa com questionário padronizado fechado

Com todos esses dados obtidos nesta pesquisa por meio de análise documental, técnica Delphi e questionário, e após analisados, podemos enfim chegar às considerações finais deste trabalho.

## 7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Universidade é uma instituição voltada para o ensino, pesquisa e extensão, ou seja, produzir conhecimento, gerar pensamento crítico, organizar e articular os saberes, formar profissionais e cidadãos, e isso tudo em interação com a comunidade na qual está inserida.

Num período marcado pelas mudanças promovidas pelos avanços no meio técnico-científico-informacional, a Universidade atual também pode ser pensada como um local com potencial privilegiado para o debate, busca da inovação, uso da criatividade e construção de mecanismos em favor da democracia.

Ao debatermos as relações sociais cibermediadas e as novas alternativas de deliberações que abram o caminho a novas possibilidades democráticas, por meio da opinião entusiasta de vários autores que defendem uma deliberação ampliada em toda a sociedade através das redes, enfatizamos que a internet cada vez mais vem se tornando um recurso valioso para a participação política, apesar de também ter sido citado alguns argumentos da literatura discorrendo a perspectiva dos críticos sobre um conjunto de restrições e déficits, próprios da internet, no que tange à sua contribuição às democracias modernas.

Não há como negar que as novas tecnologias estão alterando todos os aspectos de nossa sociedade. A rápida evolução de certas tecnologias como a Internet não podia deixar de ter consequências em vários aspectos da vida humana. Logo, este trabalho compartilha com a mesma ideia de uma vasta corrente de pensadores que tem apontado o potencial das tecnologias digitais no revigoramento da democracia.

Foram analisados exemplos de intervenções coletivas e colaborativas na rede de diversos grupos sociais em âmbito global. Participações potencializadas pelos avanços científicos e tecnológicos nas áreas da informação e da comunicação. Trata-se da utilização da internet e das novas tecnologias como meio de participação popular em prol das questões públicas como forma de rompimento com as práticas de participação política existentes na forma atual da democracia representativa.

E foi justamente neste período de crise na democracia representativa, que a consulta eleitoral informal para Reitor da UFT, mandato 2017-2021, demonstrou a mais baixa contabilização de votos da história da instituição. A não participação de

mais de dezesseis mil membros da comunidade universitária se tornou um fato a ser estudado para que chegássemos a um pensamento em prol da democracia na instituição.

A pouca adesão de uma grande parcela da comunidade universitária em participar da decisão dos rumos da universidade não referenda uma gestão democrática plena. Portanto, novas formas de estímulo tornam-se fundamentais para atingir a legitimidade da universidade em sua gestão.

Ao focarmos no objeto de estudo, inicialmente se fez necessário historicizar as pesquisas eleitorais de Reitor e Vice-Reitor ocorridos na UFT por meio da pesquisa documental. Esta parte do estudo encontrou barreiras no que se refere ao armazenamento e disponibilidades de dados principalmente das consultas informais dos dois primeiros pleitos, mesmo após contatos realizados com membros de últimas comissões eleitorais, órgãos representantes das categorias e o Gabinete da Reitoria. Muitos documentos não foram localizados. Nesta etapa da dissertação chamou à atenção a ausência de uma política de gestão documental durante o início de formação da UFT.

Com relação aos dados históricos obtidos, a pesquisa mostrou que a maior porcentagem de participação da história das Pesquisas Eleitorais para Reitor e Vice-Reitor da UFT ocorreu no primeiro pleito em 2004. O contexto de conquista da federalização de uma instituição substituta da Unitins, que sempre teve seu reitor indicado pelo governador do estado sem prévia consulta à comunidade universitária; o grande período de campanha que tiveram os candidatos; a existência apenas de cursos presenciais; e o pleito ter ocorrido numa quarta-feira são fatores que contribuíram para grande adesão a este primeiro ato democrático da instituição.

Podemos também concluir que depois este pleito, houve uma queda gradativa no percentual de pessoas que participaram deste ato democrático na instituição toda vez em que houve disputa de duas chapas. É bem verdade que em 2017 a vacância do cargo foi um fato atípico, mas os números de 2016 já dava sinais que este modelo de consulta estava em crise. A baixa mobilização e não existência de debates entre os candidatos, principalmente nos câmpus do interior, contribuem para que muitos discentes não deem devida importância a este período decisivo para os rumos da instituição. Juntam-se a esses fatores, novos elementos trazidos por membros representantes e atuantes das categorias, como o distanciamento entre o cargo de Reitor e a comunidade discente, além do fato de duas categorias

não se veem representadas no centro do poder institucional. A pesquisa histórica sobre as consultas eleitorais para Reitor também identificou a manutenção do mesmo grupo político no poder desde seu primeiro pleito. Este grupo sempre formou chapas apenas com professores dos Câmpus com os dois maiores colégios eleitorais da instituição: Palmas e Araguaína.

Ao investigarmos a opinião de membros representantes e atuantes das categorias sobre a mudança da forma de participação num possível de sistema de votação online para pesquisa eleitoral de Reitor e Vice-Reitor na UFT como forma de revigorar a democracia institucional, quase todos os participantes concordam que o uso da internet realmente pode favorecer uma maior participação dos membros da comunidade universitária nos pleitos da UFT e que há uma tendência mundial em direção ao uso da internet na tomada de decisões.

Todavia, somente o voto online, sem um grande movimento de mobilização e maior tempo de campanha, dificilmente aumentará de forma considerável a participação das pessoas nas eleições da Universidade. Portanto também tornam-se necessários projetos internos voltados à conscientização política e importância das eleições universitárias.

Analisando algumas experiências e sistemas de votação online já ocorridas no âmbito universitário no país, percebemos que essa nova forma de votar já está cada vez mais comum no âmbito universitário, tanto para a escolha dos dirigentes máximos da instituição, como nos pleitos de diretórios acadêmicos organizados por discentes e que três desses sistemas de votação online se destacam no cenário nacional: SAELE, Helios Voting e principalmente o SIGEleição.

Com a necessidade de participação ampla e democrática dos cidadãos, numa época marcada pelas mudanças promovidas com os avanços no meio técnico-científico-informacional, esses três exemplos de sistemas de votação online que estão sendo utilizados em dezenas de universidades do país demonstram uma evolução não somente tecnológica, mas também política e social no âmbito universitário.

Diante dos vários exemplos de uso de sistemas de votação online espalhados pelos países, também se fez necessário averiguar a viabilidade de construção de um sistema de votação online próprio da UFT sob o ponto de vista dos profissionais das Tecnologias da Informação da própria instituição.



No atual momento de crise em investimentos nas Universidades, o aproveitamento da capacidade de seus servidores e a possibilidade de utilizar a estrutura tecnológica atual da UFT, sem necessidade de aporte de capital na aquisição de novos equipamentos, seria o ideal para a construção de sistema online de votação. Diante desses requisitos, quase todos os especialistas em TI participantes defenderam que a UFT possui infraestrutura física, tecnológica e humana suficiente para a construção de um sistema deste tipo.

Por conhecerem a realidade da UFT, a maioria também acredita é preferível a UFT utilizar um sistema de votação online próprio, moldado de acordo com as particularidades da instituição, do que as urnas eletrônicas cedidas pelo TRE. Entretanto, seus longos períodos vinculados à instituição permitiram afirmar que a gestão da UFT nunca demonstrou interesse em investir no desenvolvimento de um sistema de votação online. Atrela-se ainda o fato de que o desenvolvimento de um sistema como este requer uma demanda de disponibilidade de tempo e servidores.

Contudo, este trabalho demonstrou que a construção de um sistema online de votação se faz necessária e deve se tornar uma das prioridades na lista de projetos desenvolvidos pela UFT. A pesquisa de opinião demonstrou que a comunidade universitária, de forma massiva, aprovaria a implantação de uma consulta eleitoral na plataforma virtual da UFT, participaria de pleitos caso fossem por meio de sistema de votação online e confiaria no resultado de uma eleição realizada pela internet.

Portanto, a pesquisa chegou à conclusão que um sistema de votação online seria capaz de favorecer a participação das pessoas (professores, alunos e técnicos administrativos) na pesquisa eleitoral para Reitor e Vice-Reitor da UFT. Entretanto seria ingênuo pensar que apenas a implantação de um sistema online irá proporcionar um grande aumento da participação desses membros da comunidade universitária.

Muitos outros fatores de mobilização, diálogo e representatividade estão envolvidos neste processo. Erros do passado poderão ser consertados no futuro, e novas ferramentas que estimulem a democracia institucional e dialogue com este período caracterizado pelo avanço das tecnologias se fazem necessários serem discutidos, visto que este trabalho demonstrou que de fato existe uma disposição da comunidade universitária em diferenciar suas práticas participativas num possível sistema de votação online para pesquisa eleitoral de Reitor e Vice-Reitor na

Universidade Federal do Tocantins – UFT. Trata-se de uma tendência mundial em direção a uma ciberdemocracia.

Este trabalho abre novos questionamentos que suscitam num melhor aprofundamento por meio de novas pesquisas, principalmente nas áreas da ciência da computação.

## REFERÊNCIAS

ADIDA, B. Helios: Web-based Open-Audit Voting. In: **USENIX security symposium**. 2008. p. 335-348.

ADIDA, B. et al. Electing a university president using open-audit voting: Analysis of real-world use of Helios. **EVT/WOTE**, v. 9, n. 10, 2009.

ARAÚJO, C. E. P. de. **O Voto e a Internet**. Brasília: *Senado Federal*, 2002. Disponível em: <<http://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/142/47.pdf?sequence=4>> Acesso em: 02 de fev. 2018.

AUDARD, C. **Cidadania e Democracia Deliberativa**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2006.

AZEVEDO, E. **ELEIÇÕES UFT – Conheçam os candidatos à reitoria, os principais problemas do processo eleitoral e veja uma análise sobre as chapas**. 2016. Disponível em: <<https://eduardoazev.wordpress.com/2016/02/20/eleicoes-uft-conhecam-os-candidatos-a-reitoria-os-principais-problemas-do-processo-eleitoral-e-veja-uma-analise-sobre-as-chapas-3/>>. Acesso em 29 de jul. 2018.

BARBETTA, P. A. **Estatística aplicada às ciências sociais**. 8ª ed. Florianópolis: UFSC, 2012.

BEST, N. J. et al. Internet e a participação cidadã nas experiências de orçamento participativo digital no Brasil. **Cadernos PPG-AU/UFBA**, v. 9, n. 1, 2010.

BOBBIO, N.; MATTEUCI, N.; PASQUINO, G. **Dicionário de política**. 11ª ed. Vol. 1. Brasília: UnB, 1998.

BONAVIDES, P. **Teoria constitucional da democracia participativa**. São Paulo: Malheiros, 2001.

\_\_\_\_\_. **Os poderes desarmados: à margem da Ciência Política, do Direito Constitucional e da História: Figuras do passado e do presente**. São Paulo: Malheiros, 2002.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 5 de outubro de 1988. Brasília: Senado Federal, 2014.

\_\_\_\_\_. **Decreto nº 1.916, de 23 de maio de 1996**. Regulamenta o processo de escolha dos dirigentes de instituições federais de ensino superior, nos termos da Lei nº 9.192, de 21 de dezembro de 1995. Brasília, 1996.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 5.540, de 28 de novembro de 1968**. Fixa normas de organização e funcionamento do ensino superior e sua articulação com a escola média, e dá outras providências. Brasília, 1968.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 9.192, de 21 de dezembro de 1995.** Altera dispositivos da Lei nº 5.540, de 28 de novembro de 1968, que regulamentam o processo de escolha dos dirigentes universitários. Brasília, 1995.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.** Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, 1996.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 10.032, de 23 de outubro de 2000.** Autoriza o Poder Executivo a instituir a Fundação Universidade Federal do Tocantins. Brasília, 2000.

\_\_\_\_\_. **Mensagem Presidencial nº 745, de 26 de maio de 2000.** Autoriza o Poder Executivo a instituir a Fundação Universidade Federal do Tocantins. Brasília, 2000.

\_\_\_\_\_. **Projeto de Lei nº 3.126, de 29 de maio de 2000.** Autoriza o Poder Executivo a instituir a Fundação Universidade Federal do Tocantins. Brasília, 2000.

\_\_\_\_\_. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Decreto de 5 de agosto de 2013. Designa Sérgio Paulo Moreyra para exercer o cargo de Reitor pro tempore da Fundação Universidade Federal do Tocantins. **Diário Oficial da União**, Brasília, 06 ago. 2003. p. 1.

\_\_\_\_\_. \_\_\_\_\_. **Nota Técnica 437/2011-CGLNES/GAB/SESu/MEC**, de 26 de setembro de 2011.

\_\_\_\_\_. \_\_\_\_\_. **Recondução da Federal do Tocantins.** 2008. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/component/content/article/212-noticias/educacao-superior-1690610854/11055-sp-203344159?Itemid=164>>. Acesso em 15 de jun. 2018.

\_\_\_\_\_. TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL. **Por dentro da urna.** 2. ed., rev. e atual. Brasília: TSE, 2010. 24 p. Disponível em: <[http://www.tse.jus.br/hotsites/catalogo-publicacoes/pdf/57\\_porDentroDaUrna1.2.pdf](http://www.tse.jus.br/hotsites/catalogo-publicacoes/pdf/57_porDentroDaUrna1.2.pdf)>. Acesso em 05 de fev. 2018.

BRAUN, N.; BRÄNDLI, D. Swiss e-voting pilot projects: Evaluation, situation analysis and how to proceed. In: KRIMMER, R. **Electronic voting 2006.** Bonn: GI-Edition Lecture Notes in Informatics, 2006. p. 27-36.

BURKE, Peter. **A esfera pública 40 anos depois.** Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/mais/fs2403200207.htm>>. Acesso em 10 de jun. 2017.

CABRAL, P. D. **Framework para sistemas de votação digital.** Programa de Pós-Graduação em Ciência da Computação. Florianópolis: UFSC, 2014.

CANÇADO, A. C.; TENÓRIO, F. G.; PEREIRA, J. R. Gestão social: reflexões teóricas e conceituais. **Cadernos EBAPE.BR (FGV)**, v. 9, 2011. p. 681-703. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/cebape/v9n3/a02v9n3>>. Acesso em 10 de ago. 2016.

CANTO, F. H.; MACHADO, J. L. SAELE: Open Elections System. **Open World Forum 2012**. Paris, 2012. Disponível em: <<http://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/148299>>. Acesso em 13 de fev. 2018.

CARLOS, A. F. A. **O lugar no/do mundo**. São Paulo: FFLCH, 2007, 85p.

CARRION, R. da S. Cidadania. In: BOULLOSA, R. de F. (org.). **Dicionário para a formação em gestão social**. Salvador: CIAGS/UFBA, 2014. p. 35-38.

CARVALHO, R. F. de. **O Processo de Gestão e Participação na Universidade: Limites, Possibilidades e Desafios na UFT**. Tese de Doutorado. Goiânia: Universidade Federal do Goiás, 2011.

CARVALHO, R. R. da S.; DA LUZ, J. N. N. A autonomia universitária no contexto dos dispositivos legais. **Universidade e Sociedade #58**, p. 116-125. Brasília: Andes-SN, 2016.

CASTELLS, M. **A Sociedade em Rede**. 8ªed. São Paulo: Paz e Terra, 2005.

CEC. **Regimento Eleitoral para escolha do cargo de Reitor e Vice-Reitor da Fundação Universidade Federal do Tocantins**. Palmas: UFT, 2003.

CEC 2012-2016. **Regimento Eleitoral: Pesquisa Eleitoral para Reitor e Vice-Reitor da UFT – 2012/2016**. Palmas: SESDUFT/ DCE-UFT/ SINTAD, 2012a.

\_\_\_\_\_. **Relatório Final da Comissão Eleitoral**. Palmas: SESDUFT/ DCE-UFT/ SINTAD, 2012b.

CEC 2016-2020. **Apuração Final da Pesquisa Eleitoral para Reitor e Vice-Reitor da Universidade Federal do Tocantins – 2016/2020**. Palmas: SESDUFT/ DCE-UFT/ SINTAD, 2016a.

\_\_\_\_\_. **Comunicado nº 003 de 24 de fevereiro de 2016**. Palmas: SESDUFT/ DCE-UFT/ SINTAD, 2016b.

\_\_\_\_\_. **Mapa de Urnas da Pesquisa Eleitoral para Reitor e Vice-Reitor da Universidade Federal do Tocantins – 2016/2020**. Palmas: SESDUFT/ DCE-UFT/ SINTAD, 2016c.

\_\_\_\_\_. **Regimento da Pesquisa Eleitoral para Reitor e Vice-Reitor da Universidade Federal do Tocantins – 2016/2020**. Palmas: SESDUFT/ DCE-UFT/ SINTAD, 2016d.

CEC 2017-2021. **Apuração da Pesquisa Eleitoral para Reitor e Vice-Reitor da UFT 2017-2021**. Palmas: SINTAD, 2017a.

\_\_\_\_\_. **Comunicado nº 007 de 23 de maio de 2017**. Palmas: SINTAD, 2017b.

\_\_\_\_\_. **Ofício nº 001/2017**. Palmas: SINTAD, 2017c.

\_\_\_\_\_. **Mapa de urnas - Pesquisa Eleitoral Reitor e Vice-Reitor UFT – 2017-2021.** Palmas: SINTAD, 2017d.

\_\_\_\_\_. **Regimento da Pesquisa Eleitoral para Reitor e Vice-Reitor da Universidade Federal do Tocantins – 2017/2021.** Palmas: SINTAD, 2017e.

\_\_\_\_\_. **Relatório Final dos Trabalhos da Comissão Eleitoral Central na Realização da Pesquisa Eleitoral para Reitor e Vice-Reitor da UFT 2017-2021.** Palmas: SINTAD, 2017f.

CERVO, A. L.; BERVIAN, P. A.; DA SILVA, R. **Metodologia científica.** 6ª ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007.

CHAVES, S. A. de; MELLO, E. R. de. **O uso de um sistema de votação on-line para escolha do conselho universitário.** Belo Horizonte, 2014. Disponível em: <<http://www.sj.ifsc.edu.br/~mello/artigos/chaves-sbseg14.pdf>>. Acesso em 20 de jun. 2017.

\_\_\_\_\_. **Adoção de modelo controle acesso baseado em atributos em sistema de votação online para ofertá-lo como um serviço de TIC federado.** Florianópolis, 2015. Disponível em: <<http://dtic.ifsc.edu.br/files/chaves-sbseg15.pdf>>. Acesso em 20 de jun. 2017.

CHICARINO, V. R. et al. Uso de blockchain para privacidade e segurança em internet das coisas. **Livro de Minicursos do VII Simpósio Brasileiro de Segurança da Informação e de Sistemas Computacionais.** Brasília: SBC, 2017.

CHIZOTTI, A. **Pesquisa qualitativa em Ciências Humanas e Sociais.** Petrópolis: Vozes, 2006.

CLETO, M. de S. A governança do local ao ciber: a Ubuntu ecológica do sul global. **REVISTA OBSERVATÓRIO**, 2018. No prelo.

COLLI, Walter. Gestão e política na universidade pública. **Revista USP**, n. 78, p. 14-21. São Paulo, 2008.

COSTA, R. G. **Sistema Seguro de Votação Eletrônica Multi-Cédulas.** Curitiba: Pontifícia Universidade Católica do Paraná, 2008.

CUNHA, L. A. Ensino superior e universidade no Brasil. **Lopes, EMT et al**, v. 500, p. 151-204, 2000.

DIAS, S. P. Proposta de sistema de votação eletrônica auditável para instituições de ensino superior. **Projetos e Dissertações em Sistemas de Informação e Gestão do Conhecimento**, v. 5, n. 2. Belo Horizonte: FUMEC, 2016.

DICTSON, D.; RAY, D. A Moderna Revolução Democrática: uma pesquisa objetiva sobre as eleições via Internet. **Internet e política: teoria e prática da democracia eletrônica.** Belo Horizonte: UFMG, p. 191-234, 2002.

DOS SANTOS, V. M. A “Era do conhecimento” e as Problemáticas globais: Manifestações de Cidadania Participativa na Sociedade da Informação. In: MORGADO, I. S.; ROSAS, A (orgs). **Cidadania Digital**. Covilhã: LabCom, 2010. p. 41-58.

DUSSEL, E. **20 teses de política**. Coleção Pensamento Social Latino-Americano. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

ESPÍRITO SANTO, P. do. A Hipótese do Voto Electrónico em Portugal: Comportamentos e atitudes políticas. In: MORGADO, I. S.; ROSAS, A (orgs). **Cidadania Digital**. Covilhã: LabCom, 2010. p. 17-40.

ESTEVE, J. B. A preliminary question: Is e-voting actually useful for our democratic institutions? What do we need it for? In: KRIMMER, R. **Electronic voting 2006**. Bonn: GI-Edition Lecture Notes in Informatics, 2006. p. 51-60.

FARIA, C. F. Democracia deliberativa: Habermas, Cohen e Bohman. **Lua Nova**, n. 50, p. 47-68, 2000.

FERREIRA, G. B. Espaços discursivos on-line e democracia deliberativa: promessas e limites. In: MORGADO, I. S.; ROSAS, A (orgs). **Cidadania Digital**. Covilhã: LabCom, 2010. p. 101-116.

FRANÇA FILHO, G. C. Definido Gestão Social. In: SILVA JR, J. T.; MÂISH, R. T.; CANÇADO, A. C. **Gestão Social: Práticas em debate, teorias em construção**. Fortaleza: Imprensa Universitária, 2008.

G1 TOCANTINS. **Abstenção superou votos de Carlesse em seis dos dez maiores colégios eleitorais**. 2018. Disponível em: <<https://g1.globo.com/to/tocantins/noticia/abstencao-superou-votos-de-carlesse-em-seis-dos-dez-maiores-colegios-eleitorais.ghtml>>. Acesso em 23 de ago. 2018.

GIL, A. C. **Como Elaborar Projeto de Pesquisa**. 4ª ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GIOVINAZZO, R. A. Modelo de aplicação da metodologia Delphi pela Internet: vantagens e ressalvas. **Administração On-line**, v. 2, n. 2, abr./jun. 2001. Disponível em: <[http://www.fecap.br/adm\\_online/art22/renata.htm](http://www.fecap.br/adm_online/art22/renata.htm)>. Acesso em 20 de fev. 2018.

GOLDENBERG, M. **A arte de pesquisar**: como fazer pesquisa qualitativa em ciências sociais. Rio de Janeiro: Record, 2004.

GOMES, W. A democracia digital e o problema da participação civil na decisão política. **Fronteiras-estudos midiáticos**, v. 7, n. 3, p. 214-222, 2005a.

\_\_\_\_\_. Internet e participação política em sociedades democráticas. **Revista Famecos**. v. 12. n. 27. Porto Alegre: PUCRS, p. 58-78, 2005b.

HABERMAS, J. **Direito e democracia**: entre facticidade e validade. Volume II. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1997.

HALL, S. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 11ª ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

IFSC. **Parecer técnico sobre a utilização do software Helios nas eleições do IFSC**. Florianópolis: Instituto Federal de Santa Catarina, 2015. Disponível em: <[www.sinasefe-ifc.org/litoral/?wpfb\\_dl=7](http://www.sinasefe-ifc.org/litoral/?wpfb_dl=7)>. Acesso em 08 de fev. 2018.

KELLNER, D. Habermas, the Public Sphere, and Democracy: A Critical Intervention. In: HAHN, Lewis E. **Perspectives on Habermas**, La Salle, Ill: Open Court, 672p. 2000. Disponível em: <[https://pages.gseis.ucla.edu/faculty/kellner/essays/habermas\\_publicspheredemocracy.pdf](https://pages.gseis.ucla.edu/faculty/kellner/essays/habermas_publicspheredemocracy.pdf)>. Acesso em 10 de jan. 2017.

KRIMMER, R. **Electronic voting 2006**. Bonn: GI-Edition Lecture Notes in Informatics, 2006.

LAVILLE, C.; DIONNE, J. **A Construção do Saber: Manual de Metodologia da Pesquisa em Ciências Humanas**. Porto Alegre: ArtMed, 1999.

LEMOS, A.; LÉVY, P. **O futuro da internet: em direção a uma ciberdemocracia planetária**. São Paulo: Paulus, 2010.

LÉVY, P. **Cibercultura**. São Paulo: Editora 34, 1999.

\_\_\_\_\_. **Ciberdemocracia**. Lisboa: Instituto Piaget, 2003.

LIRA, A. T. do N. As bases da Reforma Universitária da ditadura militar no Brasil. In XV Encontro Regional de História da Anpuh-Rio, 2012. **Anais**. Disponível em: <[http://www.encontro2012.rj.anpuh.org/resources/anais/15/1338430408\\_ARQUIVO\\_AsbasesdaReformaUniversitariadaditaduramilitarnoBrasil.pdf](http://www.encontro2012.rj.anpuh.org/resources/anais/15/1338430408_ARQUIVO_AsbasesdaReformaUniversitariadaditaduramilitarnoBrasil.pdf)>. Acesso em 22 de ago. 2017.

MACHADO, J. L.; CANTO, F. H. **Apresentação em tema: SAELE – Sistema Aberto de Eleições Eletrônicas – CPD / UFRGS**. 2011. Disponível em: <<http://slideplayer.com.br/slide/6903782/>>. Acesso em 13 de fev. 2018.

MADISE, Ü.; MARTENS, T. E-voting in Estonia 2005. The first practice of country-wide binding Internet voting in the world. In: KRIMMER, R. **Electronic voting 2006**. Bonn: GI-Edition Lecture Notes in Informatics, 2006. p. 15-26.

MAIA, M. Z. B. Os bastidores da transição Unitins/UFT. **XVIII Simpósio de Estudos e Pesquisas da Faculdade de Educação: educação e sociedade**. Goiânia: UFG, 2009.

MARCONI, M.; LAKATOS, E. M. de A. **Fundamentos de metodologia científica**. 5ª ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MARQUES, J. B. V.; **Educação não-formal e divulgação de Astronomia no Brasil: o que pensam os especialistas e o que diz a literatura**. Dissertação (Mestrado em Educação). Programa de Pós-Graduação em Educação. São Carlos: UFSCAR, 2014.



MARRA, A. V.; MELO, M. C. de O. L. A prática social de gerentes universitários em uma instituição pública. **Revista de Administração Contemporânea**, v. 9, n. 3, p. 9-31, 2005.

MARTÍN-BARBERO, J. Novos Regimes de Visualidade e Descentralizações Culturais. In: \_\_\_\_\_. **Mediatamente! Televisão, cultura e educação**. Brasília: Ministério da Educação, SEED, 1999.

MENDONÇA, R. F.; PEREIRA, M. A. Democracia digital e deliberação online: um estudo de caso sobre o VotenaWeb. In: **Congresso Latino Americano de Opinião Pública–Wapor**. Belo Horizonte, 2011. Disponível em: <[http://www.waporbh.ufmg.br/papers/Ricardo\\_Fabrino\\_Mendonca.pdf](http://www.waporbh.ufmg.br/papers/Ricardo_Fabrino_Mendonca.pdf)>. Acesso em 19 de jun. 2017.

MEZZAROBA, O.; ROVER, A. J. A urna eletrônica: sua contribuição para o aperfeiçoamento da democracia representativa partidária brasileira. **Derecho, gobernanza y tecnologías de la información en la sociedad del conocimiento**, p. 63-73, 2009.

MICHEREFF JUNIOR, V. **Eleições nas universidades federais**: um estudo de caso na UFSC. Dissertação de Mestrado. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2017.

MONNOYER-SMITH, L. How e-voting technology challenges traditional concepts of citizenship: an analysis of French voting rituals. In: KRIMMER, R. **Electronic voting 2006**. Bonn: GI-Edition Lecture Notes in Informatics, 2006. p. 61-68.

MONTEIRO, A. et al. **Sistemas eletrônicos de votação**. Lisboa: Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa, 2001. Disponível em: <<http://repositorio.ul.pt/handle/10455/2950>>. Acesso em 06 de fev. 2018.

MORENO, J. C. A internet em McLuhan, Braudrillard e Habermas. **Observatório (OBS\*)**, v.7, n.3, p. 59-77. Lisboa, ISCTE-IUL: 2013.

MORGADO, I. S.; ROSAS, A (orgs). **Cidadania digital**. Covilhã: LabCom, 2010.

MORHY, L. Brasil: universidade e educação superior. In: \_\_\_\_ (Org.). **Universidade no mundo: universidade em questão**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2004. v. 2, p. 25-60.

NEVES, B. B. Cidadania Digital? Das cidades digitais a Barack Obama. Uma abordagem crítica. In: MORGADO, I. S.; ROSAS, A (orgs). **Cidadania Digital**. Covilhã: LabCom, 2010. p. 143-188.

O GIRASSOL. **Nova equipe gestora da UFT toma posse nesta sexta-feira**. Palmas, 2008. Disponível em: <<http://www.ogirassol.com.br/ultimas/nova-equipe-gestora-da-uft-toma-posse-nesta-sextafeira>>. Acesso em 14 de maio 2018.

OLIVEIRA, J. et al. **Introdução ao método Delphi**. Curitiba: Mundo Material, 2008.

PARRA, H. Controle social e prática hacker: tecnopolítica e ciberpolítica em redes digitais. **Sociedade e Cultura**, v. 15, n. 1, p. 10-5216/sec. v15i1. 20677, 2012.

PRODANOV, C. C.; FREITAS, E. C. **Metodologia do Trabalho Científico: Métodos e Técnicas da Pesquisa e do Trabalho Acadêmico**. 2ª Ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

QADAH, G. Z.; TAHA, R. Electronic voting systems: Requirements, design, and implementation. **Computer Standards & Interfaces**, v. 29, n. 3, p. 376-386, 2007.

RANIERI, N. **Autonomia universitária: as universidades públicas e a Constituição Federal de 1988**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1994.

RIBEIRO, B. V. D.; TEMER, A. C. R. P.; TUZZO, S. A. Cidadania e democracia deliberativa na era digital—para além de Habermas. **Comunicação & Informação**, v. 16, n. 1, p. 186-201, 2013.

RODRIGUES, A. A. Redes sociais e manifestações: mediação e reconfiguração na esfera pública. **Jornadas de junho: repercussões e leituras**. Campina Grande: Eduepb. p. 32-39, 2013.

ROZADOS, H. B. F. **Indicadores como ferramenta para gestão de serviços de informação tecnológica**. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Informação. Porto Alegre: UFRGS, 2004.

\_\_\_\_\_. O uso da técnica Delphi como alternativa metodológica para a área da Ciência da Informação. **Em Questão**, v. 21, n. 3, 2015.

SÁFADI, C. M. Q. Delphi: um estudo sobre sua aceitação. In: V SEMEAD, 2001. São Paulo: **Anais...** SEMEAD FEA-USP 2001.

SANTOS, B. de S. **A gramática do tempo: para uma nova cultura política**. São Paulo: Cortez Editora, 2006.

SANTOS, M. **Metamorfoses Do Espaço Habitado: fundamentos teórico e metodológico da geografia**. São Paulo: Hucitec, 1988. Disponível em: <[xa.yimg.com/kq/.../Metamorfose\\_Do\\_Espaço\\_Habitado\\_-\\_Milton\\_Santos.PDF](http://xa.yimg.com/kq/.../Metamorfose_Do_Espaço_Habitado_-_Milton_Santos.PDF)>. Acesso em 06 de ago. 2017.

\_\_\_\_\_. **Por uma outra Globalização: do pensamento único à consciência universal**. 13ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2006.

SANTOS, J.; LINS, C.; MADRUGA, M. **SIGEleição – Um novo Jeito Seguro de Votar**. Natal: Superintendência de Informática – UFRN, 2017. Disponível em: <<http://www.xiwticifes.ufba.br/modulos/submissao/Upload-353/86005.pdf>>. Acesso em 20 de jun. 2017.

\_\_\_\_\_. \_\_\_\_\_. Natal: Superintendência de Informática – UFRN, 2015. Disponível em: <<http://nti.ufabc.edu.br/images/pdf/sigeleicao.pdf>>. Acesso em 15 de fev. 2018.

SBC. **Eleições SBC 2011**: Instruções. Porto Alegre: Sociedade Brasileira de Computação, 2011. Disponível em: <<http://www.sbc.org.br/documentos-da-sbc/send/135-eleicoes/777-eleicoessbc2011-instrucoes>>. Acesso em 15 de fev. 2018.

\_\_\_\_\_. **Eleição para a Diretoria e o Conselho da Sociedade Brasileira de Computação**. Porto Alegre: Sociedade Brasileira de Computação, 2017. Disponível em: <<http://www.sbc.org.br/noticias/10-slideshow-noticias/1982-eleicao-para-a-diretoria-e-o-conselho-da-sociedade-brasileira-de-computacao>>. Acesso em 15 de fev. 2018.

SILVA, C. M. Cidadania. In: CASTRO, C. L. F. de et al. **Dicionário de Políticas Públicas**. Barbacena: EdUEMG, 2012. p.70-73.

SILVEIRA, S. A. da. Ciberativismo, cultura hacker e o individualismo colaborativo. **Revista Usp**, n. 86, p. 28-39, 2010.

SILVEIRA, T. S.; CANÇADO, A. C.; PINHEIRO, L. S. A participação no Conselho Municipal de Saúde em Imperatriz-MA na perspectiva da gestão social e da cidadania deliberativa. **Amazônia, Organizações e Sustentabilidade**, v. 3, p. 45-60, 2014.

SINDIIFES. **Técnicos propõe modelo de eleição para os Conselhos Superiores da UFPA**. Disponível em: <[http://www.sindtifefes.org.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=1337:tecnicos-propoe-modelo-de-eleicao-de-representantes-nos-conselhos-superiores-da-ufpa&catid=1:latest-news&Itemid=49](http://www.sindtifefes.org.br/index.php?option=com_content&view=article&id=1337:tecnicos-propoe-modelo-de-eleicao-de-representantes-nos-conselhos-superiores-da-ufpa&catid=1:latest-news&Itemid=49)>. Acesso em 21 de jun. 2017.

SINDSEMP/MA. **Regimento Eleitoral para eleição do SINDSEMP/MA 2016/2017**. São Luis: Sindicato dos Servidores do Ministério Público do Estado do Maranhão, 2005. Disponível em: <<http://www.sindsemp-ma.org.br/novo/wp-content/uploads/2015/11/SINDSEMPMA-Regimento-Eleitoral-20161.pdf>>. Acesso em 13 de fev. 2018.

SISP. **Informações do Software SAELE**. Sistema de Administração dos Recursos de Tecnologia da Informação, 2018. Disponível em: <[http://www.sisp.gov.br/catalogo/one?software\\_id=14453443](http://www.sisp.gov.br/catalogo/one?software_id=14453443)>. Acesso em 13 de fev. 2018.

SOUZA, R. A. **DA UNITINS À UFT**: modelos e práticas gestoriais na Educação Superior do Estado do Tocantins no limiar do século XXI. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Faculdade de Educação, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2007.

SOUZA, R. A.; SILVA, M. S. P. da. História e perspectivas para a educação superior no estado do Tocantins: encantos e desencantos sobre o direito à educação pública e gratuita In: **Anais do VI Congresso Luso Brasileiro de Historia da Educação**. Uberlândia: Edufu, 2006. v.10. p. 5658-5666. Disponível em: <[http://www2.faced.ufu.br/colubhe06/anais/arquivos/513Raquel\\_e\\_MarceloSoares.pdf](http://www2.faced.ufu.br/colubhe06/anais/arquivos/513Raquel_e_MarceloSoares.pdf)>. Acesso em 14 de abr. 2018.

\_\_\_\_\_. Modelos e práticas de gestão na educação superior: uma análise do processo de implantação da UFT. Porto Alegre: **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação-Periódico científico editado pela ANPAE**, v. 23, n. 3. p. 497-512, set./dez. 2007.

SPB. **Lançado o Sistema Aberto de Eleições Eletrônicas**. Software Público Brasileiro, 2011. Disponível em: <<https://softwarepublico.gov.br/social/spb/noticias/lancado-o-sistema-aberto-de-eleicoes-eletronicas>>. Acesso em 13 de fev. 2018.

TAVARES, L. E.; PEREIRA, N. B. A transparência pública na Era Digital. **Anais do V Simpósio Nacional da ABCiber: UFSC**, 2011. Disponível em: <<http://issuu.com/lucaspretti/docs/atransparenciapublicanaeradigital/1>>. Acesso em 10 de jan. 2018.

TENÓRIO, F. G. Gestão social: uma perspectiva conceitual. **RAP**, v.32, n.5, 1998, p.7-23.

\_\_\_\_\_. (re)Visitando o conceito de gestão social. **Desenvolvimento em Questão**, v.3, n.5, 2005, p-101-124.

\_\_\_\_\_. et al. Critérios para avaliação de processos decisórios participativos deliberativos na implementação de políticas públicas. In ENCONTRO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E GOVERNANÇA, 3, Salvador, **Anais...**, Salvador: ANPAD, 2008.

TOCANTINS. **Decreto nº 252, de 21 de fevereiro de 1990**. Cria a Universidade do Tocantins – Unitins. Palmas, 1990.

\_\_\_\_\_. **Decreto nº 2021, de 27 de dezembro de 1990**. Autoriza o funcionamento da Universidade do Tocantins - UNITINS. Palmas, 1990.

\_\_\_\_\_. **Lei 136, de 21 de fevereiro de 1990**. Institui a Fundação Universidade do Tocantins e dá outras providências. Palmas, 1990.

\_\_\_\_\_. **Lei 326, de 24 de outubro de 1991**. Reestrutura a Universidade do Tocantins, e dá outras providências. Palmas, 1991.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 872, de 13 de novembro de 1996**. Determina o processo de extinção da autarquia em que se constitui a Universidade do Tocantins. Palmas, 1996.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 873, de 25 de novembro de 1996**. Autoriza o Poder Executivo, na condição de co-instituidor, a promover a instituição de uma fundação de direito privado, para a implantação da Universidade Autônoma do Tocantins. Palmas, 1996.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 874, de 06 de dezembro de 1996**. Altera a Lei nº 873, e autoriza o Poder Executivo, na condição de co-instituidor, a promover a instituição da Fundação Universidade do Tocantins. Palmas, 1996.

\_\_\_\_\_. **Lei 1.126, de 1 de fevereiro de 2000.** Reestrutura a Fundação Universidade do Tocantins, e adota outras providências. Palmas, 2000.

\_\_\_\_\_. **Lei 1.160, de 19 de junho de 2000.** Reestrutura a Fundação Universidade do Tocantins, e adota outras providências. Palmas, 2000.

TRAPSCOTT, D. **Geração Digital:** A crescente e irreversível ascensão da geração net. Tradução: Ruth Gabriela Bohr. São Paulo: Makron Books, 1999.

TRE-TO. **Ata de apuração da eleição de Reitor da Universidade Federal do Tocantins.** Palmas, 2003.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais:** a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1987.

TSE. **Resolução nº 22.685, de 13 de dezembro de 2007.** Estabelece normas para cessão de urnas e sistema de votação específico, por empréstimo, em eleições parametrizadas. Brasília, 2007.

UFRN. **SIGEleição presente na Eleição de Reitor da UFRN.** Superintendência de Informática – SINFO UFRN. Disponível em: <<http://sistemasdaufrn.blogspot.com.br/search/label/SIGELEICAO>>. Acesso em 20 de jun. 2017.

UFG. **Edital nº 001/2017.** Goiânia: Instituto de Patologia Tropical e Saúde Pública, 2017.

UFRGS. **Sistema desenvolvido pelo CPD/UFRGS está no Portal do Software Público.** Porto Alegre, 2011. Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/ufrgs/noticias/sistema-desenvolvido-pelo-cpd-ufrgs-esta-no-portal-do-software-publico>>. Acesso em 13 de fev. 2018.

UFT. **Regimento Geral Da Fundação Universidade Federal Do Tocantins – UFT.** Palmas, 2003.

\_\_\_\_\_. **Ato da Reitoria 7/2003,** de 09 de junho de 2003. Palmas, 2003a.

\_\_\_\_\_. **Com foco no credenciamento, equipe de gestão se reúne pela primeira vez após a morte da reitora.** 2017a. Disponível em: <<http://ww2.uft.edu.br/index.php/noticias/18560-com-foco-no-credenciamento-equipe-de-gestao-se-reune-pela-primeira-vez-apos-a-morte-da-reitora-isabel-auler>>. Acesso em 29 de jul. 2018.

\_\_\_\_\_. **Memória UFT 10 anos.** Palmas: Universidade Federal do Tocantins, 2013. Disponível em: <<http://ww2.uft.edu.br/index.php/noticias/11044-a-historia-por-tras-da-historia-da-uft>>. Acesso em 26 de jun. 2018.

\_\_\_\_\_. **Ministro da Educação empossa solenemente novo reitor da UFT.** 2012a. Disponível em: <<http://ww2.uft.edu.br/ultimas-noticias/9746-2012-07-ministro-da-educacao-empossa-solenemente-novo-reitor-da-uft>>. Acesso em 14 de jul. 2018.

\_\_\_\_\_. **Nova equipe de gestão da UFT é apresentada em cerimônia solene.** 2016. Disponível em: <<http://ww2.uft.edu.br/ultimas-noticias/16360-nova-equipe-de-gestao-da-uft-e-apresentada-em-cerimonia-solene>>. Acesso em 29 de jul. 2018.

\_\_\_\_\_. **Nova Equipe de Gestão da UFT toma posse nesta segunda-feira (16).** 2017b. Disponível em: <<http://ww2.uft.edu.br/index.php/ultimas-noticias/20505-nova-equipe-de-gestao-da-uft-toma-posse-nesta-segunda-feira-16-em-palmas>>. Acesso em 29 de jul. 2018.

\_\_\_\_\_. **Nova equipe gestora da UFT completa quadro e reúne-se para planejamento.** 2012b. Disponível em: <<http://ww2.uft.edu.br/index.php/ultimas-noticias/9853-2012-08-nova-equipe-gestora-da-uft-completa-quadro-e-reune-se-para-planejamento>>. Acesso em 29 de jul. 2018.

\_\_\_\_\_. **Portaria UFT/CUP/GAB./N° 002/2003**, de 19 de agosto de 2003. Palmas, 2003b.

\_\_\_\_\_. **Projeto pedagógico-institucional (PPI) da Universidade Federal do Tocantins.** Palmas: Universidade Federal do Tocantins, 2007. Disponível em: <<https://docs.uft.edu.br/share/s/M3U8K8DoSlqcml-2k0avDQ>>. Acesso em 25 de jun. 2018.

\_\_\_\_\_. **Relatório Gespública.** Disponível em: <<http://docs.uft.edu.br/share/s/V97H9bnkRoCKWyiTfl9mYQ>>. Acesso em: 08 de jul. 2018.

\_\_\_\_\_. **CONSUNI. Ata da Reunião de Instalação do Conselho Universitário – CONSUNI da Universidade Federal do Tocantins**, realizada no dia 14 de abril de 2004.

\_\_\_\_\_. \_\_\_\_\_. **Ata da Reunião do Colégio Eleitoral constituído para realizar a indicação das listas tríplices para escolha do Reitor e do Vice-Reitor da Universidade Federal do Tocantins, mandato 2004-2008**, realizada no dia 20 de abril de 2004.

\_\_\_\_\_. \_\_\_\_\_. **Ata da 40ª Reunião Ordinária**, realizada no dia 17 de março de 2008.

\_\_\_\_\_. \_\_\_\_\_. **Ata da 42ª Reunião Ordinária**, realizada no dia 12 de maio de 2008.

\_\_\_\_\_. \_\_\_\_\_. **Ata da 14ª Reunião Extraordinária**, realizada no dia 04 de junho de 2008.

\_\_\_\_\_. \_\_\_\_\_. **Ata da 70ª Reunião Ordinária**, realizada no dia 26 de outubro de 2011.

\_\_\_\_\_. \_\_\_\_\_. **Ata da 75ª Reunião Ordinária**, realizada no dia 17 de abril de 2012.

\_\_\_\_\_. \_\_\_\_\_. **Ata da 98ª Reunião Ordinária**, realizada no dia 03 de fevereiro de 2016.

\_\_\_\_\_. \_\_\_\_\_. **Ata da 39ª Reunião Extraordinária**, realizada no dia 05 de abril de 2016.

\_\_\_\_\_. \_\_\_\_\_. **Ata da 42ª Reunião Extraordinária**, realizada no dia 09 de maio de 2017.

\_\_\_\_\_. \_\_\_\_\_. **Ata da 43ª Reunião Extraordinária**, realizada no dia 28 de junho de 2017.

\_\_\_\_\_. \_\_\_\_\_. **Resolução do Conselho Universitário N° 01/2004**. Regulamenta o processo de escolha das listas tríplices para Reitor e Vice-Reitor da Universidade Federal do Tocantins - UFT, mandato 2004-2008.

\_\_\_\_\_. \_\_\_\_\_. **Resolução do Conselho Universitário (CONSUNI) N° 01/2008**. Regulamenta o processo de indicação dos nomes que comporão as listas tríplices destinadas à escolha e nomeação de Reitor e Vice-Reitor da Universidade Federal do Tocantins, mandato 2008-2012.

\_\_\_\_\_. \_\_\_\_\_. **Resolução do Conselho Universitário (CONSUNI) N° 15/2011**. Regulamenta o processo com vistas à composição das listas tríplices para a escolha de Reitor e Vice-Reitor da Universidade Federal do Tocantins, quadriênio 2012-2016.

\_\_\_\_\_. \_\_\_\_\_. **Resolução n° 02, de 03 de fevereiro de 2016**. Regulamenta o processo com vistas à composição das listas tríplices para a escolha do Reitor e Vice-Reitor da Universidade Federal do Tocantins, quadriênio 2016-2020.

\_\_\_\_\_. \_\_\_\_\_. **Resolução n° 15, de 09 de maio de 2017**. Regulamenta o processo com vistas à composição das listas tríplices para a escolha do Reitor e Vice-Reitor da Universidade Federal do Tocantins, mandato 2017-2021 (01/07/2017 a 30/06/2021).

**UNB. Unb adapta sistema de voto eletrônico para Defensoria Pública da União**. Brasília: Universidade de Brasília, 2013. Disponível em: <<https://www.unbciencia.unb.br/exatas/41-engenharia-eletrica/117-unb-adapta-sistema-de-voto-eletronico-para-defensoria-publica-da-uniao>>. Acesso em 14 de fev. 2018.

**USP. USP realiza primeira eleição on-line para representantes do Conselho Universitário**. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2016. Disponível em: <<http://www.usp.br/imprensa/?p=55393>>. Acesso em 10 de fev. 2018.

WRIGHT, J. T. C.; GIOVINAZZO, R. A. D. Uma ferramenta de apoio ao planejamento prospectivo. **Caderno de Pesquisas em Administração**. São Paulo, v.1, n.12, 2º trimestre/2000.

WU, C.-K.; SANKARANARAYANA, R. Internet voting: concerns and solutions. **First International Symposium on Cyber Worlds**. IEEE, 2002. p. 261-266.

## APÊNDICE A – E-mail convite para responder o Questionário Padronizado Fechado



### CONVITE ESPECIAL

Em breve você receberá um e-mail com link de acesso para responder a 10 questões (tempo estimado: 2min) que contribuirão para a dissertação: "POR UMA UFT CIBERDEMOCRÁTICA: Uma proposta de implantação de sistema de votação online para pesquisa eleitoral de Reitor e Vice-Reitor", desenvolvida no Mestrado de Gestão de Políticas Públicas da UFT pelo servidor e discente Adriano Fraga Rodrigues Vital, sob a orientação do Prof. Dr. Marcelo Cleto.

Ajude a fortalecer a democracia e a pesquisa em sua  
Universidade!!!

Será simples e rápido!!!!



## **APÊNDICE B – Questionário Padronizado Fechado**

Prezado(a),

Este questionário é parte fundamental da pesquisa para a dissertação "POR UMA UFT CIBERDEMOCRÁTICA: Uma proposta de implantação de sistema de votação online para pesquisa eleitoral de Reitor e Vice-Reitor", desenvolvido no Mestrado Profissional de Gestão de Políticas Públicas da UFT pelo servidor e discente Adriano Fraga Rodrigues Vital, sob a orientação do Prof. Dr. Marcelo de Souza Cleto. Através desse instrumento buscamos conhecer a disposição da comunidade acadêmica para diferenciar suas práticas participativas num possível sistema de votação online para pesquisa eleitoral de Reitor e Vice-Reitor na Universidade Federal do Tocantins – UFT.

NOTAS:

- a) O público-alvo dessa pesquisa é toda comunidade acadêmica da UFT.
- b) Este questionário é composto por 10 (dez) questões de múltipla escolha.
- c) O tempo necessário para responder este questionário está estimado em 2 minutos.
- d) A sua participação é voluntária e a recusa em participar não irá acarretar em qualquer penalidade ou perda de benefícios.
- e) O respondente participante não será identificado (garantindo, portanto, o sigilo).

Agradeço aos que puderem dedicar estes poucos minutos do seu tempo para responder ao questionário. Ao fazer isto, você estará contribuindo para o fortalecimento da pesquisa e do aprimoramento institucional.

### **Questionário – Comunidade Universitária da UFT**

1. Qual é a sua faixa etária?

- a. ( ) 16 a 25 anos
- b. ( ) 26 a 35 anos

- c. ( ) 36 a 45 anos
- d. ( ) 46 a 55 anos
- e. ( ) Mais de 55 anos.

2. Em qual Câmpus da UFT você está vinculado?

- a. ( ) Araguaína
- b. ( ) Arraias
- c. ( ) Gurupi
- d. ( ) Miracema
- e. ( ) Palmas
- f. ( ) Porto Nacional
- g. ( ) Reitoria
- h. ( ) Tocantinópolis

3. Na última pesquisa eleitoral para Reitoria da UFT, você pertencia a qual categoria?

- a. ( ) Docente
- b. ( ) Técnico Administrativo
- c. ( ) Discente
- d. ( ) Não era vinculado à instituição

4. Você se interessa pela Política Nacional?

- a. ( ) Muito
- b. ( ) Médio
- c. ( ) Pouco
- d. ( ) Nada

5. Você se interessa pela Política na UFT?

- a. ( ) Muito
- b. ( ) Médio
- c. ( ) Pouco
- d. ( ) Nada

6. Você participou na última consulta para a Reitoria da UFT ocorrida em 09/06/2017?

- a. ( ) Sim
- b. ( ) Não
- c. ( ) Não Lembro

- d. ( ) Não era vinculado à instituição
7. Qual foi o motivo da sua não participação? (Caso tenha votado, pule para a questão 8)
- a. ( ) Não tenho interesse nesses assuntos.
- b. ( ) Tenho interesse, estava na UFT, mas não quis participar e/ou pegar fila.
- c. ( ) Neste dia não estava na UFT
- d. ( ) Não foi disponibilizado cabine de votação no polo EaD onde desenvolvo minhas atividades.
- e. ( ) Não sabia que eu poderia votar.
- f. ( ) Não sabia da existência deste pleito.
- g. ( ) \_\_\_\_\_ (Outro).
8. Se a consulta eleitoral para a Reitoria fosse online (acessado de qualquer lugar pelo celular, computador, tablet...), você participaria?
- a. ( ) Sim
- b. ( ) Não
- c. ( ) Não tenho opinião definida
9. Você aprovaria a implantação de uma consulta eleitoral online na plataforma virtual da UFT?
- a. ( ) Aprovo totalmente
- b. ( ) Aprovo com restrições
- c. ( ) Não tenho opinião definida
- d. ( ) Desaprovo parcialmente
- e. ( ) Desaprovo totalmente
10. Você confiaria no resultado de uma consulta eleitoral realizada por meio da plataforma virtual da UFT organizada pelos representantes das três categorias?
- a. ( ) Confiaria totalmente
- b. ( ) Confiaria com restrições
- c. ( ) Não tenho opinião definida.
- d. ( ) Não confiaria.

## APÊNDICE C – E-mail convite aos especialistas do Painel 1

Prezado(a),

Esta pesquisa é parte do projeto de dissertação "POR UMA UFT CIBERDEMOCRÁTICA: Uma proposta de implantação de sistema de votação online para pesquisa eleitoral de Reitor e Vice-Reitor", desenvolvido no Mestrado Profissional de Gestão de Políticas Públicas da UFT pelo servidor e discente Adriano Fraga Rodrigues Vital, sob a orientação do Prof. Dr. Marcelo de Souza Cleto. Através desse instrumento, buscamos conhecer a disposição da comunidade acadêmica para diferenciar suas práticas participativas num possível sistema de votação online para pesquisa eleitoral de Reitor e Vice-Reitor na Universidade Federal do Tocantins – UFT.

Um dos objetivos desta pesquisa é identificar se a comunidade universitária participaria e confiaria no resultado de uma eleição realizada pela internet. Foi constatado que você é uma pessoa atuante na Instituição em prol de sua categoria, assim, o motivo de você ter sido escolhido foi para obter sua opinião sobre perspectivas e desafios políticos diante de uma possível mudança no principal ato democrático da Instituição.

Informo que esta consulta será anônima. O método a ser utilizado para a coleta dos dados é a técnica Delphi, na qual seu conhecimento e suas experiências contribuirão de forma significativa para a obtenção dos objetivos almejados. O meio que será utilizado para comunicação e a coleta de dados são a Internet. Na expectativa de que possa participar, tanto o esclarecimento sobre o método Delphi, quanto o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido foram encaminhados em anexo junto com este e-mail. Em caso de dúvidas, você poderá entrar em contato comigo através deste e-mail, ou pelo WhatsApp: (63)984667449. Após o aceite, será enviado o questionário da primeira rodada.

Agradeço se puder dedicar estes poucos minutos do seu tempo para responder às rodadas de questionários. Ao fazer isto, você estará contribuindo para o fortalecimento dos processos democráticos dentro de nossa instituição.

Atenciosamente,  
Adriano Fraga Rodrigues Vital

## APÊNDICE D – E-mail convite aos especialistas do Painel 2

Prezado(a),

Esta pesquisa é parte do projeto de dissertação "POR UMA UFT CIBERDEMOCRÁTICA: Uma proposta de implantação de sistema de votação online para pesquisa eleitoral de Reitor e Vice-Reitor", desenvolvido no Mestrado Profissional de Gestão de Políticas Públicas da UFT pelo servidor e discente Adriano Fraga Rodrigues Vital, sob a orientação do Prof. Dr. Marcelo de Souza Cleto. Através deste instrumento, buscamos conhecer a disposição da comunidade acadêmica para diferenciar suas práticas participativas num possível sistema de votação online para pesquisa eleitoral de Reitor e Vice-Reitor na Universidade Federal do Tocantins – UFT.

Um dos objetivos desta pesquisa é entender como seria configurado um sistema eleitoral operado dentro da plataforma virtual da UFT através do ponto de vista dos profissionais das Tecnologias da Informação. Foi constatado que você é um TI que conhece tanto linguagem de programação, como a plataforma virtual da UFT, assim, o motivo de você ter sido escolhido foi para obter sua opinião sobre possibilidades tecnológicas diante de uma possível mudança no principal ato democrático da Instituição.

Informo que esta consulta será anônima. O método a ser utilizado para a coleta dos dados é a técnica Delphi, na qual seu conhecimento e suas experiências contribuirão de forma significativa para a obtenção dos objetivos almejados. O meio que será utilizado para comunicação e a coleta de dados é a Internet. Na expectativa de que possa participar, tanto o esclarecimento sobre o método Delphi, quanto o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido foram encaminhados em anexo junto com este e-mail. Em caso de dúvidas, você poderá entrar em contato comigo através deste e-mail, ou pelo WhatsApp: (63)984667449. Após o aceite, será enviado o questionário da primeira rodada.

Agradeço se puder dedicar estes poucos minutos do seu tempo para responder às rodadas de questionários. Ao fazer isto, você estará contribuindo para o fortalecimento dos processos democráticos dentro de nossa instituição.

Atenciosamente,  
Adriano Fraga Rodrigues Vital

## APÊNDICE E – Termo de Consentimento Livre Esclarecido

Esta pesquisa é parte do projeto de dissertação "POR UMA UFT CIBERDEMOCRÁTICA: Uma proposta de implantação de sistema de votação online para pesquisa eleitoral de Reitor e Vice-Reitor", desenvolvido no Mestrado Profissional de Gestão de Políticas Públicas da UFT pelo servidor e discente Adriano Fraga Rodrigues Vital, sob a orientação do Prof. Dr. Marcelo de Souza Cleto. Através desse instrumento, buscamos conhecer a disposição da comunidade acadêmica para diferenciar suas práticas participativas num possível sistema de votação online para pesquisa eleitoral de Reitor e Vice-Reitor na Universidade Federal do Tocantins – UFT.

Assim, convido você a participar desta pesquisa. Um dos procedimentos adotados para a coleta de dados serão os questionários produzidos através do método Delphi. Os dados coletados, com a sua autorização prévia, ficarão em poder do pesquisador. Informo-lhe, ainda, que estes dados obtidos serão mantidos em sigilo, assim como a sua privacidade e a garantia de anonimato. Os resultados da pesquisa serão utilizados somente para fins científicos.

Comunico-lhe que não terá despesas decorrentes de sua participação na pesquisa. Você tem a liberdade de se recusar a participar ou de retirar o seu consentimento em qualquer momento ou fase do estudo.

Atenciosamente,  
Adriano Fraga Rodrigues Vital

Eu, \_\_\_\_\_,  
RG \_\_\_\_\_, fui orientado (a) sobre o estudo e afirmo meu consentimento em participar da atividade proposta pelo pesquisador e autorizo a utilização dos dados por mim fornecidos.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2018.

\_\_\_\_\_  
Assinatura do(a) respondente

## APÊNDICE F – Informações sobre o Método Delphi

O Delphi consiste em uma técnica mediada pelo pesquisador, que utiliza uma série de questionários com perguntas abertas e fechadas para que respondentes capacitados cheguem a um consenso sobre algum assunto. Esta técnica também é conhecida como: painel de especialistas. Assim, trata-se de uma coleta sistemática da opinião de especialistas sobre determinado tema (OLIVEIRA et al., 2008).

O método Delphi, de um modo geral, é definido como uma atividade interativa desenhada para combinar opiniões de um grupo de especialistas para obtenção de consenso. Baseia-se em um processo de comunicação grupal de maneira a permitir que indivíduos, como um todo, possam lidar e explorar um problema complexo (OLIVEIRA et al., 2008, p. 5)

Além de buscar uma opinião em comum acordo, o Delphi tradicional também pretende alcançar uma previsão de futuro, com base em um método qualitativo/quantitativo de coleta de opiniões/dados fundamentados no conhecimento dessas pessoas consideradas especialistas (OLIVEIRA et al., 2008). Giovinazzo (2001) e Rozados (2015) afirmam que a técnica Delphi é utilizada principalmente em situações de carência de dados históricos, necessidade de abordagem interdisciplinar, perspectivas de mudanças estruturais, ou quando há rupturas tecnológicas, econômicas, sociais ou políticas.

Nesta técnica, é aplicado um questionário que circula algumas vezes de forma interativa, até que seja adquirida uma convergência das respostas, ou seja, um satisfatório consenso que representa uma consolidação do julgamento intuitivo do grupo de especialistas. Para que isto ocorra, todos devem ter acesso às respostas produzidas pelos outros especialistas.

A cada nova rodada, as perguntas do questionário inicial são repetidas, contendo informações e dados estatísticos coletados nas respostas do questionário anterior. Quando são solicitadas novas respostas com justificativas, os participantes devem reavaliar suas respostas à luz das respostas numéricas e das justificativas dadas pelos demais respondentes da rodada anterior. Este procedimento é repetido até que a divergência de opinião entre os especialistas reduza-se a um nível considerado satisfatório, sendo que a resposta da última rodada é encarada como o consenso do grupo (ROZADOS, 2015, p. 69).

De acordo com Oliveira et al. (2008), esta técnica é aplicável a diferentes áreas do conhecimento, desde as ciências exatas, da saúde e engenharias até as

ciências humanas e sociais. Entretanto, para que de fato a técnica Delphi seja aplicada corretamente, ela deve seguir quatro pilares de sustentação: o anonimato, o uso de especialistas, a aplicação de rodadas interativas com feedback, e a busca por consenso (SÁFADI, 2001).

Rozados (2015, p. 68) define rodada como “cada um dos sucessivos questionários apresentados ao grupo”. Na técnica Delphi, as rodadas acontecem até que seja atingido um grau satisfatório de consenso. Wright e Giovinazzo (2000) acreditam que, no mínimo, duas rodadas são necessárias para caracterizar esta técnica, sendo raros os exemplos de estudos com mais de 3 rodadas. “A cada nova rodada as perguntas são repetidas, e os participantes devem reavaliar suas respostas à luz das respostas numéricas e das justificativas dadas pelos demais respondentes na rodada anterior” (GIOVINAZZO, 2001, p. 1). Assim, Giovinazzo (2001) cita o exemplo da segunda rodada do questionário Delphi, em que deve ser apresentando obrigatoriamente os resultados da primeira rodada, repetir as perguntas do questionário inicial e, ocasionalmente, adicionar novas questões que objetivem a convergências de resultados de acordo com o ponto de vista dos painelistas.

Com relação ao feedback, trata-se dos especialistas participantes da pesquisa receberem informações consolidadas sobre as respostas dos outros respondentes e também seus comentários e informações relevantes (SÁFADI, 2001), ou seja resumos das discussões de todas as rodadas. Quando o consenso for atingido, o pesquisador deve levar em consideração o seu resultado final e divulgar aos especialistas que participaram deste estudo.

Segundo Rozados (2015, p. 69) o Delphi tradicional, geralmente utilizado a estudos de tendências e eventos futuros, teve, recentemente, seu conceito ampliado. Com o intuito de “incorporar a busca de ideias e estratégias para a proposição de políticas organizacionais mais gerais”, deixou de ser caracterizada unicamente como um instrumento de previsão, tornando-se também uma técnica de apoio à decisão e à definição de políticas. Eis que surge o Delphi de Política:

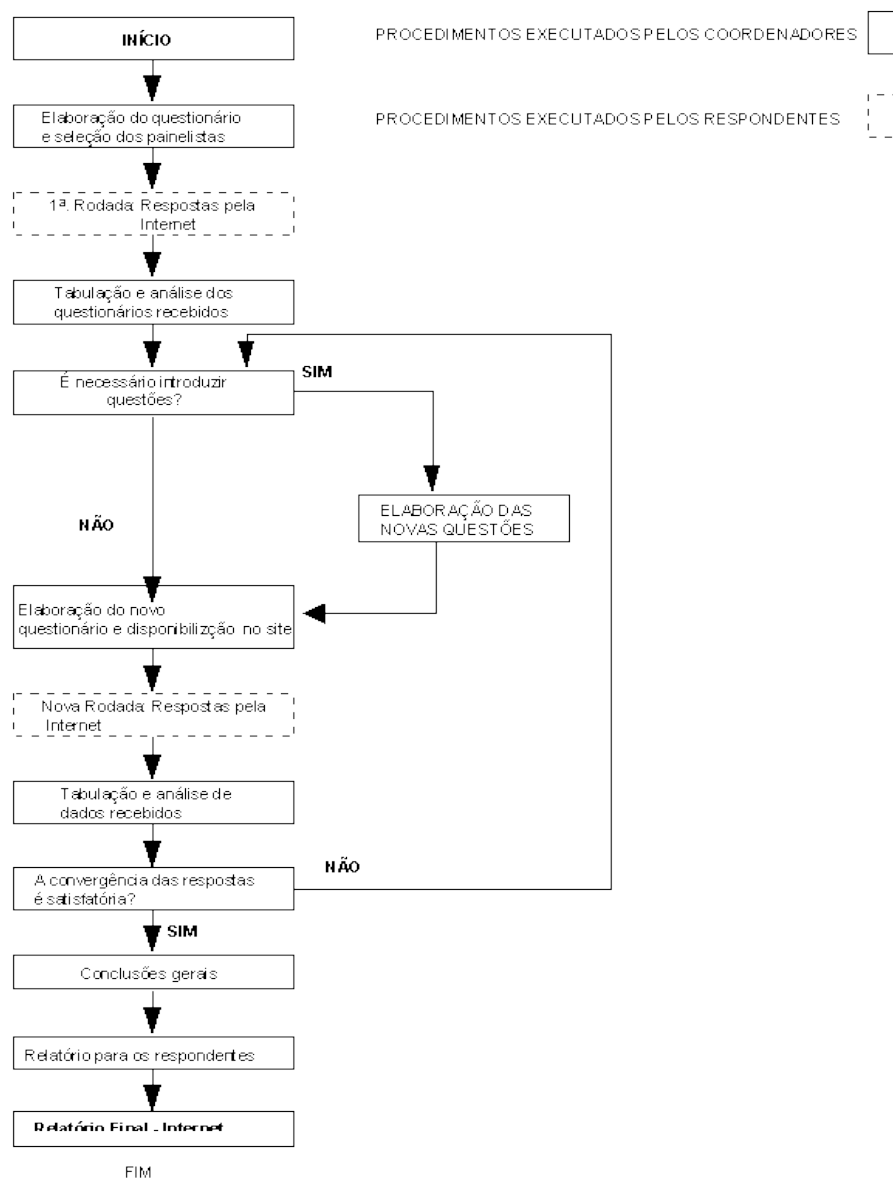
*O Delphi de Política, outro formato que a técnica Delphi assume atualmente, é uma ferramenta de análise de políticas alternativas e não um mecanismo de tomada de decisões. Seu objetivo é assegurar que todas as possíveis opções de um problema tenham sido expostas e consideradas de modo a estimar o impacto e as consequências de qualquer opção em particular, a*



analisar e a estimular a aceitabilidade de uma determinada opção (ROZADOS, 2015, p. 70).

Com a evolução dos meios de comunicação proporcionado principalmente pelo surgimento da Internet, o método Delphi se beneficiou visto que o envio dos questionários e a coleta de dados pela rede permite que o pesquisador tenha um acesso mais rápido a essas informações e conseqüentemente, a análise e o feedback para os respondentes será mais ágil (OLIVEIRA et al., 2008). Segue abaixo uma representação esquemática do Delphi aplicado pela Internet:

**Figura -** Sequência de Execução de uma Pesquisa Delphi pela Internet.



Fonte: Giovinazzo (2001).

## APÊNDICE G – Questionário da 1ª Rodada / Paine 1

1. Na última consulta eleitoral para a Reitoria da UFT, realizado no dia 09 de junho de 2017, alguns números chamaram a atenção. Dos 841 técnicos administrativos, apenas 567 compareceram às urnas, representando um universo de 67,42% da categoria. Do quadro docente, entre 1050 professores efetivos, a porcentagem de votos contabilizados foi ainda menor, comparecendo às urnas 606 votantes, ou seja, 57,71%. Entretanto, os números mais preocupantes referem-se à participação do corpo discente nesse processo eleitoral. Dos 18.642 discentes de graduação e pós-graduação matriculados na UFT aptos a votar, apenas 2.778 compareceram às urnas, representando um universo de 14,9% dos estudantes. Em sua opinião, quais fatores levaram a tão baixa participação no pleito, principalmente por parte dos estudantes?

2. Na UFT já tiveram consultas com urnas de lona e urnas eletrônicas. Você acredita que outra mudança no sistema eleitoral na Instituição, ou seja, a implantação de um sistema de votação online, seria capaz de favorecer uma maior participação das pessoas (professores, alunos e técnicos administrativos) na pesquisa eleitoral para Reitor e Vice-Reitor da UFT e em outros pleitos (Diretórios Acadêmicos, Centros Acadêmicos, Coordenações de Curso, membros do Conselho Diretor), visto que este sistema traria a possibilidade do voto de mobilidade, ou seja, votar de qualquer lugar? Justifique sua resposta.

3. Tanto o modelo paritário quanto o universal são contestados por uma grande parcela dos docentes, que alegam que as Leis 9.192/95 e 9.394/96 são bastante claras ao apontar que a divisão proporcional dos votos na consulta deve obedecer à proporção de 70% para os professores, e 30% divididos entre os técnicos administrativos e os discentes. Desde que a UFT iniciou suas consultas eleitorais, quatro dos cinco pleitos organizados pela Seção Sindical dos Docentes (Sesduft), o Diretório Central dos Estudantes (DCE/UFT) e o Sindicato dos Servidores Técnico-Administrativos (Sintad/UFT) foram conduzidos de forma paritária. Deste modo, a UFT vive, a cada quatro anos, uma situação conflitante, que gera insegurança jurídica nas consultas eleitorais para Reitor e Vice-Reitor, principalmente em função da disputa entre os segmentos dos docentes, técnico-administrativos e discentes,

pelo peso de seus votos e a força da disposição legal. O que você acha desta opção da instituição em conduzir de forma paritária sua consulta para a escolha do cargo máximo da instituição?

4. Com o intuito de reduzir fraudes eleitorais, diminuir custos e realizar apurações mais rápidas, ao mesmo tempo em que se potencializa a mobilidade e a participação do votante, vários sistemas de votação online já estão surgindo e sendo aperfeiçoados de acordo com cada realidade, inclusive para Instituições de Ensino Superior, como o SIGEleição, o SAELE e o Helios Voting – Sistemas utilizados em várias universidades do país. Muitos autores indicam a utilização destes tipos de sistemas de votação em pleitos com possibilidade baixa coerção, tais como as eleições encontradas em um ambiente universitário. Entretanto em alguns sistemas, e na própria organização do pleito, existem mecanismos que, de certo modo, evita ou reduz a coerção dos eleitores no momento do voto. O Helios, por exemplo, permite votar quantas vezes o eleitor quiser, e só terá validade o seu último voto. Esta possibilidade faz o agente coercitivo ter menos esperança que sua influência dê certo, visto que também o eleitor poderá votar de qualquer lugar e de qualquer aparelho conectado à rede, podendo modificar seu voto. Também a criação de eleições com um prazo maior para votação (3 dias a uma semana), diferente das eleições tradicionais que geralmente só ocorrem votação durante um dia, pode inibir a ação destes agentes, visto que eles não estarão com os possíveis votantes constantemente durante todo este tempo. Diante do exposto e de sua experiência em pleitos organizados na UFT, você acredita que o fator COERÇÃO, prejudicaria ou não a realização de um pleito com uso de um sistema de votação online, visto que o eleitor poderá votar de qualquer lugar? Justifique sua resposta.

5. Diante de cada afirmação abaixo, indique seu grau de concordância.

<p style="text-align: center;"><b>Indicadores</b></p> <p><b>1 - Interesse pela Política</b>  <b>2 - Utilização da Internet como ferramenta política</b>  <b>3 - Proporção das consultas</b>  <b>4 - Poder de Coerção</b></p>	Discordo totalmente	Discordo parcialmente	Nem discordo, nem concordo	Concordo parcialmente	Concordo totalmente
1. Brasileiro não gosta de política.					
1. Alunos da UFT não gostam de participar da eleição na Instituição por não acreditar que seu voto faça a diferença.					
1. A baixa participação nos pleitos da UFT é reflexo da atual crise na política brasileira.					
1. Alternativas devem ser criadas para aumentar a participação das pessoas nas decisões.					
2. O uso da internet irá favorecer uma maior participação das pessoas nos pleitos da UFT.					
2. A utilização da internet nas decisões é uma tendência mundial em direção a uma ciberdemocracia.					
2. Sistemas de votação online que estão sendo utilizados no âmbito universitário no país demonstram uma evolução não somente tecnológica, mas também política e social das Universidades.					
2. O principal motivo que pode fazer as pessoas votarem pela Internet é a conveniência.					
3. A divisão proporcional dos votos na consulta obedecendo à proporção de 70% para os professores, e 30% divididos entre os técnicos administrativos e os discentes desmotivaria ainda mais estas duas últimas categorias de eleitores.					
3. O modelo paritário de escolha (cada categoria da universidade possui 33,3% do total de votos) é o mais coerente a ser usado.					
3. O modelo de voto universal (sistema em que o voto de cada membro da comunidade universitária vale exatamente o mesmo) deveria ser aplicado a UFT.					
3. A divisão proporcional dos votos na consulta obedecendo à proporção de 70% para os professores, e 30% divididos entre os técnicos administrativos deve cumprida porque está na legislação.					
4. Não existe prática coercitiva nas eleições da UFT.					
4. Não existe prática coercitiva nos pleitos ocorridos na UFT suficiente para prejudicar a escolha eleitoral de um votante.					
4. A UFT desempenha um importante papel quanto ao desenvolvimento político de seus alunos. Este fato, aliado ao nível de esclarecimento, faz com que os discentes não sejam vítimas do poder coercitivo de alguns agentes.					
4. Para um sistema ser implantado, deve haver mecanismos que coíbam a prática da coerção.					

## APÊNDICE H – Questionário da 1ª Rodada / Painei 2

1. O aproveitamento da capacidade de seus servidores e a possibilidade de utilizar a estrutura tecnológica atual da UFT, sem necessidade de aporte de capital na aquisição de novos equipamentos, seria o ideal para a construção de sistema online de votação. De acordo com os seus conhecimentos, qual seria a infraestrutura necessária para a construção e utilização deste sistema nos 7 Câmpus e Reitoria? A UFT possui esta infraestrutura?

2. Com base no trabalho de Dias (2016), por se mostrar o mais completo e adaptado a realidade de uma Instituição de Ensino Superior, foi construída a tabela abaixo com os requisitos de segurança e usabilidade de um sistema de votação por ordem alfabética. Entretanto, a ideia de flexibilidade e conveniência descrita em Wu e Sankaranarayana (2002) e Cabral (2014) respectivamente, se mostrou a mais propícia para este trabalho, visto que Dias (2016) pensa em um sistema de votação eletrônica para uma eleição em zonas eleitorais fixas, assim como ocorre com o uso das urnas eletrônicas. Também foi acrescida a ideia de eficiência proposta por Cabral (2014) e a ideia de disponibilidade citada por Santos, Lins e Madruga (2015):

**Quadro 04:** Requisitos de Segurança e Usabilidade de um Sistema de Votação

<b>Requisitos</b>	<b>Características dos requisitos</b>
<b>Acessibilidade</b>	Qualquer eleitor deve ser capaz de votar, sem discriminação de qualquer capacidade e/ou restrição física, motora ou cognitiva.
<b>Auditabilidade</b>	Devem existir meios para auditar a eleição em caso de reclamações.
<b>Autenticação</b>	Os eleitores devem comprovar sua identidade para obter acesso ao sistema eleitoral
<b>Certificabilidade</b>	O processo eleitoral completo, incluindo hardware e software utilizado, deve ser certificável de acordo com critérios preestabelecidos.
<b>Compleitude</b>	Todos os votos válidos devem ser contados corretamente.
<b>Confiabilidade/ Robustez</b>	O sistema deve funcionar sem afetar os votos, mesmo na ocorrência de falhas de sistema. Um sistema também é robusto se tolera um comportamento faltoso de uma coalizão de participantes de tamanho razoável, sem afetar a eleição e permitindo a detecção dos eleitores maliciosos.
<b>Controle de acesso</b>	Somente autoridades eleitorais podem acessar certos processos e/ou dados dentro do sistema eleitoral.
<b>Conveniência</b>	O sistema deve ser simples, fácil e rápido de ser utilizado, tanto para os votantes quanto para os administradores.
<b>Democracia</b>	Quando observados os requisitos de elegibilidade e unicidade.
<b>Disponibilidade</b>	Um sistema de votação que esteja disponível durante todo o período de votação.

<b>Eficiência</b>	A apuração dos votos deve ser realizada dentro de um tempo aceitável, além de não exigir o cálculo manual das cédulas.
<b>Elegibilidade</b>	Somente eleitores aptos e registrados previamente podem participar do processo de votação.
<b>Equidade</b>	O eleitor não deve possuir nenhum conhecimento da distribuição de votos até que a apuração seja anunciada para que seu voto não seja influenciado.
<b>Flexibilidade</b>	Deve ser possível a criação de diferentes tipos de eleição com múltiplas escolhas ou perguntas que exijam que o votante escreva uma resposta. Além disto, é desejável que o votante possa utilizar diferentes dispositivos para enviar seu voto, tais como celulares, tablets, notebooks, desktops, palmtops, etc.
<b>Integridade ou acurácia</b>	Um sistema é acurado se e somente se nenhum voto pode ser modificado, adulterado, duplicado, inserido ou removido sem detecção, após seu registro.
<b>Isenção de disputas</b>	Deve prover mecanismo para resolver todas as disputas em qualquer estágio, referentes à validade da eleição, usando informações que são publicamente disponíveis.
<b>Legalidade</b>	Observância de normas e preceitos legais.
<b>Livre arbítrio</b>	Eleitores devem ser capazes de votar com livre arbítrio e não sob coerção.
<b>Mobilidade</b>	Não devem existir restrições de locais em que o eleitor possa votar
<b>Privacidade, anonimato ou sigilo</b>	Impossibilidade de correlacionar o voto ao eleitor, identificando sua manifestação na cédula.
<b>Proteção contra ameaças externas</b>	Garantir que sistemas de votação sejam protegidos de vírus, malware ou hackers
<b>Rastreabilidade</b>	Todo eleitor deve receber uma prova de que seu voto foi contado corretamente, podendo ser uma trilha em papel que não seja mantida pelo eleitor.
<b>Segurança de transmissão de dados</b>	Garantir a confidencialidade dos votos, durante a transmissão dos dados.
<b>Sem comprovantes ou incoercibilidade</b>	Eleitores não podem provar a terceiros como votaram, visando à prevenção de venda de votos ou coerção.
<b>Simplicidade/ Transparência</b>	O processo de votação deve ser compreensível e fácil, de modo geral.
<b>Solidez</b>	Qualquer voto inválido deve ser excluído da apuração.
<b>Unicidade</b>	Somente um voto por eleitor é contado na apuração.
<b>Usabilidade</b>	A cédula deve indicar claramente as opções a serem feitas, como selecioná-las e fácil o bastante para ser usada por todos.
<b>Verificabilidade</b>	Deve ser possível verificar que todos os votos foram contados.
<b>Viabilidade custo/eficácia</b>	A estrutura eleitoral deve ter custo razoável em equipamentos e acesso para permitir participação universal, sem que seus custos para aquisição ou operacionais inviabilizem sua adoção em locais com poucos recursos.

Fonte: Dias (2016); Cabral (2014); Santos, Lins e Madruga (2015); e Wu e Sankaranarayana (2002)  
– Elaboração própria.

A UFRGS e a UFRN construíram o SAELE e o SIGEleição (sistemas de votação eleitoral) respectivamente. Diante dos requisitos expostos na tabela e de seu conhecimento da infraestrutura da UFT, fazendo uma previsão já para a próxima consulta eleitoral para Reitor (2021) e outros pleitos institucionais e acadêmicos (Diretórios Acadêmicos, Centros Acadêmicos, Coordenações de Curso, membros do Conselho Diretor) você crê na possibilidade da UFT construir seu próprio sistema de votação já para 2021? Justifique sua resposta.

3. No portal da UFT existem acessos exclusivos para Docentes (Portal do professor) e Discentes (Portal do Aluno), e também tem a intranet que todos os técnicos administrativos possuem acesso. Em sua opinião, poderia ser configurado um sistema eleitoral, com os requisitos do Quadro 04, operado dentro da plataforma virtual da UFT (inclusive com princípios da Unicidade e da Elegibilidade, pelo fato de algumas pessoas possuírem mais de uma matrícula no órgão, como por exemplo, casos de pessoas que são técnicos administrativos, mas também estão matriculado em algum curso [graduação ou pós graduação/ EaD ou presencial] da instituição)? Justifique sua resposta.

4. Experiências de votação num sistema online ou eletrônico já estão cada vez mais comuns no âmbito universitário, tanto para a escolha dos dirigentes máximos da instituição como nos pleitos de diretórios acadêmicos organizados por discentes. Os sistemas mais conhecidos já utilizados para eleição do cargo de Reitor são: SIGEleição, SAELE e Helios Voting System.

O SIG-UFRN – Sistemas Institucionais Integrados de Gestão – é uma ferramenta de gestão de Universidades formado por conjunto de sistemas cuja função é administrar informações e procedimentos de diferentes áreas funcionais, como recursos humanos, patrimônio, administrativo e acadêmico, dentre outros, propiciando integração destas informações, de forma que as mesmas possam ser manipuladas e gerenciadas de maneira eficiente e segura. Neste conjunto de sistemas, encontra-se o Sistema Integrado de Gestão de Eleições – SIGEleição. Criado em 2011, trata-se de um sistema de eleições online desenvolvido pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN. Em uma breve pesquisa num site de buscas verifica-se que o SIGEleição, mesmo com tão pouco tempo de sua criação, foi utilizado para a realização de pleitos não apenas na UFRN, como

também em diversas Instituições de Ensino Superior pelo país: UFG, UFPA, UNIFESSPA, UFS, UFABC, UNIFEI, UFRR, UNILA, UFSB entre outras, mediante acordo de cooperação. Inclusive, há um vídeo com mais de uma hora de duração hospedado na página Youtube e produzido pela SINFO/UFRN, explicando o funcionamento deste sistema e como ele pode ser disponibilizado para utilização de outras instituições.

O Sistema Aberto de Eleições Eletrônicas – SAELE, foi desenvolvido pelo Centro de Processamento de Dados – CPD da Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS. Em outubro de 2011, a UFRGS e a Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação (SLTI) formalizaram a disponibilização do SAELE tornando-o um software livre acessível no portal do Software Público Brasileiro. No próprio portal do SPB está disponível o tutorial de instalação do SAELE. Externo a UFRGS, há registros também de utilização do SAELE em Processos Eleitorais de representação docente, e discente de graduação e de pós-graduação no Conselho do Centro de Ciências Naturais e Humanas da Universidade Federal do ABC, em 2015. Outro pleito formal com a utilização deste sistema, mas que não ocorreu no âmbito universitário, foi a eleição do Sindicato dos Servidores do Ministério Público do Estado do Maranhão – SINDSEMP/MA.

Diferente do SIGEleição e do SAELE, o Helios Voting System não foi produzido no Brasil. Desenvolvido por Ben Adida, em 2008, numa parceria entre a *Université catholique de Louvain* (UCL), em Louvain-la-Neuve na Bélgica, e a Universidade de Harvard, nos Estados Unidos. Na página oficial do Helios, o processo eleitoral realizado por este sistema é definido como: privado, verificável e comprovado; e qualquer pessoa com conta de usuário Google ou Facebook pode criar uma eleição. No Brasil, o primeiro registro de utilização do Helios, num pleito formal, ocorreu em 2011 na eleição da Diretoria e Conselho da Sociedade Brasileira de Computação - SBC. (SBC, 2011). Em 2013, o Helios foi utilizado para a escolha dos dirigentes máximos da Defensoria Pública da União. Em parceria com a equipe do Laboratório Latitude da UnB, o sistema foi adaptado de acordo com as necessidades do órgão permitindo que os 521 defensores públicos do país precisassem de apenas 35 horas e um dispositivo conectado à internet para escolher os indicados à lista tríplice (UNB, 2013). A confiança adquirida no sistema foi tanta, que em 2017 também ocorreu a Eleição para a Diretoria e o Conselho da SBC através do Helios.



Diante destas informações, e o conhecimento que você possui sobre sistemas de votação online, programação e a realidade da UFT, você recomendaria a UFT utilizar num pleito de tamanha importância, como a escolha do cargo máximo da instituição: o SIGEleição, o SAELE, o Helios, ou um sistema desenvolvido pela própria UFT? Justifique sua resposta.

5. Diante de cada afirmação abaixo, indique seu grau de concordância, inclusive quanto as previsões.

<b>Indicadores</b> 1 – Infraestrutura da UFT 2 – Previsões para 2021 3 – Utilização da Plataforma Virtual da UFT 4 – Utilização de Sistemas Eleitorais já existentes.	Discordo totalmente	Discordo parcialmente	Nem discordo, nem concordo	Concordo parcialmente	Concordo totalmente
1. A UFT possui infraestrutura física e tecnológica para a construção de um sistema de votação online.					
1. A UFT possui recurso intelectual humano para a construção de um sistema de votação online.					
1. É preferível a UFT utilizar um sistema de votação online, do que as urnas eletrônicas cedidas pelo TRE.					
1. A gestão da UFT nunca demonstrou interesse em investir no desenvolvimento de um sistema de votação online.					
2. Em 2021 a UFT terá seu próprio sistema de votação online.					
2. Em 2021 a UFT utilizará as urnas eletrônicas cedidas pelo TRE.					
2. Em 2021 a UFT utilizará as urnas de lona e cédulas de papel.					
2. Até 2021 a UFT testará vários sistemas de votação online existentes já utilizados no âmbito universitário e escolherá um deles.					
3. A UFT criará um sistema de votação online a partir de seu próprio portal para eleições de grande porte, inclusive a de Reitor, nos próximos quatro anos.					
3. A UFT criará um sistema de votação online a partir de seu próprio portal somente para eleições de pequeno porte como Diretórios e Centros Acadêmicos, nos próximos quatro anos.					
3. A Plataforma virtual da UFT não é adequada para a construção de um sistema online de votação.					
3. A Plataforma virtual da UFT é adequada para a construção de um sistema online de votação, entretanto a gestão nunca demonstrou interesse no assunto.					
4. Seria adequado a UFT utilizar o SIGEleição.					
4. Seria adequado a UFT utilizar o Helios.					
4. Seria adequado a UFT utilizar o SAELE					
4. Seria adequado a UFT utilizar um sistema criado por ela mesmo.					



## UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS

---

### PROTOCOLO DE UMA ELEIÇÃO COM A UTILIZAÇÃO DE SISTEMA ONLINE PARA SER APLICADO NA PESQUISA ELEITORAL PARA REITOR E VICE- REITOR DA UFT

#### **Elaboração**

Adriano Fraga Rodrigues Vital

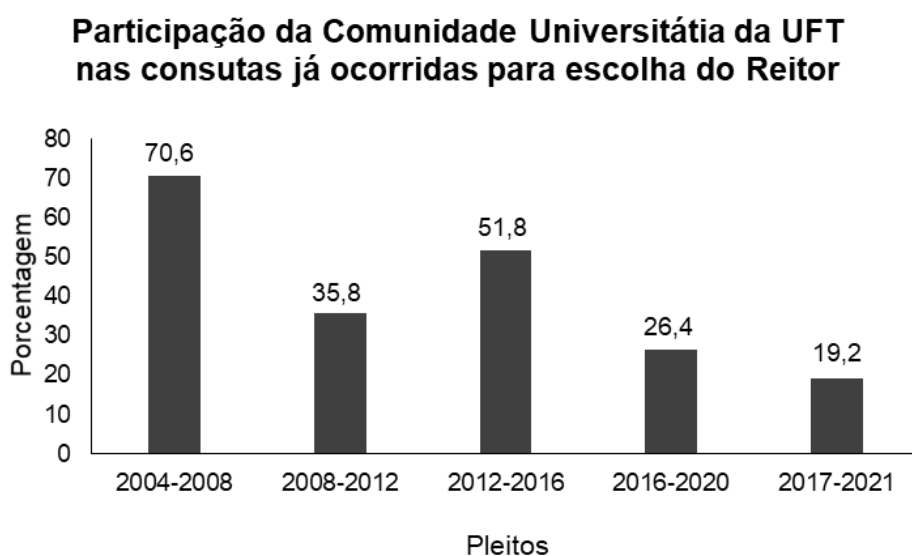
*Graduado em Geografia, especialista em Educação, Cultura e Contextualidade,  
e mestrando em Gestão de Políticas Públicas na UFT (GESPOL)*

GURUPI/TO  
NOVEMBRO DE 2018

## Contexto Geral

A pesquisa eleitoral à comunidade universitária promovida historicamente pelas categorias na UFT tem por finalidade verificar os nomes com maior respaldo para assumir os cargos de Reitor e Vice-Reitor, e o Conselho Universitário da UFT sempre respeitou o resultado obtido por meio desta consulta. Em seu pouco tempo de existência a UFT já passou por cinco consultas eleitorais informais para o preenchimento dos cargos de Reitor e Vice-Reitor e somente no pleito para o mandato 2008-2012 ocorreu a candidatura de chapa única, havendo nos outros quatro pleitos duas chapas concorrendo ao cargo máximo da instituição. O gráfico abaixo mostra o percentual de participação da comunidade universitária nestes pleitos:

**Gráfico 01** – Participação em % da Comunidade Universitária da UFT em todas as consultas já realizadas para a escolha de Reitor e Vice-Reitor.



**Fonte:** Elaboração própria com base na pesquisa documental

Neste gráfico destaca-se a contínua redução na porcentagem de participação em todos os pleitos que tiveram duas candidaturas concorrentes ao cargo máximo da instituição. No último pleito, realizado no dia 09 de junho de 2017, alguns números chamaram a atenção. Dos 841 técnicos administrativos da UFT, apenas 567 compareceram às urnas, representando um universo de 67,42% da categoria. Do quadro docente, entre 1050 professores efetivos, a porcentagem de votos

contabilizados foi ainda menor, comparecendo às urnas 606 votantes, ou seja, 57,71%. Entretanto, os números mais preocupantes referem-se à participação do corpo discente nesse processo eleitoral. Dos 18.642 discentes de graduação e pós-graduação matriculados na UFT aptos a votar, apenas 2.778 compareceram às urnas, representando um universo de 14,9% dos estudantes.

A não participação de mais de dezesseis mil membros da comunidade universitária é um fato a ser questionado. O que não deu certo neste pleito? Promover um processo eleitoral numa universidade com mais de 20 mil pessoas aptas ao voto, distribuídas em sete câmpus de educação presencial e 19 polos EaD situados nas mais diversas microrregiões e pontos extremos em um estado com uma extensão de 277 620,914 km<sup>2</sup>, faz-nos pensar em toda a logística envolvida neste processo.

O deslocamento de pessoas da comissão eleitoral para cada um dos câmpus, a entrega e o retorno das urnas eletrônicas utilizadas neste processo, custos com combustível e diárias, treinamentos dos integrantes das comissões setoriais no TRE, mobilização de um número enorme de mesários, é um processo complexo e custoso, mas que neste pleito contou com a participação apenas de 19,24% da comunidade universitária.

Diante deste cenário, alternativas de deliberação com a utilização das tecnologias digitais, mais precisamente à internet, surgem para o revigoreamento da democracia dentro das Universidades. Como forma de contribuir com este processo foi produzido este protocolo de uma eleição com a utilização de sistema online para ser aplicado na pesquisa eleitoral para reitor e vice-reitor da UFT. Este protocolo foi produzido com o auxílio dos trabalhos de Dias (2016); Cabral (2014); Santos, Lins e Madruga (2015, 2017); e Wu e Sankaranarayana (2002). Além destes trabalhos acadêmicos, foram utilizados documentos oficiais produzidos pelas comissões eleitorais já formadas na história da UFT; editais de eleições de outras instituições universitárias que utilizaram sistemas eleitorais de votação; e os dados obtidos na dissertação que resultou neste produto: "Por uma UFT Ciberdemocrática: Uma proposta de implantação de sistema de votação online para pesquisa eleitoral de Reitor e Vice-Reitor".

## Condições necessárias

Para que ocorra uma consulta eleitoral para Reitor e Vice-Reitor da UFT com um sistema de votação online, a primeira condição necessária é que este sistema deva ser desenvolvido na Diretoria de Tecnologia da Informação (DTI) da instituição, com a parceria dos servidores distribuídos nos Núcleos de Tecnologia da Informação de todos os Câmpus, e o respaldo da Reitoria.

Já foi averiguado que a UFT possui infraestrutura física e humana suficiente para a produção deste sistema. Apesar da existências de alguns sistemas de votação online já utilizados no âmbito universitário no país, torna-se necessário a UFT desenvolver seu próprio sistema, moldando-o de acordo com as particularidades da instituição.

Muitos autores descrevem as características básicas que deve ter um sistema de votação online ou eletrônica para vários tipos de eleições, inclusive com requisitos de segurança não tão altos, e baixo risco de coerção, tais como as eleições encontradas em um ambiente universitário. Dentre eles: Dias (2016); Cabral (2014); Wu e Sankaranarayana (2002); Qadah e Taha (2007); Adida (2008); Monteiro et al. (2001); Costa (2008); Santos, Lins e Madruga (2015, 2017); e Chaves e Mello (2014, 2015).

Com base no trabalho de Dias (2016), por se mostrar o mais completo e adaptado a realidade de uma Instituição de Ensino Superior, foi construído o quadro abaixo com os requisitos de segurança e usabilidade de um sistema de votação por ordem alfabética. Entretanto, a ideia de flexibilidade e conveniência descrita em Wu e Sankaranarayana (2002) e Cabral (2014) respectivamente, se mostrou a mais propícia para este trabalho, visto que Dias (2016) pensa em um sistema de votação eletrônica para uma eleição em zonas eleitorais fixas, assim como ocorre com o uso das urnas eletrônicas. Também foi acrescida a ideia de eficiência proposta por Cabral (2014) e a ideia de disponibilidade citada por Santos, Lins e Madruga (2015):

**Quadro 01:** Requisitos de Segurança e Usabilidade de um Sistema de Votação

<b>Requisitos</b>	<b>Características dos requisitos</b>
<b>Acessibilidade</b>	Qualquer eleitor deve ser capaz de votar, sem discriminação de qualquer capacidade e/ou restrição física, motora ou cognitiva.
<b>Auditabilidade</b>	Devem existir meios para auditar a eleição em caso de reclamações.

<b>Autenticação</b>	Os eleitores devem comprovar sua identidade para obter acesso ao sistema eleitoral.
<b>Certificabilidade</b>	O processo eleitoral completo, incluindo hardware e software utilizado, deve ser certificável de acordo com critérios preestabelecidos.
<b>Completude</b>	Todos os votos válidos devem ser contados corretamente.
<b>Confiabilidade/ Robustez</b>	O sistema deve funcionar sem afetar os votos, mesmo na ocorrência de falhas de sistema. Um sistema também é robusto se tolera um comportamento faltoso de uma coalizão de participantes de tamanho razoável, sem afetar a eleição e permitindo a detecção dos eleitores maliciosos.
<b>Controle de acesso</b>	Somente autoridades eleitorais podem acessar certos processos e/ou dados dentro do sistema eleitoral.
<b>Conveniência</b>	O sistema deve ser simples, fácil e rápido de ser utilizado, tanto para os votantes quanto para os administradores.
<b>Democracia</b>	Quando observados os requisitos de elegibilidade e unicidade.
<b>Disponibilidade</b>	Um sistema de votação que esteja disponível durante todo o período de votação.
<b>Eficiência</b>	A apuração dos votos deve ser realizada dentro de um tempo aceitável, além de não exigir o cálculo manual das cédulas.
<b>Elegibilidade</b>	Somente eleitores aptos e registrados previamente podem participar do processo de votação.
<b>Equidade</b>	O eleitor não deve possuir nenhum conhecimento da distribuição de votos até que a apuração seja anunciada para que seu voto não seja influenciado.
<b>Flexibilidade</b>	Deve ser possível a criação de diferentes tipos de eleição com múltiplas escolhas ou perguntas que exijam que o votante escreva uma resposta. Além disso, é desejável que o votante possa utilizar diferentes dispositivos para enviar seu voto, tais como celulares, tablets, notebooks, desktops, palmtops, etc.
<b>Integridade ou acurácia</b>	Um sistema é acurado se e somente se nenhum voto pode ser modificado, adulterado, duplicado, inserido ou removido sem detecção, após seu registro.
<b>Isenção de disputas</b>	Deve prover mecanismo para resolver todas as disputas em qualquer estágio, referentes à validade da eleição, usando informações que são publicamente disponíveis.
<b>Legalidade</b>	Observância de normas e preceitos legais.
<b>Livre arbítrio</b>	Eleitores devem ser capazes de votar com livre arbítrio e não sob coerção.
<b>Mobilidade</b>	Não devem existir restrições de locais em que o eleitor possa votar
<b>Privacidade, anonimato ou sigilo</b>	Impossibilidade de correlacionar o voto ao eleitor, identificando sua manifestação na cédula.
<b>Proteção contra ameaças externas</b>	Garantir que sistemas de votação sejam protegidos de vírus, malware ou hackers.
<b>Rastreabilidade</b>	Todo eleitor deve receber uma prova de que seu voto foi contado corretamente, podendo ser uma trilha em papel que não seja mantida pelo eleitor.
<b>Segurança de transmissão de dados</b>	Garantir a confidencialidade dos votos, durante a transmissão dos dados.
<b>Sem comprovantes ou incoercibilidade</b>	Eleitores não podem provar a terceiros como votaram, visando à prevenção de venda de votos ou coerção.

<b>Simplicidade/ Transparência</b>	O processo de votação deve ser compreensível e fácil, de modo geral.
<b>Solidez</b>	Qualquer voto inválido deve ser excluído da apuração.
<b>Unicidade</b>	Somente um voto por eleitor é contado na apuração.
<b>Usabilidade</b>	A cédula deve indicar claramente as opções a serem feitas, como selecioná-las e fácil o bastante para ser usada por todos.
<b>Verificabilidade</b>	Deve ser possível verificar que todos os votos foram contados.
<b>Viabilidade custo/eficácia</b>	A estrutura eleitoral deve ter custo razoável em equipamentos e acesso para permitir participação universal, sem que seus custos para aquisição ou operacionais inviabilizem sua adoção em locais com poucos recursos.

**Fonte:** Dias (2016); Cabral (2014); Santos, Lins e Madruga (2015); e Wu e Sankaranarayana (2002)  
– Elaboração própria.

Portanto, um sistema desenvolvido com esses requisitos descritos no quadro acima também é uma condição necessária para que ocorra uma consulta eleitoral para Reitor e Vice-Reitor da UFT com a confiança da comunidade universitária. Outra condição é que este sistema seja testado antes em eleições de menor porte, como em Centros Acadêmicos ou para Coordenações de Colegiados de Cursos.

O Consuni da UFT jamais mencionou em suas Resoluções qualquer referência ao processo de consulta à comunidade universitária para a eleição de Reitor e Vice-Reitor. Todas as suas resoluções sobre o assunto regulamentaram apenas o processo com vistas à composição das listas tríplices e votação somente no próprio Conselho Universitário.

Entretanto, alguns Conselhos Superiores de outras universidades já tratam da consulta informal em suas resoluções, como no caso do Consuni da Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN. Em 26 de setembro de 2014 por meio da RESOLUÇÃO N° 011/2014-CONSUNI, foi aprovada a Regulamentação Geral para o processo de consulta à comunidade universitária para a eleição de Reitor e Vice-Reitor da UFRN. Nesta Resolução há de se destacar o artigo 13 que diz: “A consulta processar-se-á pelo sistema SIGELEIÇÃO, em conformidade com a Instrução Normativa Complementar emanada pela Comissão Eleitoral.” (UFRN. CONSUNI, 2014, p. 8).

O Sistema Integrado de Gestão de Eleições (SIGEleição) é um sistema de eleições online desenvolvido pela própria UFRN e que já foi utilizada em diversas eleições. Além da escolha do Reitor, também já foi utilizado para a escolha de

chefes de departamentos, do diretório central de estudantes e até para consulta sindical de ajustes salariais.

Diante deste contexto da UFRN, chamam a atenção dois pontos da RESOLUÇÃO N° 011/2014-CONSUNI/UFRN. O primeiro ponto, em contraste com normas historicamente estabelecidas na UFT, trata-se da criação de uma norma pelo Conselho Superior da instituição sobre a consulta informal à comunidade universitária para eleição de Reitor e Vice-Reitor. O segundo ponto é o fato da utilização deste sistema de votação online constar nesta resolução demonstrando o fortalecimento de uma nova cultura política onde as relações sociais cibermediadas avançam cotidianamente sobre nossos espaços.

Para que ocorra a criação de uma norma via qualquer Conselho Universitário, a proposta deve ser elaborada, votada em plenária, e caso seja aprovada, a resolução é criada e publicada. Dias (2016, p. 84) defende que um documento, como este publicado pelo CONSUNI/UFRN, deve ser aprovado com bastante antecedência do processo de consulta à comunidade universitária, para que se evite “interesses e articulações, às vésperas da deflagração da consulta, maculem o regramento com o objetivo de beneficiar ou prejudicar possíveis candidatos”, e o mesmo documento poderá ser revisado pelo Conselho Superior a qualquer tempo após cada processo eleitoral, com o objetivo de aperfeiçoá-lo.

Portanto, ao resumirmos as condições necessárias para que ocorra uma consulta eleitoral para Reitor e Vice-Reitor da UFT com um sistema de votação online chega-se aos seguintes pontos:

- Construção de um sistema eleitoral de votação aproveitando-se da própria infraestrutura física e pessoal da UFT, em parceria entre DTI e NTI dos sete câmpus, e com respaldo da Reitoria;
- Desenvolvimento do sistema com todos os requisitos e características descritas no quadro 01;
- Teste do sistema desenvolvido na instituição em eleições de pequeno porte;
- Elaboração e aprovação da proposta no Conselho Universitário para que o sistema de votação online produzido pela própria instituição seja utilizado no processo de consulta à comunidade universitária para a eleição de Reitor e Vice-Reitor da UFT.



## Protocolo Eleitoral

Este protocolo foi produzido com base nos trabalhos de Dias (2016) e Santos, Lins e Madruga (2017); e adaptado à realidade da UFT. Inicialmente se faz necessário refletirmos sobre o período de campanha. A história das consultas eleitorais para Reitor e Vice-Reitor da UFT mostrou que os maiores percentuais de participação ocorreram nos pleitos em que as chapas tiveram um maior período de campanha. Um prazo de 90 dias corridos da deflagração deste processo pelo Conselho Superior até a composição das listas tríplexes, e de 60 dias corridos entre a data da inscrição das chapas até a data de início de votação torna-se suficiente para campanha, apresentação de propostas e debates entre chapas nos sete câmpus.

Após o cumprimento das condições necessárias para que ocorra uma consulta eleitoral para Reitor e Vice-Reitor da UFT com um sistema de votação online, o próximo passo será a convocação do Conselho Superior para Reunião Extraordinária com duas pautas: i) a normativa para composição das listas tríplexes para nomeação de Reitor e Vice-Reitor; iii) a formação da Comissão Eleitoral Central (CEC) indicada pelas três categorias.

Desta reunião resultará a publicação da Resolução que regulamentará o processo com vistas à composição das listas tríplexes para a escolha do Reitor e Vice-Reitor. O passo seguinte é imediata reunião da CEC para construção e publicação do Regimento Eleitoral da pesquisa junto à comunidade universitária, para dar início às inscrições das chapas.

Poderão inscrever-se na pesquisa eleitoral, docentes ocupantes dos dois níveis superiores da Carreira de Magistério Superior da UFT ou aqueles que sejam portadores do título de doutor, neste caso, independentemente do nível ou classe do cargo ocupado.

Após as inscrições dos candidatos, inicia-se o processo de homologação pela CEC. É aberto um período de pedido de impugnação, que será julgado pela CEC, para posterior produção da homologação definitiva. Logo após, sorteia-se os números das chapas concorrentes. A partir deste momento, inicia-se o período de campanha de 60 dias dos candidatos, nos moldes definidos no Regimento Eleitoral.

Concomitantemente, devem ser geradas as listas oficiais de membros da comunidade universitária aptos ao voto. A lista de discentes (de graduação

presencial e EaD, além de pós-graduação stricto sensu) deve ser gerada pela Diretoria de Registro e Controle Acadêmico. Já a relação de servidores (docentes e técnicos administrativos efetivos) deverá ser providenciada pela Pró-Reitoria de Gestão e Desenvolvimento de Pessoas - PROGEDEP. Estas listas devem ser publicadas o mais rápido possível para conferência por parte da comunidade universitária, para que se evite, por exemplo, eleitores inexistentes.

O fato de algumas pessoas possuírem mais de uma matrícula na instituição (por exemplo: técnico administrativo e discente) não resultaria na duplicação de votos visto que poderia ser resolvido este detalhe por meio de parametrização do sistema, ou seja, adequar o software para a real necessidade do usuário a fim de que a solução seja a mais completa possível. A utilização do CPF é uma das alternativas para a manutenção do princípio da unicidade.

Depois da conferência na lista de votantes aptos, bastará o eleitor também conferir seu acesso ao sistema no link específico para fins eleitorais disponível no portal da UFT utilizando seu login e senha já cadastrados no sistema de login unificado da instituição. Essas conferências se fazem importantes antes do período da votação a fim de garantir que este eleitor estará quantificado na lista de eleitores e apto ao voto no sistema, evitando mudanças durante o processo eleitoral.

Meia hora antes de iniciar o período de votação, a CEC deverá fazer a checagem da “zerézima” do sistema junto aos responsáveis da área de TI. Após os 60 dias de campanha, deve-se abrir o período de 3 dias de votação. A criação de eleições com um prazo maior para votação, diferente das eleições tradicionais que geralmente só ocorrem durante um dia, pode inibir a ação de agentes coercitivos, visto que eles não estarão com os possíveis votantes constantemente durante todo o período eleitoral. Este sistema também deve permitir votar quantas vezes o eleitor quiser no mesmo login, e só terá validade o seu último voto. Esta possibilidade faz o agente coercitivo ter menos esperança que sua influência dê certo, visto que também o eleitor poderá votar de qualquer lugar e de qualquer aparelho conectado à rede, podendo modificar seu voto.

Quando o eleitor acessar o link da eleição, o sistema exibirá a lista com os nomes, fotografias e números das chapas que estarão concorrendo ao cargo de Reitor e Vice-Reitor da UFT. Para proceder à votação, o eleitor deverá digitar o número da chapa em que deseja votar ou optar pelo voto em branco. Para votar nulo, basta digitar um número inexistente. Após apertar a tecla confirma, o sistema

fará uma pergunta de segurança de caráter pessoal para completar a votação. O usuário terá apenas duas chances de responder a pergunta de segurança. Errando as duas tentativas de resposta, o usuário será bloqueado para concluir a votação. Santos, Lins e Madruga (2017) explicam que neste caso, além dos demais mecanismos de autenticação baseados em senha, um suposto falsário teria que conhecer alguns dados pessoais do eleitor para conseguir registrar um voto por ele. Respondendo à pergunta de segurança corretamente, o sistema computará o voto com sucesso e emitirá o comprovante de votação com opção de impressão.

Deverá haver computadores conectados à rede na UFT, destinados àqueles que não tiverem como exercer seu direito ao voto em outro local.

Finalizado o horário da eleição, imediatamente o sistema não mais permitirá votações. Assim, aqueles que não tiverem votado até a hora determinada para o encerramento da eleição não mais poderão fazê-lo, mesmo que estejam logados no sistema de votação.

Encerrado todo o período de votação, a CEC terá acesso, usando sua própria senha e a chave de segurança, ao Relatório conclusivo dos votos apurados, inclusive brancos e nulos. Este encerramento do processo e impressão do Relatório poderá ser acompanhado pelos candidatos e seus delegados de campanhas espalhados nos sete câmpus da UFT.

Todo o processo eleitoral deverá ser auditado, ou seja, haverá uma chave de segurança, em que ninguém, mesmo que tenha acesso ao Banco de Dados, conseguirá alterar ou remover um voto da eleição, além de garantir o sigilo do voto.

A apuração será realizada pela CEC, que fará a totalização dos votos e a proclamação dos eleitos. Somente se todos os votos forem válidos e a quantidade de votos registrado for válida, o resultado da eleição é homologado e publicado.

Após a homologação do resultado, a CEC procederá com o fechamento do processo, que será encaminhado ao Conselho Superior da UFT. Este elaborará sua lista tríplice e encaminhará ao Ministério da Educação, tendo como etapa final a nomeação pela Presidência da República.

## **Conclusão**

A UFT, assim como as outras universidades, necessitam realizar constantemente eleições para a escolha de reitores, diretores, coordenadores, centros acadêmicos, representantes das três categorias em Conselhos, entre outros.

Na conjuntura das novas transformações tecnológicas, as relações sociais cibermediadas avançam cotidianamente sobre novos territórios da vida e tendem a caminhar lado a lado com o exercício participativo. Assim, cresce a necessidade de buscar alternativas que abram o caminho a novas possibilidades democráticas.

Diante deste contexto, como forma de contribuir com a democracia institucional foi produzido este protocolo de uma eleição com a utilização de sistema online para ser aplicado na pesquisa eleitoral para reitor e vice-reitor da UFT, mas que também pode ser adequado ao contexto de todos os pleitos que ocorrem na instituição.

É importante salientar que qualquer ideia de um produto, como é o caso deste protocolo, surge como um produto nunca acabado, uma vez que certamente poderão ocorrer atualizações, novos recursos e pensamentos adicionados, ou seja, possibilidades interativas e colaborativas que possam dar apoio qualificado a crescente necessidade da comunidade universitária da UFT.

## Referências

ADIDA, B. Helios: Web-based Open-Audit Voting. In: **USENIX security symposium**. 2008. p. 335-348.

CABRAL, P. D. **Framework para sistemas de votação digital**. Programa de Pós-Graduação em Ciência da Computação. Florianópolis: UFSC, 2014.

CEC 2017-2021. **Apuração da Pesquisa Eleitoral para Reitor e Vice-Reitor da UFT 2017-2021**. Palmas: SINTAD, 2017a.

\_\_\_\_\_. **Regimento da Pesquisa Eleitoral para Reitor e Vice-Reitor da Universidade Federal do Tocantins – 2017/2021**. Palmas: SINTAD, 2017b.

CHAVES, S. A. de; MELLO, E. R. de. **O uso de um sistema de votação on-line para escolha do conselho universitário**. Belo Horizonte, 2014. Disponível em: <<http://www.sj.ifsc.edu.br/~mello/artigos/chaves-sbseg14.pdf>>. Acesso em 20 de jun. 2017.

\_\_\_\_\_. **Adoção de modelo controle acesso baseado em atributos em sistema de votação online para ofertá-lo como um serviço de TIC federado**. Florianópolis, 2015. Disponível em: <<http://dtic.ifsc.edu.br/files/chaves-sbseg15.pdf>>. Acesso em 20 de jun. 2017.

COSTA, R. G. **Sistema Seguro de Votação Eletrônica Multi-Cédulas**. Curitiba: Pontifícia Universidade Católica do Paraná, 2008.

DIAS, S. P. Proposta de sistema de votação eletrônica auditável para instituições de ensino superior. **Projetos e Dissertações em Sistemas de Informação e Gestão do Conhecimento**, v. 5, n. 2. Belo Horizonte: FUMEC, 2016.

MONTEIRO, A. et al. **Sistemas eletrônicos de votação**. Lisboa: Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa, 2001. Disponível em: <<http://repositorio.ul.pt/handle/10455/2950>>. Acesso em 06 de fev. 2018.

QADAH, G. Z.; TAHA, R. Electronic voting systems: Requirements, design, and implementation. **Computer Standards & Interfaces**, v. 29, n. 3, p. 376-386, 2007.

SANTOS, J.; LINS, C.; MADRUGA, M. **SIGEleição – Um novo Jeito Seguro de Votar**. Natal: Superintendência de Informática – UFRN, 2017. Disponível em: <<http://www.xiwticifes.ufba.br/modulos/submissao/Upload-353/86005.pdf>>. Acesso em 20 de jun. 2017.

\_\_\_\_\_. \_\_\_\_\_. Natal: Superintendência de Informática – UFRN, 2015. Disponível em: <<http://nti.ufabc.edu.br/images/pdf/sigeleicao.pdf>>. Acesso em 15 de fev. 2018.

UFG. **Edital nº 001/2017**. Goiânia: Instituto de Patologia Tropical e Saúde Pública, 2017.

UFRN. CONSUNI. **Resolução N° 011/2014-CONSUNI**, de 26 de setembro de 2014. Aprova Regulamentação Geral para o processo de consulta à comunidade universitária para a eleição de Reitor e Vice-Reitor da UFRN.

VITAL. A. F. R. **POR UMA UFT CIBERDEMOCRÁTICA**: Uma proposta de implantação de sistema de votação online para pesquisa eleitoral de Reitor e Vice-Reitor. 264 f. Dissertação (Mestrado em Gestão de Políticas Públicas) – Universidade Federal do Tocantins – UFT, Palmas, 2018.

WU, C.-K.; SANKARANARAYANA, R. Internet voting: concerns and solutions. **First International Symposium on Cyber Worlds**. IEEE, 2002. p. 261-266.